Os policiais civis que têm trabalhado incansavelmente, principalmente durante a atual crise sanitária, podem se preparar para arregaçar as mangas, mas agora por outro motivo: o Governo do Estado iniciou a vacinação dos servidores da Segurança Pública contra a Covid-19. A Polícia Civil do Espírito Santo (PCES) foi contemplada com parte das doses destinadas aos profissionais de segurança e preparou um esquema para a aplicação das vacinas. **Página 8**

DIVULGAÇÃO

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

GOVERNO DO ESTADO

ESPÍRITO SANTO

www.dio.es.gov.br

130 DIO/ES ANOS

Desde 1890

Vitória (ES), Quinta-feira, 15 de Abril de 2021

Casagrande articula Carta de ‘Governadores Pelo Clima’

Cofundador da iniciativa, Renato Casagrande, atendendo ao convite do CBC, está coordenando a interação com os governadores

>>> O governador do Espírito Santo, Renato Casagrande, articulou, em conjunto com os demais chefes dos Executivos Estaduais e a organização não governamental Centro Brasil no Clima (CBC), a criação de uma carta ao presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, abrindo canais de parcerias para promover a economia verde no continente. A ação faz parte da iniciativa Governadores Pelo Clima, promovida pelo CBC. O objetivo é impulsionar a regeneração ambiental, o equilíbrio climático, a redução de desigualdades e desenvolver cadeias econômicas de "menos carbono" nas Américas. **Página 4**

Hospital Dr. Jayme Santos Neves é premiado pela CBF com uma ambulância

HÉLIO FILHO / SECOM

>>> A escolha do Hospital Dr. Jayme foi feita seguindo os critérios considerados pela CBF, para selecionar os Estados que têm a unidade com o maior número de pacientes recuperados da Covid-19. **Página 3**

Termina hoje consulta pública para elaboração de projeto da LDO 2022 **Página 7**

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Data: Quarta-feira, 14 de Abril de 2021 às 22:28:00
Código de Autenticação: a6b29bcd

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

GOVERNO DO ESTADO

JOSÉ RENATO CASAGRANDE
Governador

JACQUELINE MORAES DA SILVA
Vice-governadora

Secretários de Estado

GILSON DANIEL BATISTA
Governo
seg.es.gov.br

VITOR AMORIM DE ANGELO
Educação
sedu.es.gov.br

FABRICIO HÉRICK MACHADO
Meio Ambiente e Recursos Hídricos
seama.es.gov.br

JÚNIOR ABREU
Esportes e Lazer
sesport.es.gov.br

MARCELO CALMON DIAS
Gestão e Recursos Humanos
seger.es.gov.br

NÉSIO FERNANDES DE MEDEIROS JUNIOR
Saúde
saude.es.gov.br

PAULO ROBERTO FOLETTO
Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca
seag.es.gov.br

LENISE MENEZES LOUREIRO
Turismo
setur.es.gov.br

ROGELIO PEGORETTI CAETANO AMORIM
Fazenda
fazenda.es.gov.br

ALEXANDRE OFRANTI RAMALHO
Segurança Pública e Defesa Social
sesp.es.gov.br

MARCUS ANTÔNIO VICENTE
Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano
sedurb.es.gov.br

FLÁVIA REGINA DALLAPICOLA TEIXEIRA MIGNONI
Superintendente Estadual de Comunicação Social
secom.es.gov.br

ÁLVARO ROGÉRIO DUBOC FAJARDO
Economia e Planejamento
planejamento.es.gov.br

MARCELLO PAIVA DE MELLO
Justiça
sejus.es.gov.br

FABRÍCIO NORONHA FERNANDES
Cultura
secult.es.gov.br

FÁBIO NEY DAMASCENO
Mobilidade e Infraestrutura
semobi.es.gov.br

JASSON HIBNER AMARAL
Procurador Geral do Estado
pge.es.gov.br

CYNTIA FIGUEIRA GRILLO
Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social
setades.es.gov.br

TYAGO RIBEIRO HOFFMANN
Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Profissional e Desenvolvimento Econômico
sectides.es.gov.br

DAVI DINIZ DE CARVALHO
Casa Civil
casacivil.es.gov.br

EDMAR MOREIRA CAMATA
Controle e Transparência
secont.es.gov.br

NARA BORGO CYPRIANO MACHADO
Direitos Humanos
sedh.es.gov.br

JOCARLY MARTINS DE AGUIAR JUNIOR
Casa Militar
casamilitar.es.gov.br

Assembleia Legislativa

ERICK MUSSO
Presidente / 3382-3590

RENZO VASCONCELOS
Ouvidor-geral / 3382-3845

MARCELO SANTOS
Primeiro Vice-presidente / 3382-5206

DARY PAGUNG
Primeiro secretário / 3182-2232

HUDSON LEAL
Corregedor-geral / 3382-3811

ALEXANDRE QUINTINO
Segundo secretário / 3382-5220

Tribunal de Contas

RODRIGO FLÁVIO FREIRE FARIAS CHAMOUN
Presidente / 3334-7712

SEBASTIÃO CARLOS RANNA DE MACEDO
Ouvidor / 3334-7703

DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER
Vice-presidente / 3334-7701

LUIS HENRIQUE ANASTÁCIO DA SILVA
Procurador-geral do Ministério Público Especial de Contas / 3334-7671

RODRIGO COELHO DO CARMO
Corregedor / 3334-7697

Tribunal de Justiça

RONALDO GONÇALVES DE SOUSA
Presidente / 3334-2006

NEY BATISTA COUTINHO
Corregedor-geral da Justiça / 3145-3100

JOSÉ PAULO CALMON NOGUEIRA DA GAMA
Vice-presidente / 3334-2190

TELÊMACO ANTUNES DE ABREU FILHO
Vice-Corregedor Geral da Justiça / 3145-3100

Ministério Público Estadual

LUCIANA GOMES FERREIRA DE ANDRADE
Procuradora-Geral de Justiça
/ 3194-4510

ELDA MÁRCIA MORAES SPEDO
Subprocuradora-Geral de Justiça Administrativa
/ 3194-5119

JOSEMAR MOREIRA
Subprocurador-Geral de Justiça Judicial
/ 3194-5103

ALEXANDRE JOSÉ GUIMARÃES
Subprocurador-Geral de Justiça Institucional
/ 3194-5076

Defensoria Pública

GILMAR ALVES BATISTA
Defensor Público-Geral / 3198-3300

VINÍCIUS CHAVES DE ARAÚJO
Corregedor-Geral / 3198-3300

SAULO ALVIM COUTO
Subdefensor Público-Geral / 3198-3300

OLÍVIA ELEONORA LIMA E SILVA SOFIATO
Corregedora-Auxiliar / 3198-3300

GOVERNO ONLINE
www.facebook.com/governoes @governoes @governoes
www.es.gov.br @governoes @governoes

OUVIDORIA
www.ouvidoria.es.gov.br 0800 022 11 17

IMPRENSA OFICIAL DO ESPÍRITO SANTO (DIO/ES)

DIRETORIA

MADALENA SANTANA GOMES
Diretora-presidente

EDGARD RAMOS LIMA
Diretor Administrativo e Financeiro

FUNDADO EM 23 DE MAIO DE 1890

Av. Nossa Sra. da Penha, 714, Ed. RS Trade Tower, 4º andar - Praia do Canto, Vitória/ES
CEP: 29055-130, Telefones: (27) 3636-6929 / (27) 3636-6900 / (27) 3636-6932

Os textos publicados são produzidos pela Rede de Comunicação do Governo do Espírito Santo.

Filiado à Abio - Associação Brasileira de Imprensas Oficiais

CRAQUES DA SAÚDE

CBF premia Hospital Dr. Jayme Santos Neves com ambulância

O hospital recebeu uma ambulância equipada para atender e auxiliar as demandas dos trabalhos no combate à pandemia

O Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves, localizado no município da Serra, em reconhecimento por ser uma das unidades de referência para atendimento a pacientes com o novo Coronavírus (Covid-19) no Espírito Santo, recebeu dos Craques da Saúde, projeto da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), uma ambulância equipada para atender e auxiliar as demandas dos trabalhos realizados na linha de frente no combate à pandemia. A entrega do veículo aconteceu ontem (14), durante transmissão ao vivo pelas redes sociais.

"Estamos recebendo essa ambulância que a CBF está doando para os hospitais referências no tratamento da Covid-19 em todo o País. Aqui, o Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves é nosso hospital referência e estará recebendo essa ambulância ainda hoje. Quero deixar o meu agradecimento à CBF em nome do nosso secretário de Estado, Marcus Vicente, que é vice-presidente da entidade e do presidente da Federação de Futebol do Espírito Santo, Gustavo Vieira. Sabemos da necessidade de equipamentos neste momento de pandemia. Esta ambulância será fundamental agora e também no futuro, sendo muito bem-vinda", afirmou o governador Renato Casagrande.

HÉLIO FILHO / SECOM

>>> A escolha do Hospital Dr. Jayme foi feita seguindo os critérios considerados pela CBF, para selecionar os Estados que têm a unidade com o maior número de pacientes recuperados da Covid-19

A escolha do Hospital Dr. Jayme foi feita seguindo os critérios considerados pela CBF, para selecionar os Estados que têm a unidade com o maior número de pacientes recuperados da Covid-19. O médico coordenador das Unidades de Terapia Intensiva do hospital, Rafael Melo, havia recebido as chaves em ato simbólico realizado antes do início de uma partida do Campeonato Brasileiro da Série A, no Rio de Janeiro.

De acordo com Rafael Melo, os investimentos do Governo do Estado na aquisição de equipamentos e na reestruturação da rede de saúde, somados à eficiência da equipe do hospital são fatores predominantes para esse reconhecimento. No início da pandemia, de março de 2020 até novembro do mesmo ano, foram realizadas 5.070 altas hospitalares no Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves.

"A ambulância vem para somar a esse conjunto de investimentos, garantindo rapidez no atendimento a quem precisa e trabalhando para que os profissionais atendam o maior número de pacientes. Ela vem para salvar vidas", disse o médico coordenador, Rafael Melo.

Durante a transmissão ao vivo, o presidente da Federação de Futebol do Espírito Santo falou sobre a importância da premiação. "Em nome da Federação de Futebol do Espírito Santo e de toda sociedade, a gente agradece o empenho do Governo, do governador e de todos os trabalhadores do Hospital Dr. Jayme neste momento tão difícil que estamos vivendo. A Federação, em nome da Confederação Brasileira de Futebol, vem fazer essa importante doação nessa luta contra o Covid-19 em nosso Estado. Sabemos que será muito bem utilizada e ajudará a salvar muitas vidas", destacou Gustavo Vieira.

> *"Estamos recebendo essa ambulância que a CBF está doando para os hospitais referências no tratamento da Covid-19 em todo o País. Aqui, o Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves é nosso hospital referência e estará recebendo essa ambulância ainda hoje.*
>
> **Renato Casagrande -** Governador

CRAQUES DA SAÚDE

O Craques da Saúde é um projeto da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), com o objetivo de doar 27 ambulâncias a unidades de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS) de todas as Unidades Federativas (UF) do País. Os hospitais públicos com o maior índice de pacientes recuperados da Covid-19 de cada Estado ganham as ambulâncias.

Cada ambulância é equipada com itens de série específicos para o transporte seguro e rápido de pacientes. O veículo conta com adaptações especiais para este uso, como maca retrátil e suporte para cilindro de oxigênio e soro plasma e armário superior, teto e piso em ABS (que permite rápida e fácil higienização), entre outros dispositivos.

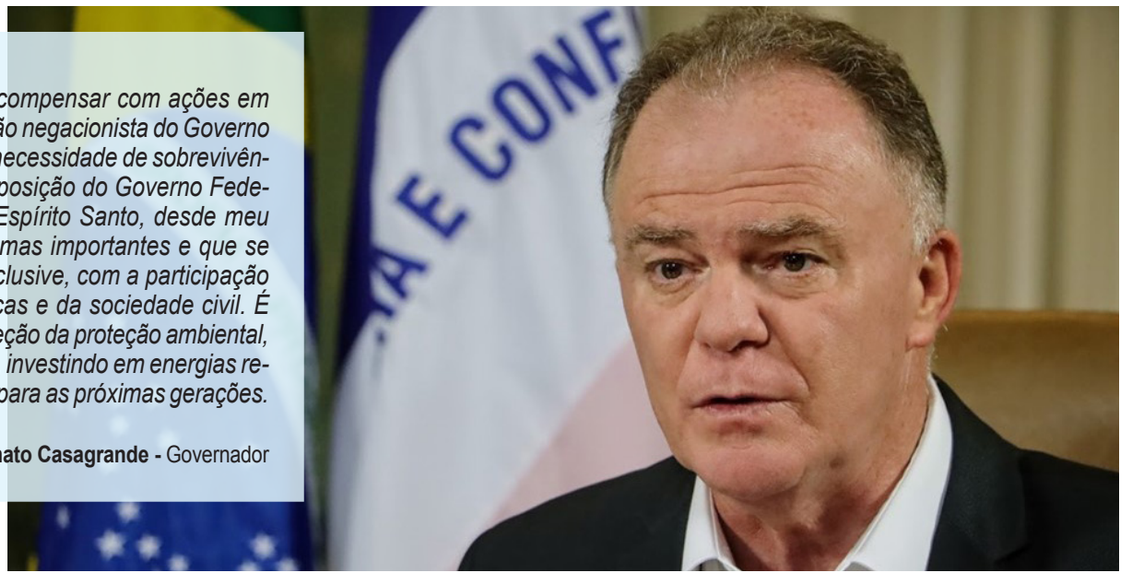
As ambulâncias são entregues nas cidades em que estão localizadas as unidades de saúde contempladas, em cerimônias que serão organizadas pelas Federações Estaduais de futebol de cada Estado, após vencidas as etapas relativas à documentação e transferência do veículo.

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Data: Quarta-feira, 14 de Abril de 2021 às 22:28:00 Código de Autenticação: a6b29bcd

ECONOMIA VERDE NO CONTINENTE

Casagrande articula Carta de 'Governadores Pelo Clima'

Cofundador da iniciativa Governadores Pelo Clima, Renato Casagrande está coordenando a interação com os demais governadores



HÉLIO FILHO / SECOM-ES

> *"Os governadores precisam compensar com ações em seus Estados por conta da posição negacionista do Governo Federal. Temos motivação pela necessidade de sobrevivência, e ainda mais, por conta da posição do Governo Federal, de construir um plano. No Espírito Santo, desde meu primeiro governo, temos programas importantes e que se destacam na área ambiental, inclusive, com a participação de empresas, instituições públicas e da sociedade civil. É fundamental trabalharmos na direção da proteção ambiental, criando estratégias sustentáveis, investindo em energias renováveis e preparando o mundo para as próximas gerações.*
>
> **Renato Casagrande -** Governador

>>> O objetivo é impulsionar a regeneração ambiental, o equilíbrio climático, a redução de desigualdades e desenvolver cadeias econômicas de "menos carbono" nas Américas

O governador do Espírito Santo, Renato Casagrande, articulou, em conjunto com os demais chefes dos Executivos Estaduais e a organização não governamental Centro Brasil no Clima (CBC), a criação de uma carta ao presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, abrindo canais de parcerias para promover a economia verde no continente. A ação faz parte da iniciativa Governadores Pelo Clima, promovida pelo CBC.

Um texto preliminar foi estruturado com a participação de especialistas ambientais e foi encaminhado aos governadores para aprimoramento, consolidação e assinaturas.

Cofundador da iniciativa Governadores Pelo Clima, o capixaba Renato Casagrande, atendendo ao convite do CBC e entidades parceiras, está coordenando a interação com os demais governadores para a consolidação do texto, bem como a formalização das assinaturas e a entrega da Carta ao embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Todd Chapman.

Até ontem (14), governadores de 22 estados confirmaram assinatura: Acre, Alagoas, Amazonas, Amapá, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Sergipe, São Paulo e Tocantins.

A ARTICULAÇÃO DESTACA QUATRO PONTOS:

(1) A criação da "maior economia de descarbonização do mundo" entre os Estados Unidos e o Brasil, integrando a maior capacidade de investimentos do planeta, representada pela economia americana, com a maior base florestal da Terra (somando Amazônia, Cerrado, Pantanal, Mata Atlântica, Caatinga e Pampa), criando referências práticas para a regulamentação do artigo 6 do Acordo de Paris, a partir de créditos de descarbonização (CBIOs) e créditos de carbono, acelerando a transição da economia mundial para um modelo carbono neutro.

De acordo com o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), com a atração de investimentos, o setor empresarial brasileiro tem a expectativa de certificar 1,5 bilhão de toneladas de CO^2 por ano, 300 vezes mais do que é feito hoje, gerando cerca de 45 bilhões de dólares.

(2) Desenvolvimento de Planos Integrados e programas de capacitação para que os recursos investidos no Brasil, com foco na regeneração florestal, impulsionem rapidamente e consolidem cadeias econômicas sustentáveis.

É possível criar canais estruturados e descentralizados para viabilizar ações em larga escala, em múltiplos pontos do território brasileiro, possibilitando a proteção de vegetação nativa; a restauração de áreas degradadas; a inclusão de comunidades locais com capacitação planejada e geração de muitos empregos; e a incorporação de empresas, em diversas cadeias econômicas verdes, integrando as economias do Brasil e dos EUA, nos eixos de bioeconomia, bioenergia, agricultura de baixo carbono, energias renováveis, promovendo práticas sustentáveis de comércio internacional.

(3) Uso de mecanismos já disponíveis para aplicação segura e transparente dos recursos internacionais, garantindo resultados rápidos e descentralizados (fundos estaduais, integração com iniciativas não governamentais e novos arranjos institucionais com menos burocracia e maior impacto).

(4) Integração de todos os Biomas brasileiros no esforço de reflorestamento, regeneração ambiental e desenvolvimento socioeconômico regional, ampliando a ambição da NDC do Brasil, despertando nova cultura ecopolítica e criando oportunidades de um efetivo desenvolvimento inclusivo e sustentável em todos os Estados. O Brasil pode ampliar o verde da Terra não apenas na Amazônia, mas também em biomas de grande capacidade de captura de carbono e inestimável biodiversidade, como o Cerrado, a Mata Atlântica, a Caatinga e o Pantanal – que perdeu grandes áreas em incêndios em 2020.

"O texto básico para apreciação e consolidação dos governadores foi construído pelo Centro Brasil no Clima (CBC), com a participação de lideranças e especialistas do Instituto Clima e Sociedade (iCS), Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), SOS Mata Atlântica, Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS), Grupo de Economia do Meio Ambiente (GEMA), The Climate Group, Under2 Coalition e Instituto Tanaloa, com contribuições técnicas do cientista Carlos Nobre e do engenheiro florestal Tasso Azevedo."

Sérgio Xavier - Articulador da iniciativa Governadores Pelo Clima no CBC

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Data: Quarta-feira, 14 de Abril de 2021 às 22:28:00 Código de Autenticação: a6b29bcd

CAPACITAÇÃO GRATUITA

Academia de Gestão Municipal: capacitação de prefeitos e técnicos

Governo do Estado abriu inscrições para capacitação on-line sobre temas diversos de interesse das Administrações Municipais

>>> As inscrições podem ser feitas no site https://eventos.congresse.me/agm

"O curso oferece conteúdo robusto, contemplando todas as áreas de atuação, e será ministrado por docentes com elevada qualificação nos temas abordados. Estamos disponibilizando o melhor em ferramentas científicas, dando a nossa colaboração para melhorar a qualidade das administrações públicas em nosso Estado."

Davi Diniz de Carvalho - Secretário chefe da Casa Civil

Com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das atividades desempenhadas pelos municípios capixabas, o Governo do Estado abriu inscrições para capacitação gratuita on-line sobre temas diversos de interesse das Administrações Municipais. O curso é voltado para prefeitos e equipes técnicas.

Segundo o secretário chefe da Casa Civil, Davi Diniz de Carvalho, o objetivo do Executivo Estadual é oportunizar aos gestores municipais capacitação em áreas estratégicas para que possam superar com êxito os desafios da administração pública. Entre os módulos disponíveis estão: Planejamento Público, Educação Fiscal, Captação de Recursos, Controle e Transparência na Gestão Municipal, Educação, Saúde e Gestão de Riscos na Pandemia.

AULAS - A capacitação terá início no próximo dia 29 de abril e será oferecida em módulos, com aulas às terças e quintas-feiras, das 9h às 12 horas. As inscrições podem ser feitas no site https://eventos.congresse.me/agm.

A Academia de Gestão Municipal é uma iniciativa que envolve o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), a Escola de Serviço Público do Espírito Santo (Esesp), as Secretarias da Casa Civil, de Economia e Planejamento (SEP), de Gestão e Recursos Humanos (Seger), da Fazenda (Sefaz), o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes), o Tribunal de Contas do Espírito Santo e a Associação dos Municípios do Estado do Espírito Santo (Amunes), entre outros parceiros.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL - O diretor-presidente do IJSN, Daniel Cerqueira, destaca a importância do projeto para o desenvolvimento regional do Espírito Santo. "O desenvolvimento regional sustentável passa pela qualificação dos gestores públicos municipais. Nesse sentido, a Academia de Gestão Municipal objetiva capacitar os novos prefeitos e secretários e dotá-los de ferramentas para vencer os grandes e complexos desafios da gestão municipal na modernidade", explica.

Cerqueira reforça ainda as parcerias que viabilizaram a proposta, além da excelência do corpo docente da Academia. "Nesse sentido, contamos com o apoio de grandes especialistas lotados em vários órgãos do Governo do Estado e do TCE-ES, que atuarão como professores, a fim de induzir a qualificação e a gestão científica baseada em métodos e em evidências", salienta.

"É uma honra para a Escola de Serviço Público participar dessa ação inédita de capacitação de gestores municipais. A gestão municipal cada vez mais qualificada levará serviços de qualidade para os nossos cidadãos", frisou a diretora da Esesp, Nelci do Belém Gazzoni.

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Data: Quarta-feira, 14 de Abril de 2021 às 22:28:00 Código de Autenticação: a6b29bcd

APRESENTAÇÃO

Covid-19: Sesa apresenta balanço de denúncias durante a vacinação

A Ouvidoria tem a competência de receber, examinar, encaminhar manifestações, monitorar e garantir o cumprimento da legislação

O secretário do Estado da Saúde, Nésio Fernandes, apresentou, na tarde de ontem (14), o balanço das denúncias relacionadas à campanha de vacinação contra a Covid-19. A apresentação contou com a participação do secretário de Estado de Controle e Transparência (Secont), Edmar Camata, e do ouvidor da Secretaria da Saúde (Sesa), Rafael Vulpi.

Nésio Fernandes iniciou a apresentação informando que o Estado está entre os cinco Estados que mais vacina no Brasil. "A vacinação caminha em um ritmo positivo e satisfatório. Neste momento, temos 53 municípios com menos de 20% de doses disponíveis para aplicação na população capixaba. Temos pontualmente realidades que precisam de ajustes e reforço, no entanto o desfecho coloca o Espírito Santo entre os cinco Estados do país com maior população vacinada. No entanto, entendemos que grande desafio é conseguir alcançar pelo menos 80% da população ainda este ano, uma meta ousada. Isso vai exigir que o Governo Federal envie aos municípios maiores doses de vacina", disse.

O secretário de Estado de Controle e Transparência, Edmar Camata, fez um balanço da auditoria na campanha de vacinação, iniciada no último dia 3 de março, destacando que a primeira ação de controle adotada foi a criação e compartilhamento com os municípios de um checklist com todas as questões que devem ser verificadas no processo de imunização.

Edmar Camata ressaltou que a auditoria está sendo realizada por meio da aplicação do checklist a todos os 78 municípios capixabas e visitas – definidas por amostragem – aos locais de vacinação, para verificar de perto o processo de imunização. A previsão é que o relatório de auditoria seja finalizado no início do mês de maio.

DIVULGAÇÃO

>>> A apresentação contou com a participação do secretário de Estado de Controle e Transparência (Secont), Edmar Camata, e do ouvidor da Secretaria da Saúde (Sesa), Rafael Vulpi

"Contudo, já foram emitidos alertas, por exemplo, para municípios que estavam com vacinas a vencer nos próximos dias. É um alerta importante para evitar a perda de doses. A auditoria tem o objetivo de entender a realidade de cada município, levantar dificuldades e buscar saídas para que a imunização aconteça em uma velocidade maior", informou.

A Ouvidoria tem como competência receber, examinar e encaminhar manifestações, além de monitorar respostas, garantir o cumprimento da legislação, entre outros. Recebemos como classificação, denúncias, reclamações, informações, solicitações, elogios e sugestões. Utilizamos dois sistemas, o ouvidor SUS e o sistema do Estado.

De acordo com o ouvidor da Secretaria da Saúde (Sesa), Rafael Vulpi, o Espírito Santo teve 478 manifestações sobre a vacinação da Covid-19.

> *"Quando o cidadão recebe a vacina ele não sabe que por trás daquele processo existem dezenas de pontos que não podem falhar. Estamos falando da logística de distribuição, do armazenamento, da capacitação do profissional de saúde, do respeito à ordem de prioridades. É importante que haja toda uma verificação, e o controle interno do Estado pode e deve auxiliar os municípios nesta tarefa.*
>
> **Edmar Camata -** Secretário de Controle e Transparência

"Tivemos 478 manifestações até a semana 11. A evolução das manifestações, vemos um pico durante as primeiras semanas, porque foi muito veiculado na mídia sobre o caso dos fura-filas. Foi dito que a população poderia registrar essas reclamações. Em análise temos 314 reclamações e denúncias, total de 68,55% da amostra. Das 140 denúncias as principais se resumiram em fura-fila, desvio de vacina, extravio de dose, falsa aplicação de dose e venda de vacina. As reclamações, fura-filas, ampliação de dose, agendamento pelo sistema on-line, vacinando por algum erro e outros. Das manifestações que chegaram, 78 são de responsabilidade da Sesa e 225 dos municípios, disse o ouvidor Rafael Vulpi.

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Data: Quarta-feira, 14 de Abril de 2021 às 22:28:00 Código de Autenticação: a6b29bcd

PLDO 2022

Termina hoje consulta pública para elaboração de projeto da LDO 2022

A Secretaria de Economia e Planejamento (SEP) coordena o processo da consulta popular

DIVULGAÇÃO

>>> Para participar, basta o cidadão acessar o site www.planejamento.es.gov.br

Cidadãos capixabas têm até hoje para participar da consulta pública para a elaboração do Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) do Governo do Espírito Santo, para o exercício de 2022. A LDO é o mecanismo por meio do qual o Estado estabelece as diretrizes para orientar a elaboração e a execução da Lei Orçamentária Anual (LOA).

Realizada virtualmente, de forma também a atender às normas de distanciamento social que impedem a realização de encontros presenciais em decorrência da pandemia do novo Coronavírus (Covid-19), a consulta pública permite a participação e o controle popular da administração pública estadual, conforme destaca o secretário de Estado de Economia e Planejamento, Álvaro Duboc.

Para participar, basta o cidadão acessar o site www.planejamento.es.gov.br. Clicando em cada um dos artigos da LDO vigente, é possível fazer um comentário e, ao final, apresentar sugestão de temas que porventura não tenham sido abordados nos artigos da lei, contribuindo, assim, para o aprimoramento da elaboração do texto final do PLDO 2022.

A Secretaria de Economia e Planejamento (SEP) coordena o processo da consulta popular. O PLDO deve ser enviado ao Poder Legislativo até o final deste mês de abril, de acordo com o que estabelece a legislação.

PROGRAMAÇÃO

TVE/ES - TV ABERTA - CANAL 2 / NET - CANAL 15 / RCA - CANAL 5

05H30 – INGLÊS COM MÚSICA
06H30 – ENERGIA
07H00 – COCORICÓ
07H15 – VAMOS BRINCAR
07H30 – MONSTROS EM REDE
07H45 – QUINTAL DA CULTURA
12H00 – JORNAL DA TARDE
12H45 – BORIS E RUFUS
13H10 – SÉSAMO
13H30 – MONSTROS EM REDE
13H40 – BUBU E AS CORUJINHAS
14H00 – QUINTAL DA CULTURA
16H45 – TURMA DA MÔNICA
17H00 – O MUNDO DE MIA
17H30 – VALENTINS
18H00 – CLUB 57
18H45 – IRMÃO DO JOREL
19H00 – GIRO NORDESTE
20H00 – SOLTA O SOM
20H15- REVERSO
20H30 – OPINIÃO
21H00 – JORNAL DA CULTURA
22H00 – LINHAS CRUZADAS
23H00 – NOS CAMPOS DO HOLOCAUSTO
23H30 – JAZZ SINFONICA BRASIL
00H30 – MOSAICOS MUSICAIS
01H30 – TERRITÓRIOS CULTURAIS
01H45 – CONTOS DA MEIA NOITE
02H00 – JORNAL DA CULTURA
03H00 – SAÚDE BRASIL
03H30 – CULTURA MEMÓRIA
04H30 – ENTRELINHAS
05H00 – A ARTE DE VER

PREVISÃO DO TEMPO

Quinta-feira com previsão de chuva fraca durante a manhã nas regiões Sul, Serrana, Grande Vitória e Nordeste. Nas demais áreas a chance de chuva é bem pequena.

Mais informações:
incaper.es.gov.br

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Data: Quarta-feira, 14 de Abril de 2021 às 22:28:00 Código de Autenticação: a6b29bcd

SERVIDORES DA SEGURANÇA PÚBLICA

Covid-19: PCES divulga esquema de vacinação para policiais civis

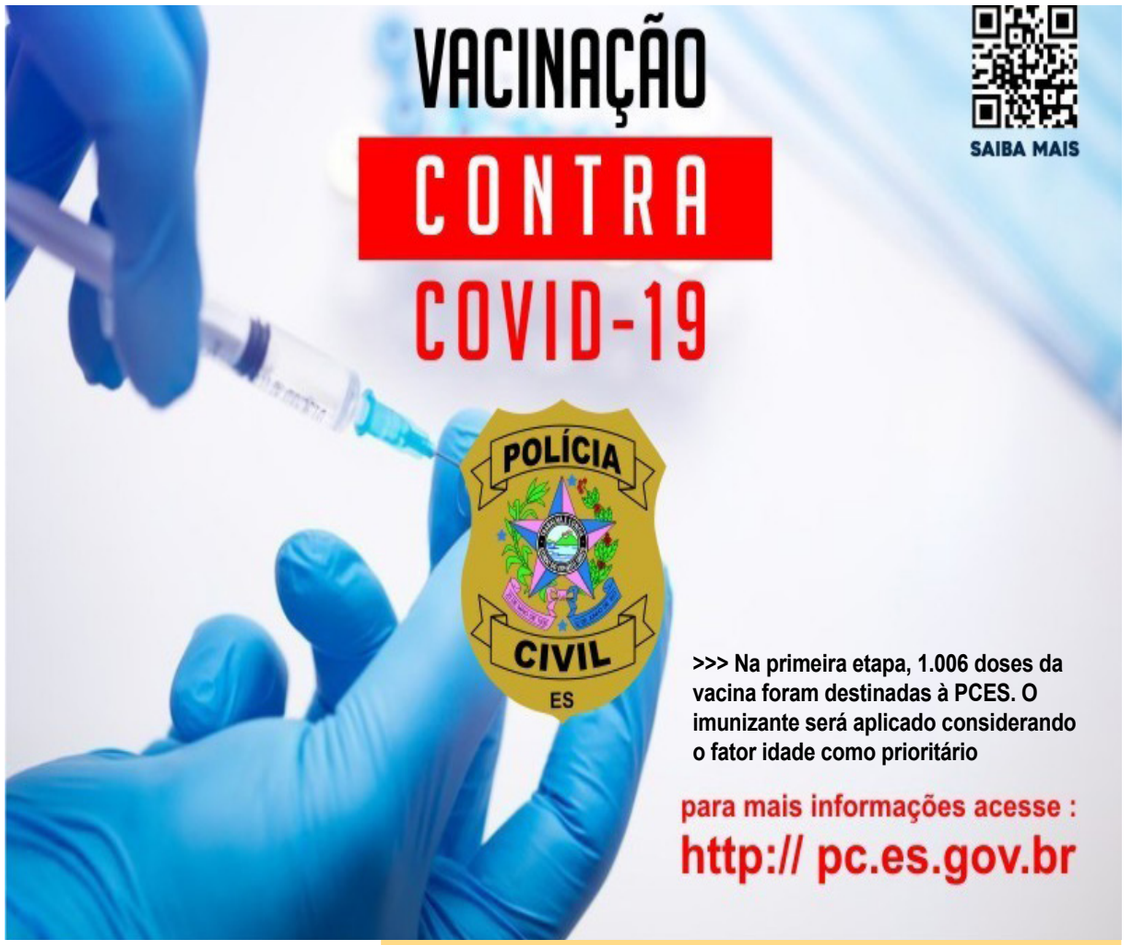
O primeiro grupo a ser vacinado contempla policiais civis nascidos entre 09/09/1972 e 06/04/1956

Os policiais civis que têm trabalhado incansavelmente, principalmente durante a atual crise sanitária, podem se preparar para arregaçar as mangas, mas agora por outro motivo: o Governo do Estado iniciou a vacinação dos servidores da Segurança Pública contra a Covid-19. A Polícia Civil do Espírito Santo (PCES) foi contemplada com parte das doses destinadas aos profissionais de segurança e preparou um esquema para a aplicação das vacinas.

Na primeira etapa, 1.006 doses da vacina foram destinadas à PCES. O imunizante será aplicado considerando o fator idade como prioritário. "Levando em conta que os cidadãos capixabas com 65 anos ou mais já estão recebendo a vacina pelo calendário do Estado, a Polícia Civil vai iniciar o cronograma pelos servidores de 64 anos, em ordem decrescente de idade", explicou o delegado-geral da Polícia Civil, José Darcy Arruda.

O primeiro grupo a ser vacinado contempla policiais civis nascidos entre 09/09/1972 e 06/04/1956, que estejam em efetivo serviço na Polícia Civil do Espírito Santo, não tenham recebido a primeira dose da vacina e que tenham condições de saúde adequadas para receber a imunização, de acordo com as orientações das autoridades sanitárias. A PCES orienta que os servidores aguardem o comunicado oficial da Secretaria da Saúde (Sesa), que informará a abertura do agendamento para os profissionais de segurança.

A Superintendência de Recursos Humanos (SRH) da PCES está repassando à Sesa a relação dos policiais que se enquadram neste primeiro grupo e a Sesa, por sua vez, repassará as informações às secretarias municipais de Saúde, responsáveis pela aplicação das doses. A partir daí, os profissionais enquadrados na primeira etapa de imunização receberão a primeira dose da vacina, conforme estratégia montada no serviço de imunização de referência do município.



DIVULGAÇÃO

"O agendamento vai seguir o esquema de cada município, já que as doses serão aplicadas nas unidades de saúde. Os servidores que se enquadram neste grupo serão informados pela PCES em quais serviços de imunização municipal serão vacinados, depois do sinal verde da Sesa", orientou o delegado-geral.

A previsão é que novas doses sejam disponibilizadas para as forças de segurança pública semanalmente e que dentro de cinco semanas todos os policiais civis em efetivo serviço na corporação tenham recebido a primeira dose da vacina contra a Covid-19. À medida que as remessas forem disponibilizadas, a PCES comunicará sobre os grupos que serão vacinados.

> *"Levando em conta que os cidadãos capixabas com 65 anos ou mais já estão recebendo a vacina pelo calendário do Estado, a Polícia Civil vai iniciar o cronograma pelos servidores de 64 anos, em ordem decrescente de idade.*
>
> **José Darcy Arruda -** Delegado-geral da Polícia Civil

Em caso de dúvidas, o policial civil deve procurar o Departamento de Recursos Humanos, de segunda a sexta, das 08h às 18h, pelo telefone (27) 3137-9097.

"Sabemos que este é um momento importante e que todos estamos ansiosos pela imunização. Por isso, é necessário que todos os policiais civis estejam atentos às orientações e ao cronograma de vacinação. A ordem de prioridade é definida pelo Ministério da Saúde, por meio do Plano Nacional de operacionalização da vacinação, e seguida pelo Governo do Estado. Se as entregas seguirem o planejamento até meados de maio, todos os policiais civis em atividade nas unidades da corporação terão tomado a primeira dose", esclareceu Arruda.

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Data: Quarta-feira, 14 de Abril de 2021 às 22:28:00 Código de Autenticação: a6b29bcd

DIÁRIO OFICIAL

DIÁRIO OFICIAL
DOS PODERES
DO ESTADO

www.dio.es.gov.br | Vitória (ES), quinta-feira, 15 de Abril de 2021 | Edição N°25.468

PODER EXECUTIVO

Governadoria do Estado

Decretos

RESUMO DOS ATOS ASSINADOS PELO GOVERNADOR.

DECRETO Nº 707-S, DE 14.04.2021.

EXONERAR, a pedido, **CARLOS AUGUSTO LOPES** do cargo de Subsecretário de Estado de Políticas sobre Drogas, da Secretaria de Estado de Direitos Humanos - SEDH.

Protocolo 662036

DECRETO Nº 708-S, DE 14.04.2021.

NOMEAR, de acordo com o Art. 12, inciso II, da Lei Complementar n.º 46, de 31 de janeiro de 1994, **ALESSANDRA SPALENZA BARCELLOS SZPUNAR**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Especial Nível II, Ref. QCE-05, da Procuradoria Geral do Estado - PGE.

Protocolo 662039

DECRETO Nº 709-S, DE 14.04.2021.

NOMEAR, de acordo com o Art. 12, inciso II, da Lei Complementar n.º 46, de 31 de janeiro de 1994, **ANDRÉ SANTOS DE OLIVEIRA,** para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Jurídico, Ref. QC-01, da Procuradoria Geral do Estado - PGE.

Protocolo 662041

DECRETO Nº 710-S, DE 14.04.2021.

NOMEAR, de acordo com o Art. 12, inciso II, da Lei Complementar n.º 46, de 31 de janeiro de 1994, **EVELINE LUCAS ALVES DA SILVA**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Supervisor I, Ref. QC-01, da Procuradoria Geral do Estado - PGE.

Protocolo 662043

DECRETO Nº 711-S, DE 14.04.2021.

NOMEAR, de acordo com o Art. 12, inciso II, da Lei Complementar n.º 46, de 31 de janeiro de 1994, **MARIANA ANDRADE CARVALHO,** para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Jurídico, Ref. QC-01, da Procuradoria Geral do Estado - PGE.

Protocolo 662044

DECRETO Nº 712-S, DE 14.04.2021.

NOMEAR, de acordo com o artigo 12, inciso II, da Lei Complementar nº 46, de 31 de janeiro de 1994, **GUILHERME GUTERRA COSTA**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Supervisor de Atividades, Ref. QC-02, da Secretaria de Estado do Governo - SEG.

Protocolo 662046

DECRETO Nº 713-S, DE 14.04.2021.

NOMEAR, nos termos do art. 12, inciso II, da Lei Complementar n.º 46, de 31 de janeiro de 1994, **ELIZANE MARIA CARNEIRO JUBINI**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Especial Nível I, Ref. QCE-04, da Secretaria de Estado de Economia e Planejamento - SEP.

Protocolo 662049

ERRATA

Na redação do Decreto nº 700-S, de 13/04/2021, publicado no Diário Oficial de 14/04/2021,

ONDE SE LÊ:
... CINTIA ROBERA BENTO ALVES...

LEIA-SE:
... CINTIA ROBERTA BENTO ALVES...

Protocolo 662051

ERRATA

Na redação do Decreto nº 701-S, de 13/04/2021, publicado no Diário Oficial de 14/04/2021,

ONDE SE LÊ:
... LARISSA RIBEIRO DA COSTA MORAES...

LEIA-SE:
... LARISSA RIBEIRO DA COSTA MORAIS...

Protocolo 662052

Secretaria da Casa Militar - SCM -

RESUMO DE ORDEM DE FORNECIMENTO Nº.005/2021

REF.: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2020 - SCM
Processos nº: 2020-TLJ5M / 2020-D558X.
Contratante: Secretaria da Casa Militar do Governo do Estado do Espírito Santo.
Contratada: PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S.A. - CNPJ: 34.274.233/0001-02.
Objeto: Fornecimento de 42.260 (quarenta e dois mil e duzentos e sessenta) litros de combustível de aviação do tipo QAV - JET A1.
Valor Total: R$ 155.516,80
Dotação Orçamentária: Para o exercício de 2021, na Atividade: 04.122.0019.2081, no elemento de despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo, do orçamento da Secretaria da Casa Militar.

Vitória, 14 de abril de 2021.

Jocarly Martins de Aguiar Junior - Cel PM
Secretário-Chefe da Casa Militar

Protocolo 661911

Secretaria de Estado de Controle e Transparência - SECONT -

PORTARIA Nº 053-S, DE 13 DE ABRIL E 2021.
O Secretário de Estado de Controle e Transparência, no uso de suas atribuições legais dispostas na Lei Complementar nº. 856, de 17 de maio de 2017,

RESOLVE:

DESIGNAR, na forma do artigo 52, da Lei Complementar nº 46/94, a Auditora do Estado**, Lenise Figliuzzi Arantes Lana,** nº funcional 3145077, para substituir o Auditor do Estado, **Valber Pinheiro Padilha,** nº funcional 2708442, na Função Gratificada (FG) na Coordenação de Auditoria III - Engenharia (COEN), da Secretaria de Estado de Controle e Transparência, no período compreendido entre **05/04/2021 a 04/05/2021**, por motivo de férias do titular do cargo.

EDMAR MOREIRA CAMATA
Secretário de Estado de Controle e Transparência

Protocolo 661797

Superintendência Estadual de Comunicação Social - SECOM -

Rádio e Televisão do Espírito Santo - RTV -

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 037/2021

O Diretor Presidente da Rádio e Televisão Espírito Santo RTV/ES, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:
Exonerar na forma do Art. 61, § 2.º, letra "b", da Lei Complementar n.º 46/94, **PRISCILA SILVA PEREIRA BRUM** do cargo de GERENTE, ref. RTV-03, da Gerencia Financeira da Rádio e Televisão Espírito Santo, a partir de 13/04/2021.

Vitória, 13 de abril de 2021.

Igor Pontini Mesquita
Diretor Presidente da RTV/ES

Protocolo 662045

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 038/2021

O **Diretor-Presidente da Rádio e Televisão Espírito Santo RTV/ES**, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Nomear **AIMEE MICHELE GOMES SILVA** ao cargo de GERENTE, ref. RTV-03, da Gerencia Financeira da Rádio e Televisão Espírito Santo, a partir da data da publicação.

Vitória, 13 de abril de 2021.

Igor Pontini Mesquita
Diretor Presidente da RTV/ES

Protocolo 662047

Explore outros mundos!

Biblioteca Pública do Espírito Santo
Telefone: 3137.9351

Secretaria de Estado de Economia e Planejamento - SEP -

PORTARIA Nº 010 - S, DE 08 DE ABRIL DE 2021.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO no uso da atribuição que lhe confere o art. 65 da Lei Complementar n.º 46, de 31 de janeiro de 1994,

RESOLVE

EXONERAR, de acordo com o artigo 61, §2º, alínea "b" da Lei Complementar nº 46, de 31 de janeiro de 1994, **ADRIANO OLIARI NEGRIS,** do cargo de provimento em comissão de Assessor Especial Nível I, Ref. QCE-04, a partir do dia 09 de abril de 2021.

Vitória/ES, 08 de abril de 2021.

ÁLVARO ROGÉRIO DUBOC FAJARDO
Secretário de Estado de Economia e Planejamento
Protocolo 662037

Secretaria de Estado da Saúde - SESA -

RESOLUÇÃO CIB N° 039/2021
A Comissão Intergestores Bipartite, constituída por meio da Portaria nº 185-P, de 24 de agosto de 1993, e,
Considerando o Decreto nº 4835-R, de 13 de março de 2021, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do novo coronavírus (COVID-19), que altera o Decreto nº 4.636-R, de 19 de abril de 2020;
Considerando o Decreto nº 610, de 26 de março de 2021, que declara o Estado de Calamidade Pública no Estado do Espírito Santo decorrente de desastre natural classificado como grupo biológico/epidemias e tipo de doenças infecciosas virais (COBRADE1.5.1.10), conforme Instrução Normativa 36/2020, do Ministério de Desenvolvimento Regional;

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, Art. 20, que estabelece que a transferência dos estados para os municípios destinados a financiar ações e serviços públicos de saúde serão realizadas diretamente aos Fundos Municipais, de forma regular e automática em conformidade com os critérios de transferência aprovados pelo respectivo Conselho de Saúde;

Considerando a Lei nº 10.730, de 11 de setembro de 2017, que dispõe sobre a instituição do sistema de Transferência de Recursos do Fundo Estadual de Saúde aos Fundos Municipais de Saúde, de forma regular e automática;

Considerando a Portaria GM/MS nº 568, de 25 de março de 2020, que autoriza a habilitação de leitos de Unidades de Terapia Intensiva Adulto para atendimento exclusivo dos pacientes de COVID-19;
Considerando a Portaria GM/MS nº 561, de 26 de março de 2020, que autoriza a utilização de leitos de hospitais de pequeno porte para cuidados prolongados em atendimento dos pacientes crônicos oriundos de Unidades de Terapia Intensiva e Leitos de Enfermaria de hospitais de referência para COVID-19;
Considerando a Portaria nº 071-R, de 28 de abril de 2020, que institui no âmbito do Plano de Atenção Hospitalar COVID-19/ES, a fase II de expansão de leitos, denominada "Programa Leitos Para Todos", como estratégia de qualificação e reestruturação da rede de atenção à saúde e fortalecimento do papel de regulação do Estado do Espírito Santo, visando a garantia do acesso a atenção hospitalar a todos os pacientes que desenvolvam formas graves da Síndrome Respiratória Aguda Grave 2 (SARS-CoV-2);
Considerando a Portaria GM/MS nº 471, de 17 de março de 2021, que dispõe sobre o procedimento para autorização de Leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar (LSVP), em caráter excepcional e temporário, para atendimento exclusivo dos pacientes de COVID-19;
Considerando a Portaria nº 060-R, de 27 de março de 2021, que institui a política estadual de habilitação de leitos COVID-19 aos municípios capixabas,
RESOLVE
Art.1º - DISPOR sobre os procedimentos para habilitação, em caráter excepcional e temporário, do incentivo financeiro estadual na modalidade fundo a fundo para leitos COVID-19, nas seguintes tipologias e valores de diária hospitalar:
I-UTI-COVID-19 - valor/diária/leito - R$ 2.100,00

II-SUPORTE VETILATÓRIO-COVID-19 - valor/diária/leito - R$ 715,00

III-ENFERMARIA-COVID-19- valor/diária/leito - R$ 715,00

Parágrafo único - O repasse vigerá por 90 (noventa) dias, podendo a vigência ser alterada conforme a situação epidemiológica da Pandemia de COVID-19 e disponibilidade orçamentária.

Art.2º - As solicitações de habilitações dos serviços com leitos de internação e observação deverão ser encaminhadas pelo Gestor Municipal onde o serviço está sediado à SESA para o e-mail rue@saude.es.gov.br, respeitando os requisitos aplicáveis definidos em norma federal e estadual, conforme documentação prevista no Anexo I, desta Resolução.

Art.3º - Após análise técnica pela SESA, todos os leitos considerados aptos para recebimento do incentivo estadual serão comunicados formalmente no site da SESA https://saude.es.gov.br/cib, por meio de Resolução específica da CIB/SUS-ES.

Art.4º- Os leitos considerados aptos serão habilitados por meio de Resolução CIB específica nos termos deste ato e da Portaria nº 060-R serão cadastrados pela SESA no SAIPS para habilitação junto ao Ministério da Saúde.

Parágrafo único - A partir da habilitação dos leitos de UTI e de suporte ventilatório junto ao Ministério da Saúde, o repasse de recurso estadual será realizado de forma complementar nos termos da Portaria nº 060-R (Art.1º, §2º e §3º).

Art.5º - O gestor municipal deverá obrigatoriamente disponibilizar à Rede Estadual de Atenção Hospitalar 100% dos leitos habilitados, no prazo máximo de 48 horas.

§1º - A disponibilização dos leitos deverá ser informada pelo Prestador no e-mail cadastroregulacao@saude.es.gov.br, discriminando o nome da Unidade e Serviço, CNES, tipo de leito e quantidade.

§2º - A disponibilização dos leitos ao Núcleo Especial de Regulação de Internação - NERI/SSERCAS será adotada como critério para a transferência mensal dos recursos do Fundo Estadual de Saúde - FES para o Fundo Municipal de Saúde - FMS, no valor correspondente ao número de dias de cada mês, calculado na data de cadastro após entrada em vigor da Resolução CIB/SUS-ES de habilitação.

Art.6º - As Unidades que aderirem à prestação de serviços nos termos da Portaria ficam obrigadas a:
a. Atualizar o Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES) especificando número de leitos, de ventiladores, de monitores, serviços e profissionais como integrantes do SUS;

b. Deverão registrar todos os atendimentos de pacientes suspeitos e/ou confirmados com COVID-19 no Sistema de Informação Hospitalar (SIH) conforme as normas e fluxos estabelecidos pela SESA. O registro do procedimento terá como base informações disponíveis no prontuário do paciente que permitam identificar o tratamento realizado e o procedimento correspondente no SIGTAP - Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e Órteses e Próteses (OPME) do SUS.

c. As Unidades de Pronto Atendimento 24h e Prontos Atendimentos deverão registrar todos os atendimentos de pacientes suspeitos e/ou confirmados com COVID-19 como procedimentos ambulatoriais, no SIA - Sistema de Informação Ambulatorial.

d. Os dados dos leitos disponibilizados devem ser alimentados no Censo de Leitos do Sistema do e-SUS VE - Notifica Internação (base federal), disponível em https://notifica.saude.gov.br/ e no "Censo de Leitos", que trata da coleta diária de informações sobre a ocupação de leitos na Rede Hospitalar Pública e Contratualizada do Espírito Santo, disponível no link: https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScCk8cQ0Ss--FLVetis8Zt4kTfDEjWmx-EnzdBesoDCYUbgE-g/viewform.

Art.7º - Caberá ao gestor municipal adotar as providências necessárias para evitar duplicidade de remuneração dos leitos habilitados nos termos desta Resolução e da Portaria nº 060-R, de 27/03/2021, caso estes leitos já estejam contratualizados no âmbito municipal.

Art.8º - O recurso orçamentário referente ao objeto dessa Resolução, correrá por conta do orçamento Programa de Trabalho.10.302.0047.4705; Natureza da Despesa.3.3.41.41.00, Fonte 0104 e/ou 0304 e/ou 0301 e/ou fonte disponibilizada.

Art.9º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vitória, 14 de abril de 2021.

NÉSIO FERNANDES DE MEDEIROS JUNIOR
Secretário de Estado da Saúde
Presidente da CIB/SUS-ES

CÁTIA CRISTINA VIEIRA LISBOA
Secretária Municipal de Saúde de Vila Velha -ES
Presidente do COSEMS-ES

ANEXO I

SOLICITAÇÃO DE HABILITAÇÕES DE LEITOS DE UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA - UTI - COVID-19; LEITOS DE SUPORTE VENTILATÓRIO PULMONAR - COVID-19 E LEITOS DE ENFERMARIA-COVID-19

1.1- Ofício do Gestor Municipal informando os estabelecimentos em que serão instalados os Leitos de Unidade de Terapia Intensiva--UTI, com os respectivos números do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) e código IBGE; quantitativo de Leitos de UTI a serem habilitados; quantitativo de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar- COVID-19 e quantitativo de ventiladores em número adicional ao já existente no CNES; quantitativo de Leitos de Enfermaria-COVID-19.

1.2 - Anexar Declaração do Gestor Municipal atestando que os estabelecimentos de saúde em que serão instalados os Leitos de UTI-COVID-19; Leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar - covid-19 e Leitos de Enfermaria- COVID19, possuem equipamentos, equipe multiprofis-

sional e insumos para operacionalização dos leitos serem habilitados.

Protocolo 661895

PORTARIA Nº 074-R, DE 14 DE ABRIL DE 2021.

Estabelece o limite de repasse financeiro destinado ao incentivo estadual para o custeio de leitos de internação do Programa "Leito para Todos".

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE - SESA, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 46, alínea "o" da Lei nº 3043, de 31 de dezembro de 1975, e,

CONSIDERANDO

o disposto na Lei Nº 8.080/1990 que define que quando as disponibilidades do Sistema Único de Saúde (SUS) forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial à população de uma determinada área, o Estado poderá recorrer aos serviços ofertados pela iniciativa privada;

a Portaria nº 060-R de 27 de março de 2021, que institui a política estadual de habilitação de leitos;

a Resolução CIB/SUS-ES nº 039/2021, que dispõe sobre os procedimentos para habilitação do incentivo financeiro estadual na modalidade fundo a fundo.

RESOLVE

Art.1º ESTABELECER o limite de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) em habilitações de leitos ao componente de incentivo financeiro estadual definidos pela SESA no âmbito da gestão municipal do SUS destinados ao Programa "Leitos para Todos".

Art.2º Esta portaria entra em vigor a partir de sua data de publicação no Diário Oficial do Estado.

Vitória, 14 de abril de 2021.

NÉSIO FERNANDES DE MEDEIROS JUNIOR
Secretário de Estado da Saúde

Protocolo 661892

PORTARIA Nº 075-R, DE 14 DE ABRIL DE 2021

Aprova a 16ª alteração de Quadro de Detalhamento de Despesa da Secretaria de Estado da Saúde.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 98, inciso II da Constituição Estadual, e tendo em vista o disposto no § 1º do art. 25 da Lei nº 11.168, de 16 de setembro de 2020 e na Lei nº 11.231, de 06 de janeiro de 2021;

RESOLVE:

Art.1º - Proceder na forma dos Anexos I e II a esta Portaria a 16ª alteração do Quadro de Detalhamento de Despesa, publicado em conformidade com a Portaria SEP nº 002-R, de 08 de janeiro de 2021.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NÉSIO FERNANDES DE MEDEIROS JUNIOR
Secretário de Estado da Saúde

QUADRO DE DETALHAMENTO DE DESPESA - ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO

R$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	F	VALOR
44.000	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE			
44.901	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE			
10.302.0047.4705	ASSISTÊNCIA COMPLEMENTAR À REDE PÚBLICA DE SAÚDE - Despesas com serviços de terceiros - pessoa jurídica	3.3.22	0301	273.600,00
	TOTAL			273.600,00

QUADRO DE DETALHAMENTO DE DESPESA - ANEXO II - ANULAÇÃO

R$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	F	VALOR
44.000	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE			
44.901	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE			
10.302.0047.4705	ASSISTÊNCIA COMPLEMENTAR À REDE PÚBLICA DE SAÚDE	3.3.90	0301	273.600,00
	TOTAL			273.600,00

Protocolo 661957

ORDEM DE FORNECIMENTO
Nº 0966/2021

PROCESSO Nº 2021-SG8RH

CONTRATANTE: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE.

CONTRATADA: SERRAMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 19.691.725/0001-00
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO.
VALOR: R$ 177.635,20(cento e setenta e sete mil, seiscentos e trinta e cinco reais e vinte centavos).
DOTAÇÃOORÇAMENTÁRIA: Atividade:**20.44.901.10.302.0047.2184**; Elemento de Despesa **339030**, fonte **0104000000**, Nota de Empenho **2021NE03348**, do orçamento do órgão requisitante para o exercício de 2021.

DATA DA ASSINATURA: 13/04/2021

QUELEN TANIZE ALVES DA SILVA
Subsecretária de Estado da Saúde

LOTE	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	SERINGA DESCARTAVEL PARA INSULINA; CAPACIDADE: 1 ML/100UI	UNIDADE	16.000	0,3200	5.120,00
02	SERINGA DESCARTAVEL DE 10ML	PEÇA	40.000	0,5200	20.800,00
03	SERINGA DESCARTAVEL; CAPACIDADE: 20 ML	UNIDADE	17.000	0,6800	11.560,00
04	SERINGA DESCARTAVEL; CAPACIDADE: 3 ML	UNIDADE	25.000	0,3300	8.250,00
06	SERINGA DESCARTAVEL ; CAPACIDADE: 60 ML	UNIDADE	1.200	2,80000	3.360,00
07	ABAIXADOR DE LINGUA DESCARTAVEL	PACOTE/ 100 UNID.	3.000	4,2000	12.600,00
09	ATADURA DE ALGODAO ORTOPEDICO	PACOTE/12 UNID.	900	5,9000	5.310,00
10	ATADURA DE ALGODAO ORTOPEDICO 10CMX1M	PACOTE/12 UNID.	513	7,8000	4.001,40
11	ATADURA DE ALGODAO ORTOPEDICO 15CMX1M	PACOTE/12 UNID.	2.412	9,9000	23.878,80
12	ATADURA DE ALGODAO ORTOPEDICO 20CMX1M	PACOTE/12 UNID.	1.236	12,5000	15.450,00
13	COMPRESSA CIRURGICA (CAMPO OPERATORIO)	PACOTE COM 05 UNID.	6.480	6,2000	40.176,00
14	COMPRESSA CIRURGICA (CAMPO OPERATORIO), TAMANHO 45 X 50 CM	PACOTE	150	51,0600	7.659,00
15	COMPRESSA DE GAZE; TIPO: HIDROFILA	UNIDADE	33.000	0,5900	19.470,00

Protocolo 661731

ORDEM DE FORNECIMENTO
Nº 0958/2021

PROCESSO Nº 2021-NZZSD
REF. DISPENSA DE LICITAÇÃO Lei nº 8.666/1993 - Art. 24 - Inciso IV
CONTRATANTE: Secretaria de Estado da Saúde - HIMABA.
CONTRATADA:HOSPITALARES DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS DE CORRELATOS EIRELI-EPP - CNPJ: 26.364.969/0001-35.
OBJETO: Aquisição de medicamentos.
VALOR: R$ 21.638,00 (vinte e um mil, seiscentos e trinta e oito reais)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: ATIVIDADE:

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Data: Quarta-feira, 14 de Abril de 2021 às 22:28:00 Código de Autenticação: a6b29bc

20.44.901.10.302.0047.2184; Elemento de Despesa **339030**, fonte **0104000000**, Nota de Empenho **2021NE03336**, do orçamento do órgão requisitante para o exercício de 2021.

DATA DA ASSINATURA: 13/04/2021

QUELEN TANIZE ALVES DA SILVA
Subsecretária de Estado da Atenção à Saúde

LOTE	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
07	OMEPRAZOL 40MG	FR/AMPOLA	620	34,9000	21.638,00

Protocolo 661737

ORDEM DE FORNECIMENTO
Nº 0786/2021

PROCESSO Nº 2021-XC42L
REF. DISPENSA DE LICITAÇÃO Lei nº 8.666/1993 - Art. 24 - Inciso IV
CONTRATANTE: Secretaria de Estado da Saúde
CONTRATADA: COSTA CAMARGO COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
OBJETO: Aquisição de materiais. Valor R$ 46.855,74 (quarenta e seis mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e setenta e quatro centavos)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: ATIVIDADE: 20.44.901.10.302.0047.2184; Elemento de Despesa 339030; do orçamento do órgão requisitante para o exercício de 2021.
DATA DA ASSINATURA: 14/04/2021

QUELEN TANIZE ALVES DA SILVA
Subsecretária de Estado de Atenção à Saúde

LOTE	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2	ALRPSTADIL ALFACICLO-DEXTRINA 20 MCG	AMPOLA	340	76,2810	25.935,54
8	FRAÇÃO FOSFOLIPIDICA DE PULMAO PORCINO 80MG/ML	F/A	12	1.743,350	20.920,20

Protocolo 661944

RESUMO ADITIVO CONTRATO

CONTRATO Nº 0012/2020

Contratante: SUPERINTENDEN-CIA REGIONAL DE SAUDE DE VITÓRIA - SRSV

Processo Nº: **88377466.**

Forma de Contratação: ADESÃOATA REGISTRO DE PREÇOS 0011/2019 - SRSC

Contratado: RADIOLOGISTA ASSOCIADOS LTDA,
CNPJ: 32.404.410/0001-94

Objeto: SERVIÇOS CONTINUOS DOS EXAMES MÉDICOS DE RESSONANCIA MAGNETICA COM SEDAÇÃO DOS DIVERSOS SEGUIMENTOS COM OU SEM CONTRASTE

Valor: R$ 947,00 (novecentos e quarenta e sete reais) - valor unitário

Vigência: 14/04/2021 a 13/04/2022

Em 14/04/2021
CYBELI PANDINI GIURIZATTO ALMEIDA Superintendente Regional de Saúde de Vitória -
Protocolo 661979

EXTRATO

EXTRATO DA CONVOCAÇÃO COMPLEMENTAR DA PRIMEIRA CONVOCAÇÃO DO EDITAL ICEPi/SESA Nº 030/2021 referente ao Processo Seletivo Simplificado para profissionais bolsistas Médicos, Enfermeiros e Cirurgiões-dentistas para participarem do Componente de Provimento e Fixação de Profissionais do Programa Estadual de Qualificação da Atenção Primária à Saúde.

ESPÉCIE: Edital ICEPi/SESA Nº 030/2021

OBJETO: Extrato da Convocação Complementar da Primeira Convocação do Edital ICEPi/SESA Nº 030/2021 referente ao Processo Seletivo Simplificado para profissionais bolsistas Médicos, Enfermeiros e Cirurgiões-dentistas para participarem do Componente de Provimento e Fixação de Profissionais do Programa Estadual de Qualificação da Atenção Primária à Saúde.

DATA DA FORMALIZAÇÃO DA ADESÃO: 16 de abril de 2021.

ÍNTEGRA DO DOCUMENTO DISPONÍVEL EM: https://saude.es.gov.br/icepi

SIGNATÁRIO: Fabiano Ribeiro dos Santos

DATA DA ASSINATURA: 14 de abril de 2021

FABIANO RIBEIRO DOS SANTOS
Diretor Geral do ICEPI
Protocolo 661859

Hospitais

AVISO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Hospital Dr Alceu Melgaço Filho-HDAMF/SESA, torna público que fará Adesão à Ata de Registro de Preços 00103/2020 -Proc:19.000.036320.2019-Governo da Paraíba
EMPRESA: **Moveis Andrade - Industria e Comercio de Moveis Hospitalares LTDA**
OBJETO: Cama Fowler Elétrica
Lotes: 02- Cama Fowler Elétrica mínima 200 kg - Valor R$:545.290,00
Lote 03 Cama Fowler Elétrica mínima 250 kg- valor R$::340.860,00
VALOR TOTAL DOS LOTES R$:886.150,00 (Oitocentos e oitenta e seis mil, cento e cinquenta reais)
PROCESSO: 2020-FJDCH/HDAMF
PROCESSO :19.000.036320.2019-Governo da Paraíba
B. de S. Francisco, 14/04/2021
Lorena Teixeira Chipolesch Lacerda
Diretora Geral / HDRC
Protocolo 661778

AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 002/2021 - HDAMF.
O Hospital Silvio Avidos torna público que fara Adesão à Ata de Registro de Preço 002/2021 do Pregão Eletrônico 006/2021 - Processo 2020-45R0K - HDAMF, Empresa : Orthohead Instrumentais e Implantes Cirúrgicos LTDA
CNPJ:03.204.058/0001-45
Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Materiais Órteses e Próteses
Elemento de Despesa: 3.3.90.30 - Fonte: 104 ou 155
Lote 01: Item 01 (13.240,00)
Valor do Lote 01 : R$ 13.240,00

Lote 02: Item 01 : (1.286,45)
Item 02 (4.950,00)
Item 03 (8.000,00)
Item 04 (43.500,00)
Item 05 (14.500,00)
Item 06 (14.500,00)
Item 07 (14.500,00)
Item 08 (7.600,00)
Item 09 (23.000,00)
Item 10 (7.600,00)
Item 11 (7.600,00)
Item 12 (540,00)
Item 13 (9.500,00)
Item 14 (9.500,00)
Item 15 (9.500,00)
Item 16 (23.000,00)
Item 17 (5.700,00)
Item 18 (14.000,00)
Item 19 (5.700,00)
Valor do Lote 02: 224.476,45

Lote 03:Item 01 (153,40)
Item 02 (180,60)
Item 03 (277,10)
Item 04 (1.354,35)
Item 05 (1.543,80)
Item 06 (415,65)
Item 07 (9.000,00)
Item 08 (80,50)
Item 09 (7.643,40)
Item 10 (2.060,28)
Item 11 (1.285,10)
Item 12 (8.400,00)
Item 13 (605,90)
Item 14 (2.968,00)
Item 15 (3.676,20)
Item 16 (1.499,50)
Item 17 (1.480,65)
Item 18 (2.754,80)
Item 19 (1.603,05)
Item 20 (3.240,55)
Item 21 (2.808,30)
Item 22 (9.365,80)
Item 23 (4.945,75)
Item 24 (11.200,00)
Item 25 (10.963,90)
Item 26 (5.052,80)
Item 27 (9.059,00)
Item 28 (2.887,10)
Item 29 (6.000,00)
Item 30 (400,00)
Item 31 (400,00)
Item 32 (5.600,00)
Valor do lote 03:118.905,48

Valo total Adesão: R$ 356.621,93

Colatina, 14 de Abril de 2021.
Pablo José Miclos
Diretor Geral /HMSA
Protocolo 661874

RESUMO DE ORDEM DE FORNECIMENTO
Contratante: SESA/HABF
Objeto: Material de consumo
Processo: 2020-RVH7J
OF:338/2021-Ata:0157/2020
Contratada: Jasmim Colchões Eireli.
Lote 02 - Item 01 (colchão cama hospitalar); Quant.: 20 und; Valor Total: R$6.210,00;
Lote 03 - Item 01 (colchão para maca hospitalar); Quant.: 10 und; Valor Total: R$852,80;
Fonte de Recurso: 155 orçamento para o exercício de 2021.
Dotação Orçamentária: Atividade 20449011030200472184.
Elemento de Despesa: 339030.
Vila Velha, 14 de abril de 2021.
JOAO LUIZ T. DORNELLES
Diretor Geral /HABF
Protocolo 661826

RESUMO DE ORDEM DE FORNECIMENTO
Contratante: SESA/HABF
Objeto: Material de consumo
Processo: 2021-9MKBL
OF:339/2021-Ata:0101/2020
Contratada: Estafe Comercio e Serviços Eireli EPP.
Lote 03 - Item 01 (caixa papelão arquivo morto); Quant.: 200 und; Valor Total: R$298,00;
Lote 09 - Item 01 (ebulidor eletrico); Quant.: 20 und; Valor Total: R$341,00;
Lote 17 - Item 01 (livro protocolo); Quant.: 30 und; Valor Total:

R$258,90;
Lote 28 - Item 01 (umedecedor dedos); Quant.: 50 und; Valor Total: R$59,50;
OF:340/2021-Ata:0103/2020
Contratada: Cescopel Atacado Distribuidor Ltda EPP.
Lote 06 - Item 01 (caneta retro-projetor preta); Quant.: 228 und; Valor Total: R$335,16;
Lote 07 - Item 01 (caneta retro-projetor vermelha); Quant.: 24 und; Valor Total: R$35,52;
OF:341/2021-Ata:0102/2020
Contratada: Maratimba Utilidades Eirelli - Me
Lote 04 - Item 01 (caixa arquivo morto); Quant.: 200 und; Valor Total: R$544,00;
Lote 05 - Item 01 (caneta marca texto amarela); Quant.: 200 und; Valor Total: R$182,00;
Fonte de Recurso: 104 orçamento para o exercício de 2021.
Dotação Orçamentária: Atividade 20449011030200472184.
Elemento de Despesa: 339030.
Vila Velha, 14 de abril de 2021.
JOAO LUIZ T. DORNELLES
Diretor Geral /HABF
Protocolo 661829

RESUMO DE ORDEM DE FORNECIMENTO
Contratante: SESA/HABF
Objeto: Material de consumo
Processo: 2021-S1PVN
OF:342/2021-Ata:0201/2020
Contratada: 5S Trade Tecnologias Ltda.
Lote 02 - Item 01 (mascara tipo respirador PFF2); Quant.: 11.800 und; Valor Total: R$29.382,00;
Fonte de Recurso: 155 orçamento para o exercício de 2021.
Dotação Orçamentária: Atividade 20449011030200472184.
Elemento de Despesa: 339030.
Vila Velha, 14 de abril de 2021.
JOAO LUIZ T. DORNELLES
Diretor Geral /HABF
Protocolo 661830

RESUMO DE ORDEM DE FORNECIMENTO
Contratante: SESA/HABF
Objeto: Material de consumo
Processo: 2021-25MLF
OF:343/2021-Ata:014/2021
Contratada: Nacional Comercial Hospitalar S.A.
Lote 05 - Item 01 (placa eletro-cirurgica universal); Quant.: 600 und; Valor Total: R$5.028,00;
Fonte de Recurso: 104 orçamento para o exercício de 2021.
Dotação Orçamentária: Atividade 20449011030200472184.
Elemento de Despesa: 339030.
Vila Velha, 14 de abril de 2021.
JOAO LUIZ T. DORNELLES
Diretor Geral /HABF
Protocolo 661833

RESUMO DE ORDEM DE FORNECIMENTO
Contratante: SESA/HABF
Objeto: Material de consumo
Processo: 2020-Q74SM
OF:344/2021-Ata:01322/2020
Contratada: Injex Industrias Cirurgicas Ltda.
Lote 04 - Item 01 (seringa descartável 10 ml); Quant.: 30.000 und; Valor Total: R$7.761,00;
Fonte de Recurso: 104 orçamento para o exercício de 2021.
Dotação Orçamentária: Atividade 20449011030200472184.
Elemento de Despesa: 339030.
Vila Velha, 14 de abril de 2021.
JOAO LUIZ T. DORNELLES
Diretor Geral /HABF
Protocolo 661837

RESUMO DE ORDEM DE FORNECIMENTO
Contratante: SESA/HABF
Objeto: Material de consumo
Processo: 2020-XDQRJ
OF:345/2021-Ata:0568/2020
Contratada: Exfarma Ltda.
Lote 01 - Item 01 (tigeciclina 50 mg); Quant.: 600 f/a; Valor Total: R$114.426,48;
Fonte de Recurso: 104 orçamento para o exercício de 2021.
Dotação Orçamentária: Atividade 20449011030200472184.
Elemento de Despesa: 339030.
Vila Velha, 14 de abril de 2021.
JOAO LUIZ T. DORNELLES
Diretor Geral /HABF
Protocolo 661839

RESUMO DE ORDEM DE FORNECIMENTO
Contratante: SESA/HABF
Objeto: Material de consumo
Processo: 2020-5R7FV
OF:346/2021-Ata:0125/2020
Contratada: Cescopel Atacado Distribuidora Ltda Epp.
Lote 01 - Item 01 (papel A4 Branco); Quant.: 800 resma; Valor Total: R$10.416,00;
Fonte de Recurso: 104 orçamento para o exercício de 2021.
Dotação Orçamentária: Atividade 20449011030200472184.
Elemento de Despesa: 339030.
Vila Velha, 14 de abril de 2021.
JOAO LUIZ T. DORNELLES
Diretor Geral /HABF
Protocolo 661841

HOSPITAL DRA RITA DE CÁSSIA
RESUMO DE ORDEM DE FORNECIMENTO
Proc.HDRC.:2020-G0DFB
Proc.2020-F7XDC-PR:0559/2020 ARP Nº:1202/2020-Snmed Comercio E Representações Eireli-Lote 01- Avental p/ Procedimento Hospitalar em Tnt-Vr. Total R$140.000,00
B.S.Francisco,14/04/21
Lorena T. C. Lacerda
Diretora Geral HDRC
Protocolo 661847

A Secretaria de Estado da Saúde, através do **HOSPITAL ESTADUAL Dr. DÓRIO SILVA**, torna público o Resumo das Autorizações de Fornecimento de Materiais **(AFM)** abaixo relacionadas:

AFM Nº 0357/2021
EMPENHO Nº 0624/2021
PROCESSO Nº 88816885
PREGÃO 0052/2020
ARP 0127/2020
Contratada - Hospitalares Distribuidora de Medicamentos e Correlatos - EIRELI - EPP
Lote 5 - Clorpromazina cloridrato 25mg - Quant. 2.000 -Unid.
Valor unitário: R$0,22
Valor total: R$1.710,48

AFM Nº 0358/2021
EMPENHO Nº 0625/2021
PROCESSO Nº 88816885
PREGÃO 0052/2020
ARP 0129/2020
Contratada - Sinergia Farmacêutica Ltda
Lote 7 - Risperidona 1mg - Quant. 4.000 - Compr
Valor unitário: R$0,1393
Valor total: R$557,20
Serra/ES, 15 de Abril de 2021

GILMARA SOSSAI SILVA
Diretora Geral/HEDS
Protocolo 662000

RESUMO DO 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 00015/2018
PROCESSO Nº 76467589

CONTRATANTE - Hospital Infantil Nossa Senhora da Gloria.
CONTRATADA: INSTITUTO DE CARDIOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO
OBJETO - Prorrogar o prazo de vigência do Contrato Original por 12(doze) meses, a partir de **24/04/2021**, visando a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES MÉDICOS** com valores de acordo com o anexo I.

DATA DA ASSINATURA - 13/04/2021

Thais Vieira Chiesa Regado
Diretora Geral - HINSG
Protocolo 661754

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 00005/2019

Contratante: HOSPITAL DR. ROBERTO ARNIZAUT SILVARES--HRAS
Processo nº **85053589**
Forma de Contratação: Pregão Eletrônico nº **0024/2019**
Contratado: Centro Médico de João Neiva Eireli
CNPJ: nº 30.591.539/0001-23
Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 00005/2019 pelo prazo de 12 (doze) meses, conforme autorização prevista na sua Cláusula 5ª do contrato original.
Valor:
Lote 01: R$ 742.142,25
Vigência: 16/04/2021 a 15/04/2022
Responsável pela assinatura:
Eduardo Ribeiro Morais
Diretor Geral do HRAS
Protocolo 662002

HOSPITAL MATERNIDADE SILVIO AVIDOS

ERRATA

A Secretaria Estadual de Saúde, através do Hospital Maternidade Sílvio Avidos, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público que, na Resumo de Ordem de Fornecimento publicado no DIO em 14/04/2021.

RESUMO DA ORDEM DE FORNECIMENTO Nº 0293/2021 REF. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2020 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2020.

Onde se lê:
Almiro Schimidt
Diretor Geral - HMSA

Leia-se:
Pablo Jose Miclos
Diretor Geral - HMSA

COLATINA 14/04/2021
ELZIANA P. DA S.DOS SANTOS
CPL/HMSA
Protocolo 661736

Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER -

REFORMA DE APLICAÇÃO DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA
Processo e-Docs nº 2019-PMQ5K
Interessado: SINDIPOL/ES
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE GESTÃO E RECURSOS HUMANOS, no uso das atribuições e prerrogativas dispostas no §1º do Art. 30 do Decreto nº 4576-R, publicado em 11 de fevereiro de 2020, republicado em 12 de fevereiro de 2020:
DECIDE:
Reformar a sanção de suspensão temporária para lançar novas consignações na espécie plano de saúde, pelo prazo de 02 (dois) anos, da consignatária Sindicato dos Policiais Civis do Espírito Santo - SINDIPOL/ES, CNPJ nº 36.010.643/0001-63, para operar no sistema digital de consignações, nos termos do Art. 30, inc II, do Decreto nº 4576-R/2020, por considerar a conduta praticada pela consignatária passível de penalidade, convertendo-a para **ADVERTÊNCIA ESCRITA**, com fulcro no art. 30, I do Decreto Estadual nº 4.576- R/2020.

MARCELO CALMON DIAS
Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos
Protocolo 661914

REFORMA DE APLICAÇÃO DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA
Processo e-Docs nº 2019-DFBTP
Interessado: ASSINPOL-ES
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE GESTÃO E RECURSOS HUMANOS, no uso das atribuições e prerrogativas dispostas no §1º do Art. 30 do Decreto nº 4576-R, publicado em 11 de fevereiro de 2020, republicado em 12 de fevereiro de 2020:
DECIDE:
Reformar a sanção de cancelamento do credenciamento da consignatária Associação dos Investigadores de Polícia Civil do Espírito Santo - ASSINPOL-ES, CNPJ nº 39.261.532/0001-18, para operar no sistema digital de consignações, nos termos do Art. 30, inc IV do

Decreto nº 4576-R/2020, por considerar a conduta praticada pela consignatária fato grave, nocivo aos consignados e ao Sistema de Consignações, convertendo-a para **ADVERTÊNCIA ESCRITA**, com fulcro no art. 30, I do Decreto Estadual nº 4.576- R/2020.

MARCELO CALMON DIAS
Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos
Protocolo 661915

PORTARIA SEGER Nº 40 - R, DE 13 DE ABRIL DE 2021.

Prorroga até 30 de abril de 2021 as medidas que tratam da redução de circulação e aglomeração de servidores públicos nos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE GESTÃO E RECURSOS HUMANOS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 98, incisos I e II, da Constituição Estadual, bem como,

Considerando que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do art. 196 da Constituição da República;
Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19);
Considerando a necessidade da implementação de medidas de redução de circulação e de aglomeração de pessoas para prevenir a disseminação do novo coronavírus (COVID-19) no Estado;
Considerando, o dever da Administração Pública Estadual de resguardar a saúde de servidores públicos e usuários dos serviços públicos diante da pandemia do novo coronavírus (COVID-19);
Considerando a competência conferida no art. 4º do Decreto nº 4839-R, de 17 de março de 2021;
Considerando, por fim, o disposto na Portaria nº 36-R, de 31 de março de 2021

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, até 30 de abril de 2021, as medidas que tratam da redução de circulação e aglomeração de servidores públicos nos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO CALMON DIAS
Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos
Protocolo 661818

PORTARIA SEGER Nº 41 - R, DE 13 DE ABRIL DE 2021.

Prorroga até 30 de abril de 2021 as medidas que possibilitam os estagiários do Programa Jovens Valores pertencentes ao grupo de risco a realização do trabalho remoto.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE GESTÃO E RECURSOS HUMANOS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 98, incisos I e II, da Constituição Estadual, bem como,

Considerando que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do art. 196 da Constituição da República;
Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19);
Considerando a necessidade da implementação de medidas de redução de circulação e de aglomeração de pessoas para prevenir a disseminação do novo coronavírus (COVID-19) no Estado;
Considerando o dever da Administração Pública Estadual de resguardar a saúde de servidores públicos e usuários dos serviços públicos diante da pandemia do novo coronavírus (COVID-19);
Considerando a competência conferida a este Secretário pelo art. 38 do Decreto nº 3388-R, de 24 de setembro de 2013 quanto à avaliação dos casos omissos concernentes aos estagiários vinculados ao Programa Jovens Valores,
Considerando, por fim, o disposto na Portaria nº 37-R, de 31 de março de 2021

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, até 30 de abril de 2021, as medidas estabelecidas pela Portaria nº 37-R, de 31 de março de 2021, que tratam da possibilidade de realização de atividades de estágio remotamente, em caráter excepcional e temporário, aos estagiários do Programa Jovens Valores pertencentes ao grupo de risco do novo coronavírus (COVID-19).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO CALMON DIAS
Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos
Protocolo 661820

PORTARIA SEGER Nº 42 - R, DE 13 DE ABRIL DE 2021.

Prorroga até 30 de abril de 2021 as medidas que possibilitam os estagiários do Programa Jovens Valores cumprirem sua jornada semanal de forma remota.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE GESTÃO E RECURSOS HUMANOS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 98, incisos I e II, da Constituição Estadual, bem como,

Considerando que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do art. 196 da Constituição da República;
Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19);
Considerando a necessidade da implementação de medidas de redução de circulação e de aglomeração de pessoas para prevenir a disseminação do novo coronavírus (COVID-19) no Estado;
Considerando o dever da Administração Pública Estadual de resguardar a saúde de servidores públicos e usuários dos serviços públicos diante da pandemia do novo coronavírus (COVID-19);
Considerando, a competência conferida a este Secretário pelo art. 38 do Decreto nº 3388-R, de 24 de setembro de 2013, quanto à avaliação dos casos omissos concernentes aos estagiários vinculados ao Programa Jovens Valores,
Considerando, por fim, o disposto na Portaria nº 38-R, de 31 de março de 2021

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, até 30 de abril de 2021, as medidas estabelecidas pela Portaria nº 38-R, de 31 de março de 2021, que tratam da possibilidade dos estagiários do Programa Jovens Valores cumprirem sua jornada semanal de forma remota.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO CALMON DIAS
Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos
Protocolo 661821

PORTARIA SEGER Nº 43 - R, DE 13 DE ABRIL DE 2021.

Prorroga até 30 de abril de 2021 as medidas que possibilitam aos servidores públicos pertencentes ao grupo de risco a realização do trabalho remoto.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE GESTÃO E RECURSOS HUMANOS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 98, incisos I e II, da Constituição Estadual, bem como,

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);
Considerando a Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, a Portaria do Gabinete do Ministro da Saúde nº 188/2020, de 04 de fevereiro de 2020, o Decreto Estadual 4.593-R, de 13 de março de 2020 que declarou Emergência em Saúde Pública no Brasil e no Espírito Santo em decorrência do surto do novo coronavírus (COVID-19);
Considerando a necessidade da implementação das medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do novo coronavírus (COVID-19) aos servidores públicos nos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual impostas pelo Decreto nº 4727-R, de 12 de setembro de 2020;
Considerando as medidas estabelecidas no Decreto nº 4727-R, de 12 de setembro de 2020, para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do novo coronavírus (COVID-19) aos servidores públicos pertencentes ao grupo de risco;
Considerando a competência conferida no art. 1º do Decreto nº 4727-R, de 12 de setembro de 2020;
Considerando, por fim, o disposto nas Portaria nº 46-R, de 28 de setembro de 2020, Portaria nº 49-R, de 14 de outubro de 2020, Portaria nº 50-R, de 26 de outubro de 2020, Portaria nº 52-R, de 13 de novembro de 2020, Portaria nº 62-R, de 25 de novembro de 2020, Portaria nº 64-R, de 09 de dezembro de 2020, Portaria nº 68-R, de 30 de dezembro de 2020 e Portaria nº 04-R, de 08 de janeiro de 2021, Portaria nº 08-R, de 28 de janeiro de 2021, Portaria nº 17-R, de 11 de fevereiro de 2021, Portaria nº 20-R, de 25 de fevereiro de 2021, Portaria nº 24-R, de 10 de março de 2021 e Portaria nº 30-R, de 23 de março de 2021

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, até 30 de abril de 2021, as medidas que tratam da possibilidade do trabalho remoto, em caráter excepcional e temporário, aos servidores públicos pertencentes ao grupo de risco do novo coronavírus (COVID-19).

Parágrafo único O servidor público de que trata o caput deverá planejar com a chefia imediata suas atividades remotas e apresentar, ao fim desse período, relatório do trabalho realizado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO CALMON DIAS
Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos
Protocolo 661822

PORTARIA N.º 235-S, DE 14 DE ABRIL DE 2021.

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DE GESTÃO E RECURSOS HUMANOS**, no uso das atribuições legais que lhe confere o Artigo 46, alínea o, da Lei 3.043, de 31 de dezembro de 1975 e tendo em vista o que consta no art. 4º do Decreto nº 4712-R, de 20 de agosto de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogado, por tempo indeterminado, o prazo estabelecido pela Portaria Seger nº 589-S, de 16 de dezembro de 2020, que distribui o número de vagas disponibilizadas pela SEGER para o regime de teletrabalho, nos limites definidos pelo §3º do art. 4º do Decreto nº 4712-R, de 20 de agosto de 2020 e em consonância com o Plano de Implementação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO CALMON DIAS
Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos
Protocolo 661975

PORTARIA Nº. 237-S, DE 08 DE ABRIL DE 2021.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE GESTÃO E RECURSOS HUMANOS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º do Decreto nº. 6.934-E, publicado em 25 de março de 1997, e tendo em vista o que consta nos processos nº 80652387,

RESOLVE:

COLOCAR os servidores abaixo relacionados, à disposição do **Sindicato do Pessoal do Grupo de Tributação, Arrecadação e Fiscalização - SINDIFISCAL/ES,** para desempenho de mandato classista no triênio 2021/2023:

NOME	NF	PERÍODO
Geraldo José Pinheiro	240129/51	01/01/2021 até 31/12/2023
Carlos Heugênio Duarte Camisão	275260/51	01/01/2021 até 31/12/2023
Luiz Henrique Ribeiro da Silva	2705532/1	01/01/2021 até 31/12/2023
Jocelino Antônio Demuner	238846/51	01/02/2021 até 31/12/2023

Vitória, 08 de abril de 2021.

MARCELO CALMON DIAS
Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos
Protocolo 661994

PORTARIA Nº. 236-S, DE 08 DE ABRIL DE 2021.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE GESTÃO E RECURSOS HUMANOS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º do Decreto nº. 6.934-E, publicado em 25 de março de 1997, e tendo em vista o que consta no processo nº 80423493,

RESOLVE

PRORROGAR até 15 de janeiro de 2022, os efeitos da Portaria nº 961-S, publicada em 27 de dezembro 2017, que colocou o servidor **JOSÉ CHRISTOVAM DE MENDONÇA FILHO,** nº funcional nº 2714752/16, à disposição da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE, para desempenho de mandato classista.

Vitória, 08 de abril de 2021.

MARCELO CALMON DIAS
Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos
Protocolo 661998

Escola de Serviço Público do Espírito Santo - ESESP -

RESUMO DA ORDEM DE EXECUÇÃO SERVIÇOS Nº 057/2021
PROCESSO Nº 2021-Z4XSP
CONTRATANTE: ESCOLA DE SERVIÇO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO - ESESP
Objeto: Prestação de serviço como Docente Conteudista no Projeto Formação e Implementação do Currículo do Espírito Santo na Educação Infantil - Demanda Específica SEDU TC 009/2021.
Contratado: Maria Angélica Vago Soares **Período:** 15/04 à 31.08.2021 **Valor Hora:** R$ 123,00 | **Carga Horária Total:** 30h/a.
Dotação Orçamentária: 10.42.101.12.365.0033.2015, **Elemento de despesa:** 339036, **Fonte:** 0131.

Vitória, 14 de Abril de 2021
Nelci do Belem Gazzoni
Diretora Presidente / ESESP
Protocolo 661976

RESUMO DA ORDEM DE EXECUÇÃO SERVIÇOS Nº 058/2021
PROCESSO Nº 2021-G5DXB
CONTRATANTE: ESCOLA DE SERVIÇO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO - ESESP
Objeto: Prestação de serviço como Docente Conteudista no Projeto Formação e Implementação do Currículo do Espírito Santo na Educação Infantil - Demanda Específica SEDU TC 009/2021.
Contratado: Rodrigo Lema Del Rio Martins **Período:** 15/04 à 31.08.2021 **Valor Hora:** R$ 123,00 | **Carga Horária Total:** 30h/a.
Dotação Orçamentária: 10.42.101.12.365.0033.2015, **Elemento de despesa:** 339036, **Fonte:** 0131.

Vitória, 14 de Abril de 2021
Nelci do Belem Gazzoni
Diretora Presidente / ESESP
Protocolo 661982

Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ -

ORDEM DE SERVIÇO SUBSET Nº 14, DE 14 DE ABRIL DE 2021.

O SUBSECRETÁRIO DO TESOURO ESTADUAL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 47 da Lei nº 3.043, de 31 de dezembro de 1975 e pelo artigo 2º, inciso V, da Portaria nº 15-R, de 09 de abril de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º Localizar, na forma do artigo 35, inciso II, da Lei Complementar nº 46, de 31 de janeiro de 1994, o Consultor do Tesouro Estadual, **JAIR GONÇALVES FERNANDES**, nº funcional 3623416, na Gerência Geral de Finanças do Estado (GEFIN), sem prejuízo das atividades exercidas voltadas à conciliação e controle de pendências da Conta Única do Estado.

Art. 2º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

Vitória-ES, 14 de abril de 2021.

BRUNO PIRES DIAS
Subsecretário do Tesouro Estadual
Protocolo 662007

ORDEM DE SERVIÇO SUBSET Nº 15, DE 14 DE ABRIL DE 2021.

O SUBSECRETÁRIO DO TESOURO ESTADUAL, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 47 da Lei nº 3.043, de 31 de dezembro de 1975;

Considerando o disposto no caput do Art. 10 da Lei nº 11.104, de 27 de janeiro de 2020, que estabelece que o Fundo Reconstrução ES terá escrituração contábil própria, e, também o Art. 8º do Decreto 4579-R de 14 de fevereiro de 2020, que estabelece que o Fundo será administrado pela SEFAZ;

Considerando o disposto no parágrafo único do art. 3º, da Lei Complementar nº 914, de 17 de junho de 2019, que estabelece que o FUNSES terá escrituração contábil própria, e, também as atribuições elencadas pelo Decreto nº 4765-R, de 26 de novembro de 2020, à Subsecretaria do Tesouro Estadual - SUBSET; e

Considerando o disposto no § 2º do art. 2º, da Lei nº 11.247, de 07 de abril de 2021, que estabelece que o Fundo de Proteção ao Emprego será vinculado à Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ, e no art. 10, que estabelece que o fundo terá escrituração contábil própria,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o Consultor do Tesouro Estadual **JAIR GONÇALVES FERNANDES**, nº funcional 3623416, para atuar como responsável técnico contábil das Unidades Gestoras 220902 - FUNSES, 220903 - Fundo Reconstrução ES e da 220904 - Fundo de Proteção ao Emprego, junto aos órgãos públicos federais, estaduais e municipais, e demais órgãos fiscalizadores, em especial ao tocante às atividades referentes ao planejamento, coordenação e controle das atividades ligadas à gestão orçamentária, financeira e contábil dos Fundos, incluindo as prestações de contas mensais e anuais.

Art. 2º As Unidades Gestoras 220902 - FUNSES, 220903 - Fundo Reconstrução ES e 220904 - Fundo de Proteção ao Emprego ficam vinculadas à Subgerência de Gestão do Fundo Soberano, subordinada hierarquicamente à Gerência Geral de Finanças do Estado.

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Data: Quarta-feira, 14 de Abril de 2021 às 22:28:00 Código de Autenticação: a6b29bc

Art. 3º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas a Ordem de Serviço SUBSET nº 40, de 18 de julho de 2019 e a Ordem de Serviço SUBSET nº 36, de 10 de junho de 2020.

Vitória-ES, 14 de abril de 2021.

BRUNO PIRES DIAS
Subsecretário do Tesouro Estadual
Protocolo 662008

ORDEM DE SERVIÇO SUBSER Nº 06 DE 14 DE ABRIL DE 2021.

O SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DA RECEITA, no uso da delegação de competência atribuída pelo o Art. 1º, inciso VII da Portaria n.º 06-R, publicada no Diário Oficial de 21 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º LOCALIZAR, na forma do artigo 35, inciso II, da Lei Complementar nº 46, de 31 de janeiro de 1994, o Auditor Fiscal da Receita Estadual, **ALEXANDER ALLEGRETTI POCUBAY,** nº funcional 3608956, no Núcleo de Educação Fiscal - NEF.

Art. 2º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação

Vitória, 14 de abril de 2021.

LUIZ CLAUDIO NOGUEIRA DE SOUZA
Subsecretário de Estado da Receita
Protocolo 662029

Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social - SESP -

DECISÃO DE RECURSO ADMINS-TRATIVO

Processo: 2020-KK93D
Pregão Eletrônico nº: 016/2020
Nome: 5S Trade Tecnologias Ltda.
CNPJ: 09.288.811/0001-04
Objeto: Registro de Preço para aquisição e instalação de 76 (setenta e seis) baterias novas, do tipo selada 12V/150Ah, inclusive retirada e descarte das baterias existentes visando ao perfeito funcionamento do sistema de 2 (dois) *Nobreaks*.

A Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social - SESP torna pública a decisão de dar provimento parcial ao recurso administrativo interposto pela empresa licitante para reduzir para 1 (um) mês a penalidade de impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública Estadual, na forma do art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02 e nos termos do Decreto nº 2.849-R, de 15 de setembro de 2011.

Vitória, 14 de abril de 2021.

Alexandre Ofranti Ramalho
Secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa Social
Protocolo 662026

PORTARIA Nº 053-S, DE 13 DE ABRIL DE 2021.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Dispensar a militar **LARISSA OLIVEIRA PERIM MONTEIRO** número funcional 3036189/1, da Função Gratificada de Coordenador de Projetos - Ref. COD-FG, da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social a contar de 11.04.2021.

Vitória/ES, 13 de abril de 2021.

ALEXANDRE OFRANTI RAMALHO
Secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa Social
Protocolo 661855

PORTARIA Nº 054-S, DE 13 DE ABRIL DE 2021.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designar a militar **ANY ANGELYS BRAGANÇA CAVALCANTE** número funcional 3084094/1, para exercer a Função Gratificada de Coordenador de Projetos - Ref. COD-FG, da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social a contar de 12.04.2021.

Vitória/ES, 13 de abril de 2021.

ALEXANDRE OFRANTI RAMALHO
Secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa Social
Protocolo 661857

ERRATA

Na redação da Portaria nº 50-s, de 09 de abril de 2021, publicada no diário oficial de 13 de abril de 21.

ONDE SE LÊ:

Art. 1º - DESIGNAR o militar **RONALDO CO BARROS FILHO,** número funcional 9033398, para exercer a Função Gratificada - Ref. FG-01,.....

LEIA-SE:

Art. 1º - DESIGNAR o militar **RONALDO CO BARROS FILHO,** número funcional 9033398, para exercer a Função Gratificada de Coordenador de Projetos - Ref. COD-FG,.....

Vitória/ES, 14 de abril de 2021.

ALEXANDRE OFRANTI RAMALHO
Secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa Social
Protocolo 661860

ERRATA

Na redação da Portaria nº 51-s, de 09 de abril de 2021, publicada no diário oficial de 13 de abril de 2021.

ONDE SE LÊ:

Art. 1º - DESIGNAR o militar **CLESTON DA SIVA FORECHI,** número funcional 2616017, para exercer a Função Gratificada - Ref. FG-02,.....

LEIA- SE:

Art. 1º - DESIGNAR o militar **CLESTON DA SIVA FORECHI,** número funcional 2616017, para exercer a Função Gratificada - Ref. FG-04,.....

Vitória/ES, 14 de abril de 2021.

ALEXANDRE OFRANTI RAMALHO
Secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa Social
Protocolo 661862

ORDEM DE SERVIÇO Nº 13, DE 08 DE ABRIL DE 2021.

O SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições conferidas pela Portaria SESP nº 3-R, de 18/01/2019 Publicada em 22/01/2019, e considerando a exigência contida no art. 115, § 4º, da Lei Complementar nº 46/94,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a Ordem de Serviço nº 021-S, de 25 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial de 27 de novembro de 2020, que aprovou a escala de férias do exercício de 2021:

Nº funcional	Servidor	Excluir/Mês	Incluir/Mês
3352390	Deusdete Teles Correia	Dezembro	Abril

Art. 2º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data da sua publicação.

Vitória/ES, 08 de abril de 2021.
RAFAEL AMORIM RICARDO
Subsecretário de Estado de Gestão Administrativa
Protocolo 661752

Polícia Civil - PC-ES -

EXTRATO ORDEM DE COMPRA nº. 00022-2021
Ordem de Compra nº.00022-2021
CONTRATANTE: POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO-PCES
Processo PCES: 2020-P977L
Forma de Contratação: Pregão Eletrônico nº 012/21
CONTRATADA: CARVALHAES PRODUTOS PARA LABORATÓRIO LTDA
CNPJ: 01.530.501/0001-42
OBJETO: PLACA PARA CROMATO-GRAFIA
Valor Total R$ 140.000,00
Fonte: 107

DRª. DENISE MARIA CARVALHO
Delegada Geral Adjunto da PCES
Protocolo 661873

Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN -

PRORROGAÇÃO DA ORDEM DE SERVIÇO Nº 005/2021
CONTRATANTE: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - DETRAN|ES.
PROCESSO: 2021-L2NWT.
CONTRATADA: SITRAN SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO INDUSTRIAL LTDA.
CNPJ: 16.502.551/0001-93
OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência da Ordem de Serviço nº 005/2021 do Município de Afonso Cláudio por mais 15 dias corridos a contar de 11/04/2021, findando-se em 25/04/2021.

Vitória, 13 de abril de 2021.
GIVALDO VIEIRA DA SILVA
DIRETOR GERAL - DETRAN|ES
Protocolo 662021

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Data: Quarta-feira, 14 de Abril de 2021 às 22:28:00 Código de Autenticação: a6b29

Secretaria de Estado da Educação - SEDU -

DESCENTRALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXTERNA

PORTARIA N º 089-R, de 14 de abril de 2021.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO no uso de suas atribuições legais, de acordo com a **Lei nº 11.231, de 06 de janeiro de 2021**, que aprova o Orçamento Anual do Estado para o exercício de **2021**, a **Portaria SEP nº 002-R, de 08 de janeiro de 2021 que aprova os Quadros de Detalhamento das Despesas Orçamentárias - QDD** e os Decretos nº 3541-R, de 12 de março 2014 e Nº 3636-R de 19 de agosto de 2014, que dispõem sobre a Descentralização da Execução de Créditos Orçamentários,

RESOLVE:

Art. 1º - Descentralizar a execução do(s) crédito(s) orçamentário(s) prevista no Termo de Cooperação **Nº. 022/2021** **na** forma a seguir especificada:

I - OBJETO: Descentralização de Créditos para Contratação de Empresa para execução da construção da Quadra Poliesportiva da EEEFM PASTOR ANTONIO NUNES DE CARVALHO, localizada no Município de Rio Novo do Sul/ES.

II - Termo de Cooperação nº.: 022/2021 de 09/04/2021

III - VIGÊNCIA Data de início: 14/04/2021 Data de término**:** 05/12/2021

IV - DE/Concedente:

Órgão: 42 - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

UO: 42101 - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

UG: 420101 - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

V - PARA/Executante:

Órgão: 35 - SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA

UO: 35201 - DEPARTAMENTO DE EDIFICAÇÕES E DE RODOVIAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - DER-ES

UG: 350201 - DEPARTAMENTO DE EDIFICAÇÕES E DE RODOVIAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - DER-ES

VI - CRÉDITO

DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITO								
UG EMITENTE:	420101			UG FAVORECIDA:		350201		
ESFERA	CÓDIGO		ESPECIFICAÇÃO	FONTE RECURSO	NATUREZA DESPESA	UGR	PLANO ORÇAMENTÁRIO	VALOR (R$)
	UO	PROG. TRABALHO	(NOME DA AÇÃO)					
10	42101	12.361.0033.1672	MODERNIZAÇÃO, AMPLIAÇÃO E ADEQUAÇÃO DA REDE DE ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL REGIÃO 57 - IM 1000655- ESCOLA PASTOR ANTONIO NUNES DE CARVALHO	0102000001	449051	420101	1992	480.000,00
10	42101	12.362.0033.1673	MODERNIZAÇÃO, AMPLIAÇÃO E ADEQUAÇÃO DA REDE DE ESCOLAS DE ENSINO MEDIO REGIÃO 57 - IM 1000655- ESCOLA PASTOR ANTONIO NUNES DE CARVALHO	0102000001	449051	420101	1992	320.000,00
CRONOGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO MENSAL DE LIBERAÇÃO DE COTA DISPONÍVEL A EMPENHAR								
JAN:			MAI:		SET:			
FEV:			JUN:		OUT:			
MAR:			JUL:		NOV:			
ABR:	800.000,00		AGO:		DEZ:			

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Espírito Santo, 14 de abril de 2021.

Vitor Amorim de Angelo
Secretário de Estado da Educação

Protocolo 661850

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Data: Quarta-feira, 14 de Abril de 2021 às 22:28:00 Código de Autenticação: a6b29bc

PORTARIA Nº 477-S, DE 14 DE ABRIL DE 2021.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei nº 3.043/75,

RESOLVE:

DESIGNAR, para a função de Coordenador Escolar, a servidora **Patricia Dias da Costa Marinho**, nº funcional 586897, vínculo 14, MaPB - V.4, na EEEFM Fernando de Abreu, município de Atilio Vivacqua, FM. CE. 3, turno noturno, de acordo com o artigo 14 da Portaria nº 154 - R, de 17 de dezembro de 2020, publicada no Diário Oficial em 18/12/2020 e de acordo com a Portaria nº 184 - R, de 21 de dezembro de 2018, publicada no Diário Oficial em 26/12/2018, a partir da publicação. (Processo nº 2021-P72B5).

Vitória, 14 de abril de 2021.

VITOR AMORIM DE ANGELO
Secretário de Estado da Educação
Protocolo 662020

PORTARIA Nº 478-S, DE 14 DE ABRIL DE 2021.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Lei nº 3.043/75,

RESOLVE:

LOCALIZAR, o servidor **MARCELO XAVIER VIEIRA TORRES**, nº funcional 3608565 vinculo 1, MAPB II.3, Agente de Suporte Educacional, do Quadro Permanente, na Superintendência Regional de Educação de Vila Velha, município de Vila Velha, nos termos do parágrafo primeiro do Art. 45 da Portaria nº 094-R, de 11/10/2019, publicada em 14/10/2019, e do Art. 34 e do inciso I do Art. 35 da Lei Complementar nº 46, publicado no D.O. de 31/01/1994 (Processo nº 2021-FDCP2).

Vitória, 14 de abril de 2021.

VITOR AMORIM DE ANGELO
Secretário de Estado da Educação
Protocolo 662023

PORTARIA Nº 479-S, DE 14 DE ABRIL DE 2021.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei nº 3.043/75,

RESOLVE:

Cessar os efeitos da Portaria nº 665-S, de 16/10/2020, publicada no Diário Oficial de 19/10/2020, apenas no que se refere ao servidor **Vinicius Zamprogno Mota**, nº funcional 3349926, vinculo 2, a partir 19/04/2021. (Processo nº 2020- KB8CD).

Vitória, 14 de abril de 2021.

VITOR AMORIM DE ANGELO
Secretário de Estado da Educação
Protocolo 662024

PORTARIA Nº 480-S, DE 14 DE ABRIL DE 2021.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei nº 3.043/75,

RESOLVE:

Art. 1º Considerar dispensada a partir de 01/02/2021 a professora **Lizia de Paula Leal**, nº funcional 2689014, vínculo 15, MaPB - V.3, da função de Coordenador Escolar, FM. CE.4, da EEEFM Professor Claudionor Ribeiro, município de Cachoeiro de Itapemirim. (Processo 85992798).

Art. 2º Designar, para a função de Coordenador Escolar, a servidora **Lizia de Paula Leal**, nº funcional 2689014, vínculo 15, MaPB - V.3, na EEEFM Presidente Getúlio Vargas, município de Cachoeiro de Itapemirim, FM. CE. 5, de acordo com o artigo 14 da Portaria nº 154-R, de 17 de dezembro de 2020, publicada no Diário Oficial em 18/12/2020 e de acordo com a Portaria nº 184-R, de 21 de dezembro de 2018, publicada no Diário Oficial em 26/12/2018, a partir de 01/02/2021. (Processo 2021-X7KHG).

Vitória, 14 de abril de 2021.

VITOR AMORIM DE ANGELO
Secretário de Estado da Educação
Protocolo 662025

PORTARIA Nº 090-R, DE 14 DE ABRIL DE 2021.

Constitui Comitê Interinstitucional para vacinação dos trabalhadores da educação e demais providências.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Lei Nº 3.043, de 31 de dezembro de 1975 e considerando a Resolução CIB/SUS-ES nº 046/2021,

RESOLVE:

Art. 1º Constituir Comitê Interinstitucional para vacinação dos trabalhadores da educação.

Art. 2º O referido Comitê contará com representantes das seguintes instituições:

I - Secretaria de Estado da Educação - **SEDU**;

II - Universidade Federal do Espírito Santo - **UFES**;

III - Instituto Federal de Educação do Espírito Santo - **IFES**;

IV - União Nacional dos Secretários Municipais de Educação - **UNDIME/ES**;

V - Sindicato das Empresas Particulares de Ensino do Espírito Santo - **SINEPE**;

VI - Secretaria de Estado de Controle e Transparência - **SECONT**.

§ 1º O Comitê será composto por um membro titular e um suplente.

§ 2º As instituições deverão indicar o titular e o suplente para comporem o Comitê, encaminhando os referidos nomes para o endereço eletrônico escolasegura@sedu.es.gov.br.

§ 3º Os nomes indicados pelas instituições serão publicados em portaria específica da SEDU.

§ 4º A Coordenação será feita pelo representante da SEDU.

Art. 3º Compete aos membros do comitê fornecer compilado das listas nominais dos trabalhadores da educação fornecidas pelas instituições, constantes dos incisos de I ao V, que compõem este comitê, considerando a ordem de prioridade e os critérios estabelecidos pela Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 4º O presente Comitê funcionará em caráter emergencial enquanto perdurar o processo de vacinação dos trabalhadores da educação.

Art. 5º O Comitê reunir-se-á sempre que convocado pelo coordenador.

Art. 6º Os participantes do comitê não farão jus a jetom ou qualquer tipo de remuneração.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Vitória, 14 de abril de 2021.

VITOR AMORIM DE ANGELO
Secretário de Estado da Educação
Protocolo 662038

RESUMO DO TERMO DE RESCISÃO AO CONVÊNIO DE CESSÃO DE SERVIDOR Nº 004/2016.

CEDENTE: Município de Venda Nova do Imigrante/ES
CNPJ/MF nº 31.723.497/0001-08
CESSIONÁRIO: Governo do Estado do Espírito Santo, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação - SEDU.
CNPJ/MF nº. 27.080.563/0001-93
OBJETO: Rescisão do Convênio nº Convênio Originário nº 004/2016 a partir de **09/04/2021** referente à cessão da servidora **Solimar Giestas Paiva Lopes**, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá por motivo de aposentadoria.
PROCESSO Nº: 74892584/2016.
Protocolo 661891

EXTRATO DE CONTRATO CONTRATO Nº 018/2021

Contratante: Estado do Espírito Santo, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação - SEDU.
Processo Nº: 2021-SG290
Forma de Contratação: Dispensa de Licitação - Nos Termos do Art. 24 - Inciso IV - Lei 8.666/93
Contratado: Viação Joana D'Arc S/A.
CNPJ: 27.487.156/0002-86
Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de passe escolar para atendimento aos alunos de Ensino Fundamental, Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA), da Rede Estadual, residentes no Município de Linhares/ES
Valor: R$ 2.224.250,00
Vigência: 15/04/21 a 15/04/23
Fonte: 102

Vitor Amorim de Angelo
Secretário de Estado da Educação
Protocolo 661812

RETIFICAÇÃO

No resumo do convênio de cessão de servidor Nº. 9041/2021, publicado em 09 de abril de 2021.
Onde se lê: ... a partir do dia 08 de março de 2021...
Leia-se: ... a partir do dia 08 de abril de 2021.
Protocolo 661894

Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS -

PORTARIA N.º 282-S, de 14 de Abril de 2021

O SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA PARA ASSUNTOS DO SISTEMA PENAL, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 01, Inciso II, da Delegação de Competências publicada em 01/02/2019, resolve:

Considerando, que o § 1º do art. 33 da Lei Complementar nº 46/94 estabelece que o servidor público da administração direta do Poder Executivo será lotado na Secretaria de Estado responsável pela administração de pessoal, onde ficarão centralizados todos os cargos, ressalvados os casos previstos em lei;

Considerando, que o art. 34 da Lei Complementar nº 46/94, expõe os critérios adotados pela Administração Pública nos atos inerentes a localização dos servidores;

Considerando, ainda, que a Lei Complementar nº 637/2012 institui a Política de Gestão de Pessoas dos Servidores Públicos do Poder Executivo do Estado do Espírito Santo, aduzindo no inciso XIII do art. 3º sobre a localização dos servidores como *"local geográfico a ser designado pelo órgão de alocação onde o servidor desempenhará suas atividades".*

LOCALIZAR, os servidores abaixo, por interesse da Diretoria e Administração Geral dos Estabelecimentos Penais - DIRAGESP, com base no art. 52 do Decreto nº 3.987-R de 21 de junho de 2016, o qual atribui a coordenação do processo de distribuição do quadro de pessoal nos Estabelecimentos Penais, a contar de sua publicação.

HUDSON BARCELOS BRITO - NF. 2917122 - PSMA I.

ALESSANDRO FERREIRA DE SOUZA
SUBSECRETÁRIO PARA ASSUNTOS DO SISTEMA PENAL

Protocolo 662012

PORTARIA Nº 281, DE 14 DE ABRIL 2021.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando das atribuições que lhe confere o Art. 46, da Lei nº 3043, de 31 de dezembro de 1975, e,
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO
CONSIDERANDO o Decreto nº 2.554-R de 28 de julho de 2010, alterado pelo Decreto nº 2624-R, de 23 de novembro de 2010, que regulamentou os critérios de avaliação para fins de aprovação em Estágio Probatório;

CONSIDERANDO que os servidores relacionados abaixo, foram aprovados na Avaliação Especial de Desempenho para Servidores em Estágio Probatório, conforme consta no processo administrativo individual;

RESOLVE:
DECLARAR estável, na forma dos Arts. 42 e 43 da Lei Complementar 46 de 31 de janeiro de 1994, c/c o Art. 23 do Decreto nº 2624-R/2010, os servidores efetivos, conforme discriminado abaixo, a partir da respectiva data.

INSPETOR PENITENCIÁRIO

FUNCIONAL	SERVIDOR	ESTABILIDADE
3777596	ANGELO ANTONIO DE OLIVEIRA ZORZAL	15/06/2019
3777642	BIGVAI JOSÉ DE CARVALHO	20/06/2019
3222276	CRISTIANO VICENTE XAVIER	26/06/2019
3778630	DEUZIANNE PEREIRA DA SILVA	27/06/2019
3077233	DIEGO AMÉRICO	16/06/2019
3792250	DIHONE VAGNER DE ALCANTARA	09/08/2019
2791811	EDMAR JUVENCIO DE OLIVEIRA	06/11/2018
3752860	FABRICIO GETULIO PINA FERNANDES	04/03/2019
3707610	FATIMA MACHADO MARABOTTI	30/10/2018
3621073	FELIPE COSSETI	10/05/2017
3637557	FLAVIA LUDIMILA ROCHA BARBOSA	06/03/2018
3781305	GABRIELLY SILVA LORENCINI	03/07/2019
3702120	GENTIL SAMORA PARANHO	04/06/2018
3374602	GILSON LEONCIO ARMONDES	06/07/2019
3624625	GIOVANI RAMOS ALMEIDA DA SILVA	29/01/2018
3777464	GLEDSON ZANI DE LIMA	17/06/2019
3428133	ISAIAS LIMA AFFONSO	10/06/2019
3777618	ITALO JULIANO ZACCHE	20/06/2019
3188710	JEAN DE SOUZA SOARES	09/07/2018
3695271	JOASSON VALLI MATIAS	10/05/2018
3111253	JOSÉ BOM JESUS FILHO	21/10/2019
3700160	JULIO CESAR ALMEIDA TOSTES	18/01/2019
3781208	JURACY OLIVEIRA DOS SANTOS	01/07/2019
3695204	LEONARDO OLIVEIRA COSTA	06/05/2018
3384543	LUIZ EDUARDO SANTOS DA SILVA RODRIGUES	17/07/2019
3780856	MAIKON DOUGLAS ANACLETO SILVA	08/07/2019
3695468	MARLON ASTORE LOUREIRO	08/05/2018
1559605	MASCIMINO TEIXEIRA NASCIMENTO	24/03/2019
3708195	PAMELLA SILVA ZORZANELLI ARAUJO	24/07/2019
3782689	RAFAEL RAUTA MORGHETTI	10/07/2019
3783308	RENÉ CARMO DE ABREU	28/06/2016
2682893	ROBERTA CASAGRANDE TOZATTO MARTINS	09/12/2019
3781216	RODRIGO LIMA FERNANDES	12/07/2019
2885352	RODRIGO ROCHA ALVES	12/06/2019
3156869	RUBLEO DE ALMEIDA BRAGA	10/07/2019
3157385	THIAGO DE ALMEIDA MARCHESI	06/05/2018
3694135	THIAGO SILVA COSTA	13/05/2018
3781224	VINICIUS BORLINI TESTA	01/07/2019
3777340	VINICIUS DE SOUSA FAGUNDES	21/06/2019
3777456	WILLIAN GOMES LOPES	14/06/2019

MARCELLO PAIVA DE MELLO
Secretário de Estado da Justiça

Protocolo 662015

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Data: Quarta-feira, 14 de Abril de 2021 às 22:28:00 Código de Autenticação: a6b29bc

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 015/2021.

CONVENENTE: O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA.
CONVENIADA: BERTOLI CONSTRUÇÕES EIRELI.
OBJETO: Absorção de mão de obra dos presos em cumprimento de pena em regime semiaberto no Sistema Penitenciário Capixaba, para o desenvolvimento das atividades de pedreiro de obras civis e ajudante de obras civis.
VIGÊNCIA: 60 (sessenta) meses, a contar do dia subsequente ao da sua publicação.
PROCESSO 2021-M3N4N.
Vitória/ES, 14 de abril de 2021.
CELSO DOS SANTOS JUNIOR
SUBSECRETÁRIO DE ESTADO PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS/SEJUS
Protocolo 661780

Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social - SETADES -

RESOLUÇÃO CEAS/ES N° 506, de 13 de abril de 2021
Altera a Resolução CEAS/ES Nº 505, de 31 de março de 2021, a qual aprova o Programa Temporário de Transferência de Renda aos cidadãos atingidos social e economicamente pela pandemia do novo coronavírus (COVID-19), no exercício 2021.

O Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS/ES, na sua 350ª Sessão Plenária Ordinária Virtual, realizada em 13 de abril de 2021, e no uso das atribuições que lhe confere a Lei Estadual nº 9.966 de 19 de dezembro de 2012.
RESOLVE:
Art. 1º. Alterar o art. 4º da Resolução nº 505, de 31 de março de 2021 publicada no Diário Oficial do Estado em 07 de abril de 2021, passa a vigorar acrescidos dos seguintes dispositivos:
"Art. 4º. [...]
§ 1ª o cartão magnético que trata no art. 3º § 1ª da Resolução CEAS/ES Nº 505, de 31 de março de 2021 terá despesas de tarifa de produção dos 87.612 cartões no valor unitário de R$6.02 (seis reais e dois centavos), totalizando um valor de R$ 527.424,24 (quinhentos e vinte e sete mil e quatrocentos e vinte e quatro reais e vinte e quarto centavos)".

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.
Vitória/ES, 13 de abril de 2021
SANDRA SHIRLEY DE ALMEIDA
Presidente CEAS/ES
Protocolo 661865

(*) PORTARIA Nº 058-S, DE 13 DE ABRIL DE 2021.
A SECRETÁRIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 65, da Lei nº. 46, de 31 de janeiro de 1994,
RESOLVE:
EXONERAR, na forma do artigo 61, § 2º, alínea "a" da Lei Complementar nº. 46, de 31 de janeiro de 1994, **MELITO DOMINGOS PAGANI SCHWENCK**, Nº. Funcional 3954048, do cargo em comissão de **ASSESSOR ESPECIAL NÍVEL II QCE-05**, da Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social.
Vitória, 13 de abril de 2021.
CYNTIA FIGUEIRA GRILLO
Secretária de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social
(*) Republicada por ter sido redigida com incorreção
Protocolo 662040

PORTARIA Nº. 059-S, de 14 DE ABRIL DE 2021.
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 65, da Lei nº. 46, de 31 de janeiro de 1994,
RESOLVE:
EXONERAR, na forma do artigo 61, § 2º, alínea "b" da Lei Complementar nº. 46, de 31 de janeiro de 1994, **JULIANA GAGNO PORTES**, Nº. Funcional 4179501 do cargo em comissão de **ASSESSOR ESPECIAL NÍVEL II QCE-05**, da Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social, a contar do dia 25.01.2021.
Vitória, 14 de abril de 2021.
CYNTIA FIGUEIRA GRILLO
Secretária de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social.
Protocolo 662042

RETIFICAÇÃO
Na redação do Termo Aditivo nº 01, ARP nº 001/2021, de 24 de fevereiro de 2021, publicada em 25/02/2021.
Onde se lê:
(...)
"Contratada: VICTORIA COLCHÕES EIRELI, CNPJ sob o nº. 08.848.339/0001-54"
(...)
Leia-se:
"Contratada: MANTOVANI ATACADISTA LTDA, CNPJ sob o nº. 08.104.239/0001-13"

Vitória, 14 de abril de 2021.
CYNTIA FIGUEIRA GRILLO
Secretária de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social
Protocolo 661910

RETIFICAÇÃO
Na redação do Termo Aditivo nº 01, ARP nº 008/2020, de 24 de fevereiro de 2021, publicada em 25/02/2021.
Onde se lê:
(...)
"Contratada: VICTORIA COLCHÕES EIRELI, CNPJ sob o nº. 08.848.339/0001-54"
(...)
Leia-se:
"Contratada: ARGUS ATACADISTA LTDA - EPP, CNPJ sob o nº. 27.874.317/0001-03"

Vitória, 14 de abril de 2021.
CYNTIA FIGUEIRA GRILLO
Secretária de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social
Protocolo 661913

Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca - SEAG -

RESUMO DE TERMO DE ADESÃO
CONTRATO Nº 002/2021
Contratante: Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos.
Processo Nº: 2020-MCPFN
Contratado: Telemar Norte Leste S/A - Em Recuperação Judicial
CNPJ: 33.000.118/0001-79
Objeto: Contrato de Prestação de Serviço de Telefonia Fixa Comutada (STFC) na Modalidade Longa Distância Nacional Originada de Terminais do STFC
Órgão Adeso: Secretaria de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca - SEAG
Processo Nº: 2020-B7N7H
Valor: R$ 1.175,22(Um mil, cento e setenta e cinco reais e vinte e dois centavos)
Fonte: 0101000000
Responsável pela assinatura Paulo Roberto Folleto
Cargo: Secretário de Estado
Protocolo 661903

Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo - IDAF -

EXTRATO DO EDITAL DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO nº 004/2021
O Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo - IDAF torna público o EDITAL DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO nº 004/2021 referente ao Processo Seletivo Simplificado n° 003/2020, cujo objetivo é contratação, em regime de designação temporária, bem como a formação de cadastro de reserva para o cargo de Assistente de Suporte em Desenvolvimento Agropecuário.
O Edital de Formalização de Contrato nº 004/2021 encontra-se publicado no site www.selecao.es.gov.br. Os candidatos descritos no Anexo I deverão apresentar-se no dia **22/04/2021**, conforme especificado no Anexo II, portando toda a documentação necessária para a formalização do contrato, conforme especificado no item 6.3 do Edital de Abertura nº 003/2020.
Vitória, 14 de abril de 2021.
MÁRIO STELLA CASSA LOUZADA
Diretor-presidente do Idaf
Protocolo 661983

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 003/2018
CONTRATANTE: IDAF
CONTRATADO: AKI PROVEDOR DE INTERNET LTDA-ME
OBJETO: Alteração do contrato 003/2018 para supressão do quantitativo do seu objeto no percentual de 4,35% (quatro vírgula trinta e cinco por cento), a partir de 03/12/2020.
VALOR MENSAL: R$ 8.197,00 (oito mil cento e noventa e sete reais)
Nº DO PROCESSO: 81847599
Vitória-ES, 13 de abril de 2021.
MÁRIO S. C. LOUZADA
Diretor-Presidente
Protocolo 661893

Secretaria de Estado de Mobilidade e Infraestrutura - SEMOBI

Departamento de Edificações e de Rodovias do Estado do Espírito Santo –DER-ES - DER-ES -

EXTRATO DO EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO POR INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 000041/2021.

O DEPARTAMENTO DE EDIFICAÇÕES E DE RODOVIAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - DER-ES, com fulcro nos artigos 281 e 282 do Código de Trânsito Brasileiro - CTB, bem como, na Resolução nº 619/2016 do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, após esgotadas as tentativas de ciência por meio de notificação via remessa postal, vem notificar os proprietários e detentores dos veículos do cometimento de Infrações de Trânsito, concedendo-lhes o prazo de 30 (trinta) dias para interporem Defesa, e ainda, o prazo de 15 (quinze) dias para realizarem a indicação do condutor responsável pela infração junto ao DER-ES, contados a partir desta publicação. A defesa deverá ser instruída com: requerimento preenchido e assinado, cópia desta notificação de autuação **(cópia do edital publicado)**, cópia da CNH do condutor, cópia do CRLV do veículo, cópia da Carteira de Identidade do proprietário/detentor e condutor, procuração ou autorização quando o requerente não for o proprietário, contrato social da empresa (apenas para pessoa jurídica), procuração do sócio proprietário da empresa quando o requerente não for o proprietário (apenas para pessoa jurídica).
A indicação de condutor deverá ser instruída com: cópia desta notificação de autuação **(cópia do edital publicado)**, cópia da CNH do proprietário do veículo, cópia do CRLV do veículo, declaração de indicação de real condutor, cópia da CNH do real condutor, endereço completo do real condutor e assinatura do real condutor e do proprietário.
Os formulários para defesa e indicação de condutor encontram-se no endereço https://der.es.gov.br/formularios-transito.
A defesa e a indicação de

condutor poderão ser entregues diretamente no DEPARTAMENTO EDIFICAÇÕES E DE RODOVIAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - DER - ES, ou enviadas através de correspondência com aviso de recebimento, para o seguinte endereço: AVENIDA MARECHAL MASCARENHAS DE MORAES, 1.501, ILHA DE SANTA MARIA, VITÓRIA, ES, CEP: 29.051-015, TEL: 3636-4439.
O Edital de Notificação de Autuação por Infração de Trânsito nº 000041/2021, contendo a relação dos veículos, placa, nº do auto de infração, data da infração, código da infração com desdobramento estão disponibilizados no endereço https://der.es.gov.br/notificacao-de-transito-por-edital.

ENG. LUIZ CESAR MARETTA COURA
Diretor-Presidente do DER-ES
Protocolo 662011

EXTRATO DO EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE PENALIDADE POR INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 000052/2021.

O **DEPARTAMENTO DE EDIFICAÇÕES E DE RODOVIAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - DER - ES**, com fulcro nos artigos 281 e 282 do Código de Trânsito Brasileiro - CTB, bem como, na Resolução nº 619/2016, alterada pela Resolução nº 574/2015 do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, após esgotadas as tentativas de ciência por meio de notificação via remessa postal, vem notificar da imposição de penalidade os proprietários e detentores dos veículos pelo cometimento de Infrações de Trânsito, concedendo-lhes o prazo de 30 (trinta) dias para interporem Recurso à **JARI**, contados a partir desta publicação.
O recurso deverá ser instruído com: requerimento preenchido e assinado, cópia desta notificação de penalidade **(cópia do edital publicado)**, cópia da CNH do condutor, cópia do CRLV do veículo, cópia da Carteira de Identidade do proprietário/detentor e condutor, procuração ou autorização quando o requerente não for o proprietário, contrato social da empresa (apenas para pessoa jurídica), procuração do sócio proprietário da empresa quando o requerente não for o proprietário (apenas para pessoa jurídica).
O formulário para recurso encontra-se no endereço https://der.es.gov.br/formularios-transito.
O recurso poderá ser entregue diretamente no DEPARTAMENTO DE EDIFICAÇÕES E DE RODOVIAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - DER - ES, ou enviado através de correspondência com aviso de recebimento, para o seguinte endereço: AVENIDA MARECHAL MASCARENHAS DE MORAES, 1.501, ILHA DE SANTA MARIA, VITÓRIA, ES, CEP: 29.051-015, TEL: 3636-4439.
O Edital de Notificação de Penalidade por Infração de Trânsito Nº 000052/2021, contendo a relação dos veículos, placa, nº do auto de infração, data da infração, código da infração com desdobramento estão disponibilizados no endereço https://der.es.gov.br/notificacao-de-transito-por-edital.

ENG. LUIZ CESAR MARETTA COURA
Diretor-Presidente do DER-ES
Protocolo 662014

EXTRATO DO EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE PENALIDADE POR INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 000062/2021.

O **DEPARTAMENTO DE EDIFICAÇÕES E DE RODOVIAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - DER - ES**, com fulcro nos artigos 281 e 282 do Código de Trânsito Brasileiro - CTB, bem como, na Resolução nº 619/2016, alterada pela Resolução nº 574/2015 do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, após esgotadas as tentativas de ciência por meio de notificação via remessa postal, vem notificar da imposição de penalidade os proprietários e detentores dos veículos pelo cometimento de Infrações de Trânsito, concedendo-lhes o prazo de 30 (trinta) dias para interporem Recurso à **JARI**, contados a partir desta publicação.
O recurso deverá ser instruído com: requerimento preenchido e assinado, cópia desta notificação de penalidade **(cópia do edital publicado)**, cópia da CNH do condutor, cópia do CRLV do veículo, cópia da Carteira de Identidade do proprietário/detentor e condutor, procuração ou autorização quando o requerente não for o proprietário, contrato social da empresa (apenas para pessoa jurídica), procuração do sócio proprietário da empresa quando o requerente não for o proprietário (apenas para pessoa jurídica).
O formulário para recurso encontra-se no endereço https://der.es.gov.br/formularios-transito.
O recurso poderá ser entregue diretamente no DEPARTAMENTO DE EDIFICAÇÕES E DE RODOVIAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - DER - ES, ou enviado através de correspondência com aviso de recebimento, para o seguinte endereço: AVENIDA MARECHAL MASCARENHAS DE MORAES, 1.501, ILHA DE SANTA MARIA, VITÓRIA, ES, CEP: 29.051-015, TEL: 3636-4439.
O Edital de Notificação de Penalidade por Infração de Trânsito Nº 000062/2021, contendo a relação dos veículos, placa, nº do auto de infração, data da infração, código da infração com desdobramento estão disponibilizados no endereço https://der.es.gov.br/notificacao-de-transito-por-edital.

ENG. LUIZ CESAR MARETTA COURA
Diretor-Presidente do DER-ES
Protocolo 662016

Resumo dos Atos da DICOL - Diretoria Colegiada do DER-ES, assinados em 14/04/2021:

RESOLUÇÃO DICOL Nº 17/2021 - Em conformidade com o Relato supramencionado, exposto pelo Diretor de Gerenciamento de Projetos e Ações do DER-ES, que fundamentou o mesmo com base nos documentos elaborados pela diretoria interessada, a Diretoria Colegiada desta autarquia RESOLVE: Recomendar, por unanimidade, o assunto constante no Relato nº 017/2021-DIGEP/DER/ES, inserto nos autos 2021-RW5GK, o qual foi incluído na Ata da 6ª Reunião da DICOL realizada no dia 14/4/2021.
Protocolo 661960

RESOLUÇÃO DICOL Nº 18/2021 - Em conformidade com o Relato supramencionado, exposto pelo Diretor de Gerenciamento de Projetos e Ações do DER-ES, que fundamentou o mesmo com base nos documentos elaborados pela diretoria interessada, a Diretoria Colegiada desta autarquia RESOLVE: Recomendar, por unanimidade, o assunto constante no Relato nº 018/2021-DIGEP/DER/ES, inserto nos autos 2021-MXC1P, o qual foi incluído na Ata da 6ª Reunião da DICOL realizada no dia 14/4/2021.
Protocolo 661962

RESOLUÇÃO DICOL Nº 19/2021 - A Diretoria Colegiada do DER-ES, em conformidade com o relatório apresentado pelo Diretor de Obras de Infraestrutura Logística do DER-ES, que fundamentou o mesmo com base nos documentos acostados pelas setoriais responsáveis pela instrução dos autos, resolve aprovar, por unanimidade, o assunto constante no Relato nº019/2021-DIREN/DER-ES, inserto no Processo 2020-1H2TR, o qual foi incluído na Ata da 6ª Reunião da DICOL realizada no dia 14/4/2021.
Protocolo 661964

Companhia Estadual de Transportes Coletivos de Passageiros do Estado do Espírito Santo - CETURB/ES

RESUMO DE TERMO DE ADESÃO CONTRATO Nº 002/2021
Contratante: Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos.
Processo Nº: 2020-MCPFN
Contratado: Telemar Norte Leste S/A - Em Recuperação Judicial
CNPJ: 33.000.118/0001-79
Objeto: Contrato de Prestação de Serviço de Telefonia Fixa Comutada (STFC) na Modalidade Longa Distância Nacional Originada de Terminais do STFC
Órgão Adeso: Ceturb-ES
Processo Nº: 89552725
Valor: R$ 1.676,48
Fonte: Recursos Próprios
Responsável pela assinatura: Raphael Trés da Hora
Cargo: Diretor Presidente
Protocolo 661801

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEAMA -

Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - IEMA -

19ª CONVOCAÇÃO PARA FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO
Processo Seletivo Simplificado de Contratação em Designação Temporária -
Edital nº 02/2018 - IEMA

O DIRETOR PRESIDENTE DO INSTITUTO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - IEMA, no uso de suas atribuições legais, torna público a **19ª CONVOCAÇÃO PARA FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO**, objeto do Edital nº 002/2018 para contratação de servidores em designação temporária para o cargo de **Agente de Desenvolvimento Ambiental e Recursos Hídricos,**

A Convocação estará disponível a partir das 10 horas da data da publicação, no endereço eletrônico www.selecao.es.gov.br.

Cariacica/ES, 14 de abril de 2021.

ALAIMAR RIBEIRO RODRIGUES FIUZA
Diretor Presidente - IEMA
Protocolo 661767

Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano - SEDURB -

Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN -

RESUMO DO CONTRATO Nº 067/2021

CONTRATANTE: Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN
CONTRATADA: A. P. DA SILVA PRODUTOS QUÍMICOS
OBJETO: Fornecimento de CLORETO DE POLIALUMÍNIO - PAC, líquido a granel ONU nº 1760 cl8 para utilização no tratamento de água para abastecimento público em estações de tratamento da CESAN.
VALOR: R$ 2.170.000,00 (dois milhões, cento e setenta mil reais).
PRAZO: 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.
FONTE DE RECURSOS: Receita própria da CESAN.
REF.: Ata de Registro de Preços nº 015/2021 do Pregão Eletrônico CESAN nº 102/2020.
Protocolo: 2021.004812

Vitória, 12 de abril de 2021.
Weydson Ferreira do Nascimento
Diretor Administrativo e Comercial da CESAN
Protocolo 661835

RESUMO DO TERMO ADITIVO N° 01 AO CT 112/2020

Contratante: Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN
Contratado: Ana Karine Cardoso Peixoto
Objeto: Prestação de serviços de suporte e apoio técnico à Coordenação-Geral de Implementação do Projeto/Unidade de Gerenciamento do Projeto na gestão executiva das atividades planejadas e desenvolvidas no âmbito do Núcleo Gestor Reflorestar. - CESAN 4C15.
Prazo: Prorrogado por 12 meses, contados a partir de 01/05/2021.
Valor: R$ 102.000,00 (cento e dois mil reais).
Recursos financeiros: Os pagamentos referentes ao presente contrato serão financiados com recursos do Contrato de Empréstimo nº 8353-BR, celebrado entre o Banco Mundial e o Estado do Espírito Santo.
Processo: 2021.002437

Vitória, ES, 13 de abril de 2021
Carlos Aurélio Linhalis
Diretor Presidente
Protocolo 661738

RESUMO DO TERMO ADITIVO N° 01 AO CT 111/2020

Contratante: Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN
Contratado: Sabrina Rocha Gonçalves Bongiovani
Objeto: Prestação de serviços de suporte de Gestão Ambiental a Unidade de Gerenciamento do Projeto para auxiliar as atividades a cargo da Supervisão Técnico-Operacional (STO/UGP) e da Coordenação Geral (CGIP) na articulação e gestão executiva das atividades planejadas e desenvolvidas pelos Núcleos Gestores - CESAN 4C13.
Prazo: Prorrogado por 12 meses, contados a partir de 01/05/2021.
Valor: R$ 102.000,00 (cento e doze mil reais).
Recursos financeiros: Os pagamentos referentes ao presente contrato serão financiados com recursos do Contrato de Empréstimo nº 8353-BR, celebrado entre o Banco Mundial e o Estado do Espírito Santo.
Processo: 2021.002437

Vitória, ES, 13 de abril de 2021
Carlos Aurélio Linhalis
Diretor Presidente
Protocolo 661742

RESUMO DO TERMO ADITIVO N° 01 AO CT 243/2019

Contratante: Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN
Contratado: Rodrigo Moulin Ribeiro.
Objeto: Prestação de serviços de suporte de engenharia a Unidade de Gerenciamento do Projeto para auxiliar as atividades a cargo da Supervisão Técnico-Operacional (STO/UGP) e da Coordenação Geral na articulação e gestão executiva das atividades planejadas e desenvolvidas pelos Núcleos Gestores - CESAN 4C10.
Prazo: Prorrogado por 12 meses, contados a partir de 01/04/2021.
Valor: R$ 144.210,52 (cento e quarenta e quatro mil e duzentos e dez reais e cinquenta e dois centavos).
Recursos financeiros: Os pagamentos referentes ao presente contrato serão financiados com recursos do Contrato de Empréstimo nº 8353-BR, celebrado entre o Banco Mundial e o Estado do Espírito Santo.
Processo: 2021.002437.

Vitória, ES, 13 de abril de 2021
Carlos Aurélio Linhalis
Diretor Presidente
Protocolo 661744

RESUMO DO TERMO ADITIVO N° 01 AO CT 244/2019

Contratante: Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN
Contratado: Clotilde Maria Benevenut
Objeto: Prestação de apoio técnico ao gerenciamento do Programa Águas e Paisagem, em particular na preparação de instruções, no âmbito administrativo, de documentos e de processos de aquisições, avaliação e controle, de maneira consistente com o Manual Operacional, Plano de Aquisições, Contrato de Empréstimo e Diretrizes do Banco Mundial - CESAN 4C9.
Prazo: Prorrogado por 12 meses, contados a partir de 01/05/2021.
Valor: R$ 96.554,62 (noventa e seis mil e quinhentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e dois centavos).
Recursos financeiros: Os pagamentos referentes ao presente contrato serão financiados com recursos do Contrato de Empréstimo nº 8353-BR, celebrado entre o Banco Mundial e o Estado do Espírito Santo.
Processo: 2021.002437

Vitória, ES, 13 de abril de 2021
Carlos Aurélio Linhalis
Diretor Presidente
Protocolo 661746

RESUMO DO TERMO ADITIVO N° 01 AO CT 245/2019

Contratante: Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN
Contratado: Marcelo Loureiro Reis
Objeto: Prestação de serviços de consultoria individual em Gestão Orçamentária e Financeira do Programa Águas e Paisagem para apoio à Supervisão Administrativo-Financeira da Unidade de Gestão do Projeto (UGP) - CESAN 4C11.
Prazo: Prorrogado por 12 meses contados a partir de 18/04/2021.
Valor: R$ 144.210,52 (cento e quarenta e quatro mil e duzentos e dez reais e cinquenta e dois centavos).
Recursos financeiros: Os pagamentos referentes ao presente contrato serão financiados com recursos do Contrato de Empréstimo nº 8353-BR, celebrado entre o Banco Mundial e o Estado do Espírito Santo.
Processo: 2021.002437

Vitória, ES, 13 de abril de 2021
Carlos Aurélio Linhalis
Diretor Presidente
Protocolo 661748

RESUMO DO TERMO ADITIVO 02 DO CONTRATO Nº 094/2020

CONTRATANTE: Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN.
CONTRATADA: DARWIN ENGENHARIA LTDA
OBJETO: Suplementação com o valor de R$ 1.141.116,32 (um milhão, cento e quarenta e um mil, cento e dezesseis reais e trinta e dois centavos) que equivale a 13,29% do contrato.
REF.: Processo nº 2021.001797

Vitória, 14 de abril de 2021.
PABLO FERRAÇO ANDREÃO
Diretor de Engenharia e
Meio Ambiente da CESAN
Protocolo 661756

RESUMO DO TERMO ADITIVO Nº 04 DO CONTRATO Nº 034/2014

CONTRATANTE: Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN
CONTRATADA: Ambiental Serra Concessionária de Saneamento SPE S.A.
1 OBJETO: **1** - Inclusão dos serviços de manutenção e operação de esgotamento sanitário a serem realizados pela Concessionária nos bairros de Fátima, Conjunto Carapina I, Hélio Ferraz, Manoel Plaza, Rosário de Fátima e Eurico Sales, na área urbana do Município de Serra. **2** - Inclusão dos seguintes serviços de apoio à gestão comercial da CESAN: Ativação da tarifa de esgoto; Substituição preventiva e corretiva do parque de hidrômetros; Lacração de Hidrômetros; Tratamento de ocorrência grave de leitura; Tratamento de ligações ativas ou inativas com irregularidade. Agendamento, retirada e entrega de hidrômetro para aferição; Vistoria para medição alternativa para faturamento de esgoto; Instalação de medidor em fonte alternativa para faturamento de esgoto e; Instalação de hidrômetros em clientes ativos e não medidos, os quais representarão o escopo de ampliação do contrato de concessão 034/2014; **3** - O valor estimado do Contrato em preço corrente é de R$ 1.192.467.386,98 (um bilhão, cento e noventa e dois milhões, quatrocentos e sessenta e sete mil, trezentos e oitenta e seis reais e noventa e oito centavos), correspondente à soma simples do montante de contraprestação a ser recebida pela concessionária durante todo prazo de concessão, e equivalente a um valor presente de R$ 628.157.072,25 (seiscentos e vinte e oito milhões, cento e cinquenta e sete mil, setenta e dois Reais e vinte e cinco centavos).
2 VALOR: R$ 58.453.295,51 (cinquenta e oito milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil, duzentos e noventa e cinco reais e cinquenta e um centavos) corresponde a 4,90% do contrato.
3 FONTE DE RECURSOS: CESAN

Vitória, ES, 14 de abril de 2021
Rodolpho Gomes Có
Diretor de operação
metropolitana da CESAN
Protocolo 661843

Secretaria de Estado de Direitos Humanos - SEDH

DESCENTRALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXTERNA

PORTARIA N º 005-R

A Secretária de Estado de Direitos Humanos no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 11.231, de 06 de janeiro de 2021, que aprova o Orçamento Anual do Estado para o exercício de 2021, a Portaria nº 002-R, de 08 de janeiro de 2021, que aprova os Quadros de Detalhamento das Despesas Orçamentárias - QDD e o Decreto nº 3541-R, de 12 de março de 2014 e suas alterações, que dispõe sobre a Descentralização da Execução de Créditos Orçamentários,
RESOLVE:
Art. 1º - Descentralizar a execução do crédito orçamentário prevista no Termo de Cooperação Nº. 001/2021 na forma a seguir especificada:
I - OBJETO: Realizar pesquisa para monitoramento e avaliação dos Centros de Referência das JuventudES - CRJ.
II - TERMO DE COOPERAÇÃO Nº.: 001/2021, de 06/04/2021.
III - VIGÊNCIA Data de início: 06/04/2021 Data de término: 05/04/2023
IV - DE/Concedente:
Órgão: 48 - SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS
UO: 48.101 - SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS
UG: 480.101 - SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS
V - PARA/Executante:
Órgão: 32 - SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
UO: 32.901 - FUNDO ESTADUAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UG: 320.901 - FUNDO ESTADUAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
VI - CRÉDITO

DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITO								
UG Emitente:	480101		UG Favorecida:	320901				
Esfera	Código		Especificação	Fonte Recurso	Natureza Despesa	UGR	Plano Orçamentário	Valor
	UO	Prog.Trabalho	(Nome da Ação)					
10	48101	14.422.0561.1102	Segurança Cidadã	6107	3.3.90.20	480101	Não definido	300.280,00

CRONOGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO MENSAL DE LIBERAÇÃO DE COTA DISPONÍVEL A EMPENHAR					
Jan:		Mai:		Set:	
Fev:		Jun:		Out:	
Mar:		Jul:		Nov:	
Abr:	30.280,00	Ago:		Dez:	

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Vitória/ES, 14 de abril de 2021.

NARA BORGO CYPRIANO MACHADO
Secretária de Estado de Direitos Humanos

Protocolo 661886

PORTARIA SEDH Nº 050-S, DE 14 DE ABRIL DE 2021.

A **SECRETÁRIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS,** no uso das atribuições que lhes conferem o Art. 98, II e IV da Constituição Estadual, e

CONSIDERANDO a delegação de competência concedida pelo art. 15, § 5º do Decreto nº 4.576-R, de 10 de fevereiro de 2020, com redação dada pelo Decreto nº 4.861-R, de 07 de abril de 2021;

CONSIDERANDO o artigo 17 da Portaria Conjunta SEDH/SEGER Nº 01-R, de 08 de abril de 2021, que delimitou a competência da SEDH para realizar o credenciamento de organizações da sociedade civil sem fins lucrativos no Sistema Digital de Consignações, afim de recebimento de doações em folha de pagamentos dos servidores públicos estaduais; e

CONSIDERANDO o artigo 17, § 1º da mesma Portaria, que garante o auxílio de servidores da SEGER para a execução da tarefa:

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída Comissão Especial no âmbito da Secretaria de Estado de Direitos Humanos - SEDH, com o objetivo de instrução e análise dos requerimentos de organizações da sociedade civil sem fins lucrativos interessadas em se credenciar no Sistema Digital de Consignações, para recolhimento de doações feitas por servidores públicos estaduais.

Parágrafo único. As doações via consignação em folha de pagamento compõem uma das ações do Programa ES-Solidário.

Art. 2º A Comissão Especial será composta pelos seguintes servidores:

I - Aline Passos de Oliveira - Coordenadora;
II - Eliando Rosa dos Reis - Membro;
III - Maria Luiza Grillo - Membro;

Art. 3º Cada requerimento de credenciamento ensejará a autuação de um processo autônomo e específico no Sistema de Gestão de Documentos Arquivísticos Digitais - E-Docs, no qual figurará como Interessada a organização de sociedade civil sem fins lucrativos a ser credenciada.

§ 1º Após análise dos requerimentos e confecção de relatório técnico, a Comissão Especial submeterá os atos à SEGER, para adoção das providências de estilo.

§ 2º Uma vez credenciada a organização da sociedade civil sem fins lucrativos no Sistema Digital de Consignações, o processo de credenciamento será então devolvido à SEDH, para guarda dos autos e interlocução permanente com as donatárias.

§ 3º A Comissão Especial ficará responsável, por um prazo de 90 (noventa) dias, pela inserção das doações feitas pelos servidores públicos em folha de pagamentos, através da execução de procedimentos diretamente no Sistema Digital de Consignações.

Art. 4º Para auxílio e orientação das atividades da Comissão, fica formalizada a indicação da SEGER dos servidores:

I - Thyago Moraes Castro Lima Santos, quanto aos atos necessários ao credenciamento; e
II - Robson Caetano Silva, quanto aos atos necessários para manejo do Sistema Digital de Consignações.

Art. 5º Esta Portaria entra em

vigor na data da sua publicação.

Vitória - ES, 14 de abril de 2021.

NARA BORGO CYPRIANO MACHADO
Secretária de Estado de Direitos Humanos
Protocolo 661973

Instituto de Atendimento Sócio-Educativo do Espírito Santo - IASES -

EDITAL 005/2019 - CONVOCAÇÃO PARA ENVIO DE DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA
O Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo - IASES, vinculado à Secretaria de Estado de Direitos Humanos - SEDH, torna público a **CONVOCAÇÃO** para envio de **Documentação Comprobatória do Processo Seletivo Edital nº 005/2019** aos cargos de **Analista de Suporte Socioeducativo (Administrador) e Assistente Jurídico Socioeducativo - Região: Grande Vitória.**
1 - A relação dos **candidatos convocados para o envio da Documentação Comprobatória** estará disponível no site www.selecao.es.gov.br.
Vitória/ES, 14/04/2021
Fábio Modesto de Amorim Filho
Diretor Presidente do IASES
Protocolo 661990

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 142 DE 14 DE ABRIL DE 2021
O DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO DO INSTITUTO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO ESPÍRITO SANTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 15, inciso II, Decreto nº 1104-S de 29/03/2019, publicado em 01/04/2019 e considerando que o art. 33 da Lei Complementar nº 46/94 estabelece que os servidores públicos das Autarquias sejam lotados na referida entidade e a localização caberá à autoridade competente de cada entidade;
R E S O L V E :
LOCALIZAR, de acordo com o artigo 35, inciso II, da Lei Complementar 46/94, a servidora **MARCELA CARVALHO VASCONCELOS**, NF: 3278042 à Gerência Orçamentária e Financeira, **a partir de 13/04/2021.**
Vitória/ES, 14 de Abril de 2021.
Sérgio Pôncio Costa
Diretor Administrativo e Financeiro do IASES
Protocolo 661947

DIÁRIO OFICIAL

DIÁRIO OFICIAL
DOS PODERES
DO ESTADO

www.dio.es.gov.br | Vitória (ES), quinta-feira, 15 de Abril de 2021 | Edição N°25.468

LICITAÇÕES

Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER -

Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Espírito Santo - PRODEST -

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2021

AVISO DE REVOGAÇÃO

Entidade: PRODEST
Processo: 2020-GLX8Q

O PRODEST, torna público, a quem possa interessar, com vistas a melhor atender ao interesse da Administração Pública, resolve: REVOGAR o Processo Licitatório nº 2020-GLX8Q, Pregão Eletrônico nº 003/2021, que tem por objeto a "Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de administração de convênio refeição e alimentação, através do fornecimento de cartão eletrônico/magnético com chip de segurança, senha individual e recarga mensal para os empregados do PRODEST".
Vitória/ES, 14 de abril de 2021
Patricia Santos Lage
Pregoeira/PRODEST

Protocolo 661904

Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ -

Banco do Estado do Espírito Santo S/A - BANESTES -

O **BANESTES S/A** Torna Público de acordo com as disposições legais.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 011-21

Processo n.º 011-21

Patrocínio ao **INSTITUTO TODOS OS CANTOS,** Com base no Artigo 27, Parágrafo Terceiro, da Lei 13.303/2016.

Objeto: Projeto Orquestra de Mulheres do Espírito Santo / Concerto de Orquestra e Entrevistas.
Valor: R$200.000,00 (duzentos mil reais).
Período de Realização: 15/04/2021 a 15/04/2022

Validade do Contrato: 15/04/2021 a 15/07/2022.

Publicações disponíveis no site **www.banestes.com.br**
Vitória, ES, 15/04/2021

GEMAK/COPAC

Protocolo 662013

Secretaria de Estado da Saúde - SESA -

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0657/2020
Órgão/Entidade: SESA - Secretaria de Estado da Saúde.
Processo Nº: 2020-XN6N7
Objeto: Contratação de Serviços de Seguro para Veículo.
Valor estimado: R$ 91.510,12
Acolhimento de propostas: 16/04/2021 às 08:00h.
Abertura de propostas: 29/04/2021 às 08:00h.
Abertura da sessão pública: 29/04/2021 às 09:00h.

O certame será realizado por meio do sistema **SIGA**, estando o edital disponível no endereço www.compras.es.gov.br.

Os interessados em participar da licitação deverão efetuar seu cadastro no sistema SIGA, conforme
instruções contidas no endereço www.compras.es.gov.br/cadastro-de-fornecedores.

Informações: através do e-mail sesacpl@saude.es.gov.br, ou tel. (27) 3347-5745, de 9 as 17h.

Em 14 de abril de 2021.
Célia Rosário
Pregoeira Suplente da SESA

Protocolo 661734

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 224/2021
Órgão/Entidade: SESA - Secretaria de Estado da Saúde.
Processo Nº: 2021-VHCSZ
Objeto: Registro de Preços para o Fornecimento de Filtro para Remoção de Leucócitos em Conjunto com a Locação de Equipamento.
Valor estimado: R$ 564.000,00
Acolhimento de propostas: 16/04/2021 às 08:00h.
Abertura de propostas: 29/04/2021 às 08:00h.
Abertura da sessão pública: 29/04/2021 às 14:00h.

O certame será realizado por meio do sistema **SIGA**, estando o edital disponível no endereço www.compras.es.gov.br.

Os interessados em participar da licitação deverão efetuar seu cadastro no sistema SIGA, conforme
instruções contidas no endereço www.compras.es.gov.br/cadastro-de-fornecedores.

Informações: através do e-mail sesacpl@saude.es.gov.br, ou tel. (27) 3347-5745, de 9 as 17h.

Em 14 de abril de 2021.
Célia Rosário
Pregoeira Suplente da SESA

Protocolo 661777

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico Nº 0009/2021

Órgão/Entidade: SUPERINTENDENCIA REGIONAL DE SAUDE DE VITÓRIA - SRSV

Processo Nº: 2021-7H9SB

Objeto: Aquisição de Material Médico, Material Permanente e Material de Consumo de Uso Duradouro.

Valor estimado: R$ 3.530,00

Acolhimento de propostas: 16/04/2021 a 30/04/2021 às 08 horas.
Abertura de propostas: 30/04/2021 às 08 horas.
Abertura da sessão pública: 30/04/2021 às 09:00 horas

O certame será realizado por meio do sistema **www.siga.es.gov.br**, estando o edital disponível no endereço **www.compras.es.gov.br**.
Os interessados em participar da licitação deverão efetuar seu cadastro no sistema SIGA, conforme instruções contidas no endereço **www.compras.es.gov.br/cadastro-de-fornecedores**

Informações: através do e-mail srsv.cpl@saude.es.gov.br, ou tel. (27) 3636-2692 - 3636-2740, de 9 às 16h.

Em 14 de abril de 2021

Angela Maria da Silva
Pregoeiro Oficial CPL/SRSV

Protocolo 661792

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 225/2021
Órgão/Entidade: SESA - Secretaria de Estado da Saúde.
Processo Nº: 2021-4W7L6
Objeto: Registro de Preços de Medicamentos - Mandado Judicial.
Valor estimado: R$ 1.106.273,64
Acolhimento de propostas: 16/04/2021 às 08:00h.
Abertura de propostas: 29/04/2021 às 08:00h.
Abertura da sessão pública: 29/04/2021 às 09:00h.

O certame será realizado por meio do sistema **SIGA**, estando o edital disponível no endereço www.compras.es.gov.br.

Os interessados em participar da licitação deverão efetuar seu cadastro no sistema SIGA, conforme
instruções contidas no endereço www.compras.es.gov.br/cadastro-de-fornecedores.

Informações: através do e-mail sesacpl@saude.es.gov.br, ou tel. (27) 3347-5745, de 9 as 17h.

Em 14 de abril de 2021.
Rafael Freitas de Araújo
Pregoeiro da SESA

Protocolo 661831

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 226/2021
Órgão/Entidade: SESA - Secretaria de Estado da Saúde.
Processo Nº: 2021-9TR80
Objeto: Registro de Preços de Medicamentos - Mandado Judicial.
Valor estimado: R$ 785.917,04
Acolhimento de propostas: 16/04/2021 às 08:00h.
Abertura de propostas: 29/04/2021 às 08:00h.
Abertura da sessão pública: 29/04/2021 às 10:00h.

O certame será realizado por meio do sistema **SIGA**, estando o edital disponível no endereço www.compras.es.gov.br.

Os interessados em participar da licitação deverão efetuar seu cadastro no sistema SIGA, conforme
instruções contidas no endereço www.compras.es.gov.br/cadastro-de-fornecedores.

Informações: através do e-mail sesacpl@saude.es.gov.br, ou tel. (27) 3347-5745, de 9 as 17h.

Em 14 de abril de 2021.
Rafael Freitas de Araújo
Pregoeiro da SESA

Protocolo 661838

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 227/2021
Órgão/Entidade: SESA - Secretaria de Estado da Saúde.
Processo Nº: 2021-JLB55
Objeto: Registro de Preços de Medicamentos - SERP.

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Data: Quarta-feira, 14 de Abril de 2021 às 22:28:00 Código de Autenticação: a6b29bc

Valor estimado: R$ 5.503.238,32
Acolhimento de propostas: 16/04/2021 às 08:00h.
Abertura de propostas: 29/04/2021 às 08:00h.
Abertura da sessão pública: 29/04/2021 às 14:00h.

O certame será realizado por meio do sistema **SIGA**, estando o edital disponível no endereço www.compras.es.gov.br.

Os interessados em participar da licitação deverão efetuar seu cadastro no sistema SIGA, conforme
instruções contidas no endereço www.compras.es.gov.br/cadastro-de-fornecedores.

Informações: através do e-mail sesacpl@saude.es.gov.br, ou tel. (27) 3347-5745, de 9 as 17h.

Em 14 de abril de 2021.
Rafael Freitas de Araújo
Pregoeiro da SESA
Protocolo 661842

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 126/2021-HESVV
Órgão/Entidade: SESA - Secretaria de Estado da Saúde.
Processo Nº: 88753999
Objeto: Registro de Preços para o Fornecimento de Bomba de Infusão em Conjunto com a Locação de Equipamento.
Valor estimado: R$ 2.111.663,00
Acolhimento de propostas: 15/04/2021 às 08:00h.
Abertura de propostas: 28/04/2021 às 08:00h.
Abertura da sessão pública: 28/04/2021 às 10:00h.

O certame será realizado por meio do sistema **SIGA**, estando o edital disponível no endereço www.compras.es.gov.br.

Os interessados em participar da licitação deverão efetuar seu cadastro no sistema SIGA, conforme
instruções contidas no endereço www.compras.es.gov.br/cadastro-de-fornecedores.

Informações: através do e-mail sesacpl@saude.es.gov.br, ou tel. (27) 3347-5745, de 9 as 17h.

Em 14 de abril de 2021.
Célia Rosário
Pregoeira Suplente da SESA
Protocolo 661861

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2021
Órgão/Entidade: Secretaria de Estado da Saúde/ Unidade Integrada de Jerônimo Monteiro
Processo Nº: 2020-069H3
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAL LABORATÓRIO
Valor Estimado: R$ 62.615,84
Acolhimento das Propostas: 15/04/21 às 10h - 28/04/21 às 08h
Abertura das Propostas: 28/04/21 às 09h
Abertura da Sessão Pública: 28/04/21 às 09h15min
O certame será realizado por meio do sistema SIGA, estando o edital disponível no endereço: www.compras.es.gov.br
Os interessados em participar da licitação deverão efetuar seu cadastro no sistema SIGA, conforme instruções contidas no endereço: www.compras.es.gov.br/cadastro-de-fornecedores
Contato: uijm.licitacao@saude.es.gov.br ou pelo tel. (28) 3558-2611

Elaine Cristina Esquiavo Lengruber
Pregoeira - UIJM
Protocolo 661907

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 228/2021
Órgão/Entidade: SESA - Secretaria de Estado da Saúde.
Processo Nº: 2021-RR089
Objeto: Registro de Preços de Material de Consumo - Medicamento
Valor estimado: R$ 4.006.125,00
Acolhimento de propostas: 16/04/2021 às 08:00h
Abertura de propostas: 29/04/2021 às 08:00h
Abertura da sessão pública: 29/04/2021 às 09:00h
O certame será realizado por meio do sistema **SIGA**, estando o edital disponível no endereço www.compras.es.gov.br.
Os interessados em participar da licitação deverão efetuar seu cadastro no sistema SIGA, conforme
instruções contidas no endereço www.compras.es.gov.br/cadastro-de-fornecedores.
Informações: através do e-mail centralcompras.doc@saude.es.gov.br, ou tel. (27) 3347-5751, de 9 as 17h.

Em 14 de abril de 2021.
Christiane S. Rohor Ferreira
Pregoeiro - Central Compras/SESA
Protocolo 661927

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 229/2021
Órgão/Entidade: SESA - Secretaria de Estado da Saúde.
Processo Nº: 2021-WW0R6
Objeto: Registro de Preços de Material de Consumo - Medicamento
Valor estimado: R$ 8.774.402,54
Acolhimento de propostas: 16/04/2021 às 08:00h
Abertura de propostas: 29/04/2021 às 08:00h
Abertura da sessão pública: 29/04/2021 às 10:00h
O certame será realizado por meio do sistema **SIGA**, estando o edital disponível no endereço www.compras.es.gov.br.
Os interessados em participar da licitação deverão efetuar seu cadastro no sistema SIGA, conforme
instruções contidas no endereço www.compras.es.gov.br/cadastro-de-fornecedores.
Informações: através do e-mail centralcompras.doc@saude.es.gov.br, ou tel. (27) 3347-5751, de 9 as 17h.

Em 14 de abril de 2021.
Christiane S. Rohor Ferreira
Pregoeiro - Central Compras/SESA
Protocolo 661930

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 168/2021
Órgão/Entidade: SESA - Secretaria de Estado da Saúde.
Processo Nº: 2020-DGSNQ
Objeto: Registro de Preços de Bem de Consumo - Soro Antibacteriano.
Lote 01
FRACASSADO
Lote 02
DESERTO
Lote 03
DESERTO
Lote 04
DESERTO
Lote 05
DESERTO
Lote 06
DESERTO
Lote 07
DESERTO
Lote 08
FRACASSADO
Lote 09
DESERTO
Lote 10
DESERTO
Lote 11
DESERTO
Lote 12
DESERTO
Lote 13
DESERTO
Lote 14
DESERTO
Lote 15
DESERTO

Informações: através do e-mail: sesacpl@saude.es.gov.br, ou tel. (27) 3347-5746, de 9 as 18h.

Em 14 de abril de 2021.
CÉLIA ROSÁRIO
Pregoeira CPL/SESA
Protocolo 661753

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0022/2021
Órgão/ Entidade: SRSC - Superintendência Regional de Saúde de Colatina
Processo nº 2020-TP6XF
Objeto: Aquisição de Videohisteroscopia cirúrgica, para atender Mandado Judicial em favor de R.B.V.M. e C.V.L.
Lote unico
Empresa vencedora: São Bernardo Apart Hospital S/A
Valor total: R$10.000,00
Maiores informações através do email**:** srsc.compras@saude.es.gov.br ou pelo tel. (27)3717-2501/ 2502
Colatina, 14 de Abril de 2021
Vanir Maria Zanotti
Pregoeira/CPL/SRSC
Protocolo 661844

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0022/2021
Órgão/ Entidade: SRSC - Superintendência Regional de Saúde de Colatina
Processo nº 2021-TP6XF
Objeto: Aquisição de Videohisteroscopia cirúrgica, para atender Mandado Judicial em favor de R.B.V.M. e C.V.L.
Lote unico
Empresa vencedora: São Bernardo Apart Hospital S/A
Valor total: R$10.000,00
Maiores informações através do email**:** srsc.compras@saude.es.gov.br ou pelo tel. (27)3717-2501/ 2502
Colatina, 14 de Abril de 2021
Vanir Maria Zanotti
Pregoeira/CPL/SRSC
Protocolo 661880

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0024/2021
Órgão/ Entidade: SRSC - Superintendência Regional de Saúde de Colatina
Processo nº 2021-8SNKJ
Objeto: Aquisição de Videohisteroscopia cirúrgica, para atender Mandado Judicial em favor de P.S.N.
Lote unico
Empresa vencedora: São Bernardo Apart Hospital S/A
Valor total: R$4.780,00
Maiores informações através do email**:** srsc.compras@saude.es.gov.br ou pelo tel. (27)3717-2501/ 2502
Colatina, 14 de Abril de 2021
Vanir Maria Zanotti
Pregoeira/CPL/SRSC
Protocolo 661882

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0017/2021
Órgão/ Entidade: SRSC - Superintendência Regional de Saúde de Colatina
Processo nº 2021-FT0N0
Objeto: Aquisição de Artroplastia total primaria de joelho esquerdo para atender mandado judicial em favor das pacientes A.M.B.R.
Lote 01 - único
Empresa vencedora: Unimed Sul Capixaba - Cooperativa de Trabalho Médico
Valor total: R$18.888,00
Maiores informações através do email**:** srsc.compras@saude.es.gov.br ou pelo tel. (27)3717-2501/ 2502
Colatina, 14 de Abril de 2021
Vanir Maria Zanotti
Pregoeira/CPL/SRSC
Protocolo 661918

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0016/2021
Órgão/ Entidade: SRSC - Superintendência Regional de Saúde de Colatina
Processo nº 2021-4VLXL
Objeto: Aquisição de gênero alimentício- café torrado e moído, para atender SRSC e NREC.
Lote 01
Empresa vencedora: J.B Comércio e Serviços Eireli ME
Valor total: R$4.426,80
Maiores informações através do email**:** srsc.compras@saude.es.gov.br ou pelo tel. (27)3717-2501
Colatina, 14 de Abril de 2021
Vanir Maria Zanotti
Pregoeira/CPL/SRSC
Protocolo 661924

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0021/2021
Órgão/ Entidade: SRSC - Superintendência Regional de Saúde de Colatina
Processo nº 2021-2PSS3
Objeto:Aquisição de Gênero Alimentício -Açúcar Cristal para atender a SRSC e NREC
Lote 01
Empresa vencedora: Licita Web Comercio Eireli
Valor total: R$1.581,25
Maiores informações através do email**:** srsc.compras@saude.es.gov.br ou pelo tel. (27)3717-2501
Colatina, 14 de Abril de 2021
Vanir Maria Zanotti
Pregoeira/CPL/SRSC
Protocolo 661925

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2021
ÓRGÃO/ENTIDADE: Unidade Integrada de Jerônimo Monteiro/ UIJM - SESA
PROCESSO: 2021-7K3BL
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE MANUTENÇÃO

EMPRESA: MARIA ODALEA GUERRA CO - L2 COMERCIAL EIRELI
LOTE 01 - R$ 2.402,70
LOTE 02 - R$ 1.300,32
LOTE 03 - R$ 71,60
LOTE 04 - R$ 182,00
LOTE 05 - R$ 285,00
LOTE 06 - R$ 870,20
LOTE 07 - R$ 25,65
LOTE 08 - R$ 38,40
LOTE 09 - R$ 15,00
LOTE 10 - R$ 35,26
LOTE 11 - R$ 31,54

Os referidos lotes foram devidamente homologados pela Autoridade Competente em 14/04/2021
CONTATO: e-mail:uijm.licitacao@saude.es.gov.br ou pelo tel. 28 3558 2611
Elaine Cristina Esquiavo Lengruber
Pregoeira - UIJM
Protocolo 661931

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0081/2021
Órgão/Entidade: SESA - Secretaria de Estado da Saúde.
Processo Nº: 2020-23RT0
Objeto: Registro de Preços de Medicamentos - Mandado Judicial.
Lote 01
DESERTO
Lote 02
DESERTO
Lote 03
Empresa vencedora: JANSSEN CILAG FARMACEUTICA LTDA.
Valor Global do Lote: R$ 24.696,00.
Lote 04
Empresa vencedora: BIOHOSP PRODUTOS HOSPITALARES SA.
Valor Global do Lote: R$ 7.487,64.
Lote 05
DESERTO
Lote 06
DESERTO
Lote 07
DESERTO
Lote 08
DESERTO
Lote 09
DESERTO
Lote 10
DESERTO
Lote 11
DESERTO

O(s) referido(s) lote(s) foi(ram) devidamente **homologado(s)** pela Autoridade Competente em **14/04/2021.**

Informações: através do e-mail: sesacpl@saude.es.gov.br, ou tel. (27) 3347-5746, de 9 as 18h.

Em 14 de abril de 2021.
RAFAEL FREITAS DE ARAÚJO
Pregoeiro CPL/SESA
Protocolo 661970

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0082/2021
Órgão/Entidade: SESA - Secretaria de Estado da Saúde.
Processo Nº: 2020-CHBBN
Objeto: Registro de Preços de Medicamentos.
Lote 01
Empresa vencedora: NOVARTIS BIOCIENCIAS SA.
Valor Global do Lote: R$ 1.632.960,00.
Lote 02
Empresa vencedora: CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA.
Valor Global do Lote: R$ 58.525,20.
Lote 03
Empresa vencedora: NOVARTIS BIOCIENCIAS SA.
Valor Global do Lote: R$ 79.200,00.
Lote 04
DESERTO
Lote 05
Empresa vencedora: BUTERI COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA.
Valor Global do Lote: R$ 184.662,84.
Lote 06
Empresa vencedora: BUTERI COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA.
Valor Global do Lote: R$ 782.101,44.

O(s) referido(s) lote(s) foi(ram) devidamente **homologado(s)** pela Autoridade Competente em **14/04/2021.**

Informações: através do e-mail: sesacpl@saude.es.gov.br, ou tel. (27) 3347-5746, de 9 as 18h.

Em 14 de abril de 2021.
RAFAEL FREITAS DE ARAÚJO
Pregoeiro CPL/SESA
Protocolo 661972

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0076/2021
Órgão/Entidade: SESA - Secretaria de Estado da Saúde.
Processo Nº: 2020-9MWHJ
Objeto: Registro de Preços de Medicamentos.
Lote 01
Empresa vencedora: HOSPINOVA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Valor Global do Lote: R$ 5.058,00.
Lote 02
Empresa vencedora: BLAU FARMACEUTICA S.A.
Valor Global do Lote: R$ 72.468,00.
Lote 03
Empresa vencedora: ELI LILLY DO BRASIL LTDA.
Valor Global do Lote: R$ 1.678.968,00.
Lote 04
FRACASSADO
Lote 05
Empresa vencedora: PRODUTOS ROCHE QUIMICOS E FARMACEUTICOS S A.
Valor Global do Lote: R$ 741.778,00.

O(s) referido(s) lote(s) foi(ram) devidamente **homologado(s)** pela Autoridade Competente em **14/04/2021.**

Informações: através do e-mail: sesacpl@saude.es.gov.br, ou tel. (27) 3347-5746, de 9 as 18h.

Em 14 de abril de 2021.
RAFAEL FREITAS DE ARAÚJO
Pregoeiro CPL/SESA
Protocolo 661974

RATIFICAÇÃO DE AQUISIÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, Inciso IV da Lei 8.666/93.
PARTES: SRSCI e a empresa: **UNIMED SUL CAPIXABA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO**
OBJETO: aquisição de Exame de BERA com sedação para atender Decisão Judicial nº 0002182-49.2020.8.08.0069 em favor do paciente Y.B.F.
VALOR TOTAL: R$ 2.100,00 (Dois mil e cem reais)
PROCESSO: 2021-2TKXK

Cachoeiro/ES,14 de abril de 2021

Jose Maria Justo
Superintendente Regional de Saúde de Cachoeiro de Itapemirim
Protocolo 661885

RATIFICAÇÃO DE DISPENÇA DE LICITAÇÃO
FUNDAMENTO LEGAL: art. 24, Inciso IV, da Lei Federal 8.666/93
PROCESSO: 2021-WVJ14
CONTRATANTE: SRSSM
CONTRATADA: INSTITUTO DE OLHOS VIEIRA MENDES LIMITADA - ME - (FILIAL) **CNPJ**: 07071866000213
LOTE 01
ITEM 01
PROCEDIMENTO CIRURGICO: CIRURGIA DE CROSSLINKING EM AMBOS OS OLHOS; COM FORNECIMENTOS DE LENTES DE CONTATO RIGIDAS GAS PERMEAVEL PARA AMBOS OS OLHOS
NOTA DE EMPENHO: 2021NE00416
VALOR DE: R$ 8.329,00 (Oito Mil Trezentos e Vinte e Nove Reais)
São Mateus/ES, 14/04/2021.
EDILSON MORAES MONTEIRO
Superintendente Regional de Saúde de São Mateus.
Protocolo 661899

RATIFICAÇÃO DE AQUISIÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA, no uso de suas atribuições legais, torna público a Dispensa de Licitação, com base no art. 24, item IV, da Lei nº 8.666/93, para contratação das empresas: (a) BIOLINE FIOS CIRURGICOS LTDA, no valor de R$ 902,16 (novecentos e dois reais e dezesseis centavos); (b) CEI COMERCIO EXPORTACAO E IMP DE MAT MEDICOS LTDA, no valor de R$ 358,50 (trezentos e cinquenta e oito reais e cinquenta centavos); (c) CIRURGICA MOSQUEIRA LTDA - EPP, no valor de R$ 38.079,00 (trinta e oito mil e setenta e nove reais); (d) DE PAULI COM. REPRES. IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA, no valor de R$ 275,52 (duzentos e setenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos); (e) MDL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME, no valor de R$ 60.037,50 (sessenta mil, trinta e sete reais e cinquenta centavos); (f) PERFILMED COM. DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA - ME, no valor de R$ 9.805,00 (nove mil, oitocentos e cinco reais), visando a aquisição de materiais hospitalares, a fim de promover a assistência adequada aos pacientes do HIMABA.

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Data: Quarta-feira, 14 de Abril de 2021 às 22:28:00 Código de Autenticação: a6b29bc

PROCESSO Nº 2021-9BVGG

Vitória, 13 de abril de 2021.

MARIA DE LOURDES SOARES
Subsecretária de Estado da Saúde
Respondendo
Protocolo 661928

RATIFICAÇÃO DE AQUISIÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA, no uso de suas atribuições legais, torna público a Dispensa de Licitação, com base no art. 24, item IV, da Lei nº 8.666/93, para contratação das empresas: (a) DROGARIA NOVA ESPERANCA EIRELI, no valor de R$ 1.120,80 (hum mil, cento e vinte reais e oitenta centavos); (b) CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMA-CEUTICOS LTDA, no valor de R$ 594,56 (quinhentos e noventa e quatro reais e cinquenta e seis centavos), visando a aquisição de medicamentos, a fim de promover a assistência adequada aos pacientes do HIMABA.

PROCESSO Nº 2021-7L0S1

Vitória, 13 de abril de 2021.

MARIA DE LOURDES SOARES
Subsecretária de Estado da Saúde
Respondendo
Protocolo 661934

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 128/2021-HESVV
Órgão/Entidade: SESA - Secretaria de Estado da Saúde.
Processo Nº: 2020-R872B
Objeto: Contratação de Serviços Continuados de Manutenção Preventiva e Corretiva de Equipamentos Médico-Hospitalar - Gabinete, com Fornecimento de Peças/Acessórios, Calibração, Atualização de Software, Limpeza e Testes de Segurança Elétrica.
Situação: SUSPENSO SINE DIE

Informações: através do e-mail sesacpl@saude.es.gov.br, ou tel. (27) 3347-5746, de 9 as 17h.

Em 14 de abril de 2021.
Célia Rosário
Pregoeira Suplente da SESA
Protocolo 661919

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0318/2021

ÓRGÃO/ENTIDADE: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2020-0L6ZC
PREGÃO: Nº 0051/2021
LOTE: 01, 02, 04
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE BEM DE CONSUMO - MÉDICO HOSPITALAR
EMPRESA: DA CRUZ COMERCIO E REPRESENTAÇÕES DE MEDICAMENTOS EIRELI (**CNPJ** 33.760.101/0001-10)
VALOR GLOBAL DO LOTE: R$ 68.096,50

VIGÊNCIA: 14/04/2021 a 013/04/2022
A íntegra da Ata de Registro de Preços, com a discriminação dos valores unitários, está disponível para consulta no endereço www.compras.es.gov.br.

QUELEN TANIZE ALVES DA SILVA
Subsecretária de Estado de Atenção à Saúde
Protocolo 661750

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0319/2021

ÓRGÃO/ENTIDADE: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2020-0L6ZC
PREGÃO: Nº 0051/2021
LOTE: 03
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE BEM DE CONSUMO - MÉDICO HOSPITALAR
EMPRESA: LV MED EIRELI (**CNPJ** 37.378.110/0001-00)
VALOR GLOBAL DO LOTE: R$ 5.600,00

VIGÊNCIA: 14/04/2021 a 013/04/2022
A íntegra da Ata de Registro de Preços, com a discriminação dos valores unitários, está disponível para consulta no endereço www.compras.es.gov.br.

QUELEN TANIZE ALVES DA SILVA
Subsecretária de Estado de Atenção à Saúde
Protocolo 661757

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Nº 0323/2021
ÓRGÃO/ENTIDADE: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2021-CM9H5
PREGÃO: Nº 165/2021
LOTE ÚNICO
OBJETO: GLICONATO DE CALCIO 100MG/ML
EMPRESA: FRESENIUS KABI BRASIL LTDA **CNPJ:** 49.324.221/0001-04
VALOR GLOBAL DO LOTE: R$ 72.501,00
VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022
A íntegra da Ata de Registro de Preços, com a discriminação dos valores unitários, está disponível para consulta no endereço www.compras.es.gov.br.

QUELEN TANIZE ALVES DA SILVA Subsecretária de Estado de Atenção à Saúde
Protocolo 661989

Hospitais

AVISO DE LICITAÇÃO

O Hospital Antônio Bezerra de Faria torna público que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRONICO**, de acordo com as Leis n.º 8.666/93 e 10.520/02 e Decreto nº 2.458-R/10, por meio do sistema eletrônico ES - compras. Os editais estão disponíveis no site www.compras.es.gov.br, link licitações, para a licitação abaixo:
Pregão Eletrônico: PE 034/2021
Processo: 2021-CMJ7K
Objeto: Pregão Eletrônico através de Registro de Preços para material de consumo hospitalar(seringa e outros)
Participação: AMPLO-me
Início acolhimento de proposta: 15/04/2021 às 17:00 hs
Inicio da Sessão de disputa: 28/04/2021 às 09:00 hs
Informações através do email:habf.cpl@saude.es.gov.br
Vila Velha, 14 de abril de 2021
Cristina Maria Cruz Farias
Pregoeira CPL/HABF
Protocolo 661920

AVISO DE LICITAÇÃO

O Hospital Antônio Bezerra de Faria torna público que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRONICO**, de acordo com as Leis n.º 8.666/93 e 10.520/02 e Decreto nº 2.458-R/10, por meio do sistema eletrônico ES - compras. Os editais estão disponíveis no site www.compras.es.gov.br, link licitações, para a licitação abaixo:
Pregão Eletrônico: PE 035/2021
Processo: 2021-8LT7N
Objeto: Pregão Eletrônico através de Registro de Preços para material de consumo laboratório (painel cromegênico com locação)
Participação: ME-EPP
Início acolhimento de proposta: 16/04/2021 às 17:00 hs
Inicio da Sessão de disputa: 29/04/2021 às 09:00 hs
Informações através do email:habf.cpl@saude.es.gov.br
Vila Velha, 14 de abril de 2021
Cristina Maria Cruz Farias
Pregoeira CPL/HABF
Protocolo 661922

AVISO DE LICITAÇÃO

O Hospital Antônio Bezerra de Faria torna público que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRONICO**, de acordo com as Leis n.º 8.666/93 e 10.520/02 e Decreto nº 2.458-R/10, por meio do sistema eletrônico ES - compras. Os editais estão disponíveis no site www.compras.es.gov.br, link licitações, para a licitação abaixo:
Pregão Eletrônico: PE 036/2021
Processo: 2021-CT8ZH
Objeto: Pregão Eletrônico através de Registro de Preços para material de consumo hospitalar(aventral cirúrgico estéril e laminado)
Participação: AMPLO
Início acolhimento de proposta: 16/04/2021 às 17:00 hs
Inicio da Sessão de disputa: 30/04/2021 às 09:00 hs
Informações através do email:habf.cpl@saude.es.gov.br
Vila Velha, 14 de abril de 2021
Cristina Maria Cruz Farias
Pregoeira CPL/HABF
Protocolo 661923

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0019/2021
Órgão: HINSG - Hospital Infantil Nossa Senhora da Gloria
Processo: **2021-T363T**
Objeto: Pregão de Ata de Registro de Preço de Aquisição de Kit para Artroscopia de joelho simples e outros.
Valor estimado: R$ 691.342,20
Início de Acolhimento das propostas: 15/04/2021 as 08h30min.
Abertura das propostas: 27/04/2021 às 08h30min.
Início da sessão de disputa 27/04/2021 às 08h30min

O certame será realizado por meio do Sistema **SIGA**, estando o edital disponível no endereço www.compras.es.gov.br

Os interessados em participar da licitação deverão efetuar seu cadastro no sistema SIGA, conforme instruções contidas no endereço www.compras.es.gov.br/cadastro-de-fornecedores

Informações: através do e-mail hinsg.licitacao@saude.es.gov.br ou tel. (27) 3636-7585 de 08:00 as 17:00h.

Vitória, 15 de abril de 2021.

Rosileia Fairich
Apoio de licitação - HINSG
Protocolo 661955

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0020/2021
Órgão: HINSG - Hospital Infantil Nossa Senhora da Gloria
Processo: **2021-P9HRB**
Objeto: Pregão de Ata de Registro de Preço de Abastecimento de Água mineral e Gás Liquefeito.
Valor estimado: R$ 58.582,20
Início de Acolhimento das propostas: 15/04/2021 as 09h30min.
Abertura das propostas: 27/04/2021 às 10h30min.
Início da sessão de disputa 27/04/2021 às 10h30min

O certame será realizado por meio do Sistema **SIGA**, estando o edital disponível no endereço www.compras.es.gov.br

Os interessados em participar da licitação deverão efetuar seu cadastro no sistema SIGA, conforme instruções contidas no endereço www.compras.es.gov.br/cadastro-de-fornecedores

Informações: através do e-mail hinsg.licitacao@saude.es.gov.br ou tel. (27) 3636-7585 de 08:00 as 17:00h.

Vitória, 15 de abril de 2021.

Rosileia Fairich
Apoio de licitação - HINSG
Protocolo 661965

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0021/2021
Órgão: HINSG - Hospital Infantil Nossa Senhora da Gloria
Processo: **2021-Q6FTZ**
Objeto: Pregão de Entrega única Aquisição de compressa de Gaze e outros.
Valor estimado: R$ 136.852,49
Início de Acolhimento das propostas: 15/04/2021 as 09h30min.
Abertura das propostas: 27/04/2021 às 13h30min.
Início da sessão de disputa 27/04/2021 às 13h30min

O certame será realizado por meio do Sistema **SIGA**, estando o edital disponível no endereço www.compras.es.gov.br

Os interessados em participar da licitação deverão efetuar seu cadastro no sistema SIGA, conforme instruções contidas no endereço www.compras.es.gov.br/cadastro-de-fornecedores

Informações: através do e-mail hinsg.licitacao@saude.es.gov.br ou tel. (27) 3636-7585 de 08:00 as 17:00h.

Vitória, 15 de abril de 2021.

Rosileia Fairich
Apoio de licitação - HINSG
Protocolo 661971

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0022/2021
Órgão: HINSG - Hospital Infantil Nossa Senhora da Gloria
Processo: **2021-9JF5F**
Objeto: Pregão de Ata de Registro de preço com contrato para aquisição de Exames de Laboratório -Galactomanana
Valor estimado: R$ 56.850,00
Início de Acolhimento das propostas: 15/04/2021 as 10h00min.
Abertura das propostas: 27/04/2021 às 15h00min.
Início da sessão de disputa 27/04/2021 às 15h00min

O certame será realizado por meio do Sistema **SIGA**, estando o edital disponível no endereço www.compras.es.gov.br

Os interessados em participar da licitação deverão efetuar seu cadastro no sistema SIGA, conforme instruções contidas no endereço www.compras.es.gov.br/cadastro-de-fornecedores

Informações: através do e-mail hinsg.licitacao@saude.es.gov.br ou tel. (27) 3636-7585 de 08:00 as 17:00h.

Vitória, 15 de abril de 2021.

Rosileia Fairich
Apoio de licitação - HINSG
Protocolo 661981

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 0042/2021
Órgão/Entidade: SESA/Hospital Dr. Roberto Arnizaut Silvares
Processo nº **2021-VZ1RZ**
Objeto: Registro de Preços de materiais p/cirurgia de bucomaxilo
Valor estimado: R$ 171.323,80
Acolhimento das propostas: 16/04/2021 às 08:00 até 29/04/2021 às 8h30min
Abertura de propostas: 29/04/2021 às 9 horas
Abertura da sessão pública: 29/04/2021 às 9h30min
O certame será realizado por meio do sistema SIGA, estando o edital disponível no endereço www.compras.es.gov.br.
Os interessados em participar da licitação deverão efetuar seu cadastro no sistema SIGA, conforme instruções contidas no endereço www.compras.es.gov.br/cadastro-de-fornecedores
Contato:hras.pregao@saude.es.gov.br ou pelo telefone (27) 3767-7514
São Mateus-ES, 14 de abril de 2021
Elizabete Guimarães Barbosa
Pregoeira/HRAS
Protocolo 662027

AVISO DE RESULTADO
Pregão Eletrônico - HABF
O Hospital Antonio Bezerra de Faria torna público, de acordo com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, o resultado do pregão, conforme abaixo:
Pregão Eletrônico **nº 0013/2021**
Processo nº **2020-M7KF3**
Objeto: **Registro de preços de material de consumo hospitalar (coletor de urina e outros)**
Empresas Vencedoras:
Da Cruz Comercio e Representações de Medicamentos Eireli
Lote 01 - R$ 45.669,29
Biobase Industria e Comercio Ltda
Lote 02 - R$ 104.788,00
Fox Brasil Comercio de Material Hospitalar Eireli
Lote 03 - R$ 6.808,00
Medshop Comercio de Produtos Medicos Ltda
Lote 04 - R$ 354.844,00
Favily Comercial Eireli Epp
Lote 05 - R$ 46.755,00
Kylimedi Material Medicos Eireli Me
Lote 06 - R$ 6.799,55
Lote 07 - R$ 7.796,25
Vila Velha, 14 de abril de 2021.
Cristina Maria Cruz de Farias
Pregoeira Oficial/HABF
Protocolo 661867

AVISO DE RESULTADO
Pregão Eletrônico - HABF
O Hospital Antonio Bezerra de Faria torna público, de acordo com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, o resultado do pregão, conforme abaixo:
Pregão Eletrônico **nº PE 022/2021**
Processo nº **2020-NPM95**
Objeto: **Registro de preços de material de consumo (cx p/ perfurocortante)**
Empresas Vencedoras:
Fox Brasil Comercio de Material Hospitalar Eireli
Lote 01 - R$ 40.920,50
CBS Medico Cientifica S/A
Lote 02 - R$ 205.104,90
Vila Velha, 14 de abril de 2021.
Cristina Maria Cruz de Farias
Pregoeira Oficial/HABF
Protocolo 661872

RATIFICAÇÃO DE AQUISIÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso IV da Lei 8.666/93 com a Lei Complementar Estadual nº 946/2020 e Decreto Estadual nº 4.593/2020.
PARTES: Hospital São José do Calçado e a empresa: **RILAB HOSPITALAR LTDA EPP**
OBJETO: TIRA REAGENTE GLICE MIA **VALOR TOTAL:** R$ 16.250,00 (Dezesseis mil e duzentos e cinquenta reais)
PROCESSO: 2021-26X3N
São José do Calçado/ES, 14/04/2021
LEANDRO TEODORO DE ALMEIDA Diretor Geral/HSJC
Protocolo 661856

RATIFICAÇÃO DE AQUISIÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso IV da Lei 8.666/93 com a Lei Complementar Estadual nº 946/2020 e Decreto Estadual nº 4.593/2020.
PARTES: Hospital São José do Calçado e a (s) empresa (s):
DROGARIA BOA SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO CALÇADO EIRELI.
VALOR TOTAL: R$ 3.205,00 (Três mil, duzentos e cinco reais)
LOTE ÚNICO
PROCESSO: 2021- XS4L8
São José do Calçado/ES, 14/04/2021
LEANDRO TEODORO DE ALMEIDA Diretor Geral/HSJC
Protocolo 661908

RATIFICAÇÃO DE AQUISIÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO

O HOSPITAL DR. ROBERTO ARNIZAUT SILVARES, no uso de suas atribuições legais, torna público a Dispensa de Licitação, com base no art. 24, item II, da Lei nº 8.666/93, para contratação da empresa: **SOLUTI - SOLUCOES EM NEGOCIOS INTELIGENTES S/A, no valor de R$ 360,00** (trezentos e sessenta reais), visando a Contratação de empresa para prestação de serviços certificado digital (pessoa física) ICP brasil; tipo A3.
PROCESSO: 2021-WL0CL

São Mateus, 14/04/2021
Eduardo Ribeiro Morais
Diretor Geral/HRAS
Protocolo 661991

TERMO DE RERRATIFICAÇÃO DO CONTRATO Nº 00014/2020

OBJETO - O presente Termo de Rerratificação tem por objeto a correção do Quantitativo do **Lote 01 - Item 02** em nome da Empresa UP Emergências Eireli Me.

ONDE SE LÊ:
Lote 01

Item	Quant.	V. Total
1	1072	192.960,00
2	640	324.934,40

LEIA-SE:
Lote 01

Item	Quant.	V. Total
1	1072	192.960,00
2	600	304.626,00

Serra/ES, 14 de abril de 2021.
GILMARA SOSSAI SILVA
Diretora Geral/HEDS
Protocolo 661980

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ARP Nº 00060/2021
Órgão/entidade: Hospital Dr. Roberto Arnizaut Silvares/HRAS
Processo licitatório nº **2020-KBRJ9**
Edital: Pregão eletrônico nº **0014/2021**
Objeto: Enxoval hospitalar
Lote 02
Valor global do lote: R$ 37.890,00
Lote 03
Valor global do lote: R$ 5.900,00
Lote 04
Valor global do lote: R$ 104.800,00
Lote 05
Valor global do lote: R$ 23.000,00
Lote 06
Valor global do lote: R$ 29.496,00
Lote 07
Valor global do lote: R$ 40.500,00
Lote 08
Valor global do lote: R$ 18.900,00
Lote 11
Valor global do lote: R$ 110.992,00
Lote 12
Valor global do lote: R$ 65.996,00
Lote 15
Valor global do lote: R$ 49.995,00
Lote 16
Valor global do lote: R$ 47.493,00
Lote 19
Valor global do lote: R$ 40.744,00
Lote 21
Valor global do lote: R$ 16.248,00
Lote 22
Valor global do lote: R$ 28.496,00
Lote 24
Valor global do lote: R$ 29.946,00
Lote 26
Valor global do lote: R$ 14.400,00
Lote 30
Valor global do lote: R$ 48.294,00
Lote 31
Valor global do lote: R$ 36.997,50
Lote 32
Valor global do lote: R$ 17.898,00
Lote 33
Valor global do lote: R$ 57.500,00
Lote 34
Valor global do lote: R$ 16.150,00
Empresa:
Verona Comercio Eireli - EPP
CNPJ: 16.433.515/0001-15

Vigência: 16/04/2021 a

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Data: Quarta-feira, 14 de Abril de 2021 às 22:28:00 Código de Autenticação: a6b29bc

15/04/2022
A íntegra da Ata de Registro de Preços com a discriminação dos valores unitários está disponível para consulta no endereço www.compras.es.gov.br.
Kepler Alexandro Reis Junior
Diretor Geral do HRAS
Protocolo 662018

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ARP Nº 00061/2021

Órgão/entidade: Hospital Dr. Roberto Arnizaut Silvares/HRAS
Processo licitatório nº **2020-KBRJ9**
Edital: Pregão eletrônico nº **0014/2021**
Objeto: Enxoval hospitalar
Lote 01
Valor global do lote: R$ 129.900,00
Lote 09
Valor global do lote: R$ 128.900,00
Lote 10
Valor global do lote: R$ 62.880,00
Lote 13
Valor global do lote: R$ 20.340,00
Lote 14
Valor global do lote: R$ 17.892,00
Lote 17
Valor global do lote: R$ 67.975,00
Lote 18
Valor global do lote: R$ 55.980,00
Lote 20
Valor global do lote: R$ 51.690,00
Lote 29
Valor global do lote: R$ 8.943,00
Empresa:
M.S. Costa Confecção Industrial
CNPJ: 35.193.033/0001-80

Vigência: 16/04/2021 a 15/04/2022
A íntegra da Ata de Registro de Preços com a discriminação dos valores unitários está disponível para consulta no endereço www.compras.es.gov.br.
Kepler Alexandro Reis Junior
Diretor Geral do HRAS
Protocolo 662019

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ARP Nº 00062/2021

Órgão/entidade: Hospital Dr. Roberto Arnizaut Silvares/HRAS
Processo licitatório nº **2020-KBRJ9**
Edital: Pregão eletrônico nº **0014/2021**
Objeto: Enxoval hospitalar
Lote 23
Valor global do lote: R$ 10.290,00
Lote 27
Valor global do lote: R$ 6.036,00
Empresa:
Mauber Comercial Eireli - EPP
CNPJ: 07.270.545/0001-67

Vigência: 16/04/2021 a 15/04/2022
A íntegra da Ata de Registro de Preços com a discriminação dos valores unitários está disponível para consulta no endereço www.compras.es.gov.br.
Kepler Alexandro Reis Junior
Diretor Geral do HRAS
Protocolo 662022

EXTRATO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

ÓRGÃO: Secretaria de Estado da Saúde - SESA **/ Hospital Antonio Bezerra de Faria - HABF**
PROCESSO **n° 2020-H4CDP**
PREGÃO ELETRÔNICO **nº PE 021/2021**
OBJETO: **Material de Consumo Hospitalar**

ATA n° 0061/2021
CONTRATADA: **MASTERMED EIRELI ME**
CNPJ: **28.382.637/0001-09**
LOTE: **01 (malha tubular ortopédica 0,06x25m)**, **05 (malha tubular ortopédica 0,15x25m)** e **06 (malha tubular ortopédica 0,20x25m)** - VALOR TOTAL DA ATA: R$ **98.703,69**

ATA n° 0062/2021
CONTRATADA: **DA CRUZ COMERCIO E REPRESENTAÇÕES DE MEDICAMENTOS EIRELI**
CNPJ: **33.760.101/0001-10**
LOTE: **02 (malha tubular ortopédica 0,08x25m)**, **03 (malha tubular ortopédica 0,10x25m)** e **04 (malha tubular ortopédica 0,12x25m)** - VALOR TOTAL DA ATA: R$ **82.510,46**

Vigência: 16/04/2021 a 15/04/2022.
A íntegra da Ata de Registro de Preços, com a discriminação dos valores unitários, está disponível para consulta no endereço www.compras.es.gov.br
JOAO LUIZ T. DORNELLES
Diretor Geral /HABF
Protocolo 661875

Centro de Reabilitação Física do Espírito Santo - CREFES -

AVISO DE LICITAÇÃO

A Secretaria de Estado da Saúde através do **CENTRO DE REABILITAÇÃO FÍSICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO** torna público que realizará Licitação na modalidade Pregão Eletrônico. Edital disponível no site www.compras.es.gov.br, através do **SIGA** para a licitação abaixo:
Pregão Eletrônico nº:0001/2021 **- Objeto**:Contratação de Empresa para Prestação de Serviço de Manutenção Corretiva em 33 Camas Hospitalares deste CREFES com Fornecimento de Peças **Processo:**SIGA nº 88883299 EDOCS nº 2021-GXHWZ**, Valor Estimado da Licitação:** R$28.710,00 (vinte e oito mil, setecentos e dez reais) - **Limite de Acolhimento e Abertura das Propostas:**29/04/21 às 09h **- Início da Disputa:**29/04/21 às 10h **-** Informações: **e-mail:** crefes.compras@saude.es.gov.br; Tel. (27)3636-2158 de 09 às 17h.
Em 14 de abril de 2021.

Marinete Maria Furlan Sales
SESA/CREFES/CPL/PREGOEIRA
Protocolo 661935

AVISO DE LICITAÇÃO

A Secretaria de Estado da Saúde através do **CENTRO DE REABILITAÇÃO FÍSICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO** torna público que realizará Licitação na modalidade Pregão Eletrônico. Edital disponível no site www.compras.es.gov.br, através do **SIGA** para a licitação abaixo:**Pregão Eletrônico nº:**0002/2021 **- Objeto**: Registro de Preços para Aquisição de Cadeiras de Rodas Paraplégico Monobloco Sob Medida **Processo:** nº 2021-7P343**, Valor Estimado da Licitação:** R$1.634.000,00 (um milhão, seiscentos e trinta e quatro mil reais) - **Limite de Acolhimento e Abertura das Propostas:** 30/04/2021 às 08h **- Início da Disputa:** 30/04/2021 às 09h **-** Informações: **e-mail:** crefes.compras@saude.es.gov.br; Tel. (27)3636-2158 de 09 às 17h.
Em 14 de abril de 2021.

Marinete Maria Furlan Sales
SESA/CREFES/CPL/PREGOEIRA
Protocolo 661938

Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social - SESP -

Polícia Civil - PC-ES -

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO nº 010/2021

Órgão: Polícia Civil do Estado do Espírito Santo **/PCES**
E-Docs nº: 2021-8QKSN
Objeto: aquisição de livro de registros de inquérito policial.
LOTE ÚNICO - Empresa vencedora: GRAFICA AQUARIUS LTDA - EPP com o valor GLOBAL de R$16.150,00
O referido lote foi devidamente homologado pela Autoridade Competente em 14/04/2021.
Contato: e-mail cpl@pc.es.gov.br ou telefone (27)3137-9059

Marília Brostel Corrêa Meneghim
Pregoeira / PCES
Protocolo 661898

Corpo de Bombeiros Militar - CBM-ES -

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico Nº 014/2021, Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Espírito Santo-CBMES, por intermédio do FUNREBOM--CNPJ nº 02.489.503.0001/06.
Processo nº 2021-SPSVZ
Objeto:
Aquisição de **MEDALHAS (Valor Bombeiro Militar), nas cores ouro, prata e bronze**. Valor máximo da aquisição do Lote único: R$ 53.566,20.
Acolhimento de propostas: Início do envio das propostas: às 08h00min do dia 16/04/2021. Fim de envio de propostas: 13h30min do dia 29/04/2021.
Abertura de propostas: 29/04/2021 às 14h00min.
Abertura da sessão pública: 29/04/2021 às 14h00min
O certame será realizado por meio do sistema SIGA, estando o edital disponível no endereço www.compras.es.gov.br.
Os interessados em participar da licitação deverão efetuar seu cadastro no sistema SIGA, conforme instruções contidas no endereço www.compras.es.gov.br/cadastro-de-fornecedores.
Contato: cpl@bombeiros.es.gov.br - (27) 3194-3685.
Vitória, 14/04/2021
Pregoeiro do CBMES
Protocolo 661953

Secretaria de Estado da Educação - SEDU -

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico Nº 015/2021
Reedição

Órgão/Entidade: Secretaria de Estado da Educação-SEDU

Processo Nº: 2020-FB5SX

Objeto: Contratação de empresa especializada na execução de serviços de transporte escolar para atendimento aos alunos de Ensino Fundamental, Médio e da Educação de Jovens e Adultos (EJA), residentes no município de Barra de São Francisco, conforme condições e especificações constantes no Edital e Anexos.

Valor estimado: R$ 6.917.843,24

Acolhimento de propostas: 16/04/2021 às 09:00h
Abertura de propostas: 28/04/2021 às 09:30h
Abertura da sessão pública: 28/04/2021 às 10:30h.

O certame será realizado por meio do Sistema Integrado de Gestão Administrativa - SIGA, estando o edital disponível no endereço www.compras.es.gov.br

Os interessados em participar da licitação deverão efetuar seu cadastro no sistema SIGA, conforme instruções contidas no endereço www.compras.es.gov.br/cadastro-de-fornecedores

Contato: licitacao@sedu.es.gov.br - Tel: (27)3636.7829/7826 de 09:00 às 18:00h.

Vitória, 14/04/2021.

Lucimar Tozetti Batista
Pregoeira CPL-2/SEDU
Protocolo 662001

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico: Nº 011/2021

Órgão/Entidade: Secretaria de Estado da Educação-SEDU

Processo: Nº 2020- N595K

Objeto: Registro de Preços para Contratação de empresa especializada na confecção de carimbos,

para o atendimento desta Secretaria de Estado da Educação (SEDU), Conselho Estadual de Educação (CEE) e Superintendências Regionais de Educação (SRE), conforme condições e especificações constantes do Edital e Anexos.

Resultado:

Lote Único: Deserto

Informações: (27) 3636.7829/7826 licitacao@sedu.es.gov.br

Vitória, 14/04/2021

Lucimar Tozetti Batista
Pregoeira CPL-2/SEDU
Protocolo 662005

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Órgão/Entidade: SEDU - Secretaria de Estado da Educação
Processo nº: 2021-WLCPG
Objeto: Contratação, com fulcro no Art. 25 da Lei nº 8666/93, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo (CREA-ES) para a execução de serviços de registro de atestado de responsabilidade técnica, no valor estimado de R$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Marcelo Coimbra de Resende
Presidente CPLOSE-SEDU

Ratifico a inexigibilidade de licitação nos termos do Art. 25, da Lei nº 8666/93.

Josivaldo Barreto de Andrade
Subsecretário de Estado de Administração e Finanças
Protocolo 661816

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Órgão/Entidade: SEDU - Secretaria de Estado da Educação
Processo nº: 2021-WLCPG
Objeto: Contratação, com fulcro no Art. 25 da Lei nº 8666/93, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espírito Santo (CAU-ES) para a execução de serviços de registro de responsabilidade técnica, no valor estimado de R$ 2.000,00 (dois mil reais).

Marcelo Coimbra de Resende
Presidente CPLOSE-SEDU

Ratifico a inexigibilidade de licitação nos termos do Art. 25, da Lei nº 8666/93.

Josivaldo Barreto de Andrade
Subsecretário de Estado de Administração e Finanças
Protocolo 661819

Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca - SEAG -

AVISO DE ABERTURA DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 004/2021

A **SECRETARIA DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA - SEAG,** através da Comissão Permanente de Licitação, torna público, de acordo com as disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a abertura do Edital da **Concorrência nº 004/2021,** ás 14h00min do dia 19/05/2021, na sede desta SEAG, localizada na Rua Raimundo Nonato, 116, Forte São João - Vitória/ES, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE RESTAURAÇÃO DE PAVIMENTO COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAIS, DO TRECHO: SANTA FÉ - ENTR. BONSUCESSO/TAQUARUÇU (EXTENSÃO: 13,00 KM) NO MUNICÍPIO DE APIACÁ/ES,** na forma de execução indireta. **Processo nº 2020-MMQXN.**
O Edital poderá ser adquirido junto à CPL/SEAG, 4º andar no endereço acima citado, de segunda a sexta-feira, no horário de 09h ás 17h, bem como pelo site www.compras.es.gov.br, cpl.seag@seag.es.gov.br ou tel.: (27) 3636-3676.
Obs: Tendo em vista as recomendações para prevenção e controle de infecções pelo COVID 19(Coronavírus), só poderá comparecer 01 (um) representante por empresa, o qual deverá esta devidamente utilizando máscara.

Vitória, ES, 14 de abril 2021.

Patrick Silva Ribeiro
Presidente da CPL - SEAG
Protocolo 661956

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ARP Nº 022/2021

ORGÃO: Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca - SEAG.
CNPJ nº 27.080.555/0001-47.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 2020-P9L9S
EDITAL: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2021.
LOTE 1
OBJETO: GRADE NIVELADORA
EMPRESA: DUNAS COMERCIAL EIRELI-EPP
CNPJ: 05.530.834/0001- 22
Valor Global do Lote: R$ 181.665,38 (cento e oitenta e um mil, seiscentos e sessenta e cinco Reais e trinta e oito centavos).
VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022.
A íntegra da Ata de Registro de Preços, com a discriminação dos valores unitários, está disponível para consulta no endereço www.compras.es.gov.br.

Responsável pela assinatura: PAULO ROBERTO FOLETTO
CARGO: SECRETÁRIO DE ESTADO
Protocolo 661985

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ARP Nº 021/2021

ORGÃO: Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca - SEAG.
CNPJ nº 27.080.555/0001-47.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 2020-K4XC1
EDITAL: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2021.
LOTE 1
OBJETO: SULCADOR SIMPLES
EMPRESA: DUNAS COMERCIAL EIRELI-EPP
CNPJ: 05.530.834/0001- 22
Valor Global do Lote: R$ 28.489,60 (Vinte e oito mil, quatrocentos e oitenta e nove Reais e noventa e seis centavos).
VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022.
A íntegra da Ata de Registro de Preços, com a discriminação dos valores unitários, está disponível para consulta no endereço www.compras.es.gov.br.

Responsável pela assinatura: PAULO ROBERTO FOLETTO
CARGO: SECRETÁRIO DE ESTADO
Protocolo 661986

Secretaria de Estado de Mobilidade e Infraestrutura - SEMOBI -

Departamento de Edificações e de Rodovias do Estado do Espírito Santo –DER-ES –

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 0003/2021
Órgão: Departamento de Edificações e de Rodovias do Estado do Espírito Santo/DER-ES
Processo Nº: 2020-C7NW9
Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de conservação rodoviária remunerada por desempenho e demanda na malha Rodoviária Estadual e em conformidade com o termo de referência e projetos básicos de conservação remunerada por desempenho e demanda (LOTE 02).
Valor estimado: R$ 22.495.454,26.
Acolhimento das propostas: 15/04/2021 às 14h até 29/04/2021 às 13h.
Abertura de propostas: 29/04/2021 às 13:30h.
Abertura da sessão pública: 29/04/2021 às 14h.
O certame será realizado por meio do sistema SIGA, estando o edital disponível nos endereços www.compras.es.gov.br e www.der.es.gov.br .
Os interessados em participar da licitação deverão efetuar seu cadastro no SIGA, conforme instruções contidas no endereço www.compras.es.gov.br/cadastro-de-fornecedores
Contato: pregao2@der.es.gov.br / (27) 3636-2073
Jean Carla de Freitas Balinhas
Pregoeira - 2ª CPP
Protocolo 661849

Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano - SEDURB -

Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN -

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 021/2021 - CESAN
PROCESSO Nº 2021-004428

A Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN, torna público que realizará licitação, cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE BORRACHAS LENÇOL LONADAS.
Abertura: **dia 29/04/2021 às 08:45 horas**.
Início da Sessão de Disputa: **dia 29/04/2021 às 09:00 horas.**
O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis para download nos sites: www.cesan.com.br e www.licitacoes-e.com.br. Poderão também ser retirados na CESAN, no endereço: Rua Nelcy Lopes Vieira, s/nº, Ed. Rio Castelo, Jardim Limoeiro, Serra, ES, CEP 29164-018, de 2ª a 6ª feira (dias úteis), das 8:00 às 11:30 horas e das 13:00 às 16:30 horas. O cadastro da proposta deverá ser feito no site www.licitacoes-e.com.br, antes da abertura da sessão pública. Informações através do E-mail: suprimentos@cesan.com.br ou Tel.: 0xx (27) 2127-5295.

Vitória, 15 de abril de 2021.
ANDERSON DE ASSIS BARBOSA
pregoeiro
Protocolo 661755

Secretaria de Estado de Direitos Humanos - SEDH -

Instituto de Atendimento Sócio-Educativo do Espírito Santo - IASES -

AVISO DE DISPENSA
O Instituto de Atendimento Sócioeducativo do Espírito Santo - IASES torna público que contratará por dispensa de licitação a empresa **MELHOR ALIMENTAÇÃO LTDA,** CNPJ.:
02.589.791/0001-62, com fulcro no caput do art. 26, da Lei nº 8.666/93, inciso I do parágrafo primeiro, para CONTRATAÇÃO "EMERGENCIAL" DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO COLETIVA, PREPARADA NAS DEPENDÊNCIAS DA CONTRATADA E TRANSPORTADA PARA AS UNIDADES DO CONJUNTO DE CARIACICA, UNIMETRO, CIASE E CASAS DE SEMILIBERDADE DE SERRA E VILA VELHA, pelo prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, em conformidade com os termos constantes do processo administrativo nº 2021-NMXCZ, no valor de R$ 2.983.771,05 (dois milhões novecentos e oitenta e três mil setecentos e setenta e um reais e cinco centavos).
Vitória, 13 de abril de 2021.
Cleida Bárbara Abreu da Silva

Rangel
Presidente CPL/ES
Ratifico a dispensa de licitação conferida nos termos acima. Vitória, 13 de abril de 2021.
Fábio Modesto de Amorim Filho
Diretor Presidente/IASES.
Protocolo 661996

Secretaria de Estado de Esportes e Lazer - SESPORT -

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo nº 2020-CJ3T4

A Secretaria de Estado de Esportes e Lazer - SESPORT torna público que contratará por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO,
com fulcro no Artigo 25, II, c/c art. 13, I da Lei 8.666 de 21 de Junho de 1993 e Artigo 74 Caput Inciso III Alínea A, da Lei Federal nº. 14.133, de 01 de Abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos, a **LOFT INTERIORES, ARQUITETURA E CONSTRUÇÕES LTDA-EPP**, objetivando a Revisão dos Projetos Arquitetônicos e Complementares para a Construção do Centro de Excelência de Esportes para Pessoas com Deficiência.

Valor: R$ 94.505,37 (noventa e quatro mil, quinhentos e cinco reais, e trinta e sete centavos)

Dotação orçamentária
Programa de Trabalho 10.39.901.27.812.0159.1176
Elemento de Despesa: 4.4.90.51
Fonte: 0342000020

ANA PAULA PETRONETTO SERPA
Presidente da Comissão de Licitação
Ratifico a inexigibilidade de licitação nos termos dispostos no Artigo 25, II, c/c art. 13, I da Lei 8.666 de 21 de Junho de 1993 e Artigo 74 Caput Inciso III Alínea A, da Lei Federal nº. 14.133, de 01 de Abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos

Vitória, 14 de abril de 2021

JOSÉ MARIA DE ABREU JÚNIOR
Secretario de Estado de Esportes e Lazer
Protocolo 661987

Ministério Público do Espírito Santo - MPES -

Procuradoria Geral de Justiça - PGJ -

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2021

O Ministério Público do Estado do Espírito Santo torna público que realizará licitação na modalidade "Pregão Eletrônico", objetivando a **contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro de acidentes pessoais coletivo para os estagiários do Ministério Público do Estado do Espírito Santo,** conforme processo MP nº 19.11.0041.0003730/2021-27. O julgamento do certame está previsto para o dia **29/04/2021, com início da sessão às 14h**. Valor total máximo estimado da licitação é de **R$ 14.097,60**. O Edital e informações adicionais poderão ser obtidos pelo site: www.licitacoes-e.com.br, nº licitação: **867260**.

Vitória, 14 de abril de 2021.
EDUARDO DA SILVA KRÜGER
PREGOEIRO CPL /MPES
Protocolo 662030

DIÁRIO OFICIAL

DIÁRIO OFICIAL
DOS PODERES
DO ESTADO

www.dio.es.gov.br | Vitória (ES), quinta-feira, 15 de Abril de 2021 | Edição N°25.468

DIVERSOS

Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo

Gilmar Alves Batista
Defensor Público-Geral

Saulo Alvim Couto
Subdefensor Público-Geral

Daniel Henrique Campos
Assessor Jurídico

Maria Gabriela Agapito da Veiga Pereira da Silva
Coord. de Direito Civil e Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres

Keyla Marconi da Rocha Leite
Coordenadora de Execução Penal

Victor Oliveira Ribeiro
Coordenador de Direitos Humanos

Vinícius Chaves de Araújo
Corregedor-Geral

Samyla Gomes Medeiros Soares Belchior
Chefe de Gabinete

Valdir Vieira Júnior
Coordenador de Direito Penal

Ivan Mayer Caron
Coord. de Administração e Recursos Humanos

Adriana Peres Marques dos Santos
Coordenadora da Infância e Juventude

Sattva Batista Goltara
Coordenadora de Soluções Avançadas de Tecnologia

Conselho Superior da Defensoria Pública do Espírito Santo:

Gilmar Alves Batista - Presidente do Conselho

Saulo Alvim Couto | **Leonardo Grobbério Pinheiro** | **Douglas Admiral Louzada** | **Ricardo Willian Parteli Rosa**
Vinícius Chaves de Araújo | **Hellen Nicácio de Araújo** | **Rodrigo Borgo Feitosa** | **Alex Pretti**

Praça Manoel Silvino Monjardim, 54, Centro, Vitória/ES - CEP: 29010-390 - www.defensoria.es.def.br

Defensoria Pública do Estado - DPES -

Defensoria Pública-Geral

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 007/2017 PROCESSO Nº. 77919769/82371008

CONTRATANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **CONTRATADA**: DIRECIONAL ELEVADORES LTDA. **OBJETO:** Prorrogação do prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, a contar de 16 de março de 2021. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 10.06.901.03.092.0042.2357, Elemento de despesa 339039, fonte 0271, do orçamento desta Defensoria Pública para o exercício de 2021.

Vitória, 14 de abril de 2021.

GILMAR ALVES BATISTA
Defensor Público-Geral
Protocolo 661789

Subdefensoria Pública-Geral

PORTARIA DPES Nº 335 DE 14 DE ABRIL DE 2021.

TORNAR PÚBLICA a Defensoria com necessidade de substituição em virtude de férias do titular, nos termos dos arts. 4º e 8º da Resolução CSDPES nº 002/2014, conforme abaixo, facultando aos Defensores Públicos interessados a inscrição até as 16h do dia 15.04.2021, mediante protocolo na sede administrativa ou por e-mail para substituicao@defensoria.es.def.br:

NÚCLEO DE VITÓRIA

2ª Defensoria de Família de Vitória: 16.04 a 05.05.2021.

Vitória, 14 de abril de 2021

SAULO ALVIM COUTO
Subdefensor Público-Geral
Protocolo 661883

ERRATA

Na PORTARIA DPES nº 332, de 13.04.2021, publicada em 14.04.2021,
onde se lê:
"2ª Defensoria de Execução Penal de Vitória: 19.04 a 23.04.2021 e 26.04 a 30.04.2021."
leia-se:
"3ª Defensoria de Execução Penal Vitória: 19.04 a 23.04.2021 e 26.04 a 30.04.2021."

Vitória, 14 de abril de 2021

SAULO ALVIM COUTO
Subdefensor Público-Geral
Protocolo 661813

Conselho Superior

PORTARIA DPES Nº 336, DE 14 DE ABRIL DE 2021.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, na forma do art. 7º, XXI da Lei complementar estadual nº 55/1994, CONVOCA o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo para a 8ª Sessão Ordinária (biênio 2020-2022) que será realizada de forma virtual no dia **16 de abril de 2021, às 9h,** com a seguinte pauta:

1. PROCESSOS PARA DISTRIBUIÇÃO
1.1 Processo PAEP 001/2018;
Conselheiro proponente: Conselheiro Vinícius Chaves de Araújo;
Assunto: Estágio probatório da defensora pública Samantha Negris de Souza;
1.2 Processo PAEP 002/2018;
Conselheiro proponente: Conselheiro Vinícius Chaves de Araújo;
Assunto: Estágio probatório da defensora pública Fernanda Prugner;
1.3 Processo PAEP 003/2018;
Conselheiro proponente:

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Data: Quarta-feira, 14 de Abril de 2021 às 22:28:00 Código de Autenticação: a6b29bc

Conselheiro Vinícius Chaves de Araújo;
Assunto: Estágio probatório da defensora pública Renata Rodrigues de Pádua;
1.4 Processo PAEP 009/2018;
Conselheiro proponente: Conselheiro Vinícius Chaves de Araújo;
Assunto: Estágio probatório da defensora pública Mariana Farias Dutra Portes;
1.5 Processo PAEP 010/2018;
Conselheiro proponente: Conselheiro Vinícius Chaves de Araújo;
Assunto: Estágio probatório da defensora pública Flávia Agnoletto Freitas;
1.6 Processo PAEP 012/2018;
Conselheiro proponente: Conselheiro Vinícius Chaves de Araújo;
Assunto: Estágio probatório do defensor público Rafael Vianna Mury.

Vitória, 14 de abril de 2021.

GILMAR ALVES BATISTA
Presidente do Conselho Superior
Defensor Público-Geral
Protocolo 661967

Gerência de Recursos Humanos

PORTARIA DPES Nº 334 DE 14 DE ABRIL DE 2021

A DIRETORA DE GESTÃO DE PESSOAS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais, faz publicar o (s) seguinte (s) ato (s):

TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO DE KETHELEN GOMES ALMEIDA de 15.04.2021 a 14.04.2022 lotado na 4ª Defensoria de Família de Cariacica, no turno vespertino.

TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO DE JAQUELINE DA VITORIA FERNANDES de 19.04.2021 a 31.12.2021 lotado na 4ª Defensoria de Família de Cariacica, no turno vespertino.

RESCISÃO DO TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO DE NATALIA ALENCAR MOREIRA lotado na 4ª Defensoria Recursal Criminal de Vitória, a partir de 08.11.2020.

RESCISÃO DO TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO DE ANA CAROLINA RIGONI LOPES lotada na 1ª Defensoria de Mimoso do Sul, a partir de 01.01.2021.

RESCISÃO DO TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO DE BEATRIZ CARVALHO CLIMACO lotada na 7ª Defensoria Recursal Criminal de Vitória, a partir de 31.03.2021.

RESCISÃO DO TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO DE PATRICK LOPES MACHADO lotada na 2ª Defensoria de Mimoso do Sul, a partir de 08.05.2020.

RESCISÃO DO TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO DE ADIMILSO JOSE DE MIRANDA JUNIOR lotado na Defensoria Cível e Fazendária de Viana, a partir de 26.03.2021.
RESCISÃO DO TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO DE KAROLINE ALVES MAGALHAES lotada na 1ª Defensoria Fazendária de Vila Velha, a partir de 21.04.2021.

Vitória, 14 de abril de 2021
Josenir Peterle
Diretora de Gestão de Pessoas
Protocolo 662010

Poder Legislativo

Assembléia Legislativa do Espírito Santo - ALES -

RESUMO DO 3° TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 010/2018

A Subdireção Geral da Secretaria - Supervisão do Setor de Contratos e Convênios da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo em atendimento ao que dispõe o artigo 61 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, torna pública a celebração do Termo Aditivo, conforme descrito abaixo:
CONTRATANTE: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.
CONTRATADA: A.T.M. INDUSTRIAL EIRELI-ME
OBJETO: O objeto do presente TERMO ADITIVO é a prorrogação do prazo de vigência do **CONTRATO Nº 010/2018**, por um período de 12 (doze) meses.
VIGÊNCIA: Este TERMO ADITIVO entra em vigor no dia 23 de abril de 2021 e término no dia 22 de abril de 2022.
VALOR: O valor do presente TERMO ADITIVO é de R$ 1.453.529,34 (hum milhão quatrocentos e cinquenta e três mil quinhentos e vinte e nove reais e trinta e quatro centavos).
PROCESSO: 201241.
Secretaria da Assembleia Legislativa em, 09 de abril de 2021.
TATIANA SOARES DE ALMEIDA
Subdiretora Geral da Secretaria
Protocolo 661932

Poder Judiciário

Tribunal Regional Eleitoral - TRE -

ATO Nº 173, DE 14/04/2021

O DESEMBARGADOR SAMUEL MEIRA BRASIL JÚNIOR, PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

EFETUAR a designação automática da servidora **FERNANDA NUNES CHIABAI PIPA SILVA** para o exercício, **em substituição**, da função comissionada de Chefe de Cartório Eleitoral da **39ª ZE - Pinheiros** (FC-6), nos afastamentos, impedimentos legais ou regulamentares do titular e na vacância do cargo, nos termos da Resolução TRE-ES nº 146/10, publicada em 05.07.2010, c/c o art. 38 e parágrafos da Lei nº 8.112/90, **a partir da data de publicação deste ato**.
DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JÚNIOR
PRESIDENTE
Protocolo 661929

Publicações de Terceiros

COMUNICADO

CARDOZANO IND. E COM DE BEBIDAS LTDA, CNPJ 39.310.081/0001-61, torna público que OBTEVE da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA a LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO Nº 011/2021, com validade até 17 de março de 2025, por meio do Processo nº 31024858, para a atividade de 13.04 - Fabricação de Vinhos, Licores, e outras bebidas alcoólicas semelhantes, exceto aguardente, cervejas. Chopes e maltes. Padronização e Envase de Aguardente (sem produção), localizada na R. Independência, N.º 100, Morada Feliz, Barra De São Francisco/ES, CEP: 29.800-000.
Protocolo 659771

COMUNICADO

Jones Mario Gomes Moreira, CPF: 126.775.567-90, torna público que requereu à SEMACULT, através do processo n.º 007515/2020, a Licença Municipal Simplificada, para Secagem mecânica de grãos, associada ou não a pilagem, situada na localidade Crg. São Jose De Irupi, s/n, Zona Rural, Município de Ibatiba/ES.
Protocolo 659917

EDITORA CIDADANIA LTDA
CNPJ 11.297.349/0001-53

COMUNICADO

EDITORA CIDADANIA LTDA, CNPJ - 11.297.349/0001-53, sediada na Av. Luiz Manoel Velozo, 11, Praia de Itaparica, Vila Velha - ES, comunica ao mercado consumidor de seus livros paradidáticos em todo o território nacional, sendo eles: administração pública direta e/ou indireta, sociedade de economia mista, órgãos públicos, privados e/ou terceiro setor, sobre as diretrizes abaixo especificadas da área comercial e de negócios, salientando que as diretrizes anteriormente publicadas que não conflitam com a presente publicação permanecerão vigentes nos mesmos moldes especificados, bem como ratificadas por intermédio da presente publicação. São elas: a) Os livros listados nas cartas de Exclusividades emitidas pela Câmara Brasileira do Livro, pelo Sindicato Nacional dos Editores de Livros - SNEL - e pela registrados no ISBN/BIBLIOTECA NACIONAL/CBL - com seus respectivos números - são obras exclusivas da Editora Cidadania conforme contrato estabelecido entre o autor e a editora. b) O preço unitário praticado no exercício deste ano é o MESMO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL - independentemente da quantidade adquirida. Ficam estabelecidas as seguintes diretrizes comerciais: b.1 - Quando a compra foi realizada pela modalidade - inexigibilidade de licitação - para órgãos públicos das esferas: federal, estadual e municipal fica fixado o valor de R$ 28,00 - vinte e oito reais - a unidade. b.2 - Para empresas do setor privado, pessoa física, terceiro setor e demais entes que não sejam da administração pública direta, fica estabelecido o valor constante no site da Editora Cidadania Ltda e/ou das plataformas múltiplas de marketplace, a dizer: www.editoracidadania.com.br. c) Fica definido ainda que, para os processos em andamento e negociações anteriores com orçamento dentro do prazo de vigência, haverá a manutenção dos valores pretéritos praticados. d) A Editora Cidadania, bem como seus representantes comerciais - pessoas jurídicas e/ou físicas, que possuem relacionamento comercial permanente e/ou transitório mas contratualizados - estão autorizados a fornecer orçamentos prévios de R$ 28,00 (vinte e oito reais) a R$ 35,00 (trinta e cinco reais) a unidade em todo o território nacional. Desta forma, a partir da publicação do presente conteúdo em Diário Oficial do Estado de Espírito Santo, passam a vigorar os novos valores acima estabelecidos com as respectivas diretrizes. Sem prejuízo de outras publicações de âmbito nacional.

Em 08 de abril de 2021
FABIO JORGE ZANOTTI FALCÃO
Representante Legal
Protocolo 660557

edital de convocação assembléia geral de constituição da sls, ficam convocados todos os interessados em participar da Assembléia Geral de criação da Super Liga de Surf Capixaba: ordem do dia 1-elaboração

Quer fazer uma publicação? Acesse: www.dio.es.gov.br IMPRENSA OFICIAL/ES

e aprovação do Estatuto, 2- eleição e posse da primeira diretoria, no dia 30/04/2021, na Rua Filoginio Motta, 250 lj 02, Jardim Camburi , Vitória,ES, às 18:00h.

Protocolo 660749

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente do **SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE PRODUTOS DE CACAU, BALAS E DOCES E CONSERVAS ALIMENTÍCIAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - SINDICACAU**, CNPJ n.º 30.962.930/0001-97, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca as indústrias associadas em condições de voto, para Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 29 de abril de 2021, na Avenida Nossa Senhora da Penha, 2053 - Ed. Findes - 1º andar, Santa Lúcia, Vitória/ES, às 11h em 1ª convocação e às 11h30, em 2ª convocação, para deliberarem a seguinte pauta: 1) aprovação das contas do exercício de 2020; 2) aprovação do relatório de atividades do exercício de 2021, e 3) assuntos gerais.

Vitória, 15 de abril de 2021.

Paulo Roberto Gonçalves Pereira
Presidente

Protocolo 660779

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente do **SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE LATICÍNIOS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - SINDILATES**, CNPJ n.º 18.371.200/0001-16, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca as indústrias associadas em condições de voto, para Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 29 de abril de 2021, na Avenida Nossa Senhora da Penha, 2053 - Ed. Findes - 1º andar, Santa Lúcia, Vitória/ES, às 09h30 em 1ª convocação e às 10h, em 2ª convocação, para deliberarem a seguinte pauta: 1) aprovação das contas do exercício de 2020; 2) aprovação do relatório de atividades do exercício de 2021, e 3) assuntos gerais.

Vitória, 15 de abril de 2021.

Odilon Jacy Milagres Fontes
Presidente

Protocolo 660781

NEBRAX DO BRASIL S/A
CNPJ/MF Nº 04.409.002/0001-90
NIRE Nº 32300029914
Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os senhores acionistas da NEBRAX DO BRASIL S/A, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no dia 22 (vinte e dois) de abril de 2021, às 14:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na R. 7, 170, Letra B, CEP 29.168062, Civit II, Serra - ES, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **(i)** examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício de 2020 (Art. 132, I); e **(ii)** deliberar sobre a destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos do exercício e acumulados (Art. 132, II). Vitória, 08 de abril de 2021.

Mikeil Chequer Filho
Diretor Presidente

Protocolo 660783

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente do **SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE VIDROS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - SINDIVIDROS**, CNPJ n.º 18.788.643/0001-07, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca as indústrias associadas em condições de voto, para Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 29 de abril de 2021, na Avenida Nossa Senhora da Penha, 2053 - Ed. Findes - 1º andar, Santa Lúcia, Vitória/ES, às 16h em 1ª convocação e às 16h30, em 2ª convocação, para deliberarem a seguinte pauta: 1) aprovação das contas do exercício de 2020; 2) aprovação do relatório de atividades do exercício de 2021, e 3) assuntos gerais.

Vitória, 15 de abril de 2021.

Arisson Rodrigues Ferreira
Presidente

Protocolo 660788

CONTEK ENGENHARIA S/A.
CNPJ/MF n° 27.183.425/0001-30 / NIRE n° 32.3.0000216-1

Ficam convocados os acionistas da **CONTEK ENGENHARIA S/A** ("Companhia") a participar da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 26 de abril de 2021, às 15:00 Hs, inteiramente digital através da plataforma ZOOM (profissional) para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (a) tomada das contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras, (b) destinação do lucro líquido do exercício findo em 31/12/2020: e (c) remuneração dos Diretores. Serra, 13 de abril de 2021.

MURILO MADUREIRA SAADE
Diretor Presidente

Protocolo 660852

HOSPITAL ESTADUAL DR. JAYME SANTOS NEVES

Contrato de gestão: 001/2012 - termos aditivos (nº 024: 025: 026: 027: 028: 029: 030: 031: 032: 033), celebrado entre o Estado do Espírito Santo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde - SESA e a ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE ESPÍRITO SANTENSE - AEBES.

ACOMPANHAMENTO DAS METAS DO CONTRATO DE GESTÃO DE FEV/2020 A JAN/2021

Linha de Serviço	Meta	Realizado	[1]Alcançado (%)
Saídas Hospitalares[2]	6.480	5.285	81,56%
Urgência /Emergência[2]	33.130	17.698	53,42%
Ambulatório[2]	36.125	13.321	36,87%
SADT Externo[2]	14.250	4.934	34,62%
Análises Clínicas[2]	6.000	1.387	23,12%
Pacientes COVID 19(Paciente/dia)[3]	62.671	41.824	66,74%
Paciente NÃO COVID--19(saídas hospitalares)[3]	1.995	2.661	133,38%

[1] De acordo com a Lei Federal nº 13.992, Portaria 041-R e Lei Federal nº 14.123 as metas foram suspensas a partir do mês de março de 2020.
[2] Metas pactuadas no período de Fev/2020 à Jun/2020.
[3] Metas pactuadas no período de Jul/2020 à Jan/2021.

Protocolo 660988

HOSPITAL ESTADUAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

Contrato de gestão: 004/2020, celebrado entre o Estado do Espírito Santo, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA e a ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE ESPÍRITO SANTENSE - AEBES.

ACOMPANHAMENTO DAS METAS DO CONTRATO DE GESTÃO DE 19/12/2020 A 31/12/2020

Linha de Serviço	Meta	Realizado	[1]Alcançado (%)
Saídas Hospitalares	334	398	119,16%
Urgência /Emergência	1.690	1.486	87,93%
Ambulatório	754	485	64,32%
SADT Externo	162	0	0,00%

[1] De acordo com a Lei Federal nº 13.992, Portaria 041-R e Lei Federal nº 14.123 as metas foram suspensas a partir do mês de março de 2020.

Protocolo 660990

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Data: Quarta-feira, 14 de Abril de 2021 às 22:28:00 Código de Autenticação: a6b29bc

MADEIRAS ECOLÓGICAS S/A
CNPJ/MF Nº 12.764.418/0001-54
NIRE Nº 32300031668
Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os senhores acionistas da MADEIRAS ECOLÓGICAS S/A, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no dia 22 (vinte e dois) de abril de 2021, às 16:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na R. 7, 170, Letra A, CEP 29.168062, Civit II, Serra/ES, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício de 2020 (Art. 132, I); e (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos do exercício (Art. 132, II). Vitória, 08 de abril de 2021.

Mikeil Chequer Filho
Diretor Presidente

Protocolo 661103

HP COMÉRCIO E INDÚSTRIA HIDRÁULICA E PNEUMÁTICA LTDA.
CNPJ/MJ Nº 30.674.709/0001-33
NIRE 32200295663

CONVOCAÇÃO - REUNIÃO DE SÓCIOS

Ficam os sócios da HP COMÉRCIO E INDÚSTRIA HIDRÁULICA E PNEUMÁTICA LTDA., nos termos do artigo 6º, parágrafo 2º, do Contrato Social, convocados para Reunião de Sócios no dia 23 de abril de 2021, às 09:00h, em primeira convocação, com instalação mediante a presença de titulares detentores de três quartos do capital social, e no dia 07 de maio de 2021, às 09:00h, em segunda convocação, com qualquer número, a realizar-se na sua sede social, localizada na Av. Central B, 1.730, Loja 01, Lote 37, Quadra III, Civit II, Serra/ES, CEP 29168-071, a fim de deliberar sobre a Ordem do Dia: "alienação de bens de valores relevantes" (artigo 6º, IX, do Contrato Social), a saber, o imóvel-sede da sociedade empresária. O sócio poderá ser representado por outro sócio ou por advogado, mediante outorga de mandato com especificação dos atos autorizados.

Serra/ES, 09 de abril de 2021.

SABRINA MONJARDIM ARAÚJO MARTINS
Administradora

Protocolo 661124

GEOCONTROL INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S/A.
CNPJ 04.967.131/0001-01
NIRE 32300034934

Ata de Reunião do Conselho de Administração, Geocontrol Indústria, Comércio e Serviços em Tecnologia da Informação S/A., realizada em 09 de novembro de 2020.
Aos nove dias do mês de novembro de dois mil e vinte (09/11/2020), às 15:00 horas, reuniram-se na sede social da empresa situada na Av. Anísio Fernandes Coelho, nº 378, Jardim da Penha, Vitória, ES, CEP: 29.060-670, os acionistas da sociedade GEOCONTROL INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 04.967.131/0001-01, com registro na JUCEES - Junta Comercial do Estado do Espírito Santo sob o nº 3230003493-4. Dispensada a convocação em virtude do comparecimento da totalidade dos membros do Conselho de Administração com fundamento no artigo 12, §1º do Estatuto Social da Companhia e a lei 6404/1976, Art. 124, §4º ORDEM DO DIA: Tomar conhecimento e deliberar sobre: i) Eleição do Diretor Presidente da Companhia; ii) eleição do Diretor Financeiro da Companhia; iii) eleição do Diretor Técnico da Companhia; iv) eleição do Diretor Vice-Presidente da Companhia; v) a remuneração dos diretores da Companhia. DELIBERAÇÕES: As seguintes deliberações foram tomadas por unanimidade de votos dos presentes, sem quaisquer ressalvas ou restrições: (i) Eleger ao cargo de Diretor Presidente da Sociedade, o Sr. Sidnei Farias Job, com mandato até 09.11.2021; (ii) Eleger, com anuência do Fundo de Investimento em Participações Aeroespacial, cumulativamente, ao cargo de Diretor Financeiro da Sociedade, o Sr. Sinei Farias Job, com mandato até 09.11.2021; (iii) Eleger para o cargo de Diretor Técnico da Sociedade, o Sr. Luiz Eduardo Lozer, com mandato até 09.11.2021; (iv) Eleger para o cargo de Diretor Vice-Presidente da Sociedade, o Sr. Rogerio Santana Tristão, com mandato até 09.11.2021; (v) o pagamento aos membros da diretoria, valor bruto mensal de honorários de administrador, será equivalente a R$ 20.000,00 aos Diretores Presidente, Vice-Presidente, Financeiro e Técnico, na forma de pró-labore, durante o período de seus mandatos; (vi) o exercício cumulado de cargo de Diretorias (Presidente e Financeiro) não concede direito ao acumulado de remunerações correspondentes. Percebendo o Diretor em situação de cargos cumulados uma única remuneração conforme estabelecido no item anterior. Todas as propostas de eleição foram votadas e aprovadas por unanimidade. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada pelos participantes. Presidente de Mesa - Poliana Sara Queiroga Campos de Faria. Secretária de Mesa - Rogerio Santana Tristão. Conselheiros: Luiz Eduardo Lozer, Rogerio Santana Tristão, Wiliam Peixoto Coura, Poliana Sara Queiroga Campos de Faria. Declaro que a presente ata em forma de sumário, é parte fiel extraída da ata original lavrada em livro próprio. Vitória/ES, 09 de novembro de 2020.
Mesa: Poliana Sara Queiroga Campos de Faria - Presidente; Rogeio Santana Tristão - Secretário.
Membros: Poliana Sara Queiroga Campos de Faria; Wiliam Coura; Luiz Eduardo Lozer, Rogério Santana Tristão.
Esta ata de protocolo nº **201149850,** foi registrada e arquivada na JUCEES sob o nº **20201149850, em 30/12/2020.**

Protocolo 661121

GEOCONTROL INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S/A.
CNPJ 04.967.131/0001-01
NIRE 32300034934

Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Sociedade Anônima de Capital Fechado, Geocontrol Indústria, Comércio e Serviços em Tecnologia da Informação S/A., realizada em 05 de outubro de 2020. Aos cinco dias do mês de outubro de dois mil e vinte (05/10/2020), às 10:00 horas, reuniram-se na sede social da empresa situada na Av. Anísio Fernandes Coelho, nº 378, Jardim da Penha, Vitória, ES, CEP: 29.060-670, os acionistas da sociedade GEOCONTROL INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 04.967.131/0001-01, com registro na JUCEES - Junta Comercial do Estado do Espírito Santo sob o nº 3230003493-4. Assumindo a presidência da Assembleia o Sr. Sidnei Farias Job, informou que o comparecimento da totalidade dos acionistas, perfazendo 100% (cem por cento) do capital social, permite a realização da Assembleia sem as formalidades de publicação de edital convocatório, conforme dispõe o artigo 124 da Lei nº 6.404/76. Em seguida o senhor presidente convocou a mim, Poliana Sara Queiroga Campos de Faria, para secretariar os trabalhos da Assembleia, determinando em seguida à leitura da ordem do dia: ORDEM DO DIA: i) Tomar conhecimento e deliberar sobre as contas da administração e Aprovação das Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31/12/2019; ii) Assuntos Gerais. DELIBERAÇÕES: Iniciando os debates sobre o item "i" da ordem do dia, lido as Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2019, composta de Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados, Demonstração de Lucros e/ou Prejuízos Acumulados e Notas Explicativas dos exercícios de 2019, que depois de lidas, foram às mesmas votadas e aprovadas por todos, declarando então, aprovadas as contas da diretoria do exercício de 2019, determinando o senhor presidente o arquivamento de cópias das Demonstrações Financeiras, ora aprovadas, que foram publicadas no jornal A Gazeta em 22/09/2020 e no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo em 22/09/2020, já devidamente arquivadas na JUCEES em 04/01/2021 sob o protocolo nº 20/114978-8. ENCERRAMENTO: Em seguida, passando ao item"ii" ficando livre a palavra e como ninguém desejasse usá-la, o presidente suspendeu a sessão pelo tempo necessário para lavratura da presente ata o que eu fiz como secretária, em 01 (uma) cópia fiel da original lavrada em livro próprio, e após, retornando, determinou sua leitura e submeteu a aprovação de todos os presentes:
Presidente de Mesa - Sidnei Farias Job. Secretária de Mesa - Poliana Sara Queiroga Campos de Faria.
Vitória/ES, 05 de outubro de 2020.
Acionistas presentes na Assembleia: Luiz Eduardo Lozer, Rogério Santana Tristão, Sidnei Farias Job, Fundo de Investimento em Participações Aeroespacial.
Esta ata de protocolo nº **201149788,** foi registrada e arquivada na JUCEES sob o nº **20201149788, em 04/01/2021.**

Protocolo 661128

COMUNICADO

A SUZANO S.A., inscrita no CNPJ sob nº 16.404.287/0461-47, torna público que requereu ao Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF) a Licença Prévia - LP e a Licença de Operação - LO, para a atividade de Silvicultura com plantio 515,58 hectares de eucalipto na Fazenda Campo Formoso no município de São Mateus - ES.

Protocolo 661134

ITALIGRAN IND. COM. DE PEDRAS LTDA torna público que obteve da PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAÇU, através do processo nº 3784/2020, a LICENÇA MUNICIPAL SIMPLIFICADA (LMS), Nº 002/2021 para a atividade de CORTE E ACABAMENTO/APARELHAMENTO DE ROCHAS ORNAMENTAIS E POLIMENTO MANUAL OU SEMIAUTOMÁTICO, localizada na RUA JACOB BARBARIOLI, Nº 109, PARQUE INDUSTRIAL "JOSÉ LUIZ FIOROTI", IBIRAÇU - ES.

Protocolo 661349

Comunicado
Onofre Alves do Rosário torna público que Requereu a SEMAM, por meio do processo Nº 263, Licença Ambiental, para a atividade de Secagem Mecânica de Grãos Associado ou não a pilagem, na localidade Córrego do Aventureiro, Zona Rural, Município de Irupi/ES.

Protocolo 661369

GESC - LOGISTÍCA E TRANSPORTES LTDA TORNA PÚBLICO QUE REQUEREU E OBTEVE DO IEMA, POR MEIO DO PROCESSO Nº 89533836, A LAU Nº 027/2021 - CLASSE II PARA TRANSPORTES DE PRODUTOS PERIGOSOS, PARA ATUAR EXCLUSIVAMENTE NAS RODOVIAS DO ESPIRITO SANTO, ESTANDO SEDIADA À RUA INDIO DO BRASIL, 134, TANGUÁ, CARIACICA - ES.

Protocolo 661383

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A Presidente do Sindicato da Indústria de Produtos Químicos para fins Industriais, produtos farmacêuticos, preparação de

óleos vegetais e animais, sabão e velas, fabricação de álcool, tintas e vernizes, adubos e corretivos agrícolas no estado espírito santo - Sindiquímicos-es, CNPJ 31.752.488/0001-37, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca a sua categoria econômica em condições de voto, para **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**, para aprovação das contas do exercício de 2020, à ser realizado no dia 27 de abril de 2021, em 1ª Convocação às 17h00 e em 2ª Convocação às 17h30 . Em atenção às recomendações das autoridades sanitárias, visando conter propagação/contágio do novo coronavírus (COVID-19), em especial evitar aglomerações, a Assembleia Geral Ordinária será realizada virtualmente no endereço eletrônico: https://zoom.us/j/97986909956?pwd=OWtNd0F1NW5VNWJYc0JIbXBxRWVEQT09 , (ID da reunião: 979 8690 9956 e Senha de acesso: 778456). Para participar, será necessário instalar previamente o aplicativo Zoom Meeting, disponível no site https://zoom.us/pt-pt/meetings.html, em caso de acesso pelo computador, ou por aplicativo, em caso acesso pelo celular.
Vitória/ES, 15 de abril de 2021.
Zilma Bauer Gomes
Presidente

Protocolo 661399

METROCOR - INSTITUTO METROPOLITANO DO CORAÇÃO LTDA
CNPJ 01.139.263/0001-49
TERMO DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA.

Pelo presente edital, ficam os sócios do **METROCOR - INSTITUTO METROLITANO DO CORAÇÃO LTDA**, CNPJ 01.139.263/0001-49, convocados para a **ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA**, a se realizar no dia 27 de Abril de 2021 em primeira convocação às 18:00 hs com a totalidade dos sócios; em segunda convocação às 18:30 hs com a presença dos sócios que representam no mínimo 75% do capital social da empresa e em terceira convocação às 19:00 hs com a quantidade de sócios presentes, na sede social da empresa, através do aplicativo Microsoft Teams. Pauta da reunião: 1 - Aprovação das contas da administração 2020; 2 - Eleição da Diretoria; 3 - Remuneração da Diretoria.

Protocolo 661440

Custódio Forzza Participações S/A.
CNPJ/MF nº 17.991.330/0001-99 - NIRE 32.300.033.458
Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Sociedade **Custódio Forzza Participações S/A**, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se no 30 (trigésimo) dia do mês de abril de 2021, às 14:00 horas, na sede da Companhia, sita na Av. Nossa Senhora dos Navegantes, 675, salas 102/103, Vitória (ES). Os trabalhos seguirão a seguinte **Ordem do Dia: (i)** Examinar e votar as demonstrações financeiras referentes ao ano calendário 2020; **(ii)** Eleição e posse dos membros titulares e suplentes do Conselho de Acionistas e de Administração; **(iii)** Eleição e posse do Presidente do Conselho de Administração. Porque oportuno, informa que já se encontram à disposição de Vossas Senhorias, na sede da Companhia, os balanços e balancetes desta Sociedade e de suas controladas, referentes ao exercício findo, igualmente já disponibilizados por meio digital (e-mail). Vitória (ES), 14 de abril de 2021. ***Edith Favarato Forzza*** - *Presidente do Conselho de Administração.*
(14, 15 e 16/04/2021)

Protocolo 661501

MC KINLAY S/A.
CNPJ/MF nº 33.179.714/0001-68
CARTA CONVITE - REUNIÃO DE ACIONISTAS
23/04/2021 ÀS 10:00 HORAS

Ficam convocados nos termos do atual estatuto em vigor, os acionistas da **MC KINLAY S/A**, CNPJ/MF sob nº 33.179.714/0001-68, para a reunião de acionistas, deliberando-se pela maioria presente, no dia 23 de abril de 2021 às 10:00 horas, na sede da empresa, localizada Praça Costa Pereira, 52, 9º Andar, salas 908 a 912, Centro, Vitória/ES. Constitui pauta dessa Reunião, os seguintes assuntos: I -Aprovar as demonstrações contábeis referentes ao exercício encerrado em 31/12/2020; II-Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício de 2020 e distribuição de dividendos; e III-Eleger os administradores para o período de 1º de maio de 2021 a 30 de abril de 2022.
Vitoria/ES, 13 de abril de 2021.
Andrea Paula Michelini Bortoluzzi - Presidente

Protocolo 661557

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Presidente do Sindicato da Indústria Alimentar de Congelados, Supercongelados, Sorvetes, Concentrado e Liofilizado do Espírito Santo - Sincongel, inscrito no CNPJ sob o n.º 28.572.907/0001-44, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca as indústrias da sua categoria econômica para Assembléia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 26 de abril de 2021 (segunda-feira), na Av. Nossa Senhora da Penha, nº 2053, Ed. Findes, 1º andar, Santa Lúcia, Vitória/ES, às 10h em 1ª convocação e às 10h30, em 2ª convocação, para deliberarem a seguinte ordem do dia: 1) análise da pauta de reivindicações do SINDLATICINIOS para o Aditivo à CCT 2019/2021 e Minuta à CCT 2021/2022 e definição de contraproposta patronal; 2) escolha da Comissão de Negociação Coletiva; 3) autorização ou não para garantir a data base; 4) autorização ou não para o ajuizamento de Dissídio Coletivo; 5) autorização para o Presidente assinar a Convenção Coletiva de Trabalho e; 5) autorização para o Presidente assinar a Convenção Coletiva de Trabalho; 6) autorização para que a assembléia permaneça em aberto até o final das negociações e; 7) Assuntos gerais. Vitória/ES, 15 de abril de 2021.
Renato Bragança Domingues
Presidente

Protocolo 661560

COMUNICADO

ASPEC NUTRIÇÃO ANIMAL LTDA, Torna público que Obteve da SEMMA de Ecoporanga, através do processo nº 4214/2019, Licença Municipal de Operação para atividade **"Fabricação de rações balanceadas e de alimentos preparados para animais sem cozimento e/ou digestão (apenas mistura)"**, localizado no Córrego do Café, Zona Rural, s/n, Galpão 01, Ecoporanga - ES.

Protocolo 661637

COMUNICADO

A Contractor Engenharia Ltda, torna público que obteve da SMMARH, através do processo n.º 10699/2021, a Licença Municipal Única (LMU) N.º 241/2021, válida até 11/04/2025, para a atividade de Extração de agregados da construção civil (saibro / código 01.04), localizada nas margens esquerda da Rodovia Estadual ES-181, sentido Alegre, comunidade Amorim, Muniz Freire - ES.

Protocolo 661639

MC KINLAY S/A.
CNPJ/MF nº 33.179.714/0001-68
NIRE nº 32.300.023.461
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 06 DE MAIO DE 2020

Presenças: A maioria dos acionistas (99,97%).
Deliberações: I - Demonstrações contábeis e **II - Distribuição de dividendos -** Serão objetos de apreciação na próxima assembleia. **III - Eleição da diretoria -** Deliberam os diretores, a reeleição dos administradores para o período de 1º de maio de 2020 a 30 de abril de 2021. Ata arquivada na JUCEES sob nº **20200256432 em 11/05/2020**.
Andrea Paula Michelini Bortoluzzi - Presidente

Protocolo 661653

DELUPE PARTICIPAÇÕES S/A
CNPJ 17.238.256/0001-34
NIRE 32300033172
Resumo da Ata de Assembleia Geral Extraordinária.

Aos 05.11.2019, às 10:00 horas, na sede da companhia. Presença: Acionistas representando a totalidade do capital social. Ordem do Dia: Deliberar sobre a distribuição de lucros aos acionistas dos anos de 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018. Ata registrada na Jucees em 29.11.2019 protocolo nº 192645773.

Protocolo 661684

TAPE PARTICIPAÇÕES S/A
CNPJ 17.307.879/0001-68
NIRE 32300033300

Resumo da Ata de Assembleia Extraordinária.
Aos 05.11.2019, às 10:00 horas, na sede social da companhia, Presença: Totalidade dos acionistas. Ordem do dia: Deliberar sobre a distribuição de lucros aos acionistas dos anos de 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018. Ata registrada na Jucees em 29.11.2019 protocolo nº 192645684.

Protocolo 661687

FEDERAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO DE GINÁSTICA
CNPJ 36.347.953/0001-78

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA RERRATIFICATÓRIA 2021

O Presidente da Federação do Espírito Santo de Ginástica - FESG, no uso de suas atribuições legais e estatutárias vem, por meio deste, convocar as entidades filiadas, a comissão de atletas e os representantes das entidades de prática desportiva, que estão em pleno gozo dos seus direitos, para a Assembleia Geral Extraordinária afim de tratar:
- Rerratificação de eleição em posse mandato 2021 - 2024.
A ser realizada no dia 07 de maio de 2021, inicialmente às oito horas e 30 minutos, em primeira convocação e as nove horas em segunda convocação, no Auditório da SESPORTE, situado à Avenida R. Cel. Schwab Filho, S/N, bairro Bento Ferreira, Vitória, ES.

Wilson Pinheiro de Carvalho Filho
Presidente da FESG

Protocolo 661741

COMUNICADO
JOSÉ GERALDO PESSIM
CPF 687996677-20
torna público que REQUEREU a RENOVAÇÃO da LMR através do proc.nº012273/2018 na localidade de Zona Rural - Castelo - ES

Protocolo 661745

COMUNICADO
SOMIC-SOCIEDADE MINEIRA DE CONSTRUÇÕES LTDA, torna público à obtenção da licença de operação junto ao Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA-ES) para o loteamento residencial, na localidade Três Barras, Município de Linhares/ES, através do processo nº 35329025.

Protocolo 661747

BIOALEVINOS LTDA EPP

LICENÇA DE OPERAÇÃO Nº:239/2020. Processo:46108050. EMPRESA: BIOALEVINOS LTDA EPP - CNPJ 04.561.490/0001-56, ATIVIDADE: produção de larvas (LABORATÓRIOS DE REPRODUÇÃO R LARVICULTURA) e juvenis (ALEVINAGEM) de peixes de agua doce, COORDENADAS UTM (DATUM WGS84) 356936 (E) e 7799288 (N).

LOCAL DA ATIVIDADE: Fazenda Rio da Prata, Pedro Palácios - Pendanga MUNICÍPIO: Ibiraçu/ES

Protocolo 661760

AA ADMINISTRACAO DE BENS E NEGOCIOS S/A
NIRE 32300034047
CNPJ (MF) 18.827.277/0001-58
Reunião do Conselho de Administração
Realizada em 02 de abril de 2018

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada aos 02 dia do mês de abril de 2018, às 10:00 horas, na sede social, situada na localidade de Córrego Sapucaia - s/n - Zona Rural, Distrito de Sapucaia - Município de Marilândia (ES) - CEP. 29.725-000.

2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇAS: Convocados os membros do Conselho de Administração, mediante notificação escrita entregue com apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados, instalando-se a reunião com a presença dos Conselheiros representando o quórum necessário, nos termos do estatuto social da Companhia.

3. MESA: Os trabalhos foram presididos pelo Sr. **Amarildo Stefenoni**, que convidou o Sr. **David Stefenoni Netto** para secretariá-lo.

4. ORDEM DO DIA: Eleição dos membros da Diretoria.

5. DELIBERAÇÕES: O Conselho de Administração, por unanimidade de votos, sem quaisquer restrições e em conformidade com o artigo 16 - Inciso II, do Estatuto Social, deliberou reeleger para o cargo da Diretoria Executiva da Companhia o Sr. **Amarildo Stefenoni**, brasileiro, casado sob o regime de separação de bens, empresário, residente e domiciliado na localidade de Córrego Sapucaia, s/n - Distrito de Sapucaia, município de Marilândia, Estado do Espirito Santo, CEP. 29.725-000, natural de Colatina (ES), nascido em 01/12/1968, filho de David Stefenoni e Virginia Comério Stefenoni, portador da Carteira de Identidade n.º 951.300, emitida em 22/06/1987 pela SSP/ES, inscrito no CPF (MF) sob o n.º 945.735.657-87 e para o cargo da Diretoria Financeira, o Sr. **David Stefenoni Netto,** brasileiro, solteiro, empresário, residente e domiciliado na localidade de Córrego Sapucaia, s/n - Distrito de Sapucaia, município de Marilândia, Estado do Espirito Santo, CEP. 29.725-000, nascido em 24/02/1992, natural de Colatina (ES), filho de Amarildo Stefenoni e Luciene Bravin Stefenoni, portador da Carteira de Identidade n.º MG-17.848.339, expedida em 16/12/2008 pela SSP/MG, inscrito no CPF (MF) n.º 138.049.267-03. O mandato dos Diretores ora eleitos é de 03 (três) anos a contar da presente data.

Os diretores ora nomeados, presentes à Reunião, declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos, por lei especial, de exercer a administração da Companhia e nem condenados ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, sendo desde logo investidos nos cargos para os quais foram eleitos, mediante assinatura do correspondente termo de posse.

6. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, deu o Senhor Presidente, por encerrada a Assembléia, lavrando a presente Ata, que, depois de lida, foi aprovada em todos os seus termos, sendo assinada e rubricada em todas as suas folhas pelos membros da Mesa e, a seguir, por todos os presentes. Esta Ata é cópia fiel da que foi lavrada no livro próprio, do que damos fé, tendo sido extraída para que fosse promovido o devido registro perante a Junta Comercial do Estado do Espírito Santo.

AMARILDO STEFENONI - Presidente; DAVID STEFENONI NETTO - Secretário
Acionistas Presentes: AMARILDO STEFENONI; DAVID STEFENONI NETTO
Ata arquivada na JUCEES em 15/06/2018 16:24 SOB Nº 20182087778. PROTOCOLO: 182087778 DE 15/06/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11802355493.

Protocolo 661763

COMUNICADO

Lindolfo Stuhr, CPF: 978.391.757-91, localizado na Rod. Dalmácio Espindula, Centro, Santa Maria de Jetibá - ES torna público que requereu da SECMAM, através do processo nº 003258/2021, a Licença Municipal Única, para Atividade de Terraplanagem, na localidade do Centro, Município de Santa Maria de Jetibá/ES.

Protocolo 661772

ADV ARMAZÉNS GERAIS S/A
Córrego Sapucaia, s/n - Galpão 03 - Distrito de Sapucaia - Zona Rural - Marilândia - ES
CNPJ/MF. 18.828.106/0001-43 - NIKE 32300034021
Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Sociedade Anônima de Capital Fechado
ADV ARMAZÉNS GERAIS S/A, realizada no dia 15 (quinze) de agosto de 2020.

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 15 (Quinze) dias do mês de agosto do ano 2020 (dois mil e vinte), as dez (10) horas, na sede social da companhia, sito no Córrego Sapucaia, s/n°. Distrito de Sapucaia - Zona Rural - Mariiândia, Estado do Espírito Santo - CEP: 29.725 000; **2. CONVOCAÇÃO E PUBLICAÇÕES:** Dispensada a convocação e publicação nos termos da lei e dos atos constitutivos, face à ciência prévia de todos os acionistas quanto à data, local, hora e pauta do dia, como também em face da presença de todos os acionistas da Sociedade na presente AGO/AGE. **3. PRESENÇA:** Acionistas presentes representando 100,00% do capital social, presenças estas ratificadas e confirmadas pelas assinaturas firmadas neste documento. **4. MESA:** Com o intuito de imprimir ordem a presente AGO/AGE (Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária), tomou a palavra o **Sr. AMARILDO STEFENONI**, brasileiro, casado sob o regime de separação de bens, empresário, residente e domiciliado Córrego Sapucaia, s/n.°, Distrito de Sapucaia, município de Marilândia, Estado do Espírito Santo, CEP. 29.725-000, natural de Colatina/ES, nascido em 02/22/1968, filho de David Stefenoni e Virgínia Comério Stefenoni, portador da Carteira de Identidade n.° 951.300, emitida em 22/06/1987 pela SSP/ES, inscrito no CPF/MF sob o n.° 945.735.657-87, acionista convocante desta AGE e membro da Diretória Executiva da Cia., solicitando que o acionista remanescente e também integrante da diretória executiva Sr. **DAVID STEFENONI NETTO,** brasileiro, solteiro, maior, nascido em 24/02/1992, natural de Colatina/ES, filho de Amarildo Stefenoni e Luciene Bravin Stefenoni, empresário, portador da Carteira de Identidade n.° MG-17.848.339, expedida em 16/12/2008 pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF n.° 138.049.267-03, residente e domiciliado na localidade de Córrego Sapucaia, s/n.º, Distrito de Sapucaia, município de Marilândia, Estado do Espirito Santo, CEP. 29.725-000, que em parceria, assumissem os trabalhos compondo a mesa. **5. ORDEM PO DIA:** As seguintes matérias serão deliberadas na presente Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária: **I - Na ASSEMBLEIA ORDINARIA:** (a) aprovação das contas dos exercícios de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019; **(b)** fixação da remuneração da diretoria para o exercício de 2020; **II - Na ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA:** (a) Abertura da Filial 01 em lúna-ES; **(b)** Outros assuntos de interesse geral. **6. DELIBERAÇÕES:** Em seguida, o Sr. Presidente, fazendo uso da palavra lembrou aos acionistas que da análise conjunta do Estatuto Social da Cia. com os artigos 121 e 132 da Lei das Sociedades Anónimas (Lei. 6.404/76) faculta-se aos acionistas a deliberação sobre todos os temas apresentados na ordem do dia por meio da presente AGO/AGE e, assim sendo, apresentou aos acionistas a integralidade da pauta da Ordem do dia, **resolvendo e deliberando** por **unanimidade os acionistas, da seguinte forma I) Na ASSEMBLEIA ORDINARIA: (a)** Depois de examinados e discutidos, foram aprovados os Balanços Patrimoniais, as Demonstrações Financeiras e os Relatórios da Diretória relativos aos exercícios sociais findos em 31/12/2015, 31/12/2016, 31/12/2017, 31/12/2018 e 31/12/2019; **(b)** Para o exercício de 2020 a Diretoria Executiva será remunerada, em sua totalidade, no importe máximo e total de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), cabendo a cada diretor o recebimento mensal equivalente a 1/12 de sua remuneração. **II) Na ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA: (a)** Aprovada por unanimidade a abertura da Filial 01 em lúna-ES, com endereço na Rua Prefeito Cantidio Roberto de Moraes - n-34 - Lote 01 - Quadra 05 - Parque Industrial - CEP. 29.390-000. Em razão das alterações já aprovadas, foi aprovada a consolidação do Estatuto Social, que passa a vigorar na forma do ANEXO I. **7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, deu o Senhor Presidente, por encerrada a Assembleia, lavrando a presente Ata, que, depois de lida, foi aprovada em todos os seus termos, sendo assinada e rubricada em todas as suas folhas pelos membros da Mesa e, a seguir, por todos os presentes.

Amarildo Stefenoni - Presidente; David Stefenoni Netto - Secretário.
Acionistas presente: Amarildo Stefenoni; David Stefenoni Netto; Luis Mônico Comério - OAB/ES 10.844
Ata arquivada na JUCEES em 08/10/2020 09:18 sob nº 32900634819 Protocolo: 200634852 de 05/10/2020. Código de verificação 12004814657

Protocolo 661775

ATOS SOCIAIS DE APAL AGROPECUÁRIA ALIANÇA S/A
CNPJ 42.595.272/0001-21
NIRE: 32300020771

CERTIFICAMOS que a JUCEES arquivou em 03/09/2018 sob o nº 20182238970, a Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 06/03/2018 com a seguinte deliberação aprovada: 1) Reeleitos a Sr.ª. Mônica Duffles Andrade Donato, inscrita no CPF sob o nº. 738.670.557-34, como Diretora-Presidente; e o Sr. Sebastião Bussular Junior, inscrito no CPF sob o nº. 575.346.597-87, como Diretor. O mandato dos Diretores ora eleitos tem o período de 03 (três) anos, a terminar em 1º/04/2021, na Assembleia Geral que se realizará naquela oportunidade. Os Diretores reeleitos são investidos nos cargos neste ato, mediante a assinatura do Termo de Posse no Livro de Atas, os quais declaram não estar incursos em nenhum dos crimes previstos na legislação em vigor que os impeçam de exercer atividade mercantil ou Cargo de Administração em Sociedades por Ações, em especial aqueles mencionados no parágrafo 1º do Art.147, da Lei nº 6.404/76; 2) Por unanimidade ficou decido manter inalterados os honorários dos Administradores com os mesmos valores atuais. Vitória-ES, 03 de setembro de 2018 - PAULO CEZAR JUFFO - Secretário Geral da JUCEES.

Protocolo 661788

COMUNICADO

PIOL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA torna público que Requereu/Obteve da Secretaria de Agricultura, Desenvolvimento

Rural e Meio Ambiente, através do processo nº 0659/2021, Licença Municipal Simplificada para produção artesanal de bebidas na Avenida João Alves da Motta Jr., nº 476, Município de Ibiraçu-ES.

Protocolo 661791

6C PARTICIPACOES E HOLDINGS S.A
em Organização
Extrato Ata de Assembleia Geral de Constituição

Aos 22 de fevereiro de 2016, as 10:00 horas, em Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espirito Santo, na Rodovia Engenheiro Fabiano Vivacqua nº 3.178 - BR 482, prédio B, sala 04, Bairro Alto Amarelo, CEP 29.304-393, reuniram-se, em Assembleia Geral, as subscritoras da totalidade do capital social da Companhia **6C PARTICIPACOES E HOLDINGS S.A. - em organização,** conforme verificou-se pelas assinaturas na anexa Lista das Subscritoras (Anexo I), que passa a fazer parte integrante da presente ata, a saber: **(1) TRÊS C PARTICIPACOES SOCIETARIAS EIRELI**, com sede na Rodovia Engenheiro Fabiano Vivacqua nº 3.178, prédio B, sala 03, Bairro Alto Amarelo, Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espirito Santo, CEP 29.304-393, NIRE 32600072238, CNPJ Nº 23.838.425/0001-70, neste ato representada por seu Administrador Camilo Cola Neto, brasileiro, solteiro, maior, nascido em 23.06.79, empresário, residente e domiciliado na Rua Groenlândia nº 1.187, Bairro Jardim América, São Paulo - SP, CEP nº 01.434-100, inscrito no CPF sob nº 821.798.591-04 e Carteira de identidade nº 1.567.916/SSP/DF. **(2) CCC PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS E HOLDINGS LTDA,** empresa com sede na Rodovia Engenheiro Fabiano Vivacqua nº 3.178 - BR 482, prédio B, sala 05, Bairro Alto Amarelo, Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espirito Santo, CEP 29.304-393, NIRE 32201844164, CNPJ nº 23.920.889/0001-20, neste ato representada por seu Administrador Piero Salles de Freitas Cola, brasileiro, solteiro, maior, nascido em 26.08.1990, administrador de empresas, residente e domiciliado na Rua. Humberto I, nº 928, ap. 82 BL C, Vila Mariana, São Paulo - SP, CEP nº 04.018-033, inscrito no CPF sob o nº 406.318.958-92 e Carteira de identidade sob o nº 34.275.200-5/SSP/SP. Assumiu a presidência dos trabalhos Camilo Cola Neto, o qual convidou a mim, Piero Salles de Freitas Cola para secretaria-los, ficando, desta forma, constituída a mesa dirigente. Dando início aos trabalhos, o Sr. Presidente declarou instalada a Assembleia Geral de Constituição de uma sociedade anônima, a denominar se **6C Participações e Holdings S.A.,** com sede e foro em Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espirito Santo, na Rodovia Engenheiro Fabiano Vivacqua, nº 3.178 - BR 482, prédio B, sala 06, Bairro Alto Amarelo, Cidade de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espirito Santo, CEP 29.304-393. Prosseguindo, informou que o capital social, de R$ **180.000,00 (cento e oitenta mil reais)** representado por **180.000 (cento e oitenta mil)** ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, emitidas ao preço unitário de R$ 1,00 (um real), fora totalmente subscrito e será integralizado em moeda corrente nacional, e nos termos do Artigo 80, II e Ill, da Lei 6404/76, totalmente integralizado neste ato em moeda corrente nacional o valor mínimo de 10% (dez por cento), equivalente a R$ 18.000,00 {dezoito mil reais), depositado em conta corrente no Banco do Brasil S.A. em nome da empresa, conforme o recibo de depósito anexo (Anexo II), e o saldo, de R$ 162.000,00 (cento e sessenta e dois mil reais}, deverá ser integralizado, no prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar da presente data. Em ato contínuo, foi feita a leitura do Estatuto Social da companhia, do seguinte teor.

Cachoeiro de Itapemirim-ES, 22 de fevereiro de 2016.
Camilo Cola Neto
Presidente da Mesa
Piero Salles de Freitas Cola
Secretário da Mesa

Certifico o Registro em 06/05/2016, Arquivamento de 06/05/2016 Protocolo 166491306 de 06/05/2016, NIRE 32300035159. Paulo Cezar Juffo - Secretário Geral

Protocolo 661794

MARCELO BELMIRO LAUVERS torna público que requereu à Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá-ES, através do processo nº 002443/2021, Licença Municipal de Regularização para atividade de Terraplanagem - corte e aterro em Recreio, área rural de Santa Maria de Jetibá-ES.

Protocolo 661799

Jose Almir Fazolo torna público que obteve da Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá-ES, através do processo nº 002050/2021, Licença Ambiental Única para atividade de Terraplanagem corte e aterro em São Sebastião de Belém - área rural de Santa Maria de Jetibá-ES.

Protocolo 661800

Interligação Elétrica Itaúnas S.A., torna público que obteve da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de João Neiva, através do processo nº 4659/2020, a Licença Municipal Única (LMU) nº 004/2021, para a atividade de Disposição de rejeitos/estéreis de rochas ornamentais (LBRO), localizada em Mundo Novo, s/nº, Sede, João Neiva/ES.

Protocolo 661811

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
ATO EXTRATO DE EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2021
AVISO DE LICITAÇÃO

A Santa Casa de Misericórdia de Cachoeiro de Itapemirim - Entidade Privada Sem Fins Lucrativos, comunica a todos os interessados que no dia 18/05/2021 as 14h, realizará a sessão pública para abertura e julgamento das propostas do processo licitatório nº. 02/2021, objetivando aquisições de equipamentos hospitalares, a ser realizado em Cachoeiro de Itapemirim, na sala de reuniões da Santa Casa de Misericórdia de Cachoeiro de Itapemirim (Matriz). Informações, disponíveis no site: www.santacasacachoeiro.org.br.

Cachoeiro de Itapemirim - ES, 14 de abril de 2.021.
Sr. Genivaldo Dalmazio
Pregoeiro oficial

Protocolo 661840

PEDRO HENRIQUE TONETO, torna público que obteve a SEMAG, por meio do processo nº 26757/2019, Licença Municipal Única - LMU, para Terraplanagem (corte/aterro), na localidade da Rodovia BR 101, Sul, KM 327, S/Nº, Iguape, no Mun. de Guarapari - ES.

Protocolo 661877

COMUNICADO

O sr. Jose Augusto Comerio torna público que requereu da secretaria Municipal de Meio Ambiente de Marilândia-ES, através do processo PMM - Nº 2762, a licença Municipal de regularização para a atividade secagem mecânica de grãos associada a pilagem de grãos de café Conilon, localizada no Sitio São Jose, endereçado em Córrego Calado, Patrimônio do Rádio, Zona Rural no distrito de Sapucaia, Município de Marilândia-ES.

Protocolo 661896

COMUNICADO

ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE BAIXO TANCREDINHO CNPJ Nº 19.801.449/0001-87, torna público que requereu a SMMA, através do processo nº **1307/2021,** a LICENÇA MUNICIPAL SIMPLIFICADA, para a atividade, Secagem Mecânica de Grãos Associada ou não a Pilagem, localizada na Estrada Tancredinho, s/n, Distrito de Santa Júlia, São Roque do Canaã/ES.

Protocolo 661940

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 03/2021

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Pelo presente Edital de Convocação, a Diretoria do INSTITUTO DE UROLOGIA DO ESPÍRITO SANTO LTDA, situado na Rua Hélio Marconi, nº 71, Bento Ferreira, Vitória/ES, CEP: 29.050-690, convoca os sócios para Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada por meio virtual (100% digital), através da plataforma Zoom, com maiores informações a serem encaminhadas por endereço eletrônico e disponibilizado na sede da empresa, no dia 26 de abril de 2021, às 19:00 com a presença de ¾ (três quartos) do capital social, ou às 19:30 em última convocação com qualquer número de sócios, para deliberação sobre os seguintes assuntos:

ORDEM DO DIA:
1. Aquisição de participação societária da Athena Saúde Espírito Santo Holding S.A, mediante aumento de capital social, aporte dos sócios, financiamento bancário ou captação de recursos no mercado.
2. Mudança de titularidade das ações que a sociedade possui na Athena Saúde Espírito Santo Holding S.A, para os sócios do Instituto de Urologia do Espírito Santo LTDA.
3. Venda das ações de titularidade do Instituto de Urologia do Espírito Santo LTDA na Athena Saúde Brasil S.A. no momento da Oferta Pública Inicial de Ações (IPO) na Bolsa de Valores B3.
4. Ratificação das decisões tomadas pela diretoria.
5. Demais assuntos de interesse da sociedade relacionados à aquisição de participação societária.

Vitória/ES, 14 de abril de 2021.

INSTITUTO DE UROLOGIA DO ESPÍRITO SANTO LTDA
Carlos Pandolpho Teixeira Filho

Protocolo 661950

COMUNICADO
AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL

A **BORTOLOTTI E DURÃO PARTICIPAÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ 32.733.003/0001-20, **CONVIDA** a população, autoridades e demais interessados a participarem da **AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL** objetivando apresentar e esclarecer o Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV para implantação do Loteamento Residencial Lagoa Park III, localizado no bairro São José, Linhares/ES, conforme segue:
Data: 28/04/2021
Horário: 19h00min
Link: https://zoom.us/webinar/register/WN_JfKsFgDCSECz_VQClqlG0Q
A reunião será realizada através da plataforma/aplicativo ZOOM que poderá ser acessada via aplicativo de smartphone.
Contato: Tiago Rossoni (27) 3325-4413 / (27) 99977-4565

Protocolo 661954

MINERAÇÃO PALMEIRAS LTDA, CNPJ nº 02.042.522/0001-81, torna público que **REQUEREU** do IEMA, através do processo nº 22007288, a **Ampliação da Licença de Operação** nº 401/2009, para a atividade de Extração de Granito na Área a que se refere o DNPM nº 890.493/90 - Portaria de Lavra nº 246/03, localizada na Rod. ES 375, s/n, Localidade de Palmeira, Monte Belo, Município de Iconha-ES.

Protocolo 661999

Balanços

EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

NIRE: 32300002668 - CNPJ: 27.485.069/0001-09

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhoras e senhores acionistas,

A Administração da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. ("Santa Maria" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras dos exercícios de 2020 e 2019, as quais estão de acordo com as práticas contábeis internacionais adotadas no Brasil. Acompanha este documento o Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

O presente Relatório da Administração cumpre a exigência da Lei nº 6.404/76 e suas alterações. É prioritariamente destinado aos acionistas da Companhia, estando, porém, à disposição para acesso público no website da Santa Maria (www.elfsm.com.br), sendo ainda publicado em mídia na cidade e no estado de sua sede (Colatina e Espírito Santo), de acordo com a legislação brasileira.

Essas Demonstrações Financeiras foram revisadas e aprovadas pela Diretoria em 12 de março de 2021.

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE

Mesmo com todos os desafios vividos no último ano, lamentando, profundamente, as milhares de vidas perdidas em decorrência da pandemia do novo coronavírus, temos orgulho em afirmar que a Santa Maria desempenhou seu papel como concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica.

Visando a proteção à saúde dos nossos colaboradores e a manutenção do fornecimento de energia elétrica aos nossos clientes, criamos um Comitê Gestor de Crise, que acompanhou e determinou ações administrativas de prevenção e proteção à covid-19, dentre as quais destacamos a medição de temperatura, disponibilização de álcool em gel e máscaras, cumprimento de agenda domiciliar e desinfecção periódica das instalações da Companhia.

Ciente de sua responsabilidade e da importância do seu papel social nas comunidades onde está inserida, para intensificar o combate à pandemia e reforçar o atendimento à população, a Santa Maria realizou uma reforma no Hospital Silvio Avidos, em Colatina, referência para os casos da doença, doando materiais e mão de obra para a criação de 10 novos leitos de UTI. Adicionalmente, dentre outras ações, a Companhia promoveu a doação de aproximadamente 10.000 máscaras e 60.000 luvas às secretarias municipais de saúde dos municípios de sua área de concessão.

O contexto da pandemia alterou significativamente as dinâmicas econômicas e sociais, impactando diretamente na redução no padrão de consumo. Esse fato, associado, ainda, a fatores climáticos, contribuiu para uma retração de mercado da ordem de 11,1% em relação a 2019, que havia registrado crescimento de 12,7% em relação a 2018.

Contudo, demonstrando, mais uma vez, a sua capacidade de superar adversidades e entregar resultados efetivos, a Santa Maria registrou EBITDA ajustado de R$ 32,4 milhões (R$ 52,2 milhões em 2019), e lucro líquido de R$ 21,1 milhões (R$ 35,2 milhões em 2019).

Investimos R$ 10,8 milhões (R$ 9,1 milhões em 2019) no sistema de distribuição, e mantivemos a qualidade do serviço prestado dentro dos padrões de excelência nacional, com os indicadores DEC (7,48) e FEC (3,83) abaixo dos parâmetros regulatórios (11,86 e 8,64, respectivamente), assim como as perdas totais (10,01%), que também ficaram abaixo dos limites estabelecidos pela ANEEL (12,02%).

Atuamos com protagonismo no processo de reajuste tarifário anual ocorrido em setembro de 2020. Devido ao efeito elevado a ser percebido pelos consumidores e às implicações provocadas pela pandemia na economia, a Santa Maria buscou reduzir o impacto do processo nas tarifas, não apenas aderindo à Conta Covid, como também incluindo novo contrato bilateral para fornecimento de energia elétrica a um custo menor, e diferindo componente financeiro equivalente a 100% da previsão de risco hidrológico. Tais medidas foram responsáveis por aliviar o reajuste em -13,47% no total. Ainda assim, nossas tarifas foram reajustadas, em média, em 16,89%, refletindo a elevação dos custos previstos da Parcela A, que representaram 14,45% nesse último processo tarifário.

Continuamos beneficiando nossos consumidores com a devolução individual e personalíssima dos créditos de PIS e COFINS, a partir do trânsito em julgado da ação que determinou a exclusão do ICMS das respectivas bases de cálculo daquelas contribuições, bem como a recuperação dos valores pagos a mais, retroativos a julho de 2011. Com total transparência, um de nossos valores fundamentais, por meio de crédito lançado diretamente nas contas de energia elétrica, já disponibilizamos aos nossos clientes, no período de julho/2019 a dezembro/2020, mais de R$ 17,5 milhões. A estimativa é de devolvermos, ao todo, aproximadamente R$ 50 milhões.

Também geramos oportunidades de emprego ao contratarmos todos os alunos formados pela 1ª turma da Escola de Eletricista de Redes de Distribuição, projeto desenvolvido pela Santa Maria em parceria com o SENAI, e investimos em tecnologia com o lançamento de uma nova modalidade de atendimento via WhatsApp, denominada "Mari" e inspirada no nome da Companhia.

Iniciamos 2021 com a esperança de que seja um ano repleto de boas notícias, quando a Santa Maria completará 75 anos de história e atuação em plena sinergia com a Região Noroeste do Estado do Espírito Santo.

Aos empregados, clientes, acionistas, prestadores de serviços, fornecedores e parceiros da Santa Maria, às organizações governamentais e não governamentais do nosso relacionamento empresarial, e a todos os demais com quem compartilhamos esforços e vitórias, nossos agradecimentos.

Arthur Arpini Coutinho
Diretor-Presidente

2. PREMIAÇÕES E RECONHECIMENTOS CONQUISTADOS EM 2020

• Prêmio ANEEL de Ouvidoria

Com o objetivo de incentivar a melhoria contínua do serviço de ouvidoria das distribuidoras de energia elétrica, o Prêmio ANEEL de Ouvidoria reconhece as empresas que melhor atendam às manifestações de seus consumidores.

Em 2020, com muito orgulho, pelo 3º ano consecutivo, desde a criação do prêmio, a Santa Maria sagrou-se vencedora na sua categoria de Distribuidoras de Médio Porte.

• Prêmio ABRACONEE

O Prêmio ABRACONEE, promovido pela Associação Brasileira dos Contadores do Setor de Energia Elétrica em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, tem o objetivo de avaliar o nível de transparência contábil das empresas ligadas ao setor elétrico brasileiro, que operam na geração, transmissão, distribuição, comercialização e participação de energia elétrica.

Em 2020, a Santa Maria conquistou o 3º lugar na sua categoria de Companhia de Médio Porte.

• Pesquisa ABRADEE

Sempre atenta à opinião de seus consumidores, a Santa Maria participa anualmente da pesquisa conduzida pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADEE, que mede, dentre outros indicadores, o Índice de Satisfação Geral ("ISG") e o Índice de Satisfação da Qualidade Percebida ("ISQP").

Em 2020, em meio a todo esse contexto de pandemia, tivemos o reconhecimento dos nossos esforços pelos consumidores. O ISG da Santa Maria foi de 84,3%, melhora de 1,5 p.p. em relação a 2019 (82,8%), e o ISQP foi de 86,2%, melhora de 3,7 p.p. em relação a 2019 (82,5%).

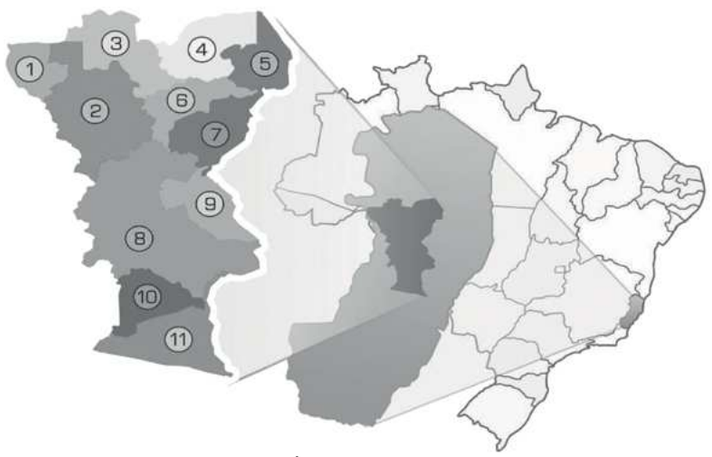
• Ranking de continuidade do fornecimento de energia elétrica

Em 2020, na divulgação do resultado do indicador de Desempenho Global de Continuidade - DGC pela ANEEL, conhecido como ranking de continuidade, a Santa Maria conquistou a 7ª posição em sua categoria, até 400 mil consumidores. O DGC leva em conta a duração e a frequência das interrupções em relação ao limite estabelecido pela ANEEL.

3. A COMPANHIA

A Santa Maria é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Colatina/ES, que atua no segmento de distribuição de energia elétrica, nos termos do Contrato de Concessão nº 20/1999-ANEEL, com vigência até 7 de julho de 2045.

Geograficamente, a Companhia está localizada na Região Noroeste do Estado do Espírito Santo, e atende a 11 municípios numa área de concessão de 4.994 km2, conforme demonstrado no mapa a seguir:



1. Alto Rio Novo; 2. Pancas; 3. Águia Branca; 4. São Gabriel da Palha; 5. Vila Valério (exceto os distritos de Jurama e São Jorge da Barra Seca); 6. São Domingos do Norte; 7. Governador Lindemberg; 8. Colatina (exceto o distrito de Itapina); 9. Marilândia; 10. São Roque do Canaã; 11. Santa Teresa (exceto a Sede e o distrito de Alto Santa Maria).

Em 2020 foram conectados 2.195 novos clientes ao sistema de distribuição da Santa Maria (acréscimo de 1,92% em relação a 2019), totalizando 116.483 consumidores cativos atendidos. Apresentamos, a seguir, por município, a evolução do número de consumidores atendidos pela Companhia:

Continua>>>

>>>Continuação

EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

NIRE: 32300002668 - CNPJ: 27.485.069/0001-09

Nº	Nome do município	2020	2019	2018	2017	2016
1	Alto Rio Novo	3.520	3.435	3.387	3.323	3.251
2	Pancas	8.690	8.561	8.350	8.234	8.082
3	Águia Branca	4.984	4.831	4.707	4.599	4.487
4	São Gabriel da Palha	15.503	15.228	14.882	14.614	14.369
5	Vila Valério (exceto os distritos de Jurama e São Jorge da Barra Seca)	3.941	3.850	3.695	3.645	3.608
6	São Domingos do Norte	4.847	4.789	4.645	4.561	4.384
7	Governador Lindemberg	5.438	5.355	5.233	5.146	5.093
8	Colatina (exceto o distrito de Itapina)	55.813	54.787	53.661	52.951	52.078
9	Marilândia	6.506	6.351	6.218	6.068	5.901
10	São Roque do Canaã	5.137	5.021	4.961	4.915	4.858
11	Santa Teresa (exceto a Sede e o distrito de Alto Santa Maria)	2.104	2.080	2.044	2.012	1.999
Total		**116.483**	**114.288**	**111.783**	**110.068**	**108.110**
Variação		**1,92%**	**2,24%**	**1,56%**	**1,81%**	**1,96%**

A evolução do número de consumidores cativos por classe de consumo é apresentada a seguir:

Classe de consumo	2020	2019	2018	2017	2016
Residencial	71.828	70.353	68.956	67.301	66.243
Rural	32.611	32.264	31.655	31.217	30.551
Comercial, serviços e outros	9.385	9.198	8.710	8.389	8.236
Industrial	1.429	1.281	1.286	1.986	1.949
Demais classes	1.230	1.192	1.176	1.175	1.131
Total	**116.483**	**114.288**	**111.783**	**110.068**	**108.110**

O sistema de distribuição da Santa Maria é robusto e dimensionado para garantir a qualidade do serviço prestado e a confiabilidade do sistema elétrico.

A seguir, apresentamos os dados das principais instalações e ativos elétricos, em serviço, em 31 de dezembro:

Descrição	2020	2019	Variação (%) 2020/2019	2018	2017	2016
Subestações						
Quantidade	13	12	8,3	12	12	11
Potência instalada de transformadores (MVA)	665	661	0,6	661	661	658
Redes de distribuição próprias (Km)	**8.074**	**8.008**	**0,8**	**7.949**	**7.882**	**7.825**
AT (maior ou igual a 69 KV)	104	104	0,0	104	103	103
MT (entre 1 e menor a 69 KV)	7.204	7.150	0,8	7.100	7.050	7.004
BT (menor que 1 KV)	766	754	1,6	745	729	718
Transformadores de distribuição próprios (Quantidade)	**16.753**	**16.414**	**2,1**	**16.009**	**15.707**	**15.388**
Urbano	1.378	1.327	3,8	1.291	1.257	1.232
Rural	15.375	15.087	1,9	14.718	14.450	14.156
Potência instalada na distribuição própria (MVA)	**383**	**372**	**3,0**	**358**	**346**	**338**
Urbano	105	102	2,9	99	95	94
Rural	278	270	3,0	259	251	244
Postes em redes de distribuição (Quantidade)	**87.892**	**87.073**	**0,9**	**86.153**	**84.985**	**83.724**
Urbano	23.684	23.363	1,4	23.081	22.600	21.998
Rural	64.208	63.710	0,8	63.072	62.385	61.726

4. INVESTIMENTOS

A Santa Maria investiu ao longo do ano de 2020 recursos da ordem de R$ 10,8 milhões (R$ 9,1 milhões em 2019), líquidos dos recursos recebidos na forma de participação financeira de clientes pessoas físicas, jurídicas, União, Estado e Municípios (obrigações especiais). A seguir é apresentado um resumo desses investimentos por tipo de ativo:

Descrição do ativo	2020	2019	Variação (R$ mil) 2020/2019	Variação (%) 2020/2019	2018	2017	2016
Linhas e redes de distribuição	10.645	9.810	835	8,5	10.254	4.611	9.717
Subestações	222	205	17	8,3	150	89	523
Sistema de medição	1.981	1.774	207	11,7	1.444	978	299
Veículos	865	712	153	21,5	1.880	933	738
Outros ativos	334	729	(395)	-54,2	679	118	661
Investimento bruto	**14.047**	**13.230**	**817**	**6,2**	**14.407**	**6.729**	**11.938**
(-) Obrigações especiais	(3.238)	(4.064)	826	-20,3	(1.376)	(935)	(1.848)
Investimento líquido	**10.809**	**9.166**	**1.643**	**17,9**	**13.031**	**5.794**	**10.090**

Os investimentos realizados em 2020 foram concentrados principalmente no reforço do sistema elétrico, com foco em projetos de redes de distribuição que garantem maior confiabilidade e eficiência ao fornecimento de energia elétrica.

5. DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

5.1 Destaques

Apresentamos, a seguir, os principais indicadores da Santa Maria em 31 de dezembro:

Indicadores financeiros	Unidade	2020	2019	Variação 2020/2019	2018	2017	2016
Ativo total	R$ mil	284.197	285.836	-0,57%	220.552	203.912	214.575
Caixa e equivalentes de caixa	R$ mil	45.514	32.230	41,22%	11.953	25.095	38.920
Patrimônio líquido	R$ mil	162.183	153.403	5,72%	129.667	119.398	125.565
Endividamento bruto	R$ mil	3.447	16.137	-78,64%	23.056	12.159	16.144
Endividamento (caixa) líquido	R$ mil	(42.067)	(16.093)	161,40%	11.103	(12.936)	(22.776)
Indicadores de resultados	**Unidade**	**2020**	**2019**	**Variação 2020/2019**	**2018**	**2017**	**2016**
Receita operacional bruta	R$ mil	389.531	437.409	-10,95%	413.171	350.267	373.324
Receita operacional líquida	R$ mil	262.053	288.934	-9,30%	267.079	223.576	239.643
EBITDA	R$ mil	29.635	47.783	-37,98%	34.828	30.578	23.775
EBITDA ajustado	R$ mil	32.390	52.249	-38,01%	38.232	33.458	26.055
Resultado financeiro	R$ mil	4.437	4.937	-10,13%	5.531	3.011	7.572
Lucro líquido	R$ mil	21.112	35.261	-40,13%	26.420	21.368	19.209
Indicadores relativos	**Unidade**	**2020**	**2019**	**Variação 2020/2019**	**2018**	**2017**	**2016**
EBITDA ajustado / Receita operacional líquida	%	12,36	18,08	-31,65%	14,31	14,96	10,87
Endividamento (caixa) líquido / EBITDA ajustado	%	-129,88	-30,80	321,67%	29,04	-38,66	-87,42

Obs.: EBITDA ajustado: EBITDA mais participações estatutárias.

Continua>>>

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Data: Quarta-feira, 14 de Abril de 2021 às 22:28:00 Código de Autenticação: a6b29bc

>>>Continuação

EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

NIRE: 32300002668 - CNPJ: 27.485.069/0001-09

5.2 Receita operacional bruta e líquida

A receita operacional bruta da Companhia totalizou R$ 389,5 milhões em 2020, contra 437,4 milhões em 2019, uma redução de R$ 47,9 milhões (10,9%). A receita operacional líquida diminuiu R$ 26,9 milhões (9,3%) em 2020, fechando em R$ 262,0 milhões, contra R$ 288,9 milhões em 2019. A seguir apresentamos as receitas operacionais da Santa Maria em 31 de dezembro:

Descrição	2020	2019	Variação (R$ mil) 2020/2019	Variação (%) 2020/2019	2018	2017	2016
Fornecimento de energia elétrica e TUSD	298.583	356.146	(57.563)	-16,2	319.606	273.610	288.900
Ativos e passivos financeiros setoriais	28.144	(17.504)	45.648	-260,8	19.522	6.924	4.527
Ganhos na alienação de bens e direitos	189	277	(88)	-31,8	530	484	212
Energia de curto prazo – CCEE	2.609	13.190	(10.581)	-80,2	7.807	14.762	5.473
Valor justo do ativo financeiro indenizável	250	170	80	47,1	147	(352)	5.524
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	42.779	67.615	(24.836)	-36,7	48.935	45.022	42.323
Receita de construção	14.047	13.230	817	6,2	14.407	6.729	24.097
Outras receitas operacionais	2.930	4.285	(1.355)	-31,6	2.217	3.088	2.268
Receita operacional bruta	**389.531**	**437.409**	**(47.878)**	**-10,9**	**413.171**	**350.267**	**373.324**
(-) Tributos sobre a receita	(93.253)	(112.303)	19.050	-17,0	(107.485)	(91.581)	(95.648)
(-) Encargos setoriais	(34.024)	(35.809)	1.785	-5,0	(38.361)	(34.942)	(38.033)
(-) Outras deduções	(201)	(363)	162	-44,6	(246)	(168)	-
Receita operacional líquida	**262.053**	**288.934**	**(26.881)**	**-9,3**	**267.079**	**223.576**	**239.643**

Dentre os fatores que foram determinantes para a redução da receita operacional líquida em 2020, se destacam: (i) queda de 16,2% (R$ 57,6 milhões) com a receita de fornecimento de energia elétrica e a receita de uso do sistema de distribuição, decorrente da retração de mercado da ordem de 11,1% em relação a 2019; (ii) aumento de R$ 45,6 milhões com ativos e passivos financeiros setoriais, decorrente das diferenças entre os custos efetivos incorridos no período e aqueles previstos no último reajuste tarifário; (iii) redução de 80,2% (R$ 10,6 milhões) com energia de curto prazo - CCEE, decorrente das liquidações financeiras dos excedentes de energia elétrica ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD); e (iv) redução de 36,7% (R$ 24,8 milhões) com subvenções vinculadas ao serviço concedido, decorrentes dos menores descontos tarifários em função da retração de mercado frente ao ano anterior.

5.3 Gastos operacionais

Os gastos não gerenciáveis (Parcela A) reduziram R$ 8,4 milhões (4,8%) em relação a 2019, fechando em R$ 165,6 milhões contra R$ 174,0 milhões. Os gastos gerenciáveis (Parcela B) totalizaram R$ 71,4 milhões em 2020, representando um aumento de 2,4% (R$ 1,6 milhão) em relação a 2019, quando o montante registrado foi de R$ 69,8 milhões. A composição dos gastos operacionais da Santa Maria em 31 de dezembro pode ser assim demonstrada:

Descrição	2020	2019	Variação (R$ mil) 2020/2019	Variação (%) 2020/2019	2018	2017	2016
Gastos não gerenciáveis - Parcela A	**165.693**	**174.099**	**(8.406)**	**-4,8**	**168.966**	**139.974**	**145.153**
Energia elétrica comprada para revenda	131.080	145.582	(14.502)	-10,0	136.806	118.678	129.892
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	34.613	28.517	6.096	21,4	32.160	21.296	15.261
Gastos gerenciáveis - Parcela B	**71.439**	**69.787**	**1.652**	**2,4**	**66.728**	**56.638**	**69.769**
PMSO	**49.923**	**49.356**	**567**	**1,1**	**45.474**	**43.415**	**39.165**
Pessoal	25.380	22.539	2.841	12,6	22.447	21.825	18.314
Administradores	4.015	3.803	212	5,6	3.715	3.546	3.271
Materiais	3.046	3.081	(35)	-1,1	3.007	2.840	2.920
Serviços de terceiros	10.294	10.277	17	0,2	8.270	7.733	7.301
Arrendamentos e aluguéis	1.364	1.297	67	5,2	1.178	1.171	1.015
Seguros	380	476	(96)	-20,2	567	601	557
Provisões	378	2.476	(2.098)	-84,7	819	150	989
Tributos	282	383	(101)	-26,4	325	1.457	740
Gastos diversos	4.784	5.024	(240)	-4,8	5.146	4.092	4.058
Outros gastos operacionais	**21.516**	**20.431**	**1.085**	**5,3**	**21.254**	**13.223**	**30.604**
Amortização	7.469	7.201	268	3,7	6.847	6.494	6.507
Custo de construção	14.047	13.230	817	6,2	14.407	6.729	24.097
Total dos gastos operacionais	**237.132**	**243.886**	**(6.754)**	**-2,8**	**235.694**	**196.612**	**214.922**

A diminuição dos gastos não gerenciáveis realizados foi decorrente, principalmente, da redução da energia elétrica comprada para revenda (10% ou R$ 14,5 milhões) em relação ao ano anterior. O fator determinante para essa redução foi a inclusão de um contrato bilateral para fornecimento de energia elétrica a um custo menor, firmado entre partes relacionadas após a realização de um leilão próprio da Santa Maria promovido ainda em 2019. Esse contrato, cujo início do suprimento era previsto para janeiro de 2020, foi homologado pela ANEEL somente em setembro de 2020, quando, então, passou a ser exercido pelas empresas. Dessa forma, no período de janeiro a agosto de 2020, não houve entrega dos volumes de energia elétrica contratados, nem, tampouco, pagamentos correspondentes, o que ocasionou, consequentemente, a redução do valor final da despesa com energia elétrica comprada para revenda no ano de 2020. Adicionalmente, como houve retração de mercado em 2020 frente a 2019, esse fato acabou contribuindo, também, para ajustar o nível de contratação da Companhia.

Os gastos com PMSO (pessoal, materiais, serviços e outros) permaneceram praticamente estáveis em relação ao ano de 2019, com crescimento de 1,1% (R$ 567 mil). Os gastos gerenciáveis totais foram impactados, principalmente, pelos seguintes fatores: (i) aumento de R$ 2,8 milhões (12,6%) com pessoal em relação ao ano anterior; (ii) redução de R$ 2,0 milhões com provisões frente a 2019; e (iii) aumento de R$ 817 mil com custo de construção.

5.4 Lucro líquido, geração de caixa e dividendos

Em 2020, a Santa Maria registrou lucro líquido de R$ 21,1 milhões, contra R$ 35,2 milhões registrado no ano de 2019, representando uma redução de 40,1% ou R$ 14,1 milhões. A geração operacional ajustada de caixa (EBITDA ajustado) atingiu R$ 32,4 milhões em 2020, contra R$ 52,2 milhões apurados em 2019, uma diminuição de R$ 19,8 milhões ou 38,0%. Esse desempenho decorreu, principalmente, em função da redução das receitas operacionais da Companhia, impactadas pela retração de mercado frente ao ano anterior, e da racionalização dos gastos operacionais gerenciáveis, especialmente o PMSO. A evolução do lucro líquido e da geração de caixa da Companhia é a seguinte:

Descrição	2020	2019	Variação (R$ mil) 2020/2019	Variação (%) 2020/2019	2018	2017	2016
Lucro líquido do exercício	21.112	35.261	(14.149)	-40,1	26.420	21.368	19.209
(+) Impostos	5.491	10.258	(4.767)	-46,5	7.092	5.727	5.631
(-) Resultado financeiro	(4.437)	(4.937)	500	-10,1	(5.531)	(3.011)	(7.572)
(+) Amortização	7.469	7.201	268	3,7	6.847	6.494	6.507
(=) EBITDA	**29.635**	**47.783**	**(18.148)**	**-38,0**	**34.828**	**30.578**	**23.775**
(+) Participações estatutárias	2.755	4.466	(1.711)	-38,3	3.404	2.880	2.280
(=) EBITDA ajustado	**32.390**	**52.249**	**(19.859)**	**-38,0**	**38.232**	**33.458**	**26.055**

Obs.: EBITDA ajustado: EBITDA mais participações estatutárias.

Continua>>>

>>>Continuação

EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

NIRE: 32300002668 - CNPJ: 27.485.069/0001-09

A evolução da margem EBITDA nos últimos 5 anos é demonstrada a seguir:

Com base nos resultados alcançados em 2020, a Administração da Santa Maria irá propor à Assembleia Geral a distribuição de dividendos no valor de R$ 5,9 milhões (R$ 0,81 por ação ordinária e R$ 1,93 por ação preferencial) e juros sobre o capital próprio no valor de R$ 7,1 milhões (R$ 1,43 por ação).

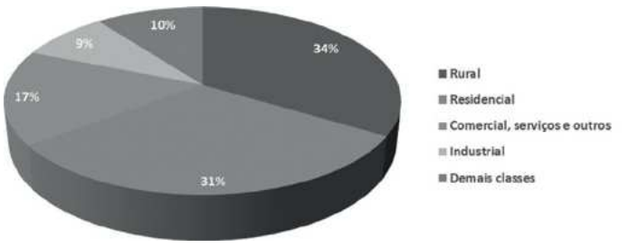
6. DESEMPENHO OPERACIONAL

6.1 Mercado de distribuição da Santa Maria

Em 2020, a venda de energia elétrica aos consumidores finais (mercado cativo) da Santa Maria totalizou 471,1 GWh, o que representou uma redução de 11,1% em relação a 2019 (529,8 GWh). O desempenho negativo em 2020 é explicado, principalmente, pela pandemia do novo coronavírus, associado, ainda, a fatores climáticos, como chuvas e temperaturas mais amenas ao longo do ano. As classes de consumo com as variações mais relevantes em relação ao ano anterior foram: (i) classe rural, com redução de consumo da ordem de 17,2%, especialmente pelo menor uso dos sistemas automatizados de irrigação em função dos maiores volumes de chuvas registrados ao longo do ano; (ii) classes comercial e poder público, com reduções de consumo de 11,2% e 23,4%, respectivamente, especialmente pelas medidas restritivas impostas em função da pandemia e a consequente redução no padrão de consumo; e (iii) classe industrial, com redução de consumo de 25,3%, especialmente em função da migração de 22 grandes consumidores do mercado cativo para o mercado livre. A Companhia encerrou 2020 com 38 consumidores livres (16 em 2019). O comportamento do mercado cativo em GWh, por classe de consumo, é apresentado como segue:

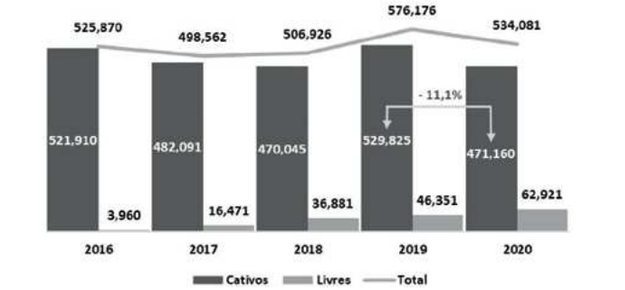
Classe de consumo	2020	2019	Variação (%) 2020/2019	2018	2017	2016
Rural	160,008	193,236	-17,2	147,396	147,408	167,380
Residencial	148,020	144,840	2,2	133,459	129,072	132,740
Comercial, serviços e outros	78,015	87,902	-11,2	81,979	78,895	83,362
Industrial	40,519	54,273	-25,3	57,777	79,219	90,319
Iluminação pública	18,586	19,761	-5,9	21,803	20,798	19,946
Poder público	12,706	16,584	-23,4	14,920	14,210	15,563
Serviço público	12,676	12,504	1,4	12,001	11,805	11,821
Consumo próprio	0,630	0,725	-13,1	0,710	0,684	0,779
Total	**471,160**	**529,825**		**470,045**	**482,091**	**521,910**
Variação	**-11,1%**	**12,7%**		**-2,5%**	**-7,6%**	**-7,0%**

A participação no mercado da Santa Maria, por classe de consumidores cativos, é demonstrada no gráfico a seguir:



Como a classe rural é a mais representativa da Santa Maria, com 34% de participação no mercado total, o desempenho do seu consumo, em particular, que está diretamente relacionado a fatores climáticos, acaba por impactar, significativamente, no resultado do consumo total, explicando, predominantemente, as variações bruscas de mercado que ocorrem de um ano para o outro.

O gráfico a seguir apresenta a evolução do mercado na área de concessão da Santa Maria em GWh, cativo e livre, nos últimos 5 anos:



6.2 Perdas

A Santa Maria intensifica a cada ano as ações de combate ao furto e à fraude, além de trabalhar firmemente no propósito de aperfeiçoar cada vez mais a fiscalização, como forma de combater as ligações clandestinas. Em 2020, as perdas totais de energia elétrica da Companhia situaram em 61,0 GWh, ou 10,0%, contra 69,7 GWh, ou 10,5%, em 2019. O comportamento das perdas é apresentado como segue:

Perdas técnicas (%)		Perdas não técnicas (%)		Perdas totais na distribuição (%)		Limite Aneel (%)
2019	2020	2019	2020	2019	2020	
8,58	8,58	1,96	1,43	10,54	10,01	12,02

Perdas técnicas (GWh)		Perdas não técnicas (GWh)		Perdas totais na distribuição (GWh)		Variação (%) 2020/2019
2019	2020	2019	2020	2019	2020	
56,774	52,313	12,949	8,746	69,723	61,059	-12,43

O gráfico a seguir apresenta a evolução das perdas totais de energia elétrica da Santa Maria nos últimos 5 anos:

6.3 Taxas de arrecadação e inadimplência

6.3.1 Taxa de arrecadação

O desempenho da arrecadação é medido pela relação entre o valor total arrecadado com energia elétrica, inclusive de exercícios anteriores, e os valores faturados por fornecimento de energia elétrica com vencimento no exercício. Em 2020, impactada pela pandemia, essa taxa ficou em 98,45%, contra 102,47% em 2019. O índice acima de 100% representa a recuperação de débitos junto aos clientes da Santa Maria.

	2020	2019	2018	2017	2016
Taxa de arrecadação	98,45%	102,47%	99,67%	99,14%	102,78%

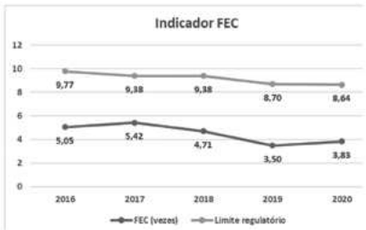
6.3.2 Taxa de inadimplência

A inadimplência é medida pela relação entre a Provisão para Perdas Esperadas de Créditos de Liquidação Duvidosa ("PPECLD") e o faturamento acumulado no ano em análise. Na Santa Maria, essa razão foi de 0,27% em 2020 e em 2019.

	2020	2019	2018	2017	2016
Taxa de inadimplência	0,27%	0,27%	0,27%	0,10%	0,39%

6.4 Indicadores de qualidade dos serviços - DEC e FEC

Em decorrência dos investimentos realizados pela Companhia e das ações de manutenção preventiva realizadas periodicamente nas instalações do sistema de distribuição de energia elétrica, os indicadores DEC e FEC permaneceram em total conformidade com os padrões estabelecidos pela ANEEL. Os gráficos a seguir demonstram a evolução desses indicadores nos últimos 5 anos:



6.5 Relacionamento com o cliente

A Santa Maria mantém canais de relacionamento que são disponibilizados aos seus clientes permitindo maior interação, tais como: central de atendimento, web site, aplicativo para celular, WhatsApp e agências de atendimento presencial. Por meio desses canais, foram registrados 187.255 atendimentos no ano de 2020 (229.516 em 2019), sendo 109.102 por meio da central de atendimento, 5.234 via web site e aplicativo para celular, 3.376 via WhatsApp e 69.543 por meio das agências de atendimento presencial.

Além desses canais, há uma estrutura de ouvidoria, que, dentre as suas atribuições, acolhe as reclamações, sugestões, denúncias e elogios dos clientes, com a garantia de oferecer respostas a todas as suas manifestações, bem como realizar a intermediação com a ouvidoria da ANEEL, sempre de maneira ética, imparcial, justa, transparente, isonômica e cortês, atuando como representante dos direitos do cliente junto a Santa Maria. O serviço de ouvidoria da Santa Maria pode ser acessado por meio de telefone, e-mail, carta, fax, web site, aplicativo para celular, formulários e atendimento presencial, sempre que as manifestações relativas à prestação do serviço e aos direitos do consumidor não forem solucionadas pelos canais de atendimento de primeira instância.

Continua>>>

>>>Continuação

EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

NIRE: 32300002668 - CNPJ: 27.485.069/0001-09

No ano de 2020, a ouvidoria da Santa Maria recepcionou 608 contatos de clientes (340 em 2019), sendo 540 pedidos de informação, 8 elogios e 60 reclamações.

Para garantir um atendimento de qualidade, a Santa Maria conta com uma moderna central de atendimento telefônico (Call Center), com infraestrutura e parque tecnológico de última geração, além de pessoal treinado para esse tipo de atendimento. Essa central opera 24 horas por dia, 7 dias por semana, e está estruturada para atendimentos comerciais e de emergência.

A Santa Maria também se faz presente fisicamente em toda a sua área de concessão, através de uma estrutura composta por 12 agências de atendimento presencial.

Pensando no bem-estar e comodidade de seus consumidores, a Santa Maria disponibiliza vários serviços que podem ser acessados por meio do portal do cliente, através de sua página na internet, onde também é possível encontrar várias notícias de cunho social e ambiental, bem como informações e dicas para um consumo consciente. Baixando o APP da Santa Maria, o cliente pode usufruir de todos esses serviços na palma da mão, sem sair de casa.

Antenada ao mundo digital, a Santa Maria iniciou em 2020 uma nova modalidade de atendimento, via WhatsApp. O novo canal foi batizado com o nome "Mari", inspirado no nome da Companhia. Para incentivar o uso do canal virtual entre os consumidores, foi criada a campanha "Chama a Mari". Dentre os serviços disponíveis pelo WhatsApp estão a emissão de 2ª via de contas, consulta de débitos, informe de pagamento e religação de energia. Para esses serviços, o atendimento é realizado 24 horas por dia, 7 dias por semana, incluindo feriados.

6.6 Sistema de gestão da qualidade

Buscando atender à crescente demanda por qualidade e confiabilidade de seus serviços, a Santa Maria tem implantado um Sistema de Gestão da Qualidade ("SGQ"), baseado na NBR-ISO 9001/2015.

A ISO 9001 é um conjunto de requisitos que tem por objetivo orientar as empresas no sistema de gestão da qualidade de seus processos, com o intuito de satisfazer seus clientes e buscar a melhoria contínua. Com o SGQ e o mapeamento de seus processos produtivos, a Santa Maria tem padronizados todos os seus serviços, obtendo, dessa forma, maior qualidade na gestão de seu negócio. A estruturação dos processos auxilia na implementação de ações mais organizadas e assim, mais assertivas. A Santa Maria busca melhorar continuamente os seus processos, o que garante a atualidade do seu Sistema de Gestão da Qualidade.

Anualmente, acontecem auditorias externas e internas em setores alternados para manutenção da certificação, e a cada três anos a Companhia se submete a uma recertificação em que todas as áreas são auditadas.

Em 2020, de forma remota em decorrência da pandemia, a Santa Maria recebeu a visita do BSI - British Standards Institution (organismo certificador) para realização da auditoria de recertificação de escopo, tendo sido recomendada, na ocasião, a manutenção de sua certificação.

Em 2021, atendendo ao calendário de auditorias externas, ocorrerá a auditoria de manutenção.

6.7 Balanço energético

O balanço energético retrata a energia contratada para atendimento ao mercado da Companhia e as perdas na distribuição e na rede básica, sendo o saldo ajustado no mercado de curto prazo. A compra de energia elétrica em 2020 foi de 559,2 GWh. Desse montante, os contratos bilaterais representaram 27%, os CCEAR 34% e os contratos de energia base 39%. O balanço energético da Santa Maria, em GWh, está apresentado como segue:

Suprimento (GWh)			Faturamento (GWh)	
Bilaterais (a)	151,709		471,160	Fornecimento
CCEAR (b)	188,267		14,722	Perdas na rede básica
Energia Base (c)	217,511	Energia requerida 609,862	52,313	Perdas técnicas
MCSD	1,736		8,746	Perdas não técnicas
Mercado de curto prazo	-12,282		62,921	Energia em trânsito
Energia em trânsito	62,921			

a) Bilaterais: são contratos de suprimento firmados com a EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A. e com a Santa Maria Comercialização e Serviços de Energia Ltda.;

b) CCEAR: são contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (leilões); e

c) Energia Base: inclui Proinfa, cotas de Angra I e II, cotas de garantia física e Itaipu.

O balanço energético dos últimos 5 anos é apresentado a seguir:

Item	Descrição do item	Balanço energético (GWh)				
		2020	2019	2018	2017	2016
1	Venda de energia	471,160	529,825	470,045	482,091	521,910
2	Consumidores livres	62,921	46,351	36,881	16,471	3,960
3	**Mercado atendido (1 + 2)**	**534,081**	**576,176**	**506,926**	**498,562**	**525,870**
4	Perdas na distribuição	61,059	69,723	54,560	54,209	57,909
5	Perdas na rede básica	14,722	16,135	13,310	13,347	14,151
6	**Perdas totais (4 + 5)**	**75,781**	**85,858**	**67,870**	**67,556**	**72,060**
7	**Energia requerida (3 + 6)**	**609,862**	**662,034**	**574,796**	**566,118**	**597,930**

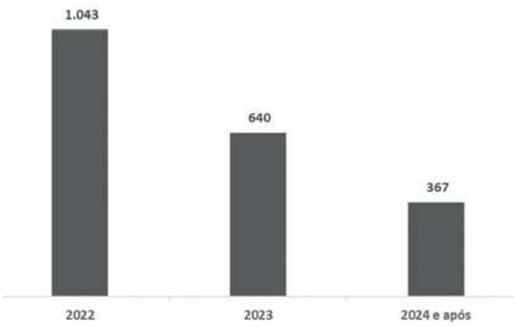
7. ESTRUTURA DE CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia totalizou R$ 45,5 milhões, superando o endividamento bruto. Por sua vez, o caixa líquido passou de R$ 16 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R$ 42 milhões em 31 de dezembro de 2020. Consequentemente, a relação entre o caixa líquido e o EBITDA ajustado ao final de 2020 foi de -129,9%. A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Companhia em 31 de dezembro:

Descrição	2020	2019	Variação (%) 2020/2019	2018	2017	2016
Empréstimos e financiamentos - curto prazo	1.397	12.690	-88,99	17.157	3.243	3.987
Empréstimos e financiamentos - longo prazo	2.050	3.447	-40,53	5.899	8.916	12.157
Endividamento bruto	**3.447**	**16.137**	**-78,64**	**23.056**	**12.159**	**16.144**
Caixa e equivalentes de caixa	(45.514)	(32.230)	41,22	(11.953)	(25.095)	(38.920)
Endividamento (caixa) líquido	**(42.067)**	**(16.093)**	**161,40**	**11.103**	**(12.936)**	**(22.776)**
Endividamento (caixa) líquido / EBITDA ajustado (%)	**-129,9**	**-30,8**	**321,67**	**29,0**	**-38,7**	**-87,4**

Obs.: EBITDA ajustado: EBITDA mais participações estatutárias.

O cronograma de vencimento do endividamento bruto de longo prazo da Companhia é apresentado no gráfico a seguir:



8. CONTEXTO SETORIAL

O setor elétrico brasileiro é regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), tem suas diretrizes estabelecidas pelo Ministério de Minas e Energia ("MME") e conta com a participação dos seguintes agentes institucionais: o Operador Nacional do Sistema ("ONS"), que tem a atribuição de coordenar e controlar a operação do Sistema Interligado Nacional ("SIN"); a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), que é responsável pela contabilização e liquidação das transações no mercado de curto prazo e, sob delegação da ANEEL, realiza os leilões de energia elétrica; e a Empresa de Pesquisa Energética ("EPE"), que desenvolve os estudos e pesquisas para o planejamento do setor.

Elaborado com o objetivo de assegurar o fornecimento de energia elétrica e a modicidade tarifária, o marco deste modelo setorial foi a promulgação da Lei nº 10.848/2004, que dispõe sobre a atuação dos agentes dos segmentos de geração, distribuição, transmissão e comercialização.

8.1 Tarifas

A Santa Maria é uma concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica sujeita à regulamentação da ANEEL e do MME, bem como aos termos do seu contrato de concessão. Dessa forma, a tarifa de fornecimento de energia elétrica (uso de rede e fornecimento), praticada pela Companhia na distribuição de energia a clientes finais, é determinada de acordo com o seu contrato de concessão e com a regulamentação estabelecida pela ANEEL.

Para preservar o equilíbrio econômico e financeiro inicial do contrato de concessão, são previstos três mecanismos de atualização da tarifa de energia elétrica: (i) reajuste tarifário anual; (ii) revisão tarifária periódica (a cada cinco anos); e (iii) revisão tarifária extraordinária.

A data de aniversário dos reajustes tarifários anuais e das revisões tarifárias periódicas da Santa Maria é 22 de setembro. A próxima revisão tarifária da Companhia ocorrerá em 2021.

8.2 Reajuste tarifário anual de 2020

Em setembro, foi homologado pela ANEEL o reajuste tarifário anual da Santa Maria, com efeito médio nas tarifas percebido pelos consumidores de 16,89%, sendo 17,13% para os consumidores residenciais e 15,86% para os consumidores de alta tensão. A seguir apresentamos a participação dos itens das Parcelas A e B no reajuste:

Continua>>>

>>>Continuação

EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

NIRE: 32300002668 - CNPJ: 27.485.069/0001-09

Item	Descrição do item	Participação no processo tarifário				
		2020	2019	2018	2017	2016
1	Encargos setoriais	3,78%	-5,28%	2,67%	-1,54%	1,46%
2	Custos de transmissão	4,53%	-1,16%	0,44%	6,94%	1,76%
3	Custos de aquisição de energia	6,14%	-3,78%	6,77%	4,06%	-7,47%
4	**Total da Parcela A (1 + 2 + 3)**	**14,45%**	**-10,22%**	**9,88%**	**9,46%**	**-4,25%**
5	**Total da Parcela B**	**0,32%**	**0,12%**	**-0,01%**	**0,32%**	**0,46%**
6	**Índice de Reposicionamento Tarifário (4 + 5)**	**14,77%**	**-10,10%**	**9,87%**	**9,78%**	**-3,79%**
7	Efeito dos itens financeiros - Processo atual	0,02%	0,17%	7,68%	4,30%	-2,47%
8	Efeito dos itens financeiros - Processo anterior	2,10%	-4,25%	-3,23%	2,40%	-3,26%
9	**Reajuste Total Médio das Tarifas (6 + 7 + 8)**	**16,89%**	**-14,18%**	**14,32%**	**16,48%**	**-9,52%**

8.3. Repasses da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A ANEEL também homologou em setembro, recursos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), a serem repassados à Santa Maria pela CCEE, para custear descontos tarifários concedidos aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, no montante de R$ 38,5 milhões (R$ 62,9 milhões em 2019). O valor dos descontos tarifários é registrado mensalmente pela Companhia como receita operacional.

9. GESTÃO DE PESSOAS

9.1 Empregados

Na área de recursos humanos, a Santa Maria atua para fortalecer a gestão por resultados, sustentada na busca por um ambiente de trabalho ético, justo e responsável, que proporcione qualidade de vida e satisfação aos empregados, garantindo condições de desempenho, desenvolvimento e reconhecimento profissional.

Em 2020 foi implantado o RH Estratégico, visando reestruturar processos, tais como os de recrutamento e seleção e treinamento e desenvolvimento, instituir um novo plano de cargos e salários, dentre outras ações.

Uma das primeiras atividades do RH Estratégico em 2020 foi a aplicação da Pesquisa de Clima Organizacional, importante ferramenta de gestão que procura reunir informações sobre o ambiente corporativo na percepção dos colaboradores. A pesquisa respondida por 86% dos empregados revelou que 86,4% sentem orgulho em trabalhar na Santa Maria.

Ao final de 2020, 304 colaboradores (316 ao final de 2019) integravam o quadro funcional da Companhia, com a seguinte composição:

Empregados próprios em 31.12.2020, por gênero e categoria funcional

Categoria funcional	Homens	% dos homens	Mulheres	% das mulheres	Total	% do total
Gerência	32	12%	5	16%	37	12%
Engenheiros, especialistas e analistas	80	29%	21	66%	101	33%
Eletricistas, técnicos e operadores	160	59%	6	19%	166	55%
Total	**272**	**100%**	**32**	**100%**	**304**	**100%**

Além desse contingente, a Santa Maria contava também com 62 colaboradores terceirizados.

O nível de escolaridade dos empregados próprios da Companhia em 31.12.2020 está apresentado a seguir:

Nível de escolaridade	Nº de colaboradores	% dos colaboradores
Ensino superior completo	72	24%
Ensino médio	141	46%
Ensino fundamental	91	30%
Total	**304**	**100%**

Ao longo do ano de 2020 foram registradas 14 admissões (12 homens e 2 mulheres) e 26 desligamentos (14 homens e 12 mulheres).

Na área de treinamento e desenvolvimento, a Santa Maria mantém um programa de capacitação permanente para os seus colaboradores. Em 2020, destacamos os seguintes:

- Comissionamento de Sistemas Fotovoltaicos;
- Processo de Verificação de Níveis de Tensão;
- Instalação de Medidor Registrador de Tensão;
- Vistoria de Instalação Bidirecional;
- Desenvolvimento de Liderança;
- Atendimento ao Cliente;
- Obrigações Financeiras do Mercado de Energia; e
- Código de Conduta Ética e Integridade da Santa Maria.

Adicionalmente, a Santa Maria também garante aos seus colaboradores o direito de livre associação, e negocia e firma acordos coletivos de trabalho com o sindicato que os representa. Esses acordos incluem o reajuste salarial anual e atualizações do plano de benefícios, dentre outros temas.

9.2 Saúde e segurança no trabalho

A saúde e segurança no trabalho é uma prioridade para a Santa Maria. Além de atender a toda legislação vigente, a Companhia orienta e treina seus colaboradores por meio de campanhas e ações específicas.

Em 2020, em virtude das restrições causadas pela pandemia, não foi possível realizar a Semana Interna de Prevenção de Acidentes - SIPAT.

Contudo, a área de saúde e segurança no trabalho atuou com protagonismo à frente do Comitê Gestor de Crise, criado pela Santa Maria para acompanhar e determinar ações administrativas de prevenção e proteção à covid-19. Por meio de um protocolo criado para esse fim, foram definidas diversas ações, dentre as quais destacamos:

- Utilização obrigatória de máscaras em ambientes onde estejam concentrados mais de uma pessoa;
- Distribuição de máscaras para todos os empregados;
- Distribuição de álcool para higienização;
- Encaminhamento de parte dos empregados para trabalho em home office;
- Concessão de férias e suspensão do contrato de trabalho dos empregados, especialmente aqueles considerados pelo Ministério da Saúde como pertencentes ao grupo de risco;
- Limpeza dos equipamentos individuais; e
- Aferição da temperatura.

Adicionalmente, no final do mês de abril de 2020, a Companhia patrocinou uma campanha de vacinação contra a gripe (Vacina Influenza Tetravalente - Cepas 2020), imunizando 300 colaboradores. As doses foram adquiridas pela Santa Maria na rede privada, sem custo para os empregados.

10. PESQUISA & DESENVOLVIMENTO

Ao longo do ano de 2020 foi dada continuidade à execução do projeto de P&D intitulado "Sistema Integrado para Indicação de Ações Técnicas de Combate às Perdas Elétricas em Redes de Distribuição Urbanas e Rurais de MT e BT Através da Monitoração Online Centralizada de Grandezas Elétricas", classificado na fase da cadeia de inovação denominada Cabeça de Série (CS), o que significa dizer que a tecnologia desenvolvida no projeto anterior - fase de desenvolvimento experimental-, concluído no ano de 2015, tem sido trabalhada com foco no aperfeiçoamento da metodologia, sendo preparada, inclusive, para a inserção do produto em desenvolvimento no mercado, ante sua relevância e aplicabilidade no setor elétrico nacional.

O projeto em execução tem como escopo o aperfeiçoamento da metodologia, do sistema computacional e do equipamento de monitoração desenvolvidos na fase anterior do projeto de P&D, visando à detecção, identificação, à segregação e à localização de perdas elétricas - segregadas nas componentes técnicas e comerciais-, assim como a monitoração de parâmetros de qualimetria, segundo os procedimentos vigentes do PRODIST, em redes de distribuição urbanas e rurais de Média Tensão (MT) e Baixa Tensão (BT), através de monitoramento online e acesso às bases de dados energéticos da concessionária.

A previsão de conclusão do projeto era fevereiro/2021, com investimento estimado em R$ 1,5 milhão. Contudo, em razão de algumas decisões estratégicas tomadas ao longo do projeto, haverá a prorrogação de seu prazo de execução até o final do ano de 2021.

Também no ano de 2020 houve a continuidade do projeto de P&D intitulado "Aperfeiçoamento da Estrutura das Tarifas de Energia Elétrica no Brasil", executado pelas empresas Escher Consultoria e Engenharia Ltda. e Consultar Consultoria e Serviços de Engenharia S.S., que tem por escopo a elaboração de uma nova proposta de regulação do setor elétrico, com desenho tarifário mais amplo, contemplando integralmente os horários de carregamento das redes elétricas - visão holística, ao longo do ano e com liberdade de definição dos postos tarifários. O investimento total estimado é de R$ 970 mil, com previsão de conclusão até o final do ano de 2021.

Ainda no ano de 2020, houve a contratação de outros dois projetos de P&D, cuja previsão de início é no 1º semestre do ano de 2021. De forma geral, um dos projetos terá como foco a otimização da geração em pequenas centrais hidrelétricas (PCH's) e centrais geradoras hidrelétricas (CGH's), enquanto o outro guarda relação com a redução de carga no período de maior carregamento do sistema de energia elétrica da Santa Maria.

Em razão dos projetos em execução e da previsão de execução dos projetos contratados e não iniciados no ano de 2020, prevê-se a inexistência de valores acumulados a serem destinados à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) por força do § 2º do art. 5º-B da Lei nº 9.991/2000, inserido através da Medida Provisória (MP) nº 998/2020, sem prejuízo, contudo, aos repasses das parcelas referentes às obrigações mensais a partir de setembro/2020.

11. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A Santa Maria apoia e desenvolve projetos que promovam educação, cultura, esporte, geração de renda, empreendedorismo, melhoria ambiental e desenvolvimento econômico e social nas comunidades onde está inserida. Entre as principais ações realizadas no último ano, destacam-se:

Eficiência Energética

Para o ano de 2020, havia previsão de início de um projeto de eficiência energética (EE), que teria como objetivo a atuação perante consumidores carentes, com foco na substituição de lâmpadas e melhoria de instalações internas em estado precário. Contudo, em razão da pandemia do novo coronavírus, não foi possível iniciar o projeto em questão, uma vez que as ações demandariam contato de terceiras pessoas com consumidores, as quais necessitariam de acesso às residências, especialmente para a execução de serviços de melhoria das instalações internas. Dessa forma, não foram realizadas ações de EE no ano de 2020.

Adicionalmente, de acordo com o § 2º do art. 5º-B da Lei nº 9.991/2000, inserido através da MP nº 998/2020, a partir de sua regulamentação, prevê-se o repasse de, aproximadamente, R$ 2 milhões à CDE, além de parte da obrigação mensal a partir de setembro/2020.

Continua>>>

>>>Continuação

EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

NIRE: 32300002668 - CNPJ: 27.485.069/0001-09

Patrocínios, apoios e doações

- Montagem da tradicional árvore de Natal no município de Colatina;
- Doação para a Associação Amigas para o Bem Viver. A associação é uma ONG situada no município de Colatina, que apoia pacientes no enfrentamento do câncer e na busca pela sua recuperação, oferecendo vários serviços, tais como atendimento psicológico e jurídico, confecção de perucas e próteses mamárias;
- Apoio à campanha do Outubro Rosa em Colatina;
- Criação, em parceria com o SENAI Colatina, da Escola de Eletricista de Redes de Distribuição, com o objetivo de qualificar profissionais que tenham interesse em trabalhar na área de distribuição de energia elétrica. O curso possui carga horária de 320 horas, e é totalmente gratuito aos participantes. Em 2020 foi formada a primeira turma, que teve todos os 11 alunos formados contratados pela Santa Maria;
- Doação de materiais e mão de obra para a criação de 10 novos leitos de UTI no Hospital Silvio Avidos, em Colatina, incluindo pintura, aparelhos de ar condicionado, camas elétricas e a instalação de uma central de monitoramento para UTIs, para auxiliar no enfrentamento da pandemia;
- Doação de aproximadamente 10.000 máscaras e 60.000 luvas às secretarias municipais de saúde dos municípios que integram a área de concessão da Companhia, para auxiliar no enfrentamento da pandemia;
- Patrocínio à Semana da Portador de Deficiência, promovida pela APAE Colatina;
- Doação para o Fundo da Infância e Adolescência.

Iniciativas ambientais

A Santa Maria desenvolve atividades e programas com a finalidade de prevenir, controlar, mitigar ou compensar impactos ambientais nas comunidades em que atua, dentre os quais destacamos:

- Programa de Recuperação de Áreas Degradadas - PRAD;
- Programa de Monitoramento de Peixes;
- Programa de Gerenciamento de Resíduos - PGR;
- Programa de Monitoramento Quali-Quantitativo de Água; e
- Programa de Educação Ambiental - PEA.

Adicionalmente, destacaram-se as seguintes ações realizadas em 2020:

- Implantação do Transformador Verde de distribuição isolado com óleo vegetal, que, além de biodegradável, é renovável. A novidade oferece benefícios aos consumidores devido ao menor índice de falhas;
- Distribuição de um kit sustentável aos empregados, contendo uma bolsa ecológica para compras em feiras e supermercados, além de garrafa e copo térmicos para substituir o uso de descartáveis;
- Apoio ao projeto Plantar é Viver, que vem crescendo a cada edição e ganhando importância na região noroeste capixaba, como propagador da consciência ambiental, principalmente entre as crianças. Além de educar, o projeto faz com que as pessoas coloquem a mão na massa com o plantio de árvores nativas.

12. AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Santa Maria esclarece que a empresa Baker Tilly Brasil - ES Auditores Independentes, prestou a essa Companhia, no exercício de 2020, exclusivamente, serviços de auditoria.

A Administração da Santa Maria entende e declara que esses serviços foram prestados em atendimento às normas de independência que regem os trabalhos de auditoria.

13. BALANÇO SOCIAL

Empresa Luz e Força Santa Maria S.A.
Balanço social - Formulário IBase
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 - (Em milhares de reais)

1 - Base de cálculo	**2020**			**2019**		
Receita líquida (RL)	262.053			288.934		
Resultado operacional (RO)	24.921			45.048		
Folha de pagamento bruta (FPB)	29.395			26.342		
2 - Indicadores sociais internos	**Valores R$ mil**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**	**Valores R$ mil**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**
Alimentação	1.714	5,83%	0,65%	1.560	5,92%	0,54%
Encargos sociais compulsórios	6.554	22,30%	2,50%	6.103	23,17%	2,11%
Previdência privada	839	2,85%	0,32%	782	2,97%	0,27%
Saúde	457	1,55%	0,17%	436	1,66%	0,15%
Segurança e medicina do trabalho	368	1,25%	0,14%	540	2,05%	0,19%
Educação	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	127	0,43%	0,05%	135	0,51%	0,05%
Creches ou auxílio-creche	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros (vale-transporte / seguro de vida)	136	0,46%	0,05%	173	0,66%	0,06%
Total dos indicadores sociais internos	**10.195**	**34,67%**	**3,88%**	**9.729**	**36,94%**	**3,37%**
3 - Indicadores sociais externos	**Valores R$ mil**	**% sobre RO**	**% sobre RL**	**Valores R$ mil**	**% sobre RO**	**% sobre RL**
Educação	7	0,03%	0,00%	14	0,03%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Fundo dos direitos da criança e do adolescente	10	0,04%	0,00%	10	0,02%	0,00%
Saúde e saneamento	167	0,67%	0,06%	-	0,00%	0,00%
Esporte	-	0,00%	0,00%	3	0,01%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros (doações e patrocínios)	16	0,06%	0,01%	19	0,04%	0,01%
Total das contribuições para a sociedade	**200**	**0,80%**	**0,07%**	**46**	**0,10%**	**0,01%**
Tributos (excluídos encargos sociais)	99.412	398,91%	37,94%	123.372	273,87%	42,70%
Total dos indicadores sociais externos	**99.612**	**399,71%**	**38,01%**	**123.418**	**273,97%**	**42,71%**
4 - Indicadores ambientais	**Valores R$ mil**	**% sobre RO**	**% sobre RL**	**Valores R$ mil**	**% sobre RO**	**% sobre RL**
Investimentos relacionados com a produção / operação da empresa	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Investimentos em programas e/ ou projetos externos	18	0,07%	0,01%	5	0,01%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	**18**	**0,07%**	**0,01%**	**5**	**0,01%**	**0,00%**
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção / operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	( ) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 71 ( ) cumpre de 0 a 50% (X) cumpre de 76 a 100%			( ) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 71 ( ) cumpre de 0 a 50% (X) cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do corpo funcional	**2020**			**2019**		
Nº de empregados (as) ao final do período	304			316		
Nº de admissões durante o período	14			41		
Nº de empregados (as) terceirizados (as)	62			61		
Nº de estagiários (as)	2			2		
Nº de empregados (as) acima de 45 anos	108			115		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	32			42		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	13,51%			14,70%		
Nº de negros (as) que trabalham na empresa	141			139		
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)	32,43%			20,59%		
Nº de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais	10			10		

Continua>>>

>>>Continuação

EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

NIRE: 32300002668 - CNPJ: 27.485.069/0001-09

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2020			2019		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	28,22			28,22		
Número total de acidentes de trabalho	1			2		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa são definidos por:	(X) direção	( ) direção e gerências	( ) todos (as) empregados (as)	(X) direção	( ) direção e gerências	( ) todos (as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	( ) direção e gerências	( ) todos (as) empregados (as)	(X) todos (as) + Cipa	( ) direção e gerências	( ) todos (as) empregados (as)	(X) todos (as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) empregados (as), a empresa:	(X) não se envolve	( ) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	(X) não se envolve	( ) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	(X) direção	( ) direção e gerências	( ) todos (as) empregados (as)	(X) direção	( ) direção e gerências	( ) todos (as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(X) são exigidos	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(X) são exigidos
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	(X) apoia	( ) organiza e incentiva	( ) não se envolve	(X) apoia	( ) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	Na empresa: 647	No procon: 1	Na justiça: 31	Na empresa: 811	No procon: 7	Na justiça: 15
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	Na empresa: 100,00%	No procon: 100,00%	Na justiça: 60,00%	Na empresa: 100,00%	No procon: 100,00%	Na justiça: 60,00%
Valor adicionado total a distribuir (em R$ mil):	**Em 2020: 194.932**			**Em 2019: 232.939**		
Distribuição do valor adicionado (DVA):	Governo: 71,08%			Governo: 70,38%		
	Colaboradores (as): 12,45%			Colaboradores (as): 9,27%		
	Acionistas: 8,10%			Acionistas: 8,83%		
	Terceiros: 4,22%			Terceiros: 3,30%		
	Retido: 4,15%			Retido: 8,22%		
7 - Outras Informações						
N/A - Não Aplicável.						

A Administração.

Balanços patrimoniais - Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de reais)*

Ativo	Nota	2020	2019	Passivo	Nota	2020	2019
Circulante				**Circulante**			
Caixa e equivalentes de caixa	5	45.514	32.230	Fornecedores	15	18.667	17.329
Consumidores	6	38.232	31.916	Concessionárias e permissionárias	7	9.332	-
Concessionárias e permissionárias	7	-	1.866	Empréstimos e financiamentos	16	1.397	12.690
Tributos compensáveis	8	18.231	17.294	Obrigações sociais e trabalhistas	17	8.150	7.776
Almoxarifado operacional	9	1.401	1.433	Tributos	18	11.065	8.707
Ativos financeiros setoriais, líquidos	10	14.450	7.490	Dividendos declarados e juros sobre o capital próprio	22.4	11.959	14.932
Despesas pagas antecipadamente	31.1	201	215	Encargos setoriais	19	6.478	5.150
Reembolsos do fundo da CDE	11	5.351	21.305	Consumidores	20	16.312	16.287
Outros ativos circulantes	12	487	541	Provisões	26	300	-
Total do circulante		**123.867**	**114.290**	Outros passivos circulantes	21	1.785	1.518
Não circulante				**Total do circulante**		**85.445**	**84.389**
Tributos compensáveis	8	17.674	30.057	**Não circulante**			
Depósitos judiciais e cauções	26.1	130	109	Empréstimos e financiamentos	16	2.050	3.447
Outros ativos não circulantes	12	472	716	Tributos	18	10.683	10.488
Ativo financeiro indenizável	13.1	6.381	5.408	Provisões	26	427	1.489
Ativo contratual	13.2	9.562	10.349	Consumidores	20	23.379	32.582
Intangível	14	126.111	124.907	Outros passivos não circulantes	21	30	38
Total do não circulante		**160.330**	**171.546**	**Total do não circulante**		**36.569**	**48.044**
				Patrimônio líquido	22		
				Capital social	22.1	120.000	112.499
				Reservas de lucro	22.3	42.183	40.904
				Total do patrimônio líquido		**162.183**	**153.403**
Total do ativo		**284.197**	**285.836**	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**284.197**	**285.836**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados dos exercícios - Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de reais)*

	Nota	2020	2019
Receita operacional líquida	23	**262.053**	**288.934**
Custos dos serviços	24	**(218.118)**	**(225.487)**
Custo com energia elétrica		(165.693)	(174.099)
Custo de operação		(38.378)	(38.158)
Custo de construção		(14.047)	(13.230)
Lucro Bruto		**43.935**	**63.447**
Despesas operacionais	24	(19.014)	(18.399)
Lucro Operacional		**24.921**	**45.048**
Resultado financeiro	25	**4.437**	**4.937**
Receitas financeiras		11.307	11.329
Despesas financeiras		(6.870)	(6.392)
Lucro antes dos impostos		**29.358**	**49.985**
Impostos	18.2	**(5.491)**	**(10.258)**
Imposto de renda e contribuição social corrente		(5.406)	(10.200)
Imposto de renda e contribuição social diferido		(85)	(58)
Lucro líquido do exercício antes das participações estatutárias		**23.867**	**39.727**
Participações estatutárias	30	(2.755)	(4.466)
Lucro líquido do exercício		**21.112**	**35.261**
Lucro por ação	22.2	**4,25**	**7,11**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continua>>>

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Data: Quarta-feira, 14 de Abril de 2021 às 22:28:00 Código de Autenticação: a6b29bc

>>>Continuação

EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

NIRE: 32300002668 - CNPJ: 27.485.069/0001-09

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de reais)*

		Reservas de lucro					
	Capital social	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de lucros a realizar	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	**100.000**	**5.704**	**8.231**	**3.512**	**12.220**	**-**	**129.667**
Aumento do capital social	12.499	(5.525)	-	-	(757)	-	6.217
Realização da reserva de lucros a realizar	-	-	(270)	-	270	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	35.261	35.261
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:							
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	4.727	-	-	-	(4.727)	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	1.521	-	(1.521)	-
Constituição de reserva de lucros a realizar	-	-	113	-	-	(113)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	12.794	(12.794)	-
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(1.636)	(16.106)	(17.742)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**112.499**	**4.906**	**8.074**	**5.033**	**22.891**	**-**	**153.403**
Aumento do capital social	7.501	(4.459)	-	-	(3.042)	-	-
Realização da reserva de lucros a realizar	-	-	(270)	-	270	-	-
Reversão de provisões no exercício:							
Gratificação de administradores	-	-	-	-	1.650	-	1.650
Reversão de incentivo fiscal - Portaria nº 3.114/2019	-	(268)	-	-	-	-	(268)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	21.112	21.112
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:							
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	2.177	-	-	-	(2.177)	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	938	-	(938)	-
Constituição de reserva de lucros a realizar	-	-	164	-	-	(164)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	4.805	(4.805)	-
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(686)	(13.028)	(13.714)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**120.000**	**2.356**	**7.968**	**5.971**	**25.888**	**-**	**162.183**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de reais)*

	Nota	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos impostos		29.358	49.985
Ajustes das receitas/despesas que não afetam o caixa			
Amortização	14	8.083	7.783
Atualização monetária de ativos e passivos financeiros setoriais	25	(722)	(228)
Atualização monetária dos programas de P&D e EE	25	76	124
Encargos sobre operação de mútuo	25	-	128
Resultado com derivativos - *Swap*	25	(2.470)	531
Valor justo do ativo financeiro indenizável	23	(250)	(170)
Provisões	24	378	2.476
Devolução de incentivo fiscal - Portaria nº 3.114/2019	22.3	(268)	-
Reversão de provisão - Gratificação administradores		1.650	-
		35.835	**60.629**
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante			
Consumidores	6	(6.729)	5.786
Concessionárias e permissionárias	7	11.198	(1.495)
Tributos compensáveis	8	11.446	(46.294)
Amoxarifado operacional	9	32	(182)
Despesas pagas antecipadamente	31.1	14	87
Depósitos judiciais e cauções	26.1	(21)	(10)
Ativos financeiros setoriais, líquidos	10	(6.238)	18.510
Reembolsos do fundo da CDE	11	15.954	(17.395)
Outros ativos	12	(31)	161
		25.625	**(40.832)**
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante			
Fornecedores	15	1.338	(2.043)
Obrigações sociais e trabalhistas	17	374	1.478
Tributos	18	2.553	(2.144)
Encargos setoriais	19	1.252	(1.309)
Consumidores	20	(9.178)	48.869
Liquidações de litígios	26	(398)	-
Outros passivos	21	259	(348)
		(3.800)	**44.503**
Caixa proveniente das atividades operacionais		**57.660**	**64.300**
Imposto de renda e contribuição social	18.2	(5.491)	(10.258)
Caixa líquido das atividades operacionais		**52.169**	**54.042**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao ativo contratual	13.2	(10.022)	(13.378)
Baixas do intangível	14	799	831
Caixa líquido das atividades de investimento		**(9.223)**	**(12.547)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital		-	6.217
Dividendos declarados e juros sobre o capital próprio	22.4	(16.687)	(15.391)
Participações estatutárias	30	(2.755)	(4.466)
Captação de empréstimos e financiamentos	16.3	-	10.000
Amortização de principal e encargos sobre empréstimos e financiamentos	16.3	(13.166)	(18.659)
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	25	2.946	1.081
Caixa líquido das atividades de financiamento		**(29.662)**	**(21.218)**
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa		**13.284**	**20.277**
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		32.230	11.953
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		45.514	32.230
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa		**13.284**	**20.277**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continua>>>

>>>Continuação

EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

NIRE: 32300002668 - CNPJ: 27.485.069/0001-09

Demonstrações do valor adicionado - Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de reais)*

	Nota	2020	2019
Geração do valor adicionado			
Receitas	23		
Receitas de vendas de energia elétrica e serviços		298.583	356.146
Outras receitas		76.901	68.033
Receitas relativas à construção de ativos próprios		14.047	13.230
		389.531	437.409
Penalidades DIC/FIC e outras	23	(201)	(363)
		389.330	437.046
Provisões	24	(378)	(2.476)
		388.952	**434.570**
Insumos adquiridos de terceiros	24		
Custo da energia elétrica vendida		(165.693)	(174.099)
Materiais		(3.046)	(3.081)
Serviços de terceiros		(10.294)	(10.277)
Seguros		(380)	(476)
Custo de construção		(14.047)	(13.230)
Outros gastos operacionais		(4.784)	(5.024)
		(198.244)	**(206.187)**
Valor adicionado bruto		**190.708**	**228.383**
Amortização	24	(7.469)	(7.201)
Valor adicionado líquido		**183.239**	**221.182**
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	25	11.693	11.757
Valor adicionado total a distribuir		**194.932**	**232.939**
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal	24.2		
Remuneração direta		19.093	16.422
Benefícios		3.748	3.817
FGTS		1.431	1.354
		24.272	**21.593**
Impostos, taxas e contribuições	18.2; 23; 24; 24.2 e 25		
Federais		40.356	51.415
Estaduais		64.101	76.598
Municipais		78	108
		104.535	**128.121**
Outras obrigações			
Obrigações intrassetoriais	23	34.024	35.809
		34.024	**35.809**
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros	25	6.870	6.392
Aluguéis	24	1.364	1.297
		8.234	**7.689**
Remuneração de capitais próprios			
Juros sobre o capital próprio	22.4	7.129	7.833
Dividendos declarados	22.4	5.899	8.273
Participações estatutárias	30	2.755	4.466
Lucros retidos		8.084	19.155
		23.867	**39.727**
		194.932	**232.939**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. ("Santa Maria" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, de direito privado, concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, sediada no município de Colatina, Estado do Espírito Santo, Brasil. A Companhia detém a outorga de concessão de serviço público de distribuição de energia elétrica nos termos do Contrato de Concessão nº 20/1999-ANEEL, com vigência até 7 de julho de 2045, atuando em 11 municípios no Estado do Espírito Santo, com uma área de concessão de 4.994 km^2. As atividades da Companhia são reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

1.1 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

As principais obrigações estabelecidas às partes no contrato de concessão são as seguintes:

Concedente: fiscalizar o cumprimento do contrato; garantir a prestação do serviço de forma adequada; prorrogar o prazo do contrato, se for necessário, para garantir a qualidade do atendimento a custos adequados; reajustar as tarifas para garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato; e quando receber a concessão deverá indenizar, conforme disposto na lei, as parcelas dos investimentos vinculados, não amortizados ou depreciados na data da reversão, descontado, no caso da caducidade, o valor das multas contratuais e dos danos causados pela Companhia.

Companhia: manter permanentemente atualizado o cadastro dos bens e das instalações; manter equipamentos em perfeitas condições de funcionamento e ter as condições técnicas para assegurar a continuidade e a eficiência dos serviços; cobrar, pelo fornecimento e pelo suprimento de energia elétrica, as tarifas homologadas pela Concedente; e efetuar os investimentos necessários para garantir a prestação do serviço.

A concessão poderá ser extinta pelo advento do termo contratual, pela encampação do serviço, pela caducidade, pela rescisão, e por irregularidades ou falência da concessionária.

2. Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), as quais abrangem a Lei das Sociedades por Ações, os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro, aprovado pela Resolução Normativa ANEEL nº 605/2014, e demais normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Companhia elaborou de forma espontânea a Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"), nos termos do Pronunciamento Técnico nº 09 do CPC, as quais não são requeridas para empresas de capital fechado, sendo apresentada como parte suplementar nas demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, razão pela qual não está apresentando a demonstração relativa a esse resultado.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 12 de março de 2021.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, quando requerido nas normas contábeis. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na Nota Explicativa nº 28.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração faça julgamentos e adote estimativas e premissas, baseadas em fatores objetivos e subjetivos para o registro de certas transações, que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas continuamente, com base na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: (i) o registro da receita de fornecimento de energia e de uso da rede do sistema de distribuição não faturados (Nota Explicativa nº 23); (ii) o registro de provisão da comercialização de energia no âmbito da CCEE (Nota Explicativa nº 23); (iii) critério de apuração e atualização do ativo financeiro da concessão, e cálculo da amortização do ativo intangível da concessão de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão (vida útil dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor (Notas Explicativas nº 13.1 e 14); (iv) a análise do risco de crédito para determinação das provisões para perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa (Nota Explicativa nº 6); (v) reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios (Nota Explicativa nº 26); e (vi) valores a compensar e/ou repassar da Parcela A e outros itens financeiros (Nota Explicativa nº 10).

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. Sumário das principais práticas e mudanças nas políticas contábeis

3.1 Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e aplicações financeiras com liquidez imediata, de curto prazo com liquidez até 90 dias, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um risco insignificante de alteração no seu valor justo. São registrados inicialmente

Continua>>>

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Data: Quarta-feira, 14 de Abril de 2021 às 22:28:00 Código de Autenticação: a6b29bc

>>>Continuação

EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

NIRE: 32300002668 - CNPJ: 27.485.069/0001-09

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

pelo custo das transações originárias, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros contratuais auferidos até a data do balanço (Nota Explicativa nº 5).

b) Instrumentos Financeiros

• Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, ativo financeiro de concessão, valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa.

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é VJR (Valor Justo por meio do Resultado), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro.

• Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

• Compensação de saldos ("*offsetting*")

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

• Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge* ("*hedge accounting*")

Quando da existência de contratos submetidos a variações cambiais, a Companhia faz uso de derivativos com o objetivo de proteção das suas exposições ao risco de moeda estrangeira e taxa de juros, utilizando a contabilização de *hedge* (*hedge accounting*). A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção são registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício e/ou em contas especificas no patrimônio líquido.

c) Consumidores

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado aos consumidores finais e pelo valor da energia fornecida e consumida e não faturada, e incluem os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, e estão apresentados pelo seu valor presente ajustado pela redução ao seu provável valor de recuperação por meio da constituição de provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa - PPECLD (Nota Explicativa nº 6).

d) Estoques

Estão valorizados ao custo médio da aquisição e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização.

e) Redução ao valor recuperável (impairment)

Ao final de cada exercício a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa a qual pertence o ativo. A Companhia considera sua rede integrada de distribuição, compondo uma única unidade geradora de caixa. O valor recuperável do ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor líquido de venda. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não foi constatada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

f) Concessão do serviço público (ativo financeiro indenizável, ativo contratual e intangível)

O CPC emitiu em 2009 a Interpretação Técnica ICPC01 (ITG 01) - Contratos de Concessão, aprovada pela Resolução CFC nº 1.261/2009, com redação dada pela Resolução CFC nº 1.376/2011, aplicável aos contratos de concessão público-privados nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados, com qual infraestrutura, a que preço e para quem deve ser prestado o serviço e, além disso, detém a titularidade dessa infraestrutura. Como o contrato de concessão da Companhia possui tais características, essa interpretação é aplicável. Conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, se a Concessionária não controla os ativos subjacentes, a infraestrutura da concessão não pode ser reconhecida como ativo imobilizado, passando a ser reconhecida de acordo com um dos modelos contábeis previstos na Interpretação ICPC 01 (IFRIC 12), dependendo do tipo de compromisso de remuneração da Concessionária assumido com o Poder Público.

Como a Companhia é remunerada: (i) pelo Poder Concedente, no tocante ao valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão; e (ii) pelos usuários, pela parte que lhes cabe dos serviços de construção e pela prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica, aplica-se o modelo bifurcado, que inclui, simultaneamente, compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização da infraestrutura da concessão, cobrados dos usuários.

• Ativo financeiro indenizável

Representa a parcela estimada do capital investido na infraestrutura, não amortizada no período da concessão sobre a qual a Companhia possui o direito incondicional de receber da União a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Está registrado pelo Valor Novo de Reposição - VNR, conforme critérios estabelecidos pela ANEEL, com base no valor dos ativos em serviço vinculados à concessão e que serão revertidos ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, e está classificado ao valor justo por meio do resultado (Nota Explicativa nº 13.1).

• Ativo contratual - Infraestrutura da concessão

O ativo contratual é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados de acordo com o escopo da ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão ("ICPC 01"), devem ser classificados como ativo contratual em face da Companhia ter o direito de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para bens em serviço no intangível da concessão, onde a natureza da remuneração paga pelo Poder Concedente ao concessionário é determinada de acordo com os termos do contrato de concessão (Nota Explicativa nº 13.2).

• Intangível

Compreende o direito da Companhia de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia elétrica e pelo uso da infraestrutura. O ativo intangível é mensurado ao seu valor de custo, o qual inclui também os encargos financeiros de empréstimos e financiamentos, quando aplicável. Este ativo está registrado pelo seu valor histórico e a amortização é registrada pelo prazo remanescente da concessão.

A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear em função das vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso ou para geração dos benefícios econômicos associados. Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados, caso seja adequado, como mudança de estimativas contábeis, de acordo com as taxas estabelecidas pela ANEEL (Nota Explicativa nº 14).

g) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos, com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração.

h) Subvenções governamentais

A receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, é reembolsada pela CCEE.

i) Ativos e passivos financeiros setoriais

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A, pela ANEEL, e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pela Companhia sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos de reajuste ou revisão tarifária ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sidos recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão (Nota Explicativa nº 10).

j) Empréstimos e financiamentos

São demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa

Continua>>>

>>>Continuação

EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

NIRE: 32300002668 - CNPJ: 27.485.069/0001-09

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de juros efetiva ou valor justo.

k) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

• Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas alíquotas de tributos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

A apuração do imposto de renda a pagar é influenciada positivamente pelo incentivo fiscal SUDENE, válido até 2027, que provê à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do imposto de renda, calculado com base no lucro da exploração, nos termos do Laudo Constitutivo nº 77/2018, expedido pela SUDENE, reconhecido pela RFB por meio do Despacho Decisório nº 224/2020-EBEN-DEVAT07/DRF/NIT e do Ato Declaratório Executivo nº 83/2020. Esse incentivo fiscal foi reconhecido no resultado do exercício da Companhia. Em atendimento ao que determina a Portaria do Ministério da Integração Nacional nº 2091-A, de 28 de dezembro de 2007, o valor do imposto de renda que deixar de ser pago não poderá ser distribuído aos acionistas, devendo ser transferido para a rubrica "Reserva de incentivos fiscais" nas reservas de lucro, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social.

• Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do imposto de renda e da contribuição social correntes. As bases utilizadas para o cálculo dos impostos diferidos são revisadas a cada exercício e ajustadas quando necessário.

l) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

m) Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa ("PPECLD")

A PPECLD é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

Atualmente, o critério utilizado está de acordo com o estabelecido na Instrução Contábil 6.3.3 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, a qual é considerada suficiente pela Administração da Companhia para absorver eventuais perdas na realização dos créditos (Nota Explicativa nº 6).

n) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquida de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada), receita de construção e outras receitas relacionadas à prestação de serviço.

O faturamento, e respectivo reconhecimento da receita, dos serviços de distribuição de energia elétrica são efetuados de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela Companhia. A receita não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço.

Para as receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica, a margem de construção adotada foi estabelecida como sendo igual à zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura. Mensalmente, a totalidade dos investimentos finalizados adicionada ao ativo intangível é registrada no resultado como custo de construção.

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência, de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração.

o) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem, basicamente, as receitas de juros auferidos em aplicações financeiras e acréscimos moratórios incidentes sobre a energia vendida. As despesas financeiras compreendem, basicamente, as despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

p) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

q) Benefícios pós emprego

• Plano de contribuição definida

As obrigações por contribuições ao plano de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível (Nota Explicativa nº 29).

r) Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)

Os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos / encargos incorridos até a data do balanço.

s) Informações por segmento

Por possuir apenas um segmento, o de distribuição de energia elétrica, a Companhia não apresenta informações segmentadas em Nota Explicativa específica.

3.2 Principais mudanças nas políticas contábeis

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2020 estão evidenciadas a seguir:

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
CPC 15 - Combinação de Negócios	Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como uma aquisição de ativos.	01/01/2020
CPC 48 - Instrumentos Financeiros; CPC 40 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação; e CPC 38 - Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração	Inclusão de exceções temporárias aos requerimentos atuais da contabilidade de hedge para neutralizar os efeitos das incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	01/01/2020
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis e CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros	Altera a definição de "material", estabelecendo que uma informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários das demonstrações contábeis.	01/01/2020
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da covid-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.	01/01/2020

3.3 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas ou alteradas, mas ainda não vigentes, se aplicável aos negócios da Companhia, serão adotadas assim que entrarem em vigor.

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa.	01/01/2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Permite o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	01/01/2022

4. Eventos significativos no exercício

4.1 Pandemia Covid-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde ("OMS") caracterizou a propagação da covid-19, como pandemia. A partir desta declaração, tendo como

Continua>>>

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Data: Quarta-feira, 14 de Abril de 2021 às 22:28:00 Código de Autenticação: a6b29bc

>>>Continuação

EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

NIRE: 32300002668 - CNPJ: 27.485.069/0001-09

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

objetivo a minimização dos impactos decorrentes desta doença e, sobretudo, a preservação da vida, medidas restritivas para garantir o distanciamento social como o fechamento de estabelecimentos comerciais e paralisação das indústrias, foram tomadas.

As restrições à circulação e às atividades comerciais, industriais e de serviços impactaram no consumo de energia elétrica, acarretando queda nos respectivos faturamentos das distribuidoras. No caso da Santa Maria, com base na variação anual do mercado de 12 meses anteriores ao período de isolamento, estima-se que o impacto devido a pandemia no mercado da Companhia tenha sido de 17,77%.

Como resposta à pandemia, e com o objetivo de preservar a prestação do serviço de distribuição de energia elétrica, algumas medidas temporárias foram tomadas e se encontram descritas a seguir:

a) Resolução Normativa ANEEL n° 878

Com medidas que visam estabelecer a preservação da prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência da covid-19, em 24 de março de 2020, foi publicada a Resolução Normativa n° 878 pela ANEEL, tendo como ponto principal a vedação da suspensão de fornecimento por inadimplemento de unidades consumidoras relativas aos serviços e atividades considerados essenciais, onde existam pessoas usuárias de equipamentos de autonomia limitada, vitais à preservação da vida humana e dependentes de energia elétrica e das classes residenciais rural e baixa renda. Em 15 de junho de 2020, a ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 886 prorrogou os dispositivos da Resolução Normativa nº 878 até 31 de julho de 2020. Em 21 de julho de 2020, a Resolução Normativa nº 891, aprovou a revisão da Resolução Normativa nº 878/2020, com novas regras a partir de 1º de agosto de 2020, dentre elas citamos a manutenção da vedação de cortes de energia por falta de pagamento para os consumidores classificados como residenciais baixa renda enquanto durar o estado de emergência da pandemia.

b) Medida Provisória n° 950

Em 08 de abril de 2020, foi assinada a Medida Provisória nº 950 que dispõe sobre medidas temporárias emergenciais destinadas ao setor elétrico para enfrentamento do estado de calamidade pública decorrente da covid-19. A referida legislação prevê modificações temporárias na Lei nº 12.212 de 20 de janeiro de 2010, alterando para 100% o percentual de desconto para os consumidores enquadrados na subclasse residencial baixa renda que possuem consumo de energia elétrica igual ou inferior a 220 kWh/mês. De acordo com as homologações da ANEEL, a Companhia foi ressarcida dos descontos tarifários da Tarifa Social de Energia Elétrica aplicados no período de vigência da Medida Provisória (abril, maio e junho de 2020), no montante de R$ 1.315. Os repasses recebidos foram registrados na receita operacional (Nota Explicativa nº 23).

c) Convênio ICMS nº 42

Em 16 de abril de 2020 foi assinado o Convênio ICMS n° 42, que autoriza os Estados durante o período da emergência de saúde pública decorrente da pandemia da covid-19, a conceder isenção de ICMS relativo à parcela da subvenção da tarifa de energia elétrica, no respectivo fornecimento a consumidores enquadrados na subclasse residencial baixa renda, de acordo com a redação da Medida Provisória nº 950, de 08 de abril de 2020. O Decreto nº 4633-R de 16 de abril de 2020, publicado pelo Estado do Espírito Santo, ratificou as tratativas estabelecidas pelo Convênio.

d) Despacho ANEEL n° 986

Como medida de reforço a liquidez financeira do setor de distribuição de energia elétrica, a ANEEL autorizou a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, por meio do Despacho n° 986, de 07 de abril de 2020, a repassar às distribuidoras os recursos financeiros disponíveis no fundo de reserva para alívio futuro de encargos. Sendo assim, a Companhia recebeu até o final do exercício de 2020 o montante de R$ 2.601. Tal montante foi contabilizado como passivo financeiro setorial de acordo com a sua competência.

e) Despachos ANEEL nº 1.511, 3.363 e 3.364 - Bandeiras Tarifárias

Como medida emergencial para aliviar a conta de luz dos consumidores, em 26 de maio de 2020, por meio do Despacho nº 1.511, ficou decidido pela manutenção da bandeira tarifária verde até o encerramento do exercício de 2020. Em 30 de novembro de 2020, por meio dos Despachos nº 3.364 e nº 3.363, respectivamente, ocorreram a revogação do Despacho ANEEL nº 1.511, e a fixação, para a competência de dezembro de 2020, da bandeira vermelha patamar 2.

f) Resolução Normativa ANEEL nº 885 - Conta Covid

Criada com o objetivo de minimizar os impactos da pandemia, proporcionando as distribuidoras maior liquidez financeira e aos consumidores menor impacto tarifário no ano de 2020, a Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020, aprovou a regulamentação do Decreto n° 10.350/2020 que autorizou a criação da Conta Covid. Para tanto, sob a gestão da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), foi realizada a antecipação de ativos setoriais constituídos pelas distribuidoras, permitindo que os custos que seriam repassados aos consumidores nos próximos reajustes, com pagamento em 12 meses, fossem diluídos em 5 anos.

A Companhia declarou os recursos financeiros requeridos da Conta Covid, no valor total de R$ 21,9 milhões, que foram integralmente recebidos ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

O primeiro repasse recebido foi incorporado como componente financeiro negativo na base do reajuste tarifário anual e viabilizou uma redução de 6,46% na tarifa homologada em 22 de setembro de 2020 (Nota Explicativa nº 4.2.1). Os repasses recebidos em data posterior ao reajuste mencionado, integrarão a base de cálculo do reajuste tarifário do ano de 2021.

4.2 Assuntos regulatórios

4.2.1 Reajuste tarifário anual de 2020

Em 30 de junho de 2020, por meio do Despacho nº 1.912, foi aprovada nova data de aniversário contratual para a Companhia, fixada em 22 de setembro de cada ano, com a consequente prorrogação, até 21 de setembro de 2020, por meio da Resolução Homologatória nº 2.751, de 18 de agosto de 2020, das tarifas constantes na Resolução Homologatória nº 2.591, de 13 de agosto de 2019.

Considerando os efeitos da pandemia da covid-19, e tendo por objetivo aliviar os consumidores de impactos tarifários no ano de 2020, a Companhia optou por diferir 100% da previsão de risco hidrológico, além de incluir contrato bilateral para fornecimento de energia elétrica a um custo menor e aderir, conforme estabelecido na Resolução Normativa ANEEL nº 885, de 23 de junho de 2020, à Conta Covid (Nota Explicativa nº 4.1f). Juntas, essas medidas representaram uma redução de 13,47% nas tarifas vigentes a partir de 22 de setembro de 2020.

Após os esforços empregados, o reajuste tarifário anual da Companhia, vigente no período de 22 de setembro de 2020 a 21 de setembro de 2021, foi aprovado por meio da Resolução Homologatória nº 2.766, de 22 de setembro de 2020. Em média, as tarifas foram reajustadas em 16,89%, sendo que o efeito para os consumidores residenciais foi de 17,13% e para os consumidores de alta tensão (grupo A) de 15,86%.

O efeito médio de 16,89% decorre: (i) do reajuste dos itens de custos de Parcela A e B, calculados conforme estabelecido no contrato de concessão, para a formação da Receita Requerida; (ii) da inclusão dos componentes financeiros apurados no atual reajuste tarifário para compensação nos 12 meses subsequentes; e (iii) da retirada dos componentes financeiros estabelecidos no processo tarifário anterior, que vigoraram até a data do reajuste em processamento.

4.2.2 Bandeiras tarifárias

A Resolução Normativa nº 547, de 16 de abril de 2013, criou o sistema de aplicação de Bandeiras Tarifárias, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015, com finalidade de repassar ao consumidor os custos adicionais, não previstos nas tarifas, de geração térmica, compra de energia no mercado de curto prazo, encargos de serviços do sistema e risco hidrológico. Os eventuais custos não cobertos pela receita são considerados no processo tarifário subsequente.

Atualmente, existem quatro faixas de bandeiras: (i) vermelha - patamar 2, cujo acréscimo na tarifa de energia é de R$ 62,43/MWh; (ii) vermelha - patamar 1, com acréscimo de R$ 41,69/MWh; (iii) amarela, com acréscimo de R$ 13,43/MWh; e (iv) verde, sem acréscimo.

Como medida emergencial para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido devido à pandemia da covid-19, e considerando a atualização anual dos valores adicionais cobrados para as faixas de bandeiras existentes, em 26 de maio de 2020, o Despacho ANEEL nº 1.511 suspendeu, em caráter excepcional e temporário, a aplicação da sistemática de acionamento do sistema de Bandeiras Tarifárias, prevista no Submódulo 6.8 do PRORET, com a bandeira verde acionada até 31 de dezembro de 2020. Em 30 de novembro de 2020, por meio dos Despachos nº 3.364 e nº 3.363, respectivamente, houve a revogação do Despacho ANEEL nº 1.511, e a fixação, para a competência de dezembro de 2020, da bandeira vermelha patamar 2 (Nota Explicativa nº 4.1e). As bandeiras tarifárias aplicadas em 2020 e 2019 foram:

	2020	2019
Bandeira	**Meses**	**Meses**
Verde	Fevereiro a Novembro	Janeiro a Abril e Junho
Amarela	Janeiro	Maio, Julho, Outubro e Dezembro
Vermelha - patamar 1	-	Agosto, Setembro e Novembro
Vermelha - patamar 2	Dezembro	-

Em 2020 a Companhia reconheceu o montante de R$ 3.205 de bandeira tarifária (R$ 8.230 em 2019), sendo que, deste montante, R$ 769 foram recebidos através da CCRBT (R$ 2.889 em 2019), criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela CCEE.

4.2.3 Nível contratual

De acordo com o Modelo Regulatório, as distribuidoras devem contratar antecipadamente 100% da energia elétrica necessária para fornecimento aos seus clientes por meio de leilões regulados pela ANEEL. Tais leilões, realizados com apoio da CCEE, ocorrem com antecedência de um a sete anos, em relação ao início do suprimento da energia contratada. A possibilidade de contratação com antecedência de até sete anos passou a existir após a publicação do Decreto nº 9.143, de 22 de agosto de 2017.

Conforme previsto na regulamentação do setor elétrico, em especial o Decreto nº 5.163/2004, se a energia contratada estiver dentro do limite de até 5% acima da necessidade total de energia da distribuidora, haverá repasse integral às tarifas do custo incorrido com a compra de energia excedente. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite e sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia fez uso dos mecanismos disponíveis para gerenciar o seu portfólio.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Composição	**2020**	**2019**
Caixa e depósitos bancários à vista	2.697	2.847
Aplicações financeiras de curto prazo	42.817	29.383
Total	**45.514**	**32.230**

A rentabilidade média ponderada da carteira de aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2020 equivale a 99,41% do CDI (87,4% em 2019).

Continua>>>

>>>Continuação

EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

NIRE: 32300002668 - CNPJ: 27.485.069/0001-09

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Consumidores

	Valores correntes							Valores renegociados							
	Vincendos (i)	Vencidos						Vincendos		Vencidos					
Classe de consumo	Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	PPECLD (ii)	Total	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias	PPECLD (ii)	Total	2020	2019
Residencial	7.716	3.986	176	204	311	(691)	11.702	60	37	172	81	(88)	262	11.964	9.417
Comercial,serviços e outros	4.273	1.174	12	48	545	(593)	5.459	18	2	61	59	(19)	121	5.580	5.194
Industrial	2.845	847	32	49	973	(973)	3.773	126	-	223	494	(461)	382	4.155	4.081
Rural	1.440	2.140	69	95	186	(186)	3.744	27	25	60	33	(26)	119	3.863	3.170
Poder Público	929	46	-	-	8	(8)	975	-	-	-	2	(2)	-	975	952
Iluminação Pública	885	16	-	-	28	(28)	901	-	-	-	-	-	-	901	739
Serviço Público	868	2	-	-	-	-	870	-	-	-	-	-	-	870	702
Subtotal	**18.956**	**8.211**	**289**	**396**	**2.051**	**(2.479)**	**27.424**	**231**	**64**	**516**	**669**	**(596)**	**884**	**28.308**	**24.255**
Fornecimento não faturado	9.277	-	-	-	-	-	9.277	-	-	-	-	-	-	9.277	7.527
Serviços cobráveis	100	-	-	-	-	-	100	-	-	-	-	-	-	100	43
Participação financeira	553	-	-	-	-	(6)	547	-	-	-	-	-	-	547	91
Total	**28.886**	**8.211**	**289**	**396**	**2.051**	**(2.485)**	**37.348**	**231**	**64**	**516**	**669**	**(596)**	**884**	**38.232**	**31.916**

(i) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público, que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos; e

(ii) Os valores relativos à provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa ("PPECLD") foram constituídos em bases consideradas suficientes pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseiam nas instruções emitidas pelo órgão regulador e nas práticas adotadas pela Companhia, resumidas a seguir:

• Clientes com débitos relevantes

Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, baseado na experiência real de perda de crédito dos últimos anos.

• Demais débitos

Em conformidade com a Instrução Contábil 6.3.3 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, que define como regra os seguintes prazos de provisionamento para créditos vencidos:

(a) Consumidores residenciais há mais de 90 dias;

(b) Consumidores comerciais há mais de 180 dias; e

(c) Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros, há mais de 360 dias.

A movimentação da PPECLD dos valores correntes está assim apresentada:

Movimentação	2020	2019
Saldos iniciais	**(2.198)**	**(1.764)**
Adições	(795)	(966)
Baixas	264	305
Reversões	250	227
Saldos finais	**(2.479)**	**(2.198)**

7. Concessionárias e permissionárias

Composição	Ref.	2020	2019
Ativos			
Suprimento - CCEE - MCP	(a)	-	3.589
Suprimento - CCEE - MVE	(b)	-	572
Total dos ativos		**-**	**4.161**
Passivos			
Suprimento - CCEE - MCP	(a)	(9.332)	(2.295)
Total dos passivos		**(9.332)**	**(2.295)**
Saldo líquido		**(9.332)**	**1.866**

(a) Refere-se aos resultados provenientes da comercialização de energia elétrica no Mercado de Curto Prazo ("MCP"), no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), deduzidos das liquidações parciais ocorridas até 31 de dezembro de 2020. As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência; e

(b) Refere-se aos créditos provenientes da comercialização de energia elétrica no Mecanismo de Venda de Excedentes ("MVE"), no âmbito da CCEE.

8. Tributos compensáveis

		Circulante		Não circulante	
Composição	Ref.	2020	2019	2020	2019
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	(a)	82	82	-	-
Programa de integração social - PIS	(b)	3.129	2.976	3.057	5.257
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	(b)	14.499	13.797	13.850	24.064
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	(c)	489	425	767	736
Outros		32	14	-	-
Total		**18.231**	**17.294**	**17.674**	**30.057**

(a) Refere-se ao saldo negativo de CSLL apurado no exercício 2016, pendente de restituição;

(b) Refere-se ao direito de recuperar os valores recolhidos anteriormente com base na sentença que transitou em julgado com decisão favorável em processo judicial de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. A movimentação dos valores ao longo do exercício de 2020 está demonstrada a seguir:

Movimentação	PIS	COFINS	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	**8.233**	**37.861**	**46.094**
Atualizações no período	153	703	856
Compensações no período	(2.200)	(10.215)	(12.415)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**6.186**	**28.349**	**34.535**
Circulante	3.129	14.499	17.628
Não circulante	3.057	13.850	16.907

(c) Refere-se ao imposto creditado nos termos da Lei Complementar nº 87/1996, apropriado à razão de 1/48 avos por mês.

9. Almoxarifado operacional

O saldo de R$ 1.401 (R$ 1.433 em 2019) se refere às aquisições de materiais necessários à execução, conservação e manutenção do sistema de distribuição, e está assim representado:

Composição	2020	2019
Almoxarifado de manutenção e operação	1.158	1.188
Adiantamentos a fornecedores	238	240
Outros	5	5
Total	**1.401**	**1.433**

10. Ativos financeiros setoriais, líquidos

Os ativos e passivos financeiros setoriais se referem aos valores originados da diferença temporal entre os custos homologados pela ANEEL e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pela Companhia nos casos em que os custos homologados são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos efetivamente incorridos. Os valores são realizados quando do início da vigência de outros períodos tarifários ou extinção da concessão com saldos apurados e não recuperados, os quais serão incluídos na base de indenização.

No balanço patrimonial os saldos desses ativos e passivos financeiros setoriais são compensados entre si e apresentados pelo valor líquido no ativo ou no passivo, conforme o caso. A movimentação dos saldos de ativos e passivos financeiros setoriais está demonstrada a seguir:

Movimentação	2020	2019
Saldos iniciais	**7.490**	**25.772**
Constituição	33.394	9.685
Bandeiras tarifárias	(3.205)	(8.230)
Amortização	(2.045)	(18.959)
Atualização	722	228
Ressarcimento de encargos	-	(1.006)
Recebimento Conta Covid	(21.906)	-
Saldos finais	**14.450**	**7.490**

Continua>>>

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Data: Quarta-feira, 14 de Abril de 2021 às 22:28:00 Código de Autenticação: a6b29bc

>>>Continuação

EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

NIRE: 32300002668 - CNPJ: 27.485.069/0001-09

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A composição dos ativos e passivos financeiros setoriais no exercício é demonstrada como segue:

		Receita operacional líquida			Resultado financeiro						
	Saldos em 31/12/2019	Constituição	Bandeiras Tarifárias (vii)	Amortização	Atualização	Recebimento Conta Covid (viii)	Saldos em 31/12/2020	Valores em constituição	Valores em amortização	Conta Covid	Valores em saldo a compensar (v)
Ativos financeiros setoriais											
Itens da Parcela A (i)	**24.198**	**39.078**	**(3.205)**	**(15.148)**	**781**	**(27.393)**	**18.311**	**19.223**	**3.444**	**(5.749)**	**1.393**
Aquisição de energia	18.236	27.650	(3.205)	(9.922)	486	(19.103)	14.142	14.619	2.708	(4.092)	907
Proinfa	271	84	-	(271)	11	(55)	40	61	-	(34)	13
Transporte rede básica	1.120	2.082	-	(528)	51	(1.958)	767	1.650	3	(887)	1
Transporte itaipu	232	377	-	(178)	11	(315)	127	194	39	(115)	9
ESS	1.281	2.669	-	(1.172)	18	(669)	2.127	2.227	50	(346)	196
CDE	3.058	6.216	-	(3.077)	204	(5.293)	1.108	472	644	(275)	267
Componentes financeiros	**10.741**	**8.018**	**-**	**(8.563)**	**220**	**(1.522)**	**8.894**	**1.863**	**7.221**	**(190)**	**-**
Neutralidade da Parcela A (ii)	907	4.987	-	(1.585)	156	(1.332)	3.133	111	3.022	-	-
Sobrecontratação de energia (iii)	6.044	3.031	-	(5.781)	10	(190)	3.114	1.752	1.552	(190)	-
Outros itens financeiros (vi)	3.790	-	-	(1.197)	54	-	2.647	-	2.647	-	-
Total dos ativos financeiros setoriais	**34.939**	**47.096**	**(3.205)**	**(23.711)**	**1.001**	**(28.915)**	**27.205**	**21.086**	**10.665**	**(5.939)**	**1.393**
Passivos financeiros setoriais											
Itens da Parcela A (i)	**12.637**	**6.526**	**-**	**(9.382)**	**211**	**(9.289)**	**703**	**336**	**491**	**(390)**	**266**
Aquisição de energia	4.675	837	-	(3.618)	13	(1.457)	450	217	364	(240)	109
Proinfa	54	273	-	(13)	4	(297)	21	-	19	(4)	6
Transporte rede básica	283	214	-	(283)	(25)	(125)	64	-	33	(26)	57
Transporte itaipú	87	3	-	(84)	-	(4)	2	-	-	(1)	3
ESS	6.450	5.168	-	(5.215)	259	(6.521)	141	119	75	(99)	46
CDE	1.088	31	-	(169)	(40)	(885)	25	-	-	(20)	45
Componentes financeiros	**14.812**	**7.176**	**-**	**(12.284)**	**68**	**2.280**	**12.052**	**5.116**	**4.560**	**2.376**	**-**
Neutralidade da Parcela A (ii)	9.607	2.899	-	(8.565)	62	(5)	3.998	3.010	988	-	-
Sobrecontratação de energia (iii)	2.717	2.245	-	(2.030)	19	-	2.951	372	2.579	-	-
Ultrapassagem de demanda (iv)	725	375	-	(314)	(1)	-	785	517	268	-	-
Excedente de reativos (iv)	1.763	903	-	(802)	(29)	-	1.835	1.217	618	-	-
Outros itens financeiros (vi)	-	754	-	(573)	17	2.285	2.483	-	107	2.376	-
Total dos passivos financeiros setoriais	**27.449**	**13.702**	**-**	**(21.666)**	**279**	**(7.009)**	**12.755**	**5.452**	**5.051**	**1.986**	**266**
Total dos ativos financeiros setoriais, líquidos	**7.490**	**33.394**	**(3.205)**	**(2.045)**	**722**	**(21.906)**	**14.450**	**15.634**	**5.614**	**(7.925)**	**1.127**

(i) Itens da parcela A: a Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Essas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes e revisões tarifárias. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na variação taxa Selic.

(ii) Neutralidade da Parcela A: refere-se às variações apuradas por meio da diferença entre os valores efetivamente faturados e os valores previstos no momento da constituição da tarifa nos reajustes e revisões tarifárias. Os valores considerados na neutralidade da Parcela A são atualizados monetariamente com base na variação da taxa Selic.

(iii) Sobrecontratação/exposição involuntária de energia: a distribuidora deve garantir, por meio de contratos de energia regulados, o atendimento de 100% do seu mercado. Contratações superiores ou inferiores a este referencial implicam na apuração, pela ANEEL, com aplicação nos processos de reajustes e revisões tarifárias, dos custos de repasse de aquisição do montante de sobrecontratação, limitado a 5% em relação à carga anual regulatória de fornecimento da distribuidora e do custo da energia referente à exposição ao mercado de curto prazo.

(iv) Devoluções tarifárias: referem-se às receitas auferidas com Ultrapassagem de Demanda ("UD") e Excedente de Reativos ("ER"), disciplinadas pelo Submódulo 2.1A - Procedimentos Gerais, do PRORET, versão 2.0, aprovado por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 874, de 10 de março de 2020. De acordo com esse Submódulo, os valores de UD e ER faturados pela Companhia a partir do último dia do mês de sua publicação, atualizados pelo IPCA, passaram a ser considerados como redutores da Parcela B nos processos tarifários subsequentes. Os valores faturados anteriormente, constituídos entre a data base do laudo de avaliação da Base de Remuneração Regulatória ("BRR") do 4º ciclo de revisão tarifária e o último dia do mês de publicação do referido Submódulo, permanecerão registrados em passivos financeiros setoriais, atualizados pela taxa Selic, e somente serão considerados como redutores da Parcela B quando da próxima revisão tarifária da Companhia, a ocorrer em 2021.

(v) Saldo a compensar: conforme previsto no § 4° do artigo 3° da Portaria Interministerial MME/MF n° 25/2002, verifica-se se o saldo da CVA em processamento considerado no processo tarifário foi efetivamente compensado, levando-se em conta as variações ocorridas entre o mercado de energia elétrica utilizado na definição daquele processo tarifário e o mercado verificado nos 12 meses da compensação, bem como a diferença entre a taxa de juros projetada e a taxa de juros Selic verificada.

(vi) Outros itens financeiros: considera-se os demais itens financeiros de características não recorrentes e específicos das distribuidoras.

(vii) Bandeiras tarifárias: refere-se ao montante reconhecido de bandeiras tarifárias conforme Resolução Normativa nº 547, de 16 de abril de 2013 (Nota Explicativa nº 4.2.2). O saldo dos ativos financeiros setoriais se encontra líquido dos efeitos das bandeiras tarifárias.

(viii) Conta Covid: com o objetivo de minimizar os impactos tarifários aos consumidores de energia elétrica e proporcionar liquidez para as distribuidoras, a Resolução Normativa ANEEL n° 885/2020 aprovou a regulamentação da Conta Covid, instituída pelo Decreto nº 10.350/2020. A Companhia declarou os recursos financeiros requeridos da Conta Covid, no valor total de R$ 21,9 milhões, que foram integralmente recebidos ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (Nota Explicativa nº 4.1f).

11. Reembolsos do fundo da CDE

Refere-se ao saldo a receber decorrente da diferença entre o valor dos subsídios incidentes nas tarifas de energia elétrica e na tarifa de uso dos sistemas elétricos de distribuição concedido para consumidores: (i) livres (carga fonte incentivada); (ii) de geração (geração fonte incentivada); (iii) de serviço público de água, esgoto e saneamento; (iv) rurais; (v) irrigantes; e (vi) residenciais classificados como de baixa renda, e o valor efetivamente recebido por meio de repasses do fundo da CDE. Os valores reconhecidos são compensados e/ou ajustados no processo tarifário subsequente da Companhia. A ANEEL homologou os valores a serem repassados à Companhia, por meio das seguintes Resoluções Homologatórias:

Resolução homologatória	Competências	Valor mensal
ANEEL nº 2.591/19	Ago/19 a Jul/20	5.244
ANEEL nº 2.766/20	Set/20 a Ago/21	3.208

Esses subsídios foram retirados da estrutura tarifária a partir de 24 de janeiro de 2013, e, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438/2002, com redação dada pela Medida Provisória n° 605/2013, regulamentada pelo Decreto n° 7.891/2013, passaram a ser pagos pela Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, através da CCEE, gestora do fundo. A composição do saldo dos descontos tarifários é demonstrada como segue:

Continua>>>

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Data: Quarta-feira, 14 de Abril de 2021 às 22:28:00 Código de Autenticação: a6b29

>>>Continuação

EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

NIRE: 32300002668 - CNPJ: 27.485.069/0001-09

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição	2020	2019
Subsídio Baixa Renda	456	337
Subsídio Carga Fonte Incentivada	1.910	1.231
Subsídio Geração Fonte Incentivada	93	38
Subsídio Água, Esgoto e Saneamento	94	110
Subsídio Rural	600	4.733
Subsídio Irrigante/Aquicultor	2.198	14.856
Total	**5.351**	**21.305**

12. Outros ativos circulantes e não circulantes

		Circulante		Não circulante	
Composição	Ref.	2020	2019	2020	2019
Crédito com empregados		97	178	-	-
Compartilhamento de infraestrutura	(a)	199	131	-	-
Arrecadação da CIP	(a)	45	15	-	-
Convênios de arrecadação	(a)	108	135	-	-
Depósitos para reinvestimento	(b)	-	-	472	716
Outros		38	82	-	-
Total		**487**	**541**	**472**	**716**

(a) Refere-se à remuneração da Companhia: (i) pelo compartilhamento de sua infraestrutura; e (ii) pela prestação de serviços a terceiros de arrecadação de valores nas contas de energia elétrica para posterior repasse. As receitas são registradas pelo regime de competência em contrapartida à rubrica "Receita operacional líquida", no resultado do exercício, e revertidas para a modicidade tarifária nos processos de revisão ou reajustes tarifários como redutoras da Parcela B.

(b) Refere-se ao incentivo fiscal que beneficia a Companhia que possui empreendimentos em operação na área de atuação da Sudene, com o reinvestimento de 30% do IRPJ devido, calculado com base no lucro da exploração, em projetos de modernização ou complementação de equipamentos. Os depósitos bancários para reinvestimento do IRPJ (Redução por Reinvestimento) são realizados no Banco do Nordeste do Brasil S.A., acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de recursos próprios (contrapartida), no mesmo prazo fixado para o pagamento do imposto que originou a opção pelo incentivo. A atualização monetária dos valores depositados é reconhecida em contrapartida à rubrica "Outros passivos não circulantes" (Nota Explicativa nº 21), e somente é revertida para o resultado do exercício quando da liberação dos recursos, que é condicionada à aprovação, pela Sudene, dos projetos encaminhados pela Companhia.

13. Concessão do serviço público

13.1 Ativo financeiro indenizável

O cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia do Valor Novo de Reposição ("VNR"), aplicado sobre o saldo residual dos ativos que compõem a Base de Remuneração Regulatória ("BRR") ao final do prazo contratual da concessão. Tal valor representa um crédito a receber do Poder Concedente, relacionado ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados, e está classificado no ativo não circulante da Companhia como ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Dessa forma, o ativo financeiro da concessão é composto pelo valor residual dos ativos da BRR do 4º Ciclo de Revisão Tarifária, devidamente movimentado por adições, baixas, transferências, depreciações e atualizações.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a movimentação dos saldos do ativo financeiro indenizável da concessão está assim apresentada:

Movimentação	Ref.	R$mil
Saldo em 01 de janeiro de 2019		**4.828**
Valor justo do ativo financeiro indenizável	(a)	170
Adições por transferências do intangível		410
Saldo em 31 de dezembro de 2019		**5.408**
Valor justo do ativo financeiro indenizável	(a)	250
Adições por transferências do intangível		723
Saldo em 31 de dezembro de 2020		**6.381**

(a) Refere-se à atualização, a título de avaliação a valor justo, do ativo financeiro indenizável em contrapartida à rubrica "Receita operacional líquida" (Nota Explicativa nº 23).

O valor reconhecido do ativo financeiro, as alterações no valor justo e taxas efetivas de juros, são revisados mensalmente, com base na variação do IPCA, e na revisão tarifária, que ocorre a cada cinco anos na Companhia.

A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa, não havendo, portanto, obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente.

A concessão da Companhia tem prazo de vigência até 7 de julho de 2045. Em caso de extinção da concessão pelo advento do termo final do contrato ou outra das hipóteses previstas, operar-se-á, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

13.2 Ativo contratual

Como consequência da adoção do CPC47/IFRS15 a partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia passou a considerar seus investimentos em expansão e melhorias da infraestrutura como ativo contratual, durante o período de construção, até a efetiva entrada em operação, quando são bifurcados em ativo financeiro e intangível. Esse ativo contratual se refere ao direito da Companhia de receber caixa dos usuários ou do poder concedente pelos serviços de construção ou melhoria do sistema de distribuição de energia elétrica, quando da entrada em operação dos respectivos ativos. Quando da conclusão da construção da infraestrutura, tais ativos passarão a ser classificados como "Ativo financeiro indenizável" ou "Intangível", de acordo com a forma de remuneração. A composição dos saldos está assim apresentada:

Ativo contratual - Infraestrutura da concessão	2020	2019
Em construção	10.349	10.959
(-) Obrigações especiais	(787)	(610)
Total	**9.562**	**10.349**

A movimentação do ativo contratual é demonstrada a seguir:

Ativo contratual - Infraestrutura da concessão	Valor líquido em 31/12/2019	Ingressos	Transf. para intangível	Valor líquido em 31/12/2020
Em construção	10.959	13.437	(14.047)	10.349
(-) Obrigações especiais	(610)	(3.415)	3.238	(787)
Total	**10.349**	**10.022**	**(10.809)**	**9.562**

Ativo contratual - Infraestrutura da concessão	Valor líquido em 01/01/2019	Ingressos	Transf. para intangível	Valor líquido em 31/12/2019
Em construção	6.341	17.848	(13.230)	10.959
(-) Obrigações especiais	(204)	(4.470)	4.064	(610)
Total	**6.137**	**13.378**	**(9.166)**	**10.349**

14. Intangível

O intangível se refere à parcela da infraestrutura utilizada na concessão de distribuição de energia elétrica a ser recuperada via tarifa durante o prazo do contrato, e está assim representado:

				2020	2019
Direito de uso da concessão	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço	4,14%	294.577	(120.412)	174.165	172.443
(-) Obrigações especiais		(74.935)	26.881	(48.054)	(47.536)
Total		**219.642**	**(93.531)**	**126.111**	**124.907**

				2019	2018
Direito de uso da concessão	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço	4,15%	283.526	(111.083)	172.443	170.815
(-) Obrigações especiais		(71.734)	24.198	(47.536)	(46.050)
Total		**211.792**	**(86.885)**	**124.907**	**124.765**

De acordo com o Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na distribuição de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

As mutações do intangível são apresentadas a seguir:

Continua>>>

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Data: Quarta-feira, 14 de Abril de 2021 às 22:28:00 Código de Autenticação: a6b29bc

>>>Continuação

EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

NIRE: 32300002668 - CNPJ: 27.485.069/0001-09

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Direito de uso da concessão	Valor líquido em 31/12/2019	Transf. de ativo contratual	Transf. para ativo financeiro indenizável	Amortizações (a)	Baixas	Valor líquido em 31/12/2020
Em serviço	172.443	14.047	(723)	(10.766)	(835)	174.166
(-) Obrigações especiais	(47.536)	(3.238)	-	2.683	36	(48.055)
Total	**124.907**	**10.809**	**(723)**	**(8.083)**	**(799)**	**126.111**

Direito de uso da concessão	Valor líquido em 31/12/2018	Transf. de ativo contratual	Transf. para ativo financeiro indenizável	Amortizações (a)	Baixas	Valor líquido em 31/12/2019
Em serviço	170.815	13.230	(410)	(10.325)	(867)	172.443
(-) Obrigações especiais	(46.050)	(4.064)	-	2.542	36	(47.536)
Total	**124.765**	**9.166**	**(410)**	**(7.783)**	**(831)**	**124.907**

(a) No exercício, a Companhia registrou créditos de PIS/COFINS sobre a amortização dos bens e equipamentos no montante de R$ 614, sendo R$ 582 em 2019 (Nota Explicativa nº 24.4).

Os investimentos na infraestrutura da concessão são inicialmente registrados no ativo contratual, durante o período da construção. Quando finalizados, os investimentos são bifurcados e parte do valor é registrada no intangível em serviço, referente ao valor que será amortizado durante o prazo de concessão. A outra parte é transferida para o ativo financeiro da concessão e será recebida como indenização ao final da concessão.

A Administração entende que a amortização do direito de uso da concessão deve respeitar o retorno esperado de cada bem da infraestrutura, via tarifa. Assim sendo, o intangível é amortizado pelo prazo esperado desse retorno, limitado ao prazo de vencimento da concessão. A Companhia entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens exceda seu valor recuperável.

Os saldos do intangível estão reduzidos pelas Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigações Especiais) e pela Reserva para Reversão. As Obrigações Especiais e a Reserva para Reversão representam um passivo financeiro, constituído por valores e/ ou bens recebidos de Municípios, Estado, União e de consumidores em geral, relativos a doações e participações em investimentos realizados em parceria com a Companhia.

A Reserva para Reversão, constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do Fundo de Reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão da Companhia. O principal e os juros (5% a.a.) são pagos em parcelas mensais.

15. Fornecedores

Composição	2020	2019
Suprimento de energia elétrica	13.965	13.753
Encargos de uso da Rede Básica	4.071	2.826
Materiais e serviços	631	750
Total	**18.667**	**17.329**

16. Empréstimos e financiamentos

16.1 Composição

Operação	2020	2019
Moeda nacional	3.447	5.899
Moeda estrangeira	-	10.238
Total	**3.447**	**16.137**
Circulante	1.397	12.690
Não circulante	2.050	3.447

16.2 Principais condições contratuais

		Características da operação		Custo da dívida				
Operação	Vencimento	Periodicidade de amortização	Garantias reais	Indexador	Taxa de juros a.a.	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional						**1.397**	**2.050**	**3.447**
Eletrobrás - LPT - ECFS 256/2008	30/06/2021	Mensal	Recebíveis	RGR	5,00%	275	-	275
Eletrobrás - LPT - ECFS 296/2010	30/07/2022	Mensal	Recebíveis	RGR	5,00%	101	59	160
Banco do Brasil S.A. - 40/00513-5	15/01/2021	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	5,50%	20	-	20
Banco do Brasil S.A. - 40/00805-3	15/11/2022	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	2,50%	212	194	406
Banco do Brasil S.A. - 40/00855-X	15/12/2022	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	2,50%	13	13	26
Banco do Brasil S.A. - 40/00857-6	15/12/2022	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	2,50%	24	24	48
Banco do Brasil S.A. - 40/00873-8	15/01/2023	Mensal	Bens	Pré-fixado	2,50%	70	76	146
Banco do Brasil S.A. - 40/00877-0	15/01/2023	Mensal	Bens	Pré-fixado	2,50%	6	6	12
Banco do Brasil S.A. - 40/00979-3	12/11/2023	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	3,50%	15	29	44
Banco do Brasil S.A. - 40/00980-7	15/10/2023	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	3,50%	191	350	541
Banco do Brasil S.A. - 40/00991-2	15/09/2023	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	3,50%	37	64	101
Banco do Brasil S.A. - 40/01099-6	15/06/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	28	68	96
Banco do Brasil S.A. - 40/01100-3	15/06/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	10	25	35
Banco do Brasil S.A. - 40/01107-0	15/07/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	26	67	93
Banco do Brasil S.A. - 40/01108-9	15/07/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	19	50	69
Banco do Brasil S.A. - 40/01162-3	15/11/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	29	85	114
Banco do Brasil S.A. - 40/01163-1	15/11/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	17	49	66
Banco do Brasil S.A. - 40/01164-X	15/11/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	4	13	17
Banco do Brasil S.A. - 40/01165-8	15/11/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	6	17	23
Banco do Brasil S.A. - 40/01168-2	15/11/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	23	67	90
Banco do Brasil S.A. - 40/01169-0	15/11/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	266	777	1.043
Banco do Brasil S.A. - 40/01196-8	15/01/2025	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	5	17	22
Total						**1.397**	**2.050**	**3.447**

16.3 Mutações dos empréstimos e financiamentos

Movimentação	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2019	**17.157**	**5.899**	**23.056**
Ingressos	10.000	-	10.000
Encargos	1.740	-	1.740
Amortizações (principal e encargos)	(18.659)	-	(18.659)
Transferências	2.452	(2.452)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**12.690**	**3.447**	**16.137**
Encargos	476	-	476
Amortizações (principal e encargos)	(13.166)	-	(13.166)
Transferências	1.397	(1.397)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**1.397**	**2.050**	**3.447**

16.4 Vencimentos das parcelas do não circulante

Composição	2022	2023	2024 e após	Total
Parcelas do não circulante	1.043	640	367	2.050

Continua>>>

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Data: Quarta-feira, 14 de Abril de 2021 às 22:28:00 Código de Autenticação: a6b29

>>>Continuação

EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

NIRE: 32300002668 - CNPJ: 27.485.069/0001-09

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Obrigações sociais e trabalhistas

	Circulante	
Composição	**2020**	**2019**
Salários a pagar	672	618
Previdência privada	146	134
Provisão para férias	2.728	2.124
Tributos retidos na fonte	318	287
Consignações em favor de terceiros	71	70
Participações estatutárias	4.215	4.466
Outros	-	77
Total	**8.150**	**7.776**

18. Tributos

		Circulante		Não circulante	
Composição	**Ref.**	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	(a)	309	372	3.018	3.058
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	(a)	232	82	1.087	1.101
Programa de integração social - PIS		317	187	-	-
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS		1.469	868	-	-
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS		6.957	5.581	-	-
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN		19	15	-	-
Instituto nacional de seguridade social - INSS		500	458	-	-
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS		179	163	-	-
Impostos e contribuições retidos na fonte		251	268	-	-
Programa especial de regularização tributária – PERT	(b)	832	713	6.578	6.329
Total		**11.065**	**8.707**	**10.683**	**10.488**

(a) O saldo não circulante de IRPJ e CSLL se refere ao diferimento dos tributos apurados sobre as receitas relativas aos ganhos decorrentes da avaliação do ativo financeiro indenizável da concessão com base no valor justo e suas atualizações, bem como sobre a parcela transferida do ativo financeiro indenizável para o intangível quando da renovação do contrato de concessão da Companhia, ocorrida em 2015, que prorrogou o prazo por mais 30 anos, com vigência até 7 de julho de 2045 (Nota Explicativa nº 18.1).

(b) O saldo circulante e não circulante se refere ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, instituído pela Medida Provisória nº 783/2017, convertida na Lei nº 13.496/2017, e regulamentado pela Instrução Normativa nº 1.711/2017. Foram incluídos no programa os débitos oriundos da reapuração dos impostos federais decorrentes da mudança de critério para a tributação dos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como os débitos relativos aos encargos sobre as participações estatutárias. A consolidação da dívida ocorreu no mês de agosto de 2018 para os débitos previdenciários e dezembro de 2018 para os demais débitos (tributos federais). Os créditos decorrentes da reapuração desses tributos foram utilizados na consolidação para o abatimento do saldo total da dívida. As parcelas remanescentes são atualizadas mensalmente pela taxa Selic, acrescidas de 1%.

18.1 Impostos diferidos

As diferenças temporárias são apresentadas como segue:

Passivo	**2020**	**2019**
Diferenças temporárias		
Imposto de renda	3.018	3.058
Contribuição social	1.087	1.101
Total líquido - passivo não circulante	**4.105**	**4.159**

A base de cálculo dos tributos diferidos é composta como segue:

	2020		2019	
Passivo	**Base de cálculo**	**IRPJ + CSLL**	**Base de cálculo**	**IRPJ + CSLL**
Valor justo do ativo financeiro indenizável	12.073	4.105	12.233	4.159
Total	**12.073**	**4.105**	**12.233**	**4.159**

18.2 Despesa de imposto de renda e contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício são demonstrados como segue:

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
Composição	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Demonstração do cálculo dos tributos:				
Lucro antes dos impostos	29.358	49.985	29.358	49.985
Juros sobre o capital próprio	(7.129)	(7.833)	(7.129)	(7.833)
Base de cálculo do IRPJ e CSLL	22.229	42.152	22.229	42.152
Alíquota do IRPJ e CSLL	15%	15%	9%	9%
IRPJ e CSLL às alíquotas da legislação	3.334	6.323	2.001	3.794
Base de cálculo do adicional do IRPJ	21.989	41.912		
Alíquota do adicional do IRPJ	10%	10%		
Adicional do IRPJ à alíquota da legislação	2.199	4.191		
Alíquota do IRPJ e adicional do IRPJ e CSLL	25%	25%	9%	9%
Total do IRPJ e CSLL às alíquotas da legislação	5.533	10.514	2.001	3.794
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do exercício:				
(+) Adições				
Doações e contribuições	50	11	18	4
Multas indedutíveis	51	92	-	-
Provisões	94	619	34	223
Outras adições	80	75	29	27
	275	797	81	254
(-) Exclusões				
Incentivo fiscal SUDENE	(2.177)	(4.727)	-	-
Incentivo fiscal PAT	(22)	(22)	-	-
Doações dedutíveis	(10)	(10)	-	-
Outras exclusões	(67)	(76)	(123)	(266)
	(2.276)	(4.835)	(123)	(266)
IRPJ e CSLL no resultado do exercício	**3.532**	**6.476**	**1.959**	**3.782**
IRPJ e CSLL correntes	3.470	6.433	1.936	3.767
IRPJ e CSLL diferidos	62	43	23	15
Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL	**15,89%**	**15,36%**	**8,81%**	**8,97%**

19. Encargos setoriais

Composição	**Ref.**	**2020**	**2019**
Pesquisa & Desenvolvimento - P&D	(a)	1.608	1.218
Programa de Eficiência Energética - PEE	(a)	2.542	1.811
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(b)	29	30
Outros - CCRBT	(c)	2.299	2.091
Total		**6.478**	**5.150**

(a) As distribuidoras de energia elétrica devem destinar 1% da receita operacional líquida em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. A obrigatoriedade na aplicação desses recursos está prevista em lei e no contrato de concessão, cabendo à ANEEL regulamentar o investimento no programa, acompanhar a execução dos projetos e avaliar seus resultados. O montante de 1% sobre a receita da Companhia é destinado aos Programas de Eficiência Energética ("PEE"), Pesquisa e Desenvolvimento ("P&D"), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico ("FNDCT") e ao Ministério de Minas e Energia ("MME"). A partir de 03 de maio de 2016, por meio da lei nº 13.280, foi definido que 80% do percentual destinado ao PEE será aplicado pelas próprias concessionárias conforme regulamentos estabelecidos pela ANEEL, e os demais 20% serão destinados ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica ("PROCEL"). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848, 11.465 e 13.280, de 15 de março de 2004, 28 de março de 2007 e 3 de maio de 2016, respectivamente. Mensalmente, os saldos de P&D e PEE são atualizados com base na taxa SELIC, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D estão registrados na rubrica de serviços em curso até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa, enquanto a realização das obrigações por aquisição de ativo intangível, tem como contrapartida Obrigações Especiais. Adicionalmente, por meio da MP 998/2020, convertida na Lei nº 14.120/2021, foi inserido o art. 5º-B na Lei nº 9.991/2000, estabelecendo que os recursos financeiros de P&D e PEE, não comprometidos com projetos contratados ou iniciados, deverão ser destinados à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE em favor da modicidade tarifária entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025, observado o limite mínimo de 70% do valor total disponível, conforme regulamentação da ANEEL.

(b) Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE: foi criada pela Lei nº 9.427/1996, alterada pela Lei nº 12.783/2013, e regulamentada pelo Decreto nº 2.410/1997, com o objetivo de custear o funcionamento da ANEEL no exercício das suas atividades de fiscalização e regulação econômica. Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

(c) Valor estimado de repasse referente aos recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias que serão revertidos à Conta Centralizadora de Recursos de Bandeiras Tarifárias.

Continua>>>

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Data: Quarta-feira, 14 de Abril de 2021 às 22:28:00 Código de Autenticação: a6b29bc

>>>Continuação

EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

NIRE: 32300002668 - CNPJ: 27.485.069/0001-09

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Consumidores

Refere-se à obrigação de repassar aos consumidores os valores recolhidos anteriormente com base na sentença que transitou em julgado com decisão favorável em processo judicial de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. A movimentação dos valores ao longo do exercício de 2020 está demonstrada a seguir:

Movimentação	Ref.	2020	2019
Saldos iniciais		**48.869**	-
Reconhecimento inicial		-	52.630
Valores disponibilizados no período	(a)	(11.239)	(6.320)
Valores não realizados no período	(b)	2.052	1.599
Despesas processuais / Honorários advocatícios	(c)	(847)	(490)
Atualizações no período	(d)	856	1.450
Saldos finais		**39.691**	**48.869**
Circulante		16.312	16.287
Não circulante		23.379	32.582

(a) Representa o valor total líquido disponibilizado aos consumidores no período.
(b) O montante de R$ 2.052 (R$ 1.599 em 2019) representa a parcela do valor total líquido disponibilizado aos consumidores não realizada no período. Do montante não realizado no período, R$ 998 (R$ 1.064 em 2019) corresponde a créditos lançados em contas de energia elétrica vencidas ou a vencer, e R$ 1.054 (R$ 535 em 2019) se refere a créditos disponibilizados a clientes atualmente inativos ou inadimplentes com a Companhia.
(c) Refere-se ao reembolso das despesas processuais e honorários advocatícios com consultores jurídicos, à razão de 7% sobre os valores recuperados. Os honorários são pagos mensalmente, à medida em que os créditos são compensados junto à Receita Federal do Brasil.
(d) Refere-se à atualização monetária dos valores a repassar no período, calculada mensalmente com base na taxa Selic.

21. Outros passivos circulantes e não circulantes

		Circulante		Não circulante	
Composição	**Ref.**	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Valores a repassar	(a)	1.415	1.297	-	-
Prêmios de seguros		97	75	-	-
Outros passivos	(b)	273	146	30	38
Total		**1.785**	**1.518**	**30**	**38**

(a) Refere-se aos valores a repassar a terceiros decorrentes dos serviços prestados pela Companhia de arrecadação da Contribuição de Iluminação Pública - CIP e de outros valores.
(b) O saldo não circulante se refere à atualização monetária dos depósitos bancários para reinvestimento do IRPJ realizados junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. (Nota Explicativa nº 12b).

22. Patrimônio Líquido

22.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da Companhia era de R$ 120.000 (R$ 112.499 em 2019), composto por 4.961.620 ações, sem valor nominal, sendo 3.296.207 ações ordinárias (66,43%) e 1.665.413 ações preferenciais (33,57%), assim representadas:

	2020		2019	
Espécie / Classe	**Quantidade**	**R$ mil**	**Quantidade**	**R$ mil**
Ordinárias	3.296.207	79.721	3.296.207	74.738
Preferenciais	1.665.413	40.279	1.665.413	37.761
Total	**4.961.620**	**120.000**	**4.961.620**	**112.499**
Valor patrimonial por ação (R$)		**32,69**		**30,92**

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais não possuem direito de voto, mas conferem a seus titulares os seguintes direitos: (i) dividendo mínimo de 8% (oito por cento) sobre o valor nominal e nunca inferior ao que for distribuído às ações ordinárias; (ii) prioridade no reembolso do capital, no caso de liquidação da sociedade; e (iii) comparecimento às Assembleias Gerais e participação nas discussões.

22.2 Lucro por ação

O cálculo do lucro por ação em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foi baseado no lucro líquido do exercício e no número de ações ordinárias e preferenciais que compõem o capital social da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

Composição	2020	2019
Lucro líquido do exercício	21.112	35.261
Número de ações em poder dos acionistas	4.962	4.962
Lucro por ação (R$)	**4,25**	**7,11**

22.3 Reservas de lucro

As reservas de lucro da Companhia possuem a seguinte composição:

Reservas de lucro	Ref.	2020	2019
Reserva legal	(a)	5.971	5.033
Reserva de incentivos fiscais	(b)	2.356	4.906
Reserva de lucros a realizar	(c)	7.968	8.074
Reserva de retenção de lucros	(d)	25.888	22.891
Total		**42.183**	**40.904**

(a) Reserva legal: constituída com 5% do lucro líquido do exercício, deduzido das reservas de incentivo fiscal e lucros a realizar constituídas no período. A reserva legal está limitada a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia constituiu o valor de R$ 938 (R$ 1.521 em 2019).
(b) Reserva de incentivos fiscais: corresponde ao direito à redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, relativos aos municípios das regiões norte e noroeste do Estado do Espírito Santo, integrantes da área de atuação da SUDENE. Inclui, ainda, o incentivo fiscal de redução de 30% do imposto de renda devido para reinvestimento, calculado sobre o lucro da exploração. O saldo desta reserva somente poderá ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos. No exercício de 2020, R$ 4.459 do saldo constituído foram destinados a aumento de capital (R$ 5.525 em 2019) e R$ 268 foram revertidos conforme Portaria nº 3.114, de 23 de dezembro de 2019. Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia constituiu o valor de R$ 2.177 (R$ 4.727 em 2019).
(c) Reserva de lucros a realizar: é formada pelas receitas relativas aos ganhos decorrentes da avaliação do ativo financeiro indenizável da concessão com base no valor justo e suas atualizações, de acordo com a metodologia de valor novo de reposição ("VNR"), bem como sobre a parcela transferida do ativo financeiro indenizável ao intangível em função da renovação do prazo da concessão da Companhia, ocorrida em 2015, cuja vigência foi prorrogada até 7 de julho de 2045. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia constituiu o valor de R$ 164 (R$ 113 em 2019). A reserva é apresentada líquida do montante dos encargos incidentes sobre ela, conforme demonstrado a seguir:

Reserva de lucros a realizar	2020	2019
Valor justo do ativo financeiro indenizável - Diferença de VNR	2.034	1.784
Intangível - Diferença de VNR	10.039	10.449
Reserva de lucros a realizar bruta	**12.073**	**12.233**
Encargos incidentes sobre a reserva de lucros a realizar (*)	(4.105)	(4.159)
Reserva de lucros a realizar líquida	**7.968**	**8.074**

(*) IRPJ e CSLL (34%) diferidos (Nota Explicativa nº 18.1).
(d) Reserva de retenção de lucros: constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias. Em 2020, do lucro líquido do exercício, R$ 4.805 foram destinados para a reserva de retenção de lucros (R$ 12.794 em 2019).

22.4 Dividendos declarados e juros sobre o capital próprio

Com base no resultado do exercício e no Estatuto Social da Companhia, a Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

Composição	2020	2019
Lucro líquido do exercício	21.112	35.261
Constituição de reserva de incentivos fiscais	(2.177)	(4.727)
Constituição de reserva de lucros a realizar	(164)	(113)
Constituição de reserva legal	(938)	(1.521)
Reversão dos juros sobre o capital próprio	(7.129)	(7.833)
Base de cálculo dos dividendos	**10.704**	**21.067**
Ações ordinárias (25% sobre a base de cálculo dos dividendos)	2.676	5.267
Ações preferenciais (8% sobre o valor nominal)	3.223	3.006
Total dos dividendos propostos	**5.899**	**8.273**
Reversão dos juros sobre o capital próprio	7.129	7.833
Total dos dividendos propostos e juros sobre o capital próprio	**13.028**	**16.106**

Os dividendos deverão ser pagos no prazo de 60 (sessenta) dias contados da deliberação da Assembleia Geral, que poderá, diante de excepcionalidades, casos fortuitos, força maior e outros eventos imprevisíveis plenamente justificados, ultrapassar o referido período. O valor por ação dos dividendos propostos e juros sobre o capital próprio é demonstrado a seguir:

		R$ / Ação	
Provento	**Valor proposto**	**ON**	**PN**
2020			
Dividendos propostos	5.899	0,81	1,93
Juros sobre o capital próprio	7.129	1,43	1,43
2019			
Dividendos propostos	8.273	1,60	1,81
Juros sobre o capital próprio	7.833	1,58	1,58

A movimentação e respectivos saldos correspondentes aos dividendos declarados e juros sobre o capital próprio no exercício de 2020 é apresentada a seguir:

Movimentação	Dividendos propostos	JCP	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**8.273**	**6.659**	**14.932**
(+) Crédito de JCP	-	7.129	22.061
(-) IR Fonte s/ crédito de JCP (15%)	-	(1.069)	20.992
(-) Pagamento de JCP	-	(6.659)	14.333
(+) Crédito de dividendos complementares	686	-	15.019
(-) Pagamento de dividendos	(8.959)	-	6.060
(+) Crédito de dividendos propostos	5.899	-	11.959
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**5.899**	**6.060**	**11.959**

Continua>>>

>>>Continuação

EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

NIRE: 32300002668 - CNPJ: 27.485.069/0001-09

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Receita operacional líquida

	Número de consumidores		MWh		R$mil	
Receita operacional	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Fornecimento de energia elétrica						
Fornecimento faturado						
Residencial	71.828	70.353	148.020	144.840	53.687	66.475
Industrial	1.429	1.281	40.519	54.273	15.560	25.233
Comercial, serviços e outros	9.385	9.198	78.015	87.902	29.363	40.878
Rural	32.611	32.264	160.008	193.236	29.823	40.435
Poder público	999	971	12.706	16.584	4.365	6.845
Iluminação pública	24	21	18.586	19.761	4.046	5.267
Serviço público	177	169	12.676	12.504	4.695	5.355
Consumo próprio	30	31	630	725	-	-
Total do fornecimento faturado	116.483	114.288	471.160	529.825	141.539	190.488
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	411	(308)
Total do fornecimento de energia elétrica	**116.483**	**114.288**	**471.160**	**529.825**	**141.950**	**190.180**
Disponibilidade do sistema de distribuição - TUSD						
TUSD faturada - Consumidores cativos						
Residencial	-	-	-	-	54.715	55.584
Industrial	-	-	-	-	12.984	17.137
Comercial, serviços e outros	-	-	-	-	28.405	32.400
Rural	-	-	-	-	33.032	36.457
Poder público	-	-	-	-	4.711	6.103
Iluminação pública	-	-	-	-	3.993	4.363
Serviço público	-	-	-	-	3.928	3.843
TUSD faturada - Consumidores livres	38	16	62.921	46.351	13.424	9.763
TUSD faturada - Agentes de geração	3	2	-	-	102	49
Total da TUSD faturada	41	18	62.921	46.351	155.294	165.699
TUSD não faturada	-	-	-	-	1.339	267
Total da disponibilidade do sistema de distribuição - TUSD	**41**	**18**	**62.921**	**46.351**	**156.633**	**165.966**
Outras receitas operacionais						
Energia de curto prazo - CCEE (a)	-	-	-	-	2.609	13.190
Ativos e passivos financeiros setoriais (Nota Explicativa nº 10)	-	-	-	-	28.144	(17.504)
Serviços cobráveis	-	-	-	-	343	433
Subvenções vinculadas ao serviço concedido (b)	-	-	-	-	42.779	67.615
Receita de construção (c)	-	-	-	-	14.047	13.230
Compartilhamento de infraestrutura	-	-	-	-	1.734	2.808
Arrecadação de convênios	-	-	-	-	806	726
Valor justo do ativo financeiro indenizável (Nota Explicativa nº 13.1)	-	-	-	-	250	170
Ganhos na alienação de bens e direitos	-	-	-	-	189	277
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	47	318
Total das outras receitas operacionais	**-**	**-**	**-**	**-**	**90.948**	**81.263**
Receita operacional bruta	**116.524**	**114.306**	**534.081**	**576.176**	**389.531**	**437.409**
(-) Deduções à receita operacional						
Tributos sobre a receita						
PIS	-	-	-	-	(5.230)	(6.405)
COFINS	-	-	-	-	(24.090)	(29.500)
ICMS	-	-	-	-	(63.864)	(76.300)
ISSQN	-	-	-	-	(69)	(98)
Total dos tributos sobre a receita	-	-	-	-	(93.253)	(112.303)
Encargos do consumidor						
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	-	-	(1.227)	(1.361)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	(1.227)	(1.361)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	-	-	(30.641)	(31.649)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	-	-	(358)	(332)
Outros encargos do consumidor	-	-	-	-	(571)	(1.106)
Total dos encargos do consumidor	-	-	-	-	(34.024)	(35.809)
Outras deduções						
Penalidades DIF/FIC e outras	-	-	-	-	(201)	(363)
Total de outras deduções	-	-	-	-	(201)	(363)
Total das deduções à receita operacional	**-**	**-**	**-**	**-**	**(127.478)**	**(148.475)**
Receita operacional líquida	**116.524**	**114.306**	**534.081**	**576.176**	**262.053**	**288.934**

(a) Refere-se aos montantes de receitas auferidas pelas concessionárias que tiveram excedente de energia comercializados no âmbito da CCEE. Os resultados destas operações foram informados pela CCEE e referendados pela Companhia.
(b) Refere-se aos descontos (subsídios) nas tarifas de energia elétrica e na tarifa de uso dos sistemas elétricos de distribuição concedidos para consumidores: (i) livres (carga fonte incentivada); (ii) de geração (geração fonte incentivada); (iii) de serviço público de água, esgoto e saneamento; (iv) rurais; (v) irrigantes; e (vi) residenciais classificados como de baixa renda.
(c) A receita de construção da infraestrutura está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem ao custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.

Continua>>>

>>>Continuação

EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

NIRE: 32300002668 - CNPJ: 27.485.069/0001-09

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Custos dos serviços e despesas operacionais

Os custos dos serviços e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício possuem a seguinte composição por natureza de gastos:

		Custos dos serviços						
Natureza de gastos	**Ref.**	**Com energia elétrica**	**De operação**	**Prestados a Terceiros**	**Total**	**Despesas operacionais**	**2020**	**2019**
Energia elétrica comprada para revenda	24.1	131.080	-	-	131.080	-	131.080	145.582
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	24.1	34.613	-	-	34.613	-	34.613	28.517
Pessoal e administradores	24.2	-	18.601	-	18.601	10.794	29.395	26.342
Materiais		-	2.437	-	2.437	609	3.046	3.080
Serviços de terceiros	24.3	-	7.923	-	7.923	2.371	10.294	10.277
Amortização	24.4	-	7.010	-	7.010	459	7.469	7.201
Seguros		-	380	-	380	-	380	476
Arrendamento e alugueis		-	786	-	786	578	1.364	1.297
Provisões		-	378	-	378	-	378	2.476
Tributos		-	222	-	222	60	282	383
Custo de construção		-	-	14.047	14.047	-	14.047	13.230
Outros gastos	24.5	-	641	-	641	4.143	4.784	5.025
Total		**165.693**	**38.378**	**14.047**	**218.118**	**19.014**	**237.132**	**243.886**

24.1 Custo com energia elétrica

	2020		**2019**	
Composição	**MWh**	**R$mil**	**MWh**	**R$mil**
Energia elétrica comprada para revenda	**559.223**	**131.080**	**660.749**	**145.582**
Suprimento de Energia Elétrica	**559.223**	**142.931**	**660.749**	**161.667**
Energia Bilateral	151.709	35.933	365.614	85.826
Energia de Leilão	188.267	38.198	128.171	25.665
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia - Proinfa	12.305	4.169	11.436	4.497
Energia de curto prazo - CCEE	-	17.392	-	14.626
Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD	1.736	320	17.974	5.025
Cotas de Angra I/Angra II - Decreto nº 4.550/2002 / REN nº 530/2012	17.851	4.958	13.311	3.371
Cotas de Garantia Física - Lei nº 12.783/2013	94.945	10.438	58.139	5.961
Energia de Itaipu - Decreto nº 4.550/2002 / REN nº 770/2017	92.410	31.523	66.104	16.696
(-) Créditos de Tributos Recuperáveis	**-**	**(11.851)**	**-**	**(16.085)**
PIS	-	(2.114)	-	(2.869)
COFINS	-	(9.737)	-	(13.216)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	**-**	**34.613**	**-**	**28.517**
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	**-**	**38.068**	**-**	**31.303**
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	31.766	-	26.806
Transporte Itaipu	-	2.701	-	1.686
Encargos de Serviços de Sistema - ESS	-	984	-	1.510
Encargo de Energia de Reserva - EER	-	2.617	-	1.301
(-) Créditos de Tributos Recuperáveis	**-**	**(3.455)**	**-**	**(2.786)**
PIS	-	(617)	-	(497)
COFINS	-	(2.838)	-	(2.289)
Total	**559.223**	**165.693**	**660.749**	**174.099**

24.2 Pessoal e Administradores

Composição	**2020**	**2019**
Pessoal	**25.380**	**22.539**
Remuneração	16.071	13.571
INSS	4.519	4.179
FGTS	1.248	1.178
Previdência privada	633	576
Despesas rescisórias	108	191
Outros benefícios	2.801	2.844
Administradores (Diretoria e Conselho)	**4.015**	**3.803**
Honorários	3.022	2.851
INSS	604	570
FGTS	183	176
Previdência privada	206	206
Total	**29.395**	**26.342**

24.3 Serviços de terceiros

Composição	**2020**	**2019**
Consultoria	1.180	1.210
Auditoria	79	78
Assessoria jurídica	397	357
Comercial	157	385
Manutenção	1.427	990
Vigilância	197	195
Informática	706	602
Leitura de medidores e outros	4.707	5.028
Limpeza de faixas de servidão	1.433	1.414
Outros	11	18
Total	**10.294**	**10.277**

24.4. Amortização

Composição - Amortização	**2020**	**2019**
Quota de amortização no exercício	8.083	7.783
(-) Créditos de tributos recuperáveis - PIS	(110)	(103)
(-) Créditos de tributos recuperáveis - COFINS	(504)	(479)
Total	**7.469**	**7.201**

24.5. Outros gastos

Composição	**2020**	**2019**
Perdas na alienação e desativação de bens e direitos	640	579
Indenização por perdas e danos	42	141
Consumo próprio de energia elétrica	362	459
Taxa de arrecadação	1.760	1.673
Telefonia, internet e intranet	531	742
Propaganda e publicidade	412	494
Mensalidades e anuidades	330	309
Anúncios e publicações	143	134
Outros gastos	564	494
Total	**4.784**	**5.025**

25. Resultado financeiro

Resultado financeiro	**Receita**	**Despesa**	**2020**	**2019**
Operações com ativos e passivos financeiros setoriais				
Atualização monetária de ativos e passivos financeiros setoriais	1.111	(389)	722	228
	1.111	**(389)**	**722**	**228**
Operações com capitais de terceiros				
Derivativos - *Swap*	2.716	(246)	2.470	(531)
Encargos de dívidas - moeda nacional	-	(231)	(231)	(762)
Encargos de dívidas - moeda estrangeira	-	(19)	(19)	(62)
Variação cambial	-	(2.696)	(2.696)	(257)
Encargos sobre operação de mútuo	-	-	-	(128)
	2.716	**(3.192)**	**(476)**	**(1.740)**
Operações com compra de energia elétrica				
Variação cambial	670	(1.319)	(649)	(169)
Encargos de liquidação do MCP - CCEE	73	(253)	(180)	(290)
	743	**(1.572)**	**(829)**	**(459)**

Continua>>>

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Data: Quarta-feira, 14 de Abril de 2021 às 22:28:00 Código de Autenticação: a6b29

>>>Continuação

EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

NIRE: 32300002668 - CNPJ: 27.485.069/0001-09

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(continuação)

Resultado financeiro	Receita	Despesa	2020	2019
Outras operações				
Receita com aplicações financeiras	1.044	-	1.044	1.236
Multas e acréscimos moratórios s/ energia vendida	5.565	-	5.565	5.329
Multas e acréscimos moratórios s/ outras operações	-	(225)	(225)	(96)
Atualização monetária dos programas de P&D e EE	-	(76)	(76)	(124)
Atualização monetária dos descontos tarifários - CDE	495	(247)	248	696
Atualização monetária de parcelamentos de tributos	-	(1.158)	(1.158)	-
Outras operações	19	(11)	8	295
	7.123	**(1.717)**	**5.406**	**7.336**
(-) Impostos incidentes sobre as receitas financeiras				
PIS	(54)	-	(54)	(60)
COFINS	(332)	-	(332)	(368)
	(386)	**-**	**(386)**	**(428)**
Resultado financeiro	**11.307**	**(6.870)**	**4.437**	**4.937**

26. Provisões

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

A Companhia figura como parte passiva em ações judiciais e processos administrativos que surgem no curso normal de suas operações, envolvendo questões de natureza cível, fiscal, trabalhista e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data nas demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

A avaliação da probabilidade de perda por parte dos assessores jurídicos da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico.

O cálculo dos montantes provisionados é realizado com base em valores estimados e na opinião dos assessores jurídicos responsáveis pelos processos. As provisões são revisadas e ajustadas periodicamente para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais.

• Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

Movimentação	Cíveis	Trabalhistas	2020	2019
Saldos iniciais	**1.489**	-	**1.489**	-
Constituições	100	15	115	739
Atualizações	58	-	58	750
Reversões	(537)	-	(537)	-
Pagamentos	(398)	-	(398)	-
Saldos finais	**712**	**15**	**727**	**1.489**
Circulante			300	-
Não circulante			427	1.489

As ações se referem a questões de natureza indenizatória, envolvendo acidentes, danos materiais e danos morais, dentre outras, para as quais não há cobertura securitária. Os valores originais estão atualizados de acordo com a sistemática praticada pelo Poder Judiciário.

• Risco de perda possível

As ações que envolvem risco de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, possuem a seguinte composição:

	Passivo	
Composição	**2020**	**2019**
Cíveis	2.013	1.775

Para essas ações, a Companhia possui cobertura securitária no valor de R$ 1.493 em 31 de dezembro de 2020 (R$ 1.452 em 2019).

26.1 Depósitos judiciais e cauções

Os depósitos judiciais registrados em 31 de dezembro de 2020 se referem a causas cíveis e trabalhistas, e somam R$ 130 (R$ 109 em 31 de dezembro de 2019).

27. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

(a) Considerações gerais

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas definidas pela Administração da Companhia.

A utilização de derivativos tem como propósito único a proteção e mitigação de riscos, de forma que é proibida a contratação de derivativos exóticos, alavancados ou com propósitos especulativos.

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros, dentre os quais se destacam os riscos de mercado, de liquidez e de crédito.

O índice de endividamento no final do exercício é como segue:

Composição	Ref.	2020	2019
Endividamento bruto	(a)	3.447	16.137
Caixa e equivalentes de caixa		(45.514)	(32.230)
Endividamento (caixa) líquido		(42.067)	(16.093)
Patrimônio líquido	(b)	162.183	153.403
Índice de endividamento (caixa) líquido		**(0,26)**	**(0,10)**

(a) O endividamento bruto é definido como empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos (Nota Explicativa nº 16).

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o saldo de caixa e equivalentes de caixa superava o endividamento bruto da Companhia.

(b) Gestão de risco de mercado

• Risco cambial

Esse risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar em perdas para Companhia, como a valorização de moedas estrangeiras frente ao real.

Em 01 de abril de 2020, a operação de empréstimo denominada em EUR, protegida por instrumento financeiro derivativo de *swap*, foi liquidada e não houve inclusão de novos contratos até 31 de dezembro de 2020.

Adicionalmente, a Companhia está exposta ao risco de variação cambial, atrelado ao Dólar, decorrente dos pagamentos de energia elétrica comprada de Itaipu. Entretanto, os efeitos financeiros dessa variação cambial são repassados ao consumidor via tarifa, por meio do mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A.

• Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras.

Dessa forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(c) Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade de a Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros.

O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R$ 42.817 (R$ 29.383 em 31 de dezembro de 2019).

A seguir são apresentados os fluxos de caixa não descontados contratados:

Passivos financeiros	2021	2022	2023	2024
Não derivativos				
Fornecedores	18.667	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	1.397	1.043	640	367

(d) Gestão de risco de crédito

O risco de crédito se refere à possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

• Risco de crédito de contrapartes comerciais

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais.

Para reduzir esse risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, realizadas em conformidade com a regulamentação do setor, para minimizar o risco de inadimplência.

• Risco de crédito de instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia procura mitigar o risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito.

A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros pela Companhia:

Continua>>>

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Data: Quarta-feira, 14 de Abril de 2021 às 22:28:00 Código de Autenticação: a6b29bc

>>>Continuação

EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

NIRE: 32300002668 - CNPJ: 27.485.069/0001-09

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição	2020	2019
Mensurados pelo custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	2.697	2.847
Contas a receber de clientes e outros	38.232	33.782
Ativos financeiros setoriais, líquidos	14.450	7.490
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras de curto prazo	42.817	29.383
Ativo financeiro indenizável	6.381	5.408

(e) Informações complementares sobre os instrumentos financeiros derivativos

O principal instrumento financeiro utilizado pela Companhia, com o objetivo de proteção econômica e financeira contra risco cambial, é o *swap*.

A Companhia contratou em 2018 operação de *swap* para converter para R$ a dívida denominada em EUR. Nesse *swap*, a Companhia assumiu posição passiva em R$ atrelado a taxa fixa e posição ativa em EUR atrelado a taxa fixa. Em 04 de abril de 2019, com a liquidação do empréstimo, também foi liquidado o respectivo *swap*.

Adicionalmente, a Companhia contratou nova operação de empréstimo com o Itaú Unibanco S.A. em 01 de abril de 2019, além de novo instrumento financeiro derivativo de *swap* para a proteção desse passivo. Para esse contrato, as liquidações ocorreram semestralmente pelo prazo de um ano: a primeira realizada em 01 de outubro de 2019 e a segunda realizada em 01 de abril de 2020.

O quadro a seguir detalha as operações e as informações sobre esse tipo de instrumento financeiro, que inclui valor de referência (nocional), vencimento, valor justo e o efeito no resultado do exercício:

Composição					Nocional EUR	Nocional R$	Valor justo	Efeito no resultado	
Swap	**Contraparte**	**Início**	**Vencimento**	**Posição**	**05/10/2018**	**05/10/2018**	**04/04/2019**	**2020**	**2019**
Ativo	Itaú Unibanco S.A.	05/10/2018	04/04/2019	100% EURO PTAX Venda + 0,60% a.a.	1.125	5.000	4.878	-	(123)
Passivo				9,52% a.a.	-	-	(5.234)	-	(124)
					1.125	**5.000**	**(356)**	**-**	**(247)**

Swap	**Contraparte**	**Início**	**Vencimento**	**Posição**	**01/04/2019**	**01/04/2019**	**01/10/2019**	**2020**	**2019**
Ativo	Itaú Unibanco S.A.	01/04/2019	01/10/2019	100% EURO PTAX Venda + 0,71% a.a.	2.247	10.000	10.245	-	245
Passivo				9,90% a.a.	-	-	(10.491)	-	(491)
					2.247	**10.000**	**(246)**	**-**	**(246)**

Swap	**Contraparte**	**Início**	**Vencimento**	**Posição**	**01/10/2019**	**01/10/2019**	**01/04/2020**	**2020**	**2019**
Ativo	Itaú Unibanco S.A.	01/10/2019	01/04/2020	100% EURO PTAX Venda + 0,71% a.a.	2.247	10.000	12.915	2.716	199
Passivo				9,90% a.a.	-	-	(10.483)	(246)	(237)
					2.247	**10.000**	**2.432**	**2.470**	**(38)**
Efeito acumulado no resultado do exercício								**2.470**	**(531)**

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Quando a transação for elegível e designada como *hedge accounting* de valor justo, o ganho ou a perda resultante da nova mensuração dos instrumentos derivativos pelo valor justo são reconhecidos no resultado.

(f) Análise de sensibilidade

A análise a seguir estima o valor potencial dos instrumentos financeiros em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam as posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

• Cenário provável: foram projetados os rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos e as taxas de juros vigentes ao final do exercício.

• Cenário II: considera um choque de 25% nos fatores de risco em relação às taxas de mercado do cenário provável.

• Cenário III: considera um choque de 50% nos fatores de risco em relação às taxas de mercado do cenário provável.

Para os rendimentos das aplicações financeiras, os cenários II e III consideram uma redução de 25% e 50%, respectivamente, em relação ao cenário provável.

A tabela a seguir demonstra o efeito decorrente da variação das taxas de juros que poderá ser reconhecido no resultado da Companhia no exercício seguinte caso ocorra um dos cenários apresentados:

Operação	Inde-xador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/ Nocional)	Cenário provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	Queda do CDI	1,90%	42.817	814	(203)	(407)

28. Estimativa de valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento. O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Para a mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado e de custo amortizado, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis.

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

(i) Nível 1: preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos idênticos aos da Companhia.

(ii) Nível 2: preços cotados com ou sem ajustes para ativos ou passivos similares com informações direta ou indiretamente em mercados ativos, exceto preços cotados incluídos no nível anterior.

(iii) Nível 3: ativos ou passivos com preços não observáveis no mercado.

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros e outros ativos e passivos da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	Ref.	Nível	Valor contábil 2020	Valor contábil 2019	Valor justo 2020	Valor justo 2019
Ativos financeiros (Circulante / Não circulante)			**104.577**	**78.910**	**104.577**	**78.910**
Custo Amortizado			**55.379**	**44.119**	**55.379**	**44.119**
Caixa e depósitos bancários à vista		2	2.697	2.847	2.697	2.847
Contas a receber de clientes e outros		2	38.232	33.782	38.232	33.782
Ativos financeiros setoriais, líquidos		2	14.450	7.490	14.450	7.490
Valor justo por meio do resultado			**49.198**	**34.791**	**49.198**	**34.791**
Aplicações financeiras de curto prazo		2	42.817	29.383	42.817	29.383
Ativo financeiro indenizável	(a)	3	6.381	5.408	6.381	5.408
Passivos financeiros (Circulante / Não circulante)			**22.114**	**33.466**	**22.114**	**33.466**
Custo amortizado			**22.114**	**33.466**	**22.114**	**33.466**
Fornecedores		2	18.667	17.329	18.667	17.329
Empréstimos e financiamentos	(b)	2	3.447	16.137	3.447	16.137

(a) Em função de a Companhia ter classificado o ativo financeiro indenizável da concessão como mensurado pelo valor justo por meio do resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis e não existe um mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. Uma vez que todas as características contratuais estão refletidas nos valores contabilizados, a Companhia entende que o valor contábil registrado reflete os seus valores justos. A mensuração contábil da indenização e dos recebíveis decorrentes da concessão é feita mediante a aplicação de critérios regulatórios contratuais e legais.

(b) Para os empréstimos e financiamentos classificados e mensurados ao custo amortizado, a Companhia entende que, por se tratarem de operações bilaterais e não possuírem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis às já apresentadas e que possam ser parâmetro à determinação de seus valores justos, os valores contábeis refletem o valor justo das operações.

Continua>>>

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Data: Quarta-feira, 14 de Abril de 2021 às 22:28:00 Código de Autenticação: a6b29

>>>Continuação

EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

NIRE: 32300002668 - CNPJ: 27.485.069/0001-09

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Benefícios pós emprego

A Companhia é patrocinadora de plano de benefícios complementares de aposentadoria a empregados e diretores, exclusivamente, do tipo Contribuição Definida, os quais são mantidos pelo Bradesco (MultiBRA Fundo de Pensão), entidade fechada de previdência complementar.

Plano de Contribuição Definida é o plano de benefício pós emprego pelo qual a entidade patrocinadora paga contribuições fixas a uma entidade separada (fundo de pensão), não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos.

De acordo com a Deliberação CVM nº 695/2012, a Companhia contabiliza os planos do tipo Contribuição Definida de forma direta, porque a obrigação da entidade patrocinadora relativa a cada exercício é determinada pelos montantes a serem contribuídos no período. Consequentemente, não são necessárias avaliações atuariais para mensurar a obrigação ou a despesa, e não há possibilidade de qualquer ganho ou perda atuarial.

Além disso, as obrigações são mensuradas em base não descontada, exceto quando não vençam completamente dentro de doze meses após o final do período em que os empregados prestam o respectivo serviço.

As contribuições da Companhia para o plano de benefícios complementares de aposentadoria a empregados e diretores somaram R$ 839 em 2020 (R$ 782 em 2019).

30. Saldo e transações com partes relacionadas

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

			Ativo / (Passivo)		Receita / (Despesa)		
Parte relacionada	**Tipo de transação**	**Ref.**	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**	**Vencimento**
Santa Maria Participações S.A.	Locação de imóveis	(a)	-	-	(1.268)	(1.214)	2024
Santa Maria Participações S.A.	Prestação de serviços	(b)	-	-	(4.707)	(5.028)	2024
Santa Maria Participações S.A.	Mútuo	(c)	-	-	-	(128)	2019
Santa Maria Comercialização e Serviços de Energia Ltda.	Suprimento de energia elétrica	(d)	(2.087)	-	(7.106)	-	2034
Total			**(2.087)**	**-**	**(13.081)**	**(6.370)**	

(a) Refere-se aos contratos de locação de imóveis, corrigidos anualmente pelo IGP-M, destinados à sede administrativa e ao depósito de materiais da Companhia, anteriormente submetidos a anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e prorrogados nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 699/2016.

(b) Refere-se ao contrato de prestação de serviços de leitura de medidores, entrega de contas, reavisos, corte e religação, anteriormente submetido à anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e prorrogado nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 699/2016.

(c) Refere-se ao contrato de mútuo pecuniário por meio de conta corrente, na modalidade de crédito rotativo, com encargos financeiros calculados com base na variação da taxa Selic, firmado nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 699/2016, liquidado em 15 de julho de 2019.

(d) Refere-se ao contrato de comercialização de energia elétrica, firmado a partir de licitação pública, aprovado na 34ª Reunião Pública Ordinária da Diretoria da ANEEL, ocorrida em 15 de setembro de 2020, conforme Despacho nº 2.666/2020.

• Remuneração dos Administradores

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a remuneração dos administradores da Companhia, registrada na contabilidade pelo regime de competência, se encontra demonstrada a seguir:

Administradores (Diretoria e Conselho)	**Ref.**	**2020**	**2019**
Honorários		3.022	2.851
INSS		604	570
FGTS		183	176
Previdência privada		206	206
Participações estatutárias	(a)	2.755	4.466
Total		**6.770**	**8.269**

(a) Desde 2020, a Companhia mantém uma política de remuneração variável aos seus diretores, baseada em instrumentos baseados em ações com liquidação em caixa. O objetivo é atrair e reter profissionais com competências e valores desejados e requeridos pela Companhia, motivando-os a atingir e superar metas alinhadas ao orçamento, planejamento estratégico e mercado, gerando valor para os acionistas e demais partes relacionadas. A referida política é baseada em premissas de melhor criação de valor sustentável e de longo prazo, melhores práticas de mercado, metas e estratégias de negócios e nos propósitos e valores da Companhia. A remuneração é composta por um elemento variável anual (curto prazo) e outro vinculado ao desempenho da Companhia em relação a determinados parâmetros econômico-financeiros, industriais e operacionais concretos, predeterminados, quantificáveis e alinhados com os objetivos estratégicos (longo prazo). O montante global da remuneração variável (participações estatutárias) é calculado conforme o disposto em Lei e no Estatuto Social da Companhia, observados os critérios definidos na Política Remuneratória e sujeito à aprovação pela Assembleia Geral. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as participações estatutárias foram calculadas da seguinte forma:

Composição	**2020**	**2019**
Lucro líquido do exercício antes das participações estatutárias	23.867	39.727
Constituição de reserva de incentivos fiscais	(2.177)	(4.727)
Constituição de reserva de lucros a realizar	(164)	(113)
Lucro líquido do exercício ajustado	**21.526**	**34.887**
Participações estatutárias (10%)	2.153	3.489
INSS sobre participações estatutárias (20%)	431	698
FGTS sobre participações estatutárias (8%)	172	279
Participações estatutárias	**2.755**	**4.466**

31. Cobertura de seguros (Não auditado)

A Companhia mantém as seguintes coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros:

			Importância segurada	
Ramos	**Ref.**	**Data de vencimento**	**2020**	**2019**
Risco operacional	(a)	30/08/2021	64.263	63.884
Responsabilidade civil geral	(b)	30/08/2021	2.000	2.000
Responsabilidade civil geral - danos morais	(c)	30/08/2021	400	400
Total			**66.663**	**66.284**

(a) Cobertura securitária das subestações e demais equipamentos, bem como da sede administrativa e do depósito de materiais da Companhia.

(b) Cobertura securitária para danos materiais e pessoais causados a terceiros em decorrência das operações da Companhia.

(c) Cobertura securitária para danos morais causados a terceiros em decorrência das operações da Companhia.

31.1 Despesas pagas antecipadamente

A Companhia também mantém cobertura securitária da frota, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistros, cobertura de danos pessoais e/ou materiais incorridos. O montante de despesas antecipadas apresentado em 31 de dezembro de 2020 e 2019 está dividido nos seguintes ramos:

Ramos	**2020**	**2019**
Risco operacional	156	169
Responsabilidade civil	11	12
Frota	34	34
Total	**201**	**215**

32. Compromissos de longo prazo

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia elétrica, como segue:

	Contratos de compra de energia - R$ mil						
Vigência	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	**2026**	**2027**	**Após 2027**
2022 a 2053	114.739	108.520	112.240	112.240	112.240	112.240	2.060.600

Os valores acima representam o volume total contratado pelo preço corrente no final de dezembro de 2020, e foram homologados pela ANEEL.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Cícero Machado de Moraes - Presidente
Fernando Antonio Moreira Calaes - Vice-Presidente
Renata Barbieri Coutinho - Conselheira
Miguel Coutinho Coelho da Silva - Conselheiro
Angelo Arpini Coutinho Filho - Conselheiro

DIRETORIA

Arthur Arpini Coutinho - Diretor-Presidente
Angelo Arpini Coutinho - Diretor Vice-Presidente
Angelo André Bosi - Diretor

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Carlos Alberto Lima - Contador - CRC: ES/009263/O-2

Continua>>>

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Data: Quarta-feira, 14 de Abril de 2021 às 22:28:00 Código de Autenticação: a6b29bc

>>>Continuação

EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

NIRE: 32300002668 - CNPJ: 27.485.069/0001-09

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e administradores

EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

Colatina, ES.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

Relatório da Administração

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Vitória, ES, 12 de março de 2021.

Wesley Cristian Marques
Contador CRC1ES009545/O-0

Wladimir Firme Zanotti
Contador CRC1ES007326/O-5

BAKER TILLY BRASIL-ES
Auditores Independentes
CRC2ES000289/O-5

Protocolo 661751

SANTA MARIA COMERCIALIZAÇÃO E SERVIÇOS DE ENERGIA LTDA.

NIRE: 32202536480 - CNPJ: 32.023.463/0001-65

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores sócios, A Administração da Santa Maria Comercialização e Serviços de Energia Ltda. ("SMC" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação as Demonstrações Financeiras dos exercícios de 2020 e 2019, as quais estão de acordo com as práticas contábeis internacionais e também as adotadas no Brasil. Acompanha este documento o Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. Essas Demonstrações Financeiras foram revisadas e aprovadas pelos Sócios Administradores em 12 de março de 2021. A Administração.

Balanços patrimoniais - Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 - *(Em milhares de reais)*

Ativo	Nota	2020	2019	Passivo	Nota	2020	2019
Circulante				**Circulante**			
Caixa e equivalentes de caixa	5	12.484	5.401	Fornecedores	11	6.882	1
Consumidores	6	6.035	–	Obrigações sociais e trabalhistas	12	43	16
Concessionárias e permissionárias	7	2.098	–	Tributos	13	1.047	77
Tributos compensáveis	8	5	5	**Total do circulante**		**7.972**	**94**
Outros ativos circulantes		340	11	**Não circulante**			
Total do circulante		**20.962**	**5.417**	Adiantamentos de clientes	14	214	–
				Total do não circulante		**214**	**–**
Não circulante				**Patrimônio líquido**	15		
Imobilizado	9	11	10	Capital social	15.1	6.460	6.460
Intangível	10	3	2	Reservas de lucro	15.2	6.330	–
Total do não circulante		**14**	**12**	Prejuízos acumulados		–	(1.125)
				Total do patrimônio líquido		**12.790**	**5.335**
Total do ativo		**20.976**	**5.429**	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**20.976**	**5.429**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - em 31 de dezembro de 2020 e 2019 - *(Em milhares reais)*

			Reservas de lucro			
	Capital social	Prejuízos acumulados	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	**1.000**	**(2)**	**–**	**–**	**–**	**998**
Integralização de capital social	5.800	–	–	–	–	5.800
Capital a integralizar	(340)	–	–	–	–	(340)
Prejuízo líquido do exercício	–	(1.123)	–	–	–	(1.123)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**6.460**	**(1.125)**	**–**	**–**	**–**	**5.335**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	7.455	7.455
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:						
Constituição de reserva legal	–	–	373	–	(373)	–
Constituição de reserva de retenção de lucros	–	–	–	5.957	(5.957)	–
Compensação de prejuízos acumulados	–	1.125	–	–	(1.125)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**6.460**	**–**	**373**	**5.957**	**–**	**12.790**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados dos exercícios
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 - *(Em milhares de reais)*

	Nota	2020	2019
Receita operacional líquida	16	**64.827**	**8.672**
Custos operacionais		**(54.274)**	**(7.833)**
Custo com energia elétrica	17	(53.822)	(7.546)
Custo de operação	17	(452)	(287)
Lucro bruto		**10.553**	**839**
Despesas operacionais	17	(103)	(2.047)
Lucro (prejuízo) operacional		**10.450**	**(1.208)**
Resultado financeiro	18	**231**	**85**
Receitas financeiras		231	85
Lucro (prejuízo) antes dos impostos		**10.681**	**(1.123)**
Impostos	19	**(3.226)**	**-**
Imposto de renda - corrente		(2.366)	–
Contribuição social - corrente		(860)	-
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		**7.455**	**(1.123)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 - *(Em milhares de reais)*

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	2020	2019
Resultado antes dos impostos		10.681	(1.123)
Ajustes das receitas/despesas que não afetam o caixa			
Depreciação e Amortização	9 e 10	4	1
		10.685	**(1.122)**
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante			
Consumidores	6	(6.035)	–
Concessionárias e permissionárias	7	(2.098)	–
Tributos compensáveis	8	–	(5)
Outros ativos circulantes		(329)	(11)
		(8.462)	**(16)**
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante			
Fornecedores	11	6.881	1
Obrigações sociais e trabalhistas	12	27	16
Tributos	13	970	76
Adiantamentos de clientes	14	214	–
		8.092	**93**
Caixa proveniente das atividades operacionais		**10.315**	**(1.045)**
Imposto de renda e contribuição social	19	(3.226)	–
Caixa líquido das atividades operacionais		**7.089**	**(1.045)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao imobilizado e intangível	9 e 10	(6)	(13)
Caixa líquido das atividades de investimento		**(6)**	**(13)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Integralização de capital social		–	5.460
Caixa líquido das atividades de financiamento		**–**	**5.460**
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa		**7.083**	**4.402**
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		5.401	999
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		12.484	5.401
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa		**7.083**	**4.402**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Santa Maria Comercialização e Serviços de Energia Ltda. ("SMC" ou "Companhia") é uma sociedade empresária limitada, de direito privado, sediada no município de Colatina, Estado do Espírito Santo, Brasil.

A Companhia, controlada da Santa Maria Participações S/A, foi constituída no dia 14 de novembro de 2018 e tem como objeto social: (i) a comercialização de energia elétrica, compreendendo a compra e a venda de energia elétrica a outros comercializadores, a consumidores que tenham livre opção de escolha do fornecedor ou a outros agentes permitidos pela legislação; e (ii) a prestação de serviços de consultoria e assessoria em gestão empresarial, técnica e comercial, incluindo a gestão de empreendimentos relacionados à energia elétrica.

A autorização para atuar como agente comercializador de energia elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") foi obtida por meio do Despacho ANEEL nº 701, de 12 de março de 2019.

2. Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), as quais abrangem a Lei das Sociedades por Ações, os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabili-

Continua>>>

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Data: Quarta-feira, 14 de Abril de 2021 às 22:28:00 Código de Autenticação: a6b29bc

SANTA MARIA COMERCIALIZAÇÃO E SERVIÇOS DE ENERGIA LTDA.

>>>Continuação
NIRE: 32202536480 - CNPJ: 32.023.463/0001-65

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

dade ("CFC") e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").
A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.
Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.
A Companhia não possui outros resultados abrangentes, razão pela qual não está apresentando a demonstração relativa a esse resultado.
A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelos Sócios Administradores em 12 de março de 2021.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, quando requerido nas normas. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na Nota Explicativa nº 22.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração faça julgamentos e adote estimativas e premissas, baseadas em fatores objetivos e subjetivos para o registro de certas transações, que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras.
Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas continuamente, com base na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. Sumário das principais práticas contábeis

3.1 Principais políticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e aplicações financeiras com liquidez imediata, de curto prazo com liquidez até 90 dias, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um risco insignificante de alteração no seu valor justo. São registrados inicialmente pelo custo das transações originárias, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros contratuais auferidos até a data do balanço.

b) Instrumentos Financeiros

• Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa.
A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.
Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é VJR (Valor Justo por meio do Resultado), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.
A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro.

• Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.
A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram.
No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

• Compensação de saldos ("*offsetting*")

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

• Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge* ("*hedge accounting*")

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

c) Redução ao valor recuperável (impairment)

Ao final de cada exercício a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. O valor recuperável do ativo é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor líquido de venda. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não foi constatada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

d) Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).
A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, calculada pelo método linear e que representa uma base razoável de vida útil dos respectivos bens.

e) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes e diferidos são calculados com base no regime do lucro real, às alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.
A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

• Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

• Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do imposto de renda e da contribuição social correntes. As bases utilizadas para o cálculo dos impostos diferidos são revisadas a cada exercício e ajustadas quando aplicável.

f) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

g) Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)

Os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos / encargos incorridos até a data do balanço.

h) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados.
A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquida de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.
A receita operacional é composta pela receita com contratos de comercialização de energia elétrica, e outras receitas relacionadas à prestação de serviço. As receitas financeiras compreendem, basicamente, as receitas de juros auferidos em aplicações financeiras.

Continua>>>

SANTA MARIA COMERCIALIZAÇÃO E SERVIÇOS DE ENERGIA LTDA.

>>>Continuação
NIRE: 32202536480 - CNPJ: 32.023.463/0001-65

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.2 Principais mudanças nas políticas contábeis

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2020 estão evidenciadas a seguir:

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
CPC 15 - Combinação de Negócios	Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como uma aquisição de ativos.	01/01/2020
CPC 48 - Instrumentos Financeiros; CPC 40 - Instrumentos Financeiros – Evidenciação; e CPC 38 - Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração	Inclusão de exceções temporárias aos requerimentos atuais da contabilidade de hedge para neutralizar os efeitos das incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	01/01/2020
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis e CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros	Altera a definição de "material", estabelecendo que uma informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários das demonstrações contábeis.	01/01/2020
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da covid-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.	01/01/2020

3.3 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas ou alteradas, mas ainda não vigentes, se aplicável aos negócios da Companhia, serão adotadas assim que entrarem em vigor.

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa.	01/01/2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Permite o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	01/01/2022

4. Eventos significativos no exercício

4.1 Pandemia Covid-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) caracterizou a propagação da covid-19, como pandemia. A partir desta declaração, tendo como o objetivo a minimização dos impactos decorrentes desta doença e, sobretudo, a preservação da vida, medidas restritivas para garantir o distanciamento social como o fechamento de estabelecimentos comerciais e paralisação das indústrias, foram tomadas.

Apesar da instabilidade econômica decorrente das ações de enfretamento tomadas, não foram apurados pela Companhia, no exercício de 2020, impactos significativos em suas demonstrações contábeis decorrentes da pandemia.

4.2 Aprovação do contrato de comercialização de energia junto à Empresa Luz e Força Santa Maria S/A

No dia 15 de setembro de 2020, foi aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, por meio do Despacho nº 2.666, o contrato de comercialização de energia, firmado a partir de licitação pública, junto à Empresa Luz e Força Santa Maria S/A. O contrato prevê a comercialização de 15 MW médios de energia para o atendimento do mercado da distribuidora até o exercício de 2034.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Composição	2020	2019
Caixa e depósitos bancários à vista	70	22
Aplicações financeiras de curto prazo	12.414	5.379
Total	**12.484**	**5.401**

6. Consumidores

Composição	A vencer até 60 dias	2020	2019
Fornecimento faturado			
Industrial	1.894	1.894	–
Comercial	4.141	4.141	–
Total	**6.035**	**6.035**	**–**

(i) Referem-se aos valores a receber provenientes dos contratos de comercialização de energia firmados. Os vencimentos são negociados livremente pelas partes, contudo, a maioria dos recebimentos ocorre no 6º dia útil posterior ao reconhecimento da receita.

(ii) Em virtude da inexistência de valores em atraso e, considerando a exigência de garantias para a realização dos contratos de comercialização de energia, a Companhia não constituiu, para os exercícios de 2020 e 2019, provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa ("PPECLD").

7. Concessionárias e permissionárias

Composição	2020	2019
Suprimento – Concessionárias (a)	2.087	–
Suprimento - CCEE (b)	11	–
Total	**2.098**	**–**

(a) Refere-se ao contrato de comercialização de energia firmado junto à Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. (Nota Explicativa nº 4.2)

(b) Refere-se ao resultado proveniente da comercialização de energia elétrica no Mercado de Curto Prazo ("MCP") no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), deduzidos das liquidações parciais ocorridas até 31 de dezembro de 2020. As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência.

8. Tributos compensáveis

Referem-se ao saldo negativo de IRPJ e CSLL apurados no exercício de 2019, conforme demonstrado a seguir:

Composição	2020	2019
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ (a)	4	4
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL (b)	1	1
Total	**5**	**5**

(a) Valor objeto de pedido de restituição nos termos do PER/DCOMP nº 05678.43599.250121.1.2.02-0237, transmitido em 25 de janeiro de 2021 à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

(b) Valor objeto de pedido de restituição nos termos do PER/DCOMP nº 19405.21609.250121.1.2.03-8818, transmitido em 25 de janeiro de 2021 à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

9. Imobilizado

A composição e a movimentação do imobilizado são apresentadas como segue:

Composição	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido em 2020	Valor líquido em 2019
Máquinas e equipamentos	15	(4)	11	10
Total do imobilizado	**15**	**(4)**	**11**	**10**

Movimentação	Valor líquido em 2019	Adições	Depreciação	Baixas	Valor líquido em 2020
Máquinas e equipamentos	10	4	(3)	–	11
Total do imobilizado	**10**	**4**	**(3)**	**–**	**11**

10. Intangível

A composição e a movimentação do intangível são apresentadas como segue:

Composição	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido em 2020	Valor líquido em 2019
Software	4	(1)	3	2
Total do intangível	**4**	**(1)**	**3**	**2**

Movimentação	Valor líquido em 2019	Adições	Amortização	Baixas	Valor líquido em 2020
Software	2	2	(1)	–	3
Total do intangível	**2**	**2**	**(1)**	**–**	**3**

11. Fornecedores

O saldo de fornecedores é composto da seguinte forma:

Composição	2020	2019
Compra de energia elétrica	6.874	–
Materiais e serviços	8	1
Total	**6.882**	**1**

12. Obrigações sociais e trabalhistas

Composição	2020	2019
Folha de pagamento líquida	22	4
Provisão para férias (incluindo encargos sociais)	13	11
Tributos retidos na fonte	7	1
Previdência privada	1	–
Total	**43**	**16**

Continua>>>

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Data: Quarta-feira, 14 de Abril de 2021 às 22:28:00 Código de Autenticação: a6b29bc

SANTA MARIA COMERCIALIZAÇÃO E SERVIÇOS DE ENERGIA LTDA.

>>>Continuação

NIRE: 32202536480 - CNPJ: 32.023.463/0001-65

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Tributos

	Circulante	
Composição	**2020**	**2019**
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	198	–
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	72	–
Programa de integração social - PIS	22	5
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	100	22
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	647	46
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN	1	–
Instituto nacional de seguridade social - INSS	5	3
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS	2	1
Total	**1.047**	**77**

14. Adiantamentos de clientes

Composição	**2020**	**2019**
Adiantamento de clientes (a)	214	–
Total	**214**	**–**

(a) Referem-se aos depósitos efetuados como garantia para o cumprimento dos contratos de comercialização de energia elétrica.

15. Patrimônio líquido

15.1 Capital social

O capital social da Companhia possui a seguinte composição:

	2020		2019	
Composição	**Quotas**	**R$ mil**	**Quotas**	**R$ mil**
Capital social subscrito	6.800.000	6.800	6.800.000	6.800
Capital social a integralizar	(340.000)	(340)	(340.000)	(340)
Capital social integralizado	**6.460.000**	**6.460**	**6.460.000**	**6.460**

Em 31 de dezembro de 2020 o capital social integralizado da Companhia era de R$ 6.460, sendo que 99,99% das quotas representativas desse montante eram detidas pela controladora Santa Maria Participações S/A.

15.2 Reservas de lucro

Do lucro líquido do exercício, a Administração da Companhia destinou os montantes de R$ 373 para constituição de reserva legal e R$ 5.957 para constituição de reserva de retenção de lucros, para a execução de planos de investimentos, no pressuposto de aprovação em reunião dos sócios.

16. Receita operacional líquida

	R$ mil	
Receita operacional líquida	**2020**	**2019**
Receita operacional bruta		
Comercialização de energia elétrica	74.198	9.724
Outras receitas operacionais	601	32
Total da receita operacional bruta	**74.799**	**9.756**
(-) Tributos sobre a receita		
PIS	(1.234)	(161)
COFINS	(5.685)	(741)
ICMS	(3.041)	(181)
ISSQN	(12)	(1)
Total dos tributos sobre a receita	**(9.972)**	**(1.084)**
Total da receita operacional líquida	**64.827**	**8.672**

17. Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício possuem a seguinte composição por natureza de gastos:

	Custos operacionais					
Natureza de gastos	**Com energia elétrica**	**De operação**	**Total**	**Despesas operacionais**	**2020**	**2019**
Energia comprada para revenda	53.822	–	53.822	–	53.822	7.546
Pessoal	–	214	214	–	214	108
Administradores	–	–	–	48	48	32
Materiais	–	–	–	4	4	1
Serviços de terceiros	–	216	216	–	216	163
Arrendamentos e aluguéis	–	18	18	–	18	15
Depreciação	–	3	3	–	3	1
Amortização	–	1	1	–	1	–
Gastos diversos	–	–	–	51	51	2.014
Total	**53.822**	**452**	**54.274**	**103**	**54.377**	**9.880**

18. Resultado financeiro

Composição	**2020**	**2019**
Receita financeiras	**242**	**89**
Rendimentos de aplicações financeiras	242	89
(-) Impostos incidentes sobre as receitas financeiras	**(11)**	**(4)**
PIS	(1)	(1)
COFINS	(10)	(3)
Resultado financeiro	**231**	**85**

19. Imposto de renda e contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício são demonstrados como segue:

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
Composição	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Demonstração do cálculo dos tributos:				
Lucro antes dos impostos	10.681	–	10.681	–
Compensação de prejuízo fiscal	(1.123)	–	(1.123)	–
Base de cálculo do IRPJ e CSLL	9.558	–	9.558	–
Alíquota do IRPJ e CSLL	15%	15%	9%	9%
IRPJ e CSLL às alíquotas da legislação	1.434	–	860	–
Base de cálculo do adicional do IRPJ	9.318	–		
Alíquota do adicional do IRPJ	10%	10%		
Adicional do IRPJ à alíquota da legislação	932	–		
Alíquota do IRPJ e adicional do IRPJ e CSLL	25%	25%	9%	9%
Total do IRPJ e CSLL às alíquotas da legislação	2.366	–	860	–
IRPJ e CSLL no resultado do exercício	**2.366**	**–**	**860**	**–**
Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL	**24,75%**	**0,00%**	**9,00%**	**0,00%**

20. Saldo e transações com partes relacionadas

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

		Ativo/(Passivo)		Receita/(Despesa)		Vencimento
Parte relacionada	**Tipo de transação**	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**	
Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. (a)	Venda de Energia Elétrica	2.087	–	7.106	–	2034
Santa Maria Geração e Transmissão de Energia S.A. (b)	Compra de Energia Elétrica	(155)	–	(2.115)	(808)	2022
Santa Maria Geração e Transmissãode Energia S.A. (b)	Prestação de serviços	3	–	35	12	2022
Hidrelétrica Cachoeirão S.A. (b)	Compra de Energia Elétrica	(940)	–	(7.520)	(4.669)	2021
Frisa Frigorífico Rio Doce S.A. (b)	Venda de Energia Elétrica	138	–	1.167	96	2024
Frisa Frigorífico Rio Doce S.A. (b)	Prestação de serviços	4	–	73	–	2024
Frigorifico Nordeste Alimentos Ltda (b)	Venda de Energia Elétrica	83	–	558	–	2024
Frigorifico Nordeste Alimentos Ltda (b)	Prestação de serviços	2	–	19	–	2024
Total		**1.222**	**–**	**(677)**	**(5.369)**	

(a) Refere-se ao contrato de comercialização de energia, firmado a partir de licitação pública, submetido à anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e aprovado no dia 15 de setembro de 2020, conforme Despacho nº 2.666. (b) Referem-se a contratos de compra e venda de energia elétrica e prestação de serviços de gerenciamento de energia elétrica no ambiente de contratação livre – ACL.

21. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas definidas pela Administração da Companhia, que não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou qualquer outro ativo de risco. A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros, dentre os quais se destacam os riscos de mercado, de crédito e de liquidez.

(a) Gestão de risco de mercado

• Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores que impactem os rendimentos das aplicações financeiras.

Dessa forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(b) Gestão de risco de crédito

O risco de crédito se refere à possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

• Risco de crédito de contrapartes comerciais

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. A Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes, além de exigir em seus contratos garantias, tendo como objetivo a minimização dos riscos de inadimplência.

• Risco de crédito de instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, a Companhia procura mitigar o risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito.

(c) Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade de a Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira

Continua>>>

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Data: Quarta-feira, 14 de Abril de 2021 às 22:28:00 Código de Autenticação: a6b29

SANTA MARIA COMERCIALIZAÇÃO E SERVIÇOS DE ENERGIA LTDA.

>>>Continuação

NIRE: 32202536480 - CNPJ: 32.023.463/0001-65

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos e a desconcentração de vencimentos.

O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R$ 12.414 (R$ 5.379 em 2019).

22. Estimativa de valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento. O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Para a mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado e de custo amortizado, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis.

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

(i) Nível 1: preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos idênticos aos da Companhia.

(ii) Nível 2: preços cotados com ou sem ajustes para ativos ou passivos similares com informações direta ou indiretamente em mercados ativos, exceto preços cotados incluídos no nível anterior.

(iii) Nível 3: ativos ou passivos com preços não observáveis no mercado.

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros e outros ativos e passivos da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

		Valor contábil		Valor justo	
	Nível	2020	2019	2020	2019
Ativos financeiros (Circulante/ Não circulante)		**20.617**	**5.401**	**20.617**	**5.401**
Custo amortizado					
Caixa e depósitos bancários à vista	2	70	22	70	22
Contas a receber de clientes e outros	2	8.133	–	8.133	–
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras de curto prazo	2	12.414	5.379	12.414	5.379
Passivos financeiros (Circulante/ Não circulante)		**6.882**	**1**	**6.882**	**1**
Custo amortizado					
Fornecedores	2	6.882	1	6.882	1

ADMINISTRAÇÃO

Henrique Barbieri Coutinho
Sócio Administrador

Vigilato Pereira Dias Neto
Sócio Administrador

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Carlos Alberto Lima
Contador - CRC: ES/009263/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e administradores
SANTA MARIA COMERCIALIZAÇÃO E SERVIÇOS DE ENERGIA LTDA.
Colatina, ES.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santa Maria Comercialização e Serviços de Energia Ltda. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santa Maria Comercialização e Serviços de Energia Ltda. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já

Continua>>>

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Data: Quarta-feira, 14 de Abril de 2021 às 22:28:00 Código de Autenticação: a6b29bc

SANTA MARIA COMERCIALIZAÇÃO E SERVIÇOS DE ENERGIA LTDA.

>>>Continuação NIRE: 32202536480 - CNPJ: 32.023.463/0001-65

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Vitória, ES, 12 de março de 2021.

Wesley Cristian Marques
Contador CRC1ES009545/O-0
Wladimir Firme Zanotti
Contador CRC1ES007326/O-5
BAKER TILLY BRASIL-ES
Auditores Independentes
CRC2ES000289/O-5

Protocolo 661761

CAMPO CONSTRUTORA E INCORPORADORA S/A

CNPJ nº 13.102.560/0001-07 - NIRE 32300031854

Balanço Patrimonial de 31/12/2020 e 31/12/2019

	Notas	EM REAIS 31/12/2020	EM REAIS 31/12/2019
ATIVO		**626.753,29**	**574.464,57**
CIRCULANTE		**616.275,82**	**553.882,45**
Disponibilidades	4	**86.916,52**	**27.950,78**
Créditos		**529.359,30**	**525.931,67**
Adiantamento a Fornecedores	5	31.379,39	11.087,00
Adiantamento a Empregados	6	7.507,01	2.412,26
Impostos a Recuperar	7	490.472,90	512.432,41
Controladas e Coligadas	8	-	-
NÃO-CIRCULANTE		**10.477,47**	**20.582,12**
Realizável a Longo Prazo		**9.229,11**	**19.200,00**
Depósitos Judiciais	9	9.229,11	19.200,00
Imobilizado	10	**1.248,36**	**1.382,12**
PASSIVO		**626.753,29**	**574.464,57**
CIRCULANTE		**167.278,29**	**141.162,99**
Obrigações		**167.278,29**	**141.162,99**
Obrigações Sociais	11	72.375,60	62.786,00
Fornecedores	12	40.582,71	32.214,13
Obrigações Fiscais	13	54.319,98	46.162,86
NÃO-CIRCULANTE		**910.697,73**	**893.122,73**
Outras Obrigações		**910.697,73**	**893.122,73**
Controladas e Coligadas	14	910.697,73	893.122,73
PATRIMONIO LÍQUIDO		**(451.222,73)**	**(459.821,15)**
CAPITAL SOCIAL		**2.540.143,00**	**2.540.143,00**
Capital Realizado		**2.540.143,00**	**2.540.143,00**
Capital Subscrito	15.1	2.540.143,00	2.540.143,00
OUTRAS CONTAS DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**(2.991.365,73)**	**(2.999.964,15)**
Outras Contas do Patrimônio Líquido		**(2.991.365,73)**	**(2.999.964,15)**
(-) Prejuízos Acumulados		(2.991.365,73)	(2.999.964,15)

Demonstração do Resultado de 31/12/2020 e 31/12/2019

	Notas	EM REAIS 31/12/2020	EM REAIS 31/12/2019
RECEITA LÍQUIDA	16	**1.963.600,00**	**1.367.075,00**
Custo dos Bens e Serviços	17	(1.631.860,98)	(1.092.535,48)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		**331.739,02**	**274.539,52**
Outras Receitas Operacionais	18	81,36	295,54
Despesas Operacionais	19	(70.455,16)	(72.327,98)
Outras Despesas Operacionais	20	(723,27)	(3.251,34)
RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO		**260.641,95**	**199.255,74**
Participações nos Lucros	21	(47.137,01)	(35.116,37)
RESULTADO LÍQ PERÍODO ANTES IRPJ E CSLL		**213.504,94**	**164.139,37**
Provisão para CSLL e IRPJ	22	(204.906,52)	(139.837,91)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		**8.598,42**	**24.301,46**
Lucro ou Prejuízo por Ação	23	**0,00**	**0,24**

Demonstração do Fluxo de Caixa de 31/12/2020 e 31/12/2019

	EM REAIS 31/12/2020	EM REAIS 31/12/2019
1 - Fluxo de caixa das atividades operacionais	**41.390,74**	**(70.689,32)**
Resultado do Exercício	8.598,42	24.301,46
(-) Depreciação	133,76	66,88
Variação no Ativo	**6.543,26**	**(24.861,26)**
Adiantamento a Fornecedores	(20.292,39)	(193,40)
Adiantamento a Empregados	(5.094,75)	(1.957,03)
Impostos a Recuperar	21.959,51	(12.510,83)
Outros Créditos	-	-
Depósitos Judiciais	9.970,89	(10.200,00)
Variação no Passivo	**26.115,30**	**(70.196,40)**
Obrigações Sociais	9.589,60	(72.214,96)
Fornecedores	8.368,58	18.089,65
Obrigações Fiscais	8.157,12	(16.071,09)
2 - Fluxo de caixa das atividades de investimento	-	**(1.449,00)**
Imobilizado	-	(1.449,00)
3 - Fluxo de caixa das atividades de financiamento	**17.575,00**	**(4.825,00)**
Controlas e Coligadas	17.575,00	(4.825,00)
Variação Líquida em caixa e equivalente de caixa	**58.965,74**	**(76.963,32)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	27.950,78	104.914,10
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	86.916,52	27.950,78

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 31/12/2020 e 31/12/2019

Descrição	Capital Social	Reservas	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Outras Contas do Patrimônio Líquido	Total
Saldo em 31/12/2018	**2.540.143,00**	**-**	**-**	**(3.024.265,61)**	**(484.122,61)**
Resultado Exercício	-	-	-	24.301,46	24.301,46
Saldo em 31/12/2019	**2.540.143,00**	**-**	**-**	**(2.999.964,15)**	**(459.821,15)**
Resultado Exercício	-	-	-	8.598,42	8.598,42
Saldo em 31/12/2020	**2.540.143,00**	**-**	**-**	**(2.991.365,73)**	**(451.222,73)**

Serra - ES, 31 de dezembro de 2020.

Ronaldo Roque Campo
Diretor Presidente
Maurício Souza Suarez
Diretor Técnico

Danielly Colodeti Campo
Diretora Administrativa-Financeira
Felipe Ferreira Lemos
Contador CRC-ES 018244/O-6

Protocolo 661765

CAMPO LOCAÇÕES COMERCIAIS E INDUSTRIAIS S/A

CNPJ nº 09.537.046/0001-19 - NIRE nº 32300030131

Balanço Patrimonial de 31/12/2020 e 31/12/2019

	Notas	EM REAIS 31/12/2020	EM REAIS 31/12/2019
ATIVO		**9.356.408,18**	**7.537.726,39**
CIRCULANTE		**2.707.076,23**	**847.220,49**
Disponibilidades	**4**	**2.436.726,23**	**822.501,78**
Adiantamento a Fornecedores	**5**	266.600,00	114,00
Duplicatas a Receber	**6**	3.750,00	24.604,71
NÃO-CIRCULANTE		**6.649.331,95**	**6.690.505,90**
Realizável a Longo Prazo		**17.394,82**	**17.394,82**
Depósitos Judiciais	**7**	17.394,82	17.394,82
Imobilizado	**8**	**6.631.937,13**	**6.673.111,08**
PASSIVO		**9.356.408,18**	**7.537.726,39**
CIRCULANTE		**1.076.806,89**	**535.085,80**
Obrigações		**1.076.806,89**	**535.085,80**
Fornecedores	**9**	8.518,62	9.327,97
Empréstimos ou Financiamentos	**10**	112.617,71	-
Obrigações Fiscais	**11**	131.555,90	92.296,14
Dividendos a Pagar		813.901,56	426.856,98
Outras Obrigações	**12**	10.213,10	6.604,71
NÃO-CIRCULANTE		**115.826,96**	**-**
Obrigações a Longo Prazo		**115.826,96**	**-**
Empréstimos ou Financiamentos	**10**	115.826,96	-
PATRIMONIO LÍQUIDO		**8.163.774,33**	**7.002.640,59**
CAPITAL SOCIAL		**1.920.415,00**	**1.920.415,00**
Capital Realizado		**1.920.415,00**	**1.920.415,00**
Capital Subscrito	**13.1**	1.920.415,00	1.920.415,00
RESERVAS		**3.637.038,14**	**2.475.904,40**
Reservas de Lucros		**3.637.038,14**	**2.475.904,40**
Reserva Legal	**13.2**	384.083,00	384.083,00
Retenção de Lucros	**13.3**	3.252.955,14	2.091.821,40
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL		**2.606.321,19**	**2.606.321,19**
Ajustes de Avaliação Patrimonial		**2.606.321,19**	**2.606.321,19**
Ajuste de Ativo Imobilizado	**13.4**	2.606.321,19	2.606.321,19

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

Demonstração do Resultado de 31/12/2020 e 31/12/2019

	Notas	EM REAIS 31/12/2020	EM REAIS 31/12/2019
RECEITA LÍQUIDA	14	**4.061.944,21**	**3.736.511,33**
Custo dos Bens e Serviços	15	(276.473,31)	(207.692,52)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		**3.785.470,90**	**3.528.818,81**
Outras Receitas Operacionais	16	30.018,04	93.808,88
Despesas Operacionais	17	(1.872.725,18)	(1.546.195,21)
Outras Despesas Operacionais	18	(1.102,90)	(3.781,40)
Outras Rec, Outras Desp e Result Operações Descontinuadas	19	77.886,51	97.886,37
RESULTADO LÍQUIDO PERÍODO ANTES IRPJ E CSLL		**2.019.547,37**	**2.170.537,45**
Provisão para CSLL e IRPJ	20	(471.369,05)	(463.109,54)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		**1.548.178,32**	**1.707.427,91**
Lucro ou Prejuízo por Ação	21	**0,81**	**0,89**

Demonstração do Fluxo de Caixa de 31/12/2020 e 31/12/2019

	EM REAIS 31/12/2020	EM REAIS 31/12/2019
1 - Fluxo de caixa das atividades operacionais	**2.776.748,18**	**2.950.738,35**
Resultado do Exercício	1.548.178,32	1.707.427,91
(-) Depreciação	1.432.142,35	1.094.499,64
Variação no Ativo	**(245.631,29)**	**177.942,97**
Adiantamento a Fornecedores	(266.486,00)	208.686,00
Duplicatas a Receber	20.854,71	(24.604,71)
Depósitos Judiciais	-	(6.138,32)
Variação no Passivo	**42.058,80**	**(29.132,17)**
Fornecedores	(809,35)	6.626,48
Obrigações Fiscais	39.259,76	(40.851,57)
Outras Obrigações	3.608,39	5.092,92
2 - Fluxo de caixa das atividades de investimento	**(1.390.968,40)**	**(2.465.119,57)**
Imobilizado	(1.390.968,40)	(2.465.119,57)
3 - Fluxo de caixa das atividades de financiamento	**228.444,67**	**(4.143.062,56)**
Empréstimos ou Financiamentos	228.444,67	(138.483,31)
Dividendos a Pagar	387.044,58	
Patrimônio Líquido	(387.044,58)	(4.004.579,25)
Variação Líquida em caixa e equivalente de caixa	**1.614.224,45**	**(3.657.443,78)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	822.501,78	4.479.945,56
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	2.436.726,23	822.501,78

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 31/12/2020 e 31/12/2019

Descrição	Capital Social	Reservas	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Outras Contas do Patrimônio Líquido	Total
Saldo em 31/12/2018	**1.920.415,00**	**1.195.333,47**	**2.606.321,19**	**-**	**9.307.055,54**
Reserva Legal	-	-	-	-	-
Retenção de Lucros	-	1.280.570,93	-	(1.280.570,93)	-
Dividendos Propostos	-	-	-	(426.856,98)	(426.856,98)
Resultado do Exercício	-	-	-	1.707.427,91	1.707.427,91
Saldo em 31/12/2019	**1.920.415,00**	**2.475.904,40**	**2.606.321,19**	**-**	**7.002.640,59**
Reserva Legal	-	-	-	-	-
Retenção de Lucros	-	1.161.133,74	-	(1.161.133,74)	-
Dividendos Propostos	-	-	-	(387.044,58)	(387.044,58)
Resultado do Exercício	-	-	-	1.548.178,32	1.548.178,32
Saldo em 31/12/2020	**1.920.415,00**	**3.637.038,14**	**2.606.321,19**	**-**	**8.163.774,33**

Serra - ES, 31 de dezembro de 2020.

Ronaldo Roque Campo
Diretor Presidente
Giselly Colodeti Campo
Diretora Financeira

Danielly Colodeti Campo
Diretora Administrativa
Felipe Ferreira Lemos
Contador CRC-ES nº 018244/O-6

Protocolo 661766

Dúvidas ou reclamações? Acesse: www.procon.es.gov.br ou ligue para 151

SANTA MARIA GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

NIRE: 32300035141 - CNPJ: 24.594.263/0001-34

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhoras e senhores acionistas, A Administração da Santa Maria Geração e Transmissão de Energia S.A. ("SMG" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação as Demonstrações Financeiras dos exercícios de 2020 e 2019, as quais estão de acordo com as práticas contábeis internacionais e também as adotadas no Brasil. Acompanha este documento o Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. Essas Demonstrações Financeiras foram revisadas e aprovadas pela Diretoria em 12 de março de 2021. A Administração.

Balanços patrimoniais - Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 - *(Em milhares de reais)*

Ativo	Nota	2020	2019
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	312	295
Consumidores	6	155	–
Tributos compensáveis	7	2	2
Despesas pagas antecipadamente	22.1	5	6
Outros ativos circulantes		6	5
Total do circulante		**480**	**308**
Não circulante			
Imobilizado	8	1.317	1.335
Total do não circulante		**1.317**	**1.335**
Total do ativo		**1.797**	**1.643**

Passivo	Nota	2020	2019
Circulante			
Fornecedores	9	30	6
Empréstimos e financiamentos	10	300	500
Obrigações sociais e trabalhistas	11	24	25
Tributos	12	43	24
Outros passivos circulantes		2	2
Total do circulante		**399**	**557**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	300	850
Provisões	13	15	–
Outros passivos não circulantes		5	5
Total do não circulante		**320**	**855**
Patrimônio líquido	14		
Capital social	14.1	1.452	1.452
Prejuízos acumulados		(374)	(1.221)
Total do patrimônio líquido		**1.078**	**231**
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.797**	**1.643**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 - *(Em milhares de reais)*

	Capital Social	Prejuízos acumulados	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2019	**1.452**	**(1.075)**	**–**	**377**
Prejuízo líquido do exercício	–	(146)	–	(146)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**1.452**	**(1.221)**	**–**	**231**
Lucro líquido do exercício	**–**	**–**	846	**846**
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:				
Compensação de prejuízos acumulados	**–**	846	(846)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**1.452**	**(374)**	**–**	**1.078**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 - *(Em milhares de reais)*

	Nota	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes dos impostos		900	(122)
Ajustes das receitas/despesas que não afetam o caixa			
Depreciação	8	53	52
Provisão para litígios	13	15	–
		968	**(70)**
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante			
Consumidores	6	(155)	–
Despesas pagas antecipadamente	22.1	1	2
Outros ativos circulantes		–	(2)
		(154)	**–**
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante			
Fornecedores	9	24	4
Obrigações sociais e trabalhistas	11	(1)	4
Tributos	12	19	16
Outros passivos circulantes		–	(2)
		42	**22**
Caixa proveniente das atividades operacionais		**856**	**(48)**
Imposto de renda e contribuição social	18	(54)	(24)
Caixa líquido das atividades operacionais		**802**	**(72)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao imobilizado	8	(35)	–
Caixa líquido das atividades de investimento		**(35)**	**–**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos	10	–	300
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	10	123	–
Amortização de empréstimos e financiamentos	10	(873)	–
Caixa líquido das atividades de financiamento		**(750)**	**300**
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa		**17**	**228**
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		295	67
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		312	295
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa		**17**	**228**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados dos exercícios Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 - *(Em milhares de reais)*

	Nota	2020	2019
Receita operacional líquida	15	**2.067**	**851**
Custos operacionais	16	**(775)**	**(739)**
Custo com energia elétrica		(336)	(316)
Custo de operação		(439)	(423)
Lucro bruto		**1.292**	**112**
Despesas operacionais	16	(252)	(228)
Lucro (prejuízo) operacional		**1.040**	**(116)**
Resultado financeiro	17	**(140)**	**(6)**
Receitas financeiras		5	6
Despesas financeiras		(145)	(12)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos		**900**	**(122)**
Impostos	18	**(54)**	**(24)**
Imposto de renda		(29)	(13)
Contribuição social		(25)	(11)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		**846**	**(146)**

As notas explicativas são parte integrantedas demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Santa Maria Geração e Transmissão de Energia S.A. ("SMG" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, de direito privado, sediada no município de Colatina, Estado do Espírito Santo, Brasil.

A principal atividade operacional da Companhia é a exploração técnica e comercial de instalações de geração e de transmissão de energia elétrica. Para a consecução de seus objetivos, a SMG pode realizar estudos, elaborar projeções, pesquisar, planejar, construir e operar instalações de geração e de transmissão de energia elétrica, independente da fonte utilizada e das redes e subestações vinculadas à geração, necessárias à conexão ao sistema elétrico acessado.

A Companhia foi constituída em 2016 com a finalidade de receber os ativos da atividade de geração de energia elétrica da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. ("ELFSM"), que, por força do disposto inciso II, do § 6°, do art. 4º, da Lei nº 9.074/1995, e conforme Despacho nº 1.227/2015-SGT/ANEEL, de 27 de abril de 2015, ficou impedida de exercer a atividade de geração de energia elétrica. Dessa forma, para promover a denominada desverticalização societária, nos termos do § 5°, do art. 4°, da Lei nº 9.074/1995, a ELFSM protocolou, sob o nº 48513.026108/2016-00, processo junto a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), que, por sua vez, anuiu ao pedido por meio do Despacho nº 086, de 13 de janeiro de 2017.

A transferência dos ativos da atividade de geração de energia elétrica da ELFSM para a SMG se deu por meio de aporte de capital, representado pelo acervo líquido dessa atividade, com a consequente redução do capital da ELFSM e o cancelamento das ações ordinárias e preferenciais nominativas em montante equivalente aos ativos da atividade de geração transferidos a valor patrimonial contábil, bem como a entrega e transferência das ações de emissão da SMG, de propriedade da ELFSM, em pagamento aos acionistas, proporcionalmente às suas respectivas participações no capital social.

Continua>>>

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Data: Quarta-feira, 14 de Abril de 2021 às 22:28:00 Código de Autenticação: a6b29

>>>Continuação

SANTA MARIA GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

NIRE: 32300035141 - CNPJ: 24.594.263/0001-34

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui em operação comercial, três Centrais Geradoras Hidrelétricas – CGH's, sendo:
• CGH Santa Maria, Despacho ANEEL nº 1.380, de 21 de maio de 2019;
• CGH Cachoeira da Onça, Despacho ANEEL nº 1.431, de 23 de maio de 2019; e
• CGH Cachoeira do Oito, Despacho ANEEL nº 1.027, de 09 de abril de 2020.
Adicionalmente, por meio do Despacho ANEEL nº 915, de 27 de março de 2019, a Companhia obteve autorização para início da operação em teste da CGH Tabocas, e aguarda determinadas formalizações dos órgãos reguladores e fiscalizadores para obter a autorização para entrada em operação comercial.

2. Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), as quais abrangem a Lei das Sociedades por Ações, os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").
A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.
A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.
Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.
A Companhia não possui outros resultados abrangentes, razão pela qual não está apresentando a demonstração relativa a esse resultado.
A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 12 de março de 2021.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, quando requerido nas normas. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na Nota Explicativa nº 21.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração faça julgamentos e adote estimativas e premissas, baseadas em fatores objetivos e subjetivos para o registro de certas transações, que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras.
Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas continuamente, com base na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. Sumário das principais práticas contábeis

3.1 Principais políticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e aplicações financeiras com liquidez imediata, de curto prazo com liquidez até 90 dias, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um risco insignificante de alteração no seu valor justo. São registrados inicialmente pelo custo das transações originárias, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros contratuais auferidos até a data do balanço.

b) Instrumentos financeiros

• Ativos financeiros
Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa.
A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.
Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é VJR (Valor Justo por meio do Resultado), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.
A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro.
• Passivos financeiros
Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.
A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram.
No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.
• Compensação de saldos ("*offsetting*")
Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.
• Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge* ("*hedge accounting*")
A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

c) Redução ao valor recuperável (impairment)

Ao final de cada exercício a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa a qual pertence o ativo. A Companhia considera cada CGH compondo uma unidade geradora de caixa. O valor recuperável do ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor líquido de venda. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não foi constatada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

d) Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).
A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, calculada pelo método linear e que representa uma base razoável de vida útil dos respectivos bens.

e) Empréstimos e financiamentos

São demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva ou valor justo.

f) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no regime do lucro presumido, considerando as seguintes premissas: (i) imposto de renda - base de cálculo de 8% da receita, alíquota de 15% e adicional de 10% sobre a base de cálculo que exceder R$ 60 mil trimestralmente; e (ii) contribuição social - base de cálculo de 12% da receita e alíquota de 9%.

Continua>>>

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Data: Quarta-feira, 14 de Abril de 2021 às 22:28:00 Código de Autenticação: a6b29bc

>>>Continuação

SANTA MARIA GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

NIRE: 32300035141 - CNPJ: 24.594.263/0001-34

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é a receita bruta auferida trimestralmente, acrescida de ganhos de capital, dos rendimentos e ganhos líquidos auferidos em aplicações financeiras (renda fixa e variável) e das variações monetárias ativas e demais resultados positivos obtidos pela Companhia.

A Companhia não possui imposto de renda e contribuição social diferidos.

g) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

h) Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)

Os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos / encargos incorridos até a data do balanço.

i) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquida de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A receita operacional se refere à receita oriunda da venda da energia elétrica gerada pela Companhia. Por sua vez, as receitas financeiras compreendem, basicamente, as receitas de juros auferidos em aplicações financeiras.

3.2 Principais mudanças nas políticas contábeis

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2020 estão evidenciadas a seguir:

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
CPC 15 - Combinação de Negócios	Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como uma aquisição de ativos.	01/01/2020
CPC 48 - Instrumentos Financeiros; CPC 40 - Instrumentos Financeiros – Evidenciação; e CPC 38 - Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração	Inclusão de exceções temporárias aos requerimentos atuais da contabilidade de hedge para neutralizar os efeitos das incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	01/01/2020
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis e CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros	Altera a definição de "material", estabelecendo que uma informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários das demonstrações contábeis.	01/01/2020
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da covid-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.	01/01/2020

3.3 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas ou alteradas, mas ainda não vigentes, se aplicável aos negócios da Companhia, serão adotadas assim que entrarem em vigor.

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa.	01/01/2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Permite o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	01/01/2022

4. Eventos significativos no exercício

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) caracterizou a propagação da covid-19, como pandemia. A partir desta declaração, tendo como o objetivo a minimização dos impactos decorrentes desta doença e, sobretudo, a preservação da vida, medidas restritivas para garantir o distanciamento social como o fechamento de estabelecimentos comerciais e paralisação das indústrias, foram tomadas.

Considerando que a receita da Companhia advém basicamente do contrato de venda de energia firmado junto à parte relacionada (Nota Explicativa nº 19), não foram apurados pela Companhia, no exercício de 2020, impactos significativos em suas demonstrações contábeis decorrentes da pandemia.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Composição	2020	2019
Caixa e depósitos bancários à vista	116	89
Aplicações financeiras de curto prazo	196	206
Total	**312**	**295**

6. Consumidores

Representa os valores a receber pela venda de energia elétrica gerada pela Companhia.

Classe de consumo	A vencer até 60 dias	2020	2019
Fornecimento faturado			
Comercial	155	155	–
Total	**155**	**155**	**–**

a) Refere-se ao contrato de venda de energia elétrica firmado, no ambiente de contratação livre – ACL, junto à Santa Maria Comercialização e Serviços de Energia Ltda. (Nota explicativa nº 19).

b) Em virtude da inexistência de valores em atraso, a Companhia não constituiu, para os exercícios de 2020 e 2019, provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa ("PPECLD").

7. Tributos compensáveis

Os valores registrados na rubrica tributos compensáveis se referem, na sua totalidade, ao montante de imposto de renda retido na fonte, pendente de restituição por parte da Receita Federal do Brasil, em função das aplicações financeiras mantidas pela Companhia e não compensados:

Composição	2020	2019
Exercício 2017 (a)	1	1
Exercício 2018 (b)	1	1
Total	**2**	**2**

a) Valor objeto de pedido de restituição nos termos do PER/DCOMP nº 15326.02368.151018.1.2.02-7806, transmitido em 15 de outubro de 2018 à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

b) Valor objeto de pedido de restituição nos termos do PER/DCOMP nº 35733.36423.260719.1.2.02-2972, transmitido em 26 de julho de 2019 à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

8. Imobilizado

A composição e a movimentação do imobilizado são apresentadas como segue:

Composição	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido em 2020	Valor líquido em 2019
Geração - Imobilizado em serviço				
Terrenos	10	–	10	10
Reservatórios, barragens e adutoras	877	(343)	534	553
Edificações, obras civis e benfeitorias	53	(34)	19	20
Máquinas e equipamentos	1.109	(355)	754	752
Total do imobilizado	**2.049**	**(732)**	**1.317**	**1.335**

Movimentação	Valor líquido em 2019	Adições	Depreciação	Baixas	Valor líquido em 2020
Geração - Imobilizado em serviço					
Terrenos	10	–	–	–	10
Reservatórios, barragens e adutoras	553	–	(19)	–	534
Edificações, obras civis e benfeitorias	20	–	(1)	–	19
Máquinas e equipamentos	752	35	(33)	–	754
Total do imobilizado	**1.335**	**35**	**(53)**	**–**	**1.317**

9. Fornecedores

Composição	2020	2019
Materiais e serviços	30	6
Total	**30**	**6**

10. Empréstimos e financiamentos

Refere-se a contratos de mútuo firmados com parte relacionada conforme demonstrado a seguir:

		2020		2019	
Composição	Taxa	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Santa Maria Participações S/A	Selic	300	300	500	850
Total		**300**	**300**	**500**	**850**

Continua>>>

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Data: Quarta-feira, 14 de Abril de 2021 às 22:28:00 Código de Autenticação: a6b29

>>>Continuação

SANTA MARIA GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

NIRE: 32300035141 - CNPJ: 24.594.263/0001-34

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As mutações dos empréstimos e financiamentos estão demonstradas conforme segue:

Movimentação	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2019	–	**1.050**	**1.050**
Ingressos	–	300	**300**
Transferências	500	(500)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**500**	**850**	**1.350**
Encargos	123	–	123
Amortizações (principal e encargos)	(873)	–	(873)
Transferências	550	(550)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**300**	**300**	**600**

11. Obrigações sociais e trabalhistas

Composição	Circulante 2020	Circulante 2019
Folha de pagamento líquida	6	5
Provisão para férias (incluindo encargos sociais)	16	19
Previdência privada	1	-
Outros	**1**	**1**
Total	**24**	**25**

12. Tributos

Composição	Circulante 2020	Circulante 2019
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	12	6
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	9	5
Programa de integração social - PIS	1	1
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	5	5
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	3	–
Instituto nacional de seguridade social - INSS	6	5
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS	2	2
Impostos retidos na fonte	5	–
Total	**43**	**24**

13. Provisões

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido e são revistas periodicamente pelos assessores jurídicos da Companhia.

O cálculo dos montantes provisionados é realizado com base em valores estimados e na opinião dos assessores jurídicos responsáveis pelos processos. As provisões são revisadas e ajustadas periodicamente para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais.

A avaliação da probabilidade de perda por parte dos assessores jurídicos da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico.

• Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir a perda estimada como provável para a única ação em curso movida contra a Companhia, como segue:

Movimentação	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**–**	**–**
Constituições	15	15
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**15**	**15**

14. Patrimônio líquido

14.1 Capital social

O capital social da Companhia está representado por ações nominativas e sem valor nominal, assim distribuídas:

	2020		2019	
Espécie/Classe	**Quantidade**	**R$ mil**	**Quantidade**	**R$ mil**
Ordinárias	964.575	966	964.575	966
Preferenciais	487.442	486	487.442	486
Total	**1.452.017**	**1.452**	**1.452.017**	**1.452**
Valor patrimonial por ação (R$)		**0,74**		**0,16**

15. Receita operacional líquida

Receita operacional líquida	R$ mil 2020	R$ mil 2019
Receita operacional bruta		
Receita de operações com energia elétrica	2.132	871
Demais receitas e rendas	13	12
Total da receita operacional bruta	**2.145**	**883**
(-) Tributos sobre a receita		
PIS	(14)	(6)
COFINS	(64)	(26)
Total dos tributos sobre a receita	**(78)**	**(32)**
Total da receita operacional líquida	**2.067**	**851**

16. Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício possuem a seguinte composição por natureza de gastos:

	Custos operacionais					
Natureza de gastos	**Com energia elétrica**	**De operação**	**Total**	**Despesas operacionais**	**2020**	**2019**
Energia elétrica comprada para revenda	233	–	233	–	233	267
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	103	–	103	–	103	49
Pessoal	–	355	355	–	355	335
Materiais	–	24	24	–	24	25
Serviços de terceiros	–	–	–	183	183	147
Seguros	–	8	8	–	8	11
Tributos	–	–	–	2	2	6
Provisões	–	–	–	15	15	–
Depreciação	–	52	52	–	52	52
Gastos Diversos	–	–	–	52	52	75
Total	**336**	**439**	**775**	**252**	**1.027**	**967**

A composição dos custos de pessoal está demonstrada a seguir:

Composição	2020	2019
Remuneração	213	202
INSS	57	57
FGTS	16	16
Previdência privada	7	–
Outros benefícios	62	60
Total	**355**	**335**

17. Resultado financeiro

Composição	2020	2019
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	4	5
Outras receitas financeiras	1	1
Total das receitas financeiras	**5**	**6**
Despesas financeiras		
Multas e acréscimos moratórios	–	(11)
Encargos sobre operações de mútuo	(144)	–
Outras despesas financeiras	(1)	(1)
Total das despesas financeiras	**(145)**	**(12)**
Resultado financeiro	**(140)**	**(6)**

18. Imposto de renda e contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, calculados com base no regime do lucro presumido, são demonstrados como segue:

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
Composição	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Receita de operações com energia elétrica	2.132	871	2.132	871
Percentual de presunção do lucro	8%	8%	12%	12%
Lucro presumido	**171**	**70**	**256**	**105**
(+) Demais receitas e rendas	18	18	18	18
(=) Base de Cálculo	**189**	**88**	**274**	**123**
Alíquotas do IRPJ e da CSLL	15%	15%	9%	9%
IRPJ e CSLL no resultado do exercício	**29**	**13**	**25**	**11**

19. Saldo e transações com partes relacionadas

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

			Ativo/(Passivo)		Receita/(Despesa)		
Parte relacionada	**Tipo de transação**	**Ref.**	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**	**Vencimento**
Santa Maria Comercialização e Serviços de Energia Ltda.	Venda deEnergia Elétrica	(a)	155	–	2.115	808	2022
Santa Maria Comercialização e Serviços de Energia Ltda.	Prestaçãode serviços	(b)	(3)	–	(35)	(12)	2022
Santa Maria Participações S/A	Mútuo	(c)	(600)	(1.350)	(144)	–	2021-2022
Total			**(448)**	**(1.350)**	**1.936**	**796**	

a) Refere-se a contrato de venda de energia elétrica no ambiente de contratação livre – ACL.

b) Refere-se a contrato de prestação de serviços de gerenciamento de energia elétrica no ambiente de contratação livre – ACL.

c) Refere-se a contratos de mútuo firmados, com encargos financeiros calculados com base na variação da taxa Selic.

Continua>>>

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Data: Quarta-feira, 14 de Abril de 2021 às 22:28:00 Código de Autenticação: a6b29bc

>>>Continuação

SANTA MARIA GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

NIRE: 32300035141 - CNPJ: 24.594.263/0001-34

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas definidas pela Administração da Companhia, que não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou qualquer outro ativo de risco.

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros, dentre os quais se destacam os riscos de mercado, de crédito e de liquidez.

(a) Gestão de risco de mercado

• Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras.

Dessa forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(b) Gestão de risco de crédito

O risco de crédito se refere à possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

• Risco de crédito de contrapartes comerciais

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais.

• Risco de crédito de instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, a Companhia procura mitigar o risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito.

(c) Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade de a Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos e desconcentração de vencimentos.

O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R$ 196 (R$ 206 em 2019).

21. Estimativa de valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento. O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Para a mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado e de custo amortizado, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis.

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

(i) Nível 1: preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos idênticos aos da Companhia.

(ii) Nível 2: preços cotados com ou sem ajustes para ativos ou passivos similares com informações direta ou indiretamente em mercados ativos, exceto preços cotados incluídos no nível anterior.

(iii) Nível 3: ativos ou passivos com preços não observáveis no mercado.

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros e outros ativos e passivos da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

		Valor contábil		Valor justo	
	Nível	2020	2019	2020	2019
Ativos financeiros (Circulante / Não circulante)		**467**	**295**	**467**	**295**
Custo Amortizado					
Caixa e depósitos bancários à vista	2	116	89	116	89
Contas a receber de clientes e outros	2	155	–	155	–
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras de curto prazo	2	196	206	196	206
Passivos financeiros (Circulante / Não circulante)		**630**	**1.356**	**630**	**1.356**
Custo amortizado					
Fornecedores	2	30	6	30	6
Empréstimos e financiamentos	2	600	1.350	600	1.350

Para os empréstimos e financiamentos classificados e mensurados ao custo amortizado, a Companhia entende que, por se tratarem de operações bilaterais e não possuírem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis às já apresentadas e que possam ser parâmetro à determinação de seus valores justos, os valores contábeis refletem o valor justo das operações.

22. Cobertura de seguros – Não auditado

A Companhia mantém as seguintes coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros:

			Importância segurada	
Ramos	**Ref.**	**Data de vencimento**	**2020**	**2019**
Risco operacional	(a)	30/08/2021	1.978	1.978
Responsabilidade civil geral	(b)	30/08/2021	2.000	2.000
Total			**3.978**	**3.978**

(a) Cobertura securitária das usinas de geração.

(b) Cobertura securitária para danos materiais e pessoais causados a terceiros em decorrência das operações da Companhia.

22.1 Despesas pagas antecipadamente

O montante de despesas antecipadas apresentado em 31 de dezembro de 2020 e 2019 está dividido nos seguintes ramos:

Ramos	**2020**	**2019**
Risco operacional	4	5
Responsabilidade civil	1	1
Total	**5**	**6**

DIRETORIA

Arthur Arpini Coutinho - Diretor-Presidente **Angelo Arpini Coutinho -** Diretor Vice - Presidente **Angelo André Bosi -** Diretor

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Carlos Alberto Lima
Contador - CRC: ES/009263/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e administradores
SANTA MARIA GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A
Colatina, ES.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santa Maria Geração e Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santa Maria Geração e Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório

Continua>>>

>>>Continuação

SANTA MARIA GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

NIRE: 32300035141 - CNPJ: 24.594.263/0001-34

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com
base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Vitória, ES, 12 de março de 2021.

Wesley Cristian Marques
Contador CRC1ES009545/O-0
Wladimir Firme Zanotti
Contador CRC1ES007326/O-5
BAKER TILLY BRASIL-ES
Auditores Independentes
CRC2ES000289/O-5

Protocolo 661769

É DA AMPLA

A LEITURA
É O MELHOR
CAMINHO
PARA O
CONHECIMENTO.

Biblioteca Pública
do Espírito Santo
3137-9351

www.dio.es.gov.br

IMPRENSA
OFICIAL/ES

GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO

TRIP PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 09.229.532/0001-70

Relatório da Administração - Srs. Acionistas, a administração da Trip Participações S.A. em observância aos preceitos legais, submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31/12/2020, devidamente elaboradas em conformidade com as práticas contábeis vigentes em 31/12/2020. As demonstrações contábeis completas se encontram à disposição dos acionistas na sede da Cia. As demonstrações contábeis foram aprovadas para emissão pela diretoria da Cia. em 13/04/2021, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

Ativo	2020	2019
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	79	130
Tributos a recuperar	133	132
Total do ativo circulante	**212**	**262**
Não circulante		
Investimento	141	141
Intangível líquido	119.131	119.131
	119.272	**119.272**
Total do ativo não circulante	**119.272**	**119.272**
Total do ativo	**119.484**	**119.534**

Passivo e patrimônio líquido	2020	2019
Não circulante		
Passivo fiscal diferido	40.506	40.505
Total do passivo não circulante	**40.506**	**40.505**
Patrimônio líquido		
Capital social	12.379	12.379
Reserva de Capital	1.880	1.880
Prejuízo acumulado	(84.400)	(76.357)
Reserva legal	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	149.119	141.127
Total do patrimônio líquido	**78.978**	**79.029**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**119.484**	**119.534**

Demonstrações do Resultado
Exercícios findos em 31/12/2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

	2020	2019
(+/-) Despesas/receitas operacionais		
Gerais e administrativas	(54)	(2.142)
(=) Lucro operac. antes do resultado financeiro	**(54)**	**(2.142)**
Despesas financeiras	(1)	(14)
Receitas financeiras	4	1.474
(=) Resultado financeiro líquido	**3**	**1.460**
(=) Lucro operac. antes das particip. societárias	**(51)**	**(682)**
Resultado de equivalência patrimonial	(7.992)	-
Outros resultados com participações societárias	-	209.038
(=) Resultado de participação societária	**(7.992)**	**209.038**
(=) Lucro/(Prejuízo) antes dos tributos s/o lucro	**(8.043)**	**208.356**
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	-	(63.093)
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-	21.159
(=) Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	**(8.043)**	**166.422**

Demonstrações do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31/12/2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

	2020	2019
Lucro/(Prejuízo) do exercício	**(8.043)**	**166.422**
Ajuste de exercícios anterioes em coligadas	-	(124.732)
Realização de Resultado abrangente	-	(73.888)
Reflexo Ajuste de Participação em coligadas	1.763	1.127
Outros resultados abrangentes	6.229	(1.445)
Total do resultado abrangente do exercício	**(51)**	**(32.516)**

Demonstrações do Fluxo de Caixa
Exercícios findos em 31/12/2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

	2020	2019
(=) Lucro/(Prej.) antes dos tributos s/o lucro	**(8.043)**	**208.356**
Itens que não afetam o caixa operacional		
Resultado de equivalência patrimonial	7.992	-
Resultado líquido de alienação de investimento	-	(196.399)
Outros resultados com participação societária	-	(12.639)
IR/CS Diferido	-	21.159
(=) Lucro/(Prejuízo) Ajustado	**7.992**	**(187.879)**
Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo		
(Aumento)/diminuição tributos a recuperar	(1)	(50)
Aumento/(diminuição) em obrigações tributárias	1	(21.161)
Imposto de renda e contribuição social	-	(63.093)
Caixa líquido das atividades operacionais	**(51)**	**(63.827)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
(Acréscimo)/ Baixa de investimentos	-	261.723
Caixa líquido das atividades de investimentos	**-**	**261.723**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação/(Dimin.) transação c/partes relacionadas	-	2.575
Lucros distribuídos	-	(200.785)
Aumento de capital social	-	65
Caixa líquido das atividades de financiamentos	**-**	**(198.145)**
Aumento/(redução) líquido de caixa	**(51)**	**(249)**
Caixa no início do período	130	379
Caixa no final do período	79	130
Aumento/(redução) líquido de caixa	**(51)**	**(249)**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31/12/2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

				Reserva de lucros				
	Capital social	Reserva de Capital	Res.alienação de bônus de subscrição	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Prejuízo acumulado	Ajustes de avaliação patrimonial	Total
Saldos em 1º de Janeiro de 2019	**12.314**	**31.586**	**2.863**	**9.046**	**42.106**	**-**	**215.333**	**313.248**
Reflexo ajuste de exercício anteriores em coligada	-	-	-	-	-	(124.732)	-	(124.732)
Absorção de prejuízo do exercício	-	(31.586)	-	(9.046)	(42.106)	82.738	-	-
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	166.422	-	166.422
Distribuição de lucros	-	-	-	-	-	(200.785)	-	(200.785)
Reflexo ajuste de participação em coligada	-	-	-	-	-	-	1.127	1.127
Realização de resultado abrangente	-	-	-	-	-	-	(73.888)	(73.888)
Realização de reserva de bônus de subscrição	-	-	(983)	-	-	-	-	(983)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	(1.445)	(1.445)
Aumento capital social	65	-	-	-	-	-	-	65
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**12.379**	**-**	**1.880**	**-**	**-**	**(76.357)**	**141.127**	**79.029**
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	(8.043)	-	(8.043)
Reflexo ajuste de participação em coligada	-	-	-	-	-	-	1.763	1.763
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	6.229	6.229
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**12.379**	**-**	**1.880**	**-**	**-**	**(84.400)**	**149.119**	**78.978**

Renan Chieppe – Diretor
Decio Luiz Chieppe – Diretor
Nicolle Marques Araújo – Contadora - CRC/MG 111061/O-8

Protocolo 661779

Dúvidas ou reclamações? Acesse: **www.procon.es.gov.br ou ligue para 151**

Explore outros mundos!
Biblioteca Pública do Espírito Santo - Telefone: 3137.9351

SANTA MARIA PARTICIPAÇÕES S.A.

NIRE: 32300028535 - CNPJ: 07.543.799/0001-01

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhoras e senhores acionistas, A Administração da Santa Maria Participações S.A. ("SMP" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras dos exercícios de 2020 e 2019, as quais estão de acordo com as práticas contábeis internacionais e também as adotadas no Brasil. Acompanha este documento o Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. Essas Demonstrações Financeiras foram revisadas e aprovadas pela Diretoria em 12 de março de 2021. A Administração.

Balanços patrimoniais - Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 - *(Em milhares de reais)*

		Controladora		Consolidado				Controladora		Consolidado	
	Nota	2020	2019	2020	2019		Nota	2020	2019	2020	2019
Ativo						**Passivo**					
Circulante						**Circulante**					
Caixa e equivalentes de caixa	6	15.224	4.508	35.893	13.829	Fornecedores		6	10	6.889	13
Consumidores		-	-	6.035	-	Tributos	13	75	100	1.129	183
Concessionárias e permissionárias		-	-	2.098	-	Empréstimos e financiamentos	14	20	20	20	20
Tributos compensáveis	7	1.311	1.179	1.516	1.350	Obrigações sociais e trabalhistas	15	347	286	417	326
Dividendos a receber	8	2.344	2.622	2.394	2.640	Dividendos propostos e JCP	16.4	7.614	5.885	7.614	5.885
Empréstimos a receber	9	300	500	300	500	Outros passivos circulantes		151	-	151	-
Despesas pagas antecipadamente		2	2	2	2	**Total do circulante**		**8.213**	**6.301**	**16.220**	**6.427**
Outros ativos circulantes		90	89	432	102	**Não circulante**					
Total do circulante		**19.271**	**8.900**	**48.670**	**18.423**	Tributos	13	3.218	3.218	3.218	3.218
						Empréstimos e financiamentos	14	22	44	22	44
Não circulante						Adiantamentos de clientes		-	-	214	-
Empréstimos a receber	9	300	850	300	850	**Total do não circulante**		**3.240**	**3.262**	**3.454**	**3.262**
Investimentos	10	96.497	87.461	72.341	75.221	**Patrimônio líquido**	16				
Imobilizado	11	442	526	3.417	3.367	Capital social	16.1	69.000	60.000	69.000	60.000
Intangível	12	-	-	3	2	Reservas de lucro	16.3	36.057	28.174	36.057	28.174
Total do não circulante		**97.239**	**88.837**	**76.061**	**79.440**	**Total do patrimônio líquido**		**105.057**	**88.174**	**105.057**	**88.174**
Total do ativo		**116.510**	**97.737**	**124.731**	**97.863**	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**116.510**	**97.737**	**124.731**	**97.863**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados dos exercícios - Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 - *(Em milhares de reais)*

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2020	2019	2020	2019
Receita operacional líquida	17	**5.323**	**5.477**	**70.150**	**14.149**
Custos operacionais	18	(3.647)	(3.381)	(57.921)	(11.214)
Lucro bruto		**1.676**	**2.096**	**12.229**	**2.935**
Despesas operacionais	18	(529)	(362)	(940)	(2.712)
Lucro operacional		**1.147**	**1.734**	**11.289**	**223**
Resultado financeiro	19	**328**	**518**	**668**	**874**
Receitas financeiras		332	520	672	888
Despesas financeiras		(4)	(2)	(4)	(14)
Lucro antes da equivalência patrimonial		**1.475**	**2.252**	**11.957**	**1.097**
Resultado da equivalência patrimonial	10	16.832	9.367	9.576	10.560
Lucro antes dos impostos		**18.307**	**11.619**	**21.533**	**11.657**
Impostos		**-**	**(21)**	**(3.226)**	**(59)**
Imposto de renda - Corrente		-	(13)	(2.366)	(37)
Contribuição social - Corrente		-	(8)	(860)	(22)
Lucro líquido do exercício		**18.307**	**11.598**	**18.307**	**11.598**
Lucro por ação	16.2	**3,36**	**2,34**		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 - *(Em milhares de reais)*

		Reservas de lucro				
	Capital social	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de lucros a realizar	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	**58.000**	**456**	**6.247**	**7.257**	**9.770**	**-**	**81.730**
Aumento de Capital Social	2.000	-	-	-	(350)	-	1.650
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	11.598	11.598
Ajustes em controladas	-	-	-	-	-	339	339
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:							
Constituição de reserva legal	-	-	-	579	-	(579)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	5.092	(5.092)	-
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(877)	(6.266)	(7.143)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**60.000**	**456**	**6.247**	**7.836**	**13.635**	**-**	**88.174**
Aumento de Capital Social	9.000	-	-	-	(189)	-	8.811
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	18.307	18.307
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:							
Constituição de reserva legal	-	-	-	916	-	(916)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	9.424	(9.424)	-
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(2.268)	(7.967)	(10.235)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**69.000**	**456**	**6.247**	**8.752**	**20.602**	**-**	**105.057**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continua>>>

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Data: Quarta-feira, 14 de Abril de 2021 às 22:28:00 Código de Autenticação: a6b29bc

>>>Continuação

SANTA MARIA PARTICIPAÇÕES S.A.

NIRE: 32300028535 - CNPJ: 07.543.799/0001-01

Demonstrações dos fluxos de caixa - Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 - *(Em milhares de reais)*

	Nota	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes dos impostos		18.307	11.619	21.533	11.657
Ajustes das receitas/despesas que não afetam o caixa					
Depreciação	11	107	120	112	123
Resultado da equivalência patrimonial	10	(16.832)	(9.367)	(9.576)	(10.560)
		1.582	**2.372**	**12.069**	**1.220**
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante					
Consumidores		-	-	(6.035)	-
Concessionárias e permissionárias		-	-	(2.098)	-
Tributos a recuperar	7	(132)	47	(166)	309
Despesas pagas antecipadamente		-	(1)	-	(1)
Outros ativos circulantes		(1)	(12)	(189)	(26)
		(133)	**34**	**(8.488)**	**282**
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante					
Fornecedores		(4)	(8)	6.876	(8)
Tributos	13	(25)	33	946	110
Adiantamentos de clientes		-	-	214	-
Obrigações sociais e trabalhistas	15	61	11	91	40
Outros passivos circulantes		151	-	10	-
		183	**36**	**8.137**	**142**
Caixa proveniente das atividades operacionais		**1.632**	**2.442**	**11.718**	**1.644**
Imposto de renda e contribuição social		-	(21)	(3.226)	(59)
Caixa líquido das atividades operacionais		**1.632**	**2.421**	**8.492**	**1.585**
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Adições ao imobilizado	11	(40)	(212)	(180)	(342)
Baixas ao imobilizado	11	17	-	17	-
Outros investimentos	10	(48)	(272)	(48)	(272)
Caixa líquido das atividades de investimento		**(71)**	**(484)**	**(211)**	**(614)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Amortização de principal e encargos sobre empréstimos e financiamentos		(24)	(21)	(24)	(21)
Encargos sobre empréstimos e financiamentos		2	2	2	2
Mútuos concedidos	9	-	(300)	-	(300)
Mútuos recebidos - líquido de encargos	9	750	3.955	750	3.955
Aumento de capital social em controladas	10	-	(5.460)	-	-
Aumento de capital social		8.811	1.650	8.811	1.650
Pagamento de dividendos e JCP	16.4	(8.506)	(6.669)	(8.506)	(6.669)
Recebimento de dividendos	8	8.122	6.404	12.750	6.118
Caixa líquido das atividades de financiamento		**9.155**	**(439)**	**13.783**	**4.735**
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa		**10.716**	**1.498**	**22.064**	**5.706**
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		4.508	3.010	13.829	8.123
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		15.224	4.508	35.893	13.829
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa		**10.716**	**1.498**	**22.064**	**5.706**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Santa Maria Participações S.A. ("SMP" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada no município de Colatina, Estado do Espírito Santo, Brasil. A Companhia é uma holding mista, tendo como áreas de atuação e principais atividades operacionais a participação em outras sociedades e a prestação de serviços empresariais.

A Companhia foi constituída em decorrência de uma operação de cisão parcial da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A., determinada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio do Ofício Circular nº 1.213/2004-SFF/ANEEL, de 20 de julho de 2004, em cumprimento ao disposto no artigo 8º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, que incluiu o § 5º no art. 4º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, estabelecendo a necessidade de segregação das atividades atinentes às pessoas jurídicas concessionárias, permissionárias e autorizadas de distribuição e de geração de energia elétrica.

2. Entidades controladas e controladas em conjunto

Controladas e Controladas em Conjunto	Nota	País	Participação acionária 2020	Participação acionária 2019
Direta				
Santa Maria Energética S.A. (a)	10	Brasil	100,00%	100,00%
Santa Maria Comercialização e Serviços de Energia Ltda. (b)	10	Brasil	99,99%	99,99%
Indireta				
Hidrelétrica Cachoeirão S.A. (a)	10	Brasil	51,00%	51,00%

(a) A Santa Maria Energética S.A. é subsidiária integral da Santa Maria Participações S.A., razão pela qual a Companhia consolida essa entidade. Por sua vez, a Santa Maria Energética S.A. possui investimentos na controlada indireta Hidrelétrica Cachoeirão S.A., cujo controle é compartilhado com a Cemig Geração e Transmissão S.A.. Em conformidade com a NBC TG 19 – Negócios em conjunto, a Companhia reconhece em suas demonstrações financeiras os investimentos em empresas controladas em conjunto avaliados pelo método da equivalência patrimonial e não mais pela consolidação proporcional, mesmo nas demonstrações financeiras consolidadas.

(b) A Santa Maria Comercialização e Serviços de Energia Ltda. é controlada da Santa Maria Participações S.A., razão pela qual a Companhia consolida essa entidade.

3. Base de preparação

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), as quais abrangem a Lei das Sociedades por Ações, os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, razão pela qual não está apresentando a demonstração relativa a esse resultado.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 12 de março de 2021.

3.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, quando requerido nas normas.

Continua>>>

>>>Continuação

SANTA MARIA PARTICIPAÇÕES S.A.

NIRE: 32300028535 - CNPJ: 07.543.799/0001-01

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na Nota Explicativa nº 21.

3.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração faça julgamentos e adote estimativas e premissas, baseadas em fatores objetivos e subjetivos para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas continuamente, com base na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Sumário das principais práticas contábeis

4.1 Principais políticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) Base de consolidação

(i) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método da equivalência patrimonial.

(ii) Perda de controle

Quando a Companhia perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e quaisquer outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iii) Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em empreendimentos controlados em conjunto *(joint ventures)*.

Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite à Companhia o controle compartilhado da entidade e dá à Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle em conjunto deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

(iv) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e aplicações financeiras com liquidez imediata, de curto prazo com liquidez até 90 dias, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um risco insignificante de alteração no seu valor justo. São registrados inicialmente pelo custo das transações originárias, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros contratuais auferidos até a data do balanço.

c) Instrumentos financeiros

• Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa.

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é VJR (Valor Justo por meio do Resultado), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro.

• Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

• Compensação de saldos ("*offsetting*")

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

• Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge* ("*hedge accounting*")

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

d) Redução ao valor recuperável (impairment)

Ao final de cada exercício a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. O valor recuperável do ativo é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor líquido de venda. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não foi constatada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

e) Investimentos

São avaliados pelo método da equivalência patrimonial os investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, nos quais a Administração tenha influência significativa.

A Companhia também mantém imóveis para fins de locação com o objetivo de obter renda. Esses investimentos são classificados como propriedade para investimento e são avaliados pelo valor justo.

f) Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, calculada pelo método linear e que representa uma base razoável de vida útil dos respectivos bens.

g) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferidos são calculados com base no regime do lucro real, às alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

• Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

• Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as

Continua>>>

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Data: Quarta-feira, 14 de Abril de 2021 às 22:28:00 Código de Autenticação: a6b29bc

>>>Continuação

SANTA MARIA PARTICIPAÇÕES S.A.

NIRE: 32300028535 - CNPJ: 07.543.799/0001-01

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do imposto de renda e da contribuição social correntes. As bases utilizadas para o cálculo dos impostos diferidos são revisadas a cada exercício e ajustadas quando aplicável.

h) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

i) Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)

Os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos / encargos incorridos até a data do balanço.

j) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquida de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A receita operacional compreende as receitas com prestação de serviços e aluguéis de imóveis.

As receitas financeiras compreendem, basicamente, as receitas de juros auferidos em aplicações financeiras e operações de mútuo.

As demais receitas reconhecidas no resultado são decorrentes da avaliação de investimentos pelo método da equivalência patrimonial.

4.2 Principais mudanças nas políticas contábeis

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2020 estão evidenciadas a seguir:

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
CPC 15 - Combinação de Negócios	Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como uma aquisição de ativos.	01/01/2020
CPC 48 - Instrumentos Financeiros; CPC 40 - Instrumentos Financeiros – Evidenciação; e CPC 38 - Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração	Inclusão de exceções temporárias aos requerimentos atuais da contabilidade de hedge para neutralizar os efeitos das incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	01/01/2020
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis e CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros	Altera a definição de "material", estabelecendo que uma informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários das demonstrações contábeis.	01/01/2020
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da covid-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.	01/01/2020

4.3 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas ou alteradas, mas ainda não vigentes, se aplicável aos negócios da Companhia, serão adotadas assim que entrarem em vigor.

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa.	01/01/2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Permite o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo	01/01/2022

5. Eventos significativos no exercício

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) caracterizou a propagação da covid-19, como pandemia. A partir desta declaração, tendo como o objetivo a minimização dos impactos decorrentes desta doença e, sobretudo, a preservação da vida, medidas restritivas para garantir o distanciamento social como o fechamento de estabelecimentos comerciais e paralisação das indústrias, foram tomadas.

Considerando que a Companhia é uma holding mista, tendo como principais atividades operacionais a participação em outras sociedades e a prestação de serviços empresariais à parte relacionada (Nota Explicativa nº 22), não foram apurados pela Companhia, no exercício de 2020, impactos significativos em suas demonstrações contábeis decorrentes da pandemia.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
Composição	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Caixa e depósitos bancários à vista	53	78	199	113
Aplicações financeiras de curto prazo	15.171	4.430	35.694	13.716
Total	**15.224**	**4.508**	**35.893**	**13.829**

7. Tributos compensáveis

	Controladora		Consolidado	
Composição	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Saldos negativos de IRPJ e CSLL	1.237	1.127	1.442	1.298
INSS a restituir	74	52	74	52
Total	**1.311**	**1.179**	**1.516**	**1.350**

O detalhamento dos saldos negativos de imposto de renda e contribuição social a restituir da controladora estão demonstrados a seguir:

	Controladora	
Composição	**2020**	**2019**
Exercício 2016 (a)	378	411
Exercício 2017 (b)	262	262
Exercício 2018 (c)	183	183
Exercício 2019 (d)	271	271
Exercício 2020	143	-
Total	**1.237**	**1.127**

(a) Valor objeto de pedido de restituição nos termos dos PER/DCOMP nº 28621.26207.281217.1.2.03-9051 e 06531.59960.281217.1.2.02-0235, transmitidos em 28 de dezembro de 2017 à Secretaria da Receita Federal do Brasil. A Companhia recebeu em 2020, referente ao PER/DCOMP nº 28621.26207.281217.1.2.03-9051, o montante de R$ 40, sendo R$ 7 referente a atualização pela taxa Selic.

(b) Valor objeto de pedido de restituição nos termos dos PER/DCOMP nº 23083.68333.031018.1.2.02-5702 e 40794.06302.031018.1.2.03-6034, transmitidos em 03 de outubro de 2018 à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

(c) Valor objeto de pedido de restituição nos termos dos PER/DCOMP nº 18733.05720.300719.1.2.02-8840 e 12336.13179.300719.1.2.03-8990, transmitidos em 30 de julho de 2019 à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

(d) Valor objeto de pedido de restituição nos termos dos PER/DCOMP nº 36334.75485.301220.1.2.02-0449 e 07848.21463.301220.1.2.03-7004, transmitidos em 30 de dezembro de 2020 à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

O detalhamento do saldo de INSS a restituir da controladora é apresentado a seguir:

	Controladora	
Composição	**2020**	**2019**
Exercício 2018 (a)	10	10
Exercício 2019 (b)	42	42
Exercício 2020 (c)	22	-
Total	**74**	**52**

(a) Valor objeto de pedido de restituição nos termos dos PER/DCOMP nº 32616.79365.130519.1.6.15-5222, 41742.43078.130519.1.2.15-6625, 21476.75426.110619.1.2.15-6050 e 23466.21961.280519.1.4.14-5535, transmitidos em 13 e 28 de maio de 2019 e 11 de junho de 2019 à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

(b) Valor objeto de pedido de restituição nos termos dos PER/DCOMP nº 09540.26087.130519.1.2.15-8968, 07447.49381.170919.1.2.15-0360 e 24156.63915.081019.1.2.15-0665, transmitidos em 13 de maio de 2019, 17 de setembro de 2019 e 08 de outubro de 2019 à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

(c) Valor objeto de pedido de restituição nos termos dos PER/DCOMP nº 11583.75478.280121.1.2.15-5435, 39320.20355.280121.1.2.15-9170 e 37188.18388.280121.1.2.15-0355, transmitidos em 28 de janeiro de 2021 à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Continua>>>

>>>Continuação

SANTA MARIA PARTICIPAÇÕES S.A.

NIRE: 32300028535 - CNPJ: 07.543.799/0001-01

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Dividendos a receber

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, se refere ao reconhecimento do direito aos dividendos mínimos obrigatórios registrado na subsidiária integral Santa Maria Energética S.A., a saber:

	Controladora	
Composição	**2020**	**2019**
Santa Maria Energética S.A.		
Lucro líquido do exercício	9.377	10.490
Constituição de reserva legal (5%)	-	-
Base de cálculo dos dividendos	**9.377**	**10.490**
Dividendos propostos (25%)	2.344	2.622
Participação (100%)	**2.344**	**2.622**

A movimentação dos dividendos a receber da Santa Maria Energética S.A. no período estão demostrados a seguir:

Movimentação	**2020**	**2019**
Saldo inicial	**2.622**	**2.404**
(+) Crédito de dividendos complementares	5.500	4.000
(-) Recebimento de dividendos	(8.122)	(6.404)
(+) Crédito de dividendos propostos	2.344	2.622
Saldo final	**2.344**	**2.622**

Nas demonstrações financeiras consolidadas, refere-se ao reconhecimento do direito aos dividendos mínimos obrigatórios registrado na controlada indireta Hidrelétrica Cachoeirão S.A., a saber:

	Consolidado	
Composição	**2020**	**2019**
Hidrelétrica Cachoeirão S.A.		
Lucro líquido do exercício	18.776	20.707
Constituição de reserva legal (5%)	-	-
Base de cálculo dos dividendos	**18.776**	**20.707**
Dividendos propostos (25%)	4.694	5.177
Participação (51%)	**2.394**	**2.640**

A movimentação dos dividendos a receber da Hidrelétrica Cachoeirão S.A. no período estão demostrados a seguir:

Movimentação	**2020**	**2019**
Saldo inicial	**2.640**	**2.560**
(+) Crédito de dividendos complementares	10.110	3.558
(-) Recebimento de dividendos	(12.750)	(6.118)
(+) Crédito de dividendos propostos	2.394	2.640
Saldo final	**2.394**	**2.640**

9. Empréstimos a receber

Os saldos no circulante e não circulante de empréstimos a receber se referem aos contratos de mútuo firmados com partes relacionadas e possuem a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
Composição	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Circulante				
Santa Maria Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A.	300	500	300	500
Total circulante	**300**	**500**	**300**	**500**
Não Circulante				
Santa Maria Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A.	300	850	300	850
Total não circulante	**300**	**850**	**300**	**850**
Total Geral	**600**	**1.350**	**600**	**1.350**

As mutações dos empréstimos a receber, no exercício de 2020, estão demonstradas a seguir:

Movimentação	**Circulante**	**Não Circulante**	**Total**
Saldos em 01 de janeiro de 2019	**3.955**	**1.050**	**5.005**
Ingressos	-	300	300
Pagamentos (principal e encargos)	(3.955)	-	(3.955)
Transferências	500	(500)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**500**	**850**	**1.350**
Pagamentos (principal e encargos)	(873)	-	(873)
Encargos	123	-	123
Transferências	550	(550)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**300**	**300**	**600**

10. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
Composição	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Investimentos em Controladas (a)				
Santa Maria Energética S.A. (i)	64.359	62.826	-	-
Santa Maria Comercialização e Serviços de Energia Ltda. (iii)	12.790	5.335	-	-
	77.149	**68.161**	**-**	**-**
Investimentos em Controladas em Conjunto (a)				
Hidrelétrica Cachoeirão S.A. (ii)	-	-	52.993	55.921
	-	**-**	**52.993**	**55.921**
Outros investimentos (b)				
Propriedades para investimentos (i)	18.957	18.875	18.957	18.875
Demais participações (ii)	391	425	391	425
	19.348	**19.300**	**19.348**	**19.300**
Total	**96.497**	**87.461**	**72.341**	**75.221**

(a) Referem-se aos investimentos registrados pelo método da equivalência patrimonial e possuem a seguinte composição:

(i) Santa Maria Energética S.A.: sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Santa Maria Participações S.A., sediada no município de Colatina, Estado do Espírito Santo, Brasil. A área de atuação e principal atividade operacional da Companhia, que atualmente se encontra em fase pré-operacional, é a geração de energia elétrica. A Companhia foi inicialmente constituída como subsidiária integral da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A., que, por meio da Resolução nº 282, de 26 de julho de 2000, detinha autorização da ANEEL para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica, mediante o aproveitamento do potencial hidráulico denominado PCH Cachoeirão, localizado no Rio Manhuaçu, Municípios de Pocrane e Alvarenga, Estado de Minas Gerais. Posteriormente, por meio da Resolução nº 557, de 15 de outubro de 2002, a ANEEL autorizou a transferência da referida autorização para a Santa Maria Energética S.A.. Com a edição da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, que em seu art. 8º incluiu o § 5º no art. 4º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, ficou estabelecida a necessidade de segregação das atividades atinentes às pessoas jurídicas concessionárias, permissionárias e autorizadas de distribuição e de geração de energia elétrica. Dessa forma, e em atendimento ao Ofício Circular nº 1.213/2004-SFF/ANEEL, de 20 de julho de 2004, a Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. realizou uma operação de cisão parcial transferindo os investimentos na Santa Maria Energética S.A. para a Santa Maria Participações S.A.. Em 18 de janeiro de 2007 a Santa Maria Energética S.A. e a Cemig Geração e Transmissão S.A. firmaram parceria para constituição da Hidrelétrica Cachoeirão S.A., com o objetivo de viabilizar a execução do empreendimento. Adicionalmente, por meio da Resolução Autorizativa ANEEL nº 908, de 8 de maio de 2007, a autorização para implantar e explorar a PCH Cachoeirão foi transferida da Santa Maria Energética S.A. para a Hidrelétrica Cachoeirão S.A.. A seguir apresentamos a composição do resultado da equivalência patrimonial deste investimento em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Santa Maria Energética S.A.	**2020**	**2019**
Patrimônio Líquido	64.359	62.826
Resultado líquido do exercício	9.377	10.490
Investimento (100,00%)	**64.359**	**62.826**
Equivalência Patrimonial (100,00%)	**9.377**	**10.490**

(ii) Hidrelétrica Cachoeirão S.A.: sociedade anônima de capital fechado, constituída na modalidade de SPE – Sociedade de Propósito Específico, formada pelas empresas Santa Maria Energética S.A. e pela Cemig Geração e Transmissão S.A.. Fundada em 18 de janeiro de 2007, a Hidrelétrica Cachoeirão S.A. atua no ramo de geração de energia elétrica, tendo sido autorizada a implantar e explorar o empreendimento denominado PCH Cachoeirão, na condição de produtor independente de energia elétrica, por meio da Resolução Autorizativa nº 908, expedida em 8 de maio de 2007 pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, pelo prazo de 30 (trinta) anos. A PCH Cachoeirão possui capacidade instalada de 27 MW, contando com três unidades geradoras, tendo recebido as seguintes autorizações para operação comercial: (i) Unidade 01, Despacho ANEEL nº 4.830, de 30 de dezembro de 2008; (ii) Unidade 02, Despacho ANEEL nº 559, de 11 de fevereiro de 2009; e (iii) Unidade 03, Despacho ANEEL nº 714, de 27 de fevereiro de 2009. A seguir apresentamos a composição do resultado da equivalência patrimonial deste investimento em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Hidrelétrica Cachoeirão S.A.	**2020**	**2019**
Patrimônio Líquido	103.908	109.649
Resultado líquido do exercício	18.776	20.707
Investimento (51,00%)	**52.993**	**55.921**
Equivalência Patrimonial (51,00%)	**9.576**	**10.560**

(iii) Santa Maria Comercialização e Serviços de Energia Ltda.: sociedade empresária limitada, de direito privado, sediada no município de Colatina, Estado do Espírito Santo, Brasil. A Companhia, controlada da Santa Maria Participações S.A., foi constituída no dia 14 de novembro de 2018 e tem como objeto social: (i) a comercialização de energia elétrica, compreendendo a compra e a venda de energia elétrica a outros comercializadores, a consumidores que tenham livre

Continua>>>

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Data: Quarta-feira, 14 de Abril de 2021 às 22:28:00 Código de Autenticação: a6b29bc

>>>Continuação

SANTA MARIA PARTICIPAÇÕES S.A.

NIRE: 32300028535 - CNPJ: 07.543.799/0001-01

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

opção de escolha do fornecedor ou a outros agentes permitidos pela legislação; e (ii) a prestação de serviços de consultoria e assessoria em gestão empresarial, técnica e comercial, incluindo a gestão de empreendimentos relacionados à energia elétrica. A autorização para atuar como agente comercializador de energia elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") foi obtida por meio do Despacho ANEEL nº 701, de 12 de março de 2019. A seguir apresentamos a composição do resultado da equivalência patrimonial deste investimento em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Santa Maria Comercialização e Serviços de Energia Ltda.	2020	2019
Patrimônio Líquido	12.790	5.335
Resultado líquido do exercício	7.455	(1.123)
Investimento (99,99%)	**12.790**	**5.335**
Equivalência Patrimonial (99,99%)	**7.455**	**(1.123)**

(b) Os outros investimentos se referem à:

(i) Imóveis mantidos para fins de locação com o objetivo de obter renda. Esses investimentos são classificados como propriedade para investimento e são avaliados pelo valor justo, conforme IAS 40/CPC 28.

(ii) Outras participações societárias avaliadas pelo custo de aquisição.

11. Imobilizado

A composição do imobilizado é apresentada como segue:

			Controladora	
Composição	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido em 2020	Valor líquido em2019
Máquinas e equipamentos	769	(450)	319	341
Móveis e utensílios	3	(2)	1	1
Veículos	992	(870)	122	184
Total do imobilizado	**1.764**	**(1.322)**	**442**	**526**

			Consolidado	
Composição	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido em 2020	Valor líquido em 2019
Imobilizado em serviço				
Máquinas e equipamentos	787	(456)	331	353
Móveis e utensílios	3	(2)	1	1
Veículos	992	(870)	122	184
Terrenos	1	-	1	1
Subtotal	1.783	(1.328)	455	539
Imobilizado em curso				
Terrenos	195	-	195	195
Desenvolvimento de Projetos	2.767	-	2.767	2.633
Subtotal	2.962	-	2.962	2.828
Total do imobilizado	**4.745**	**(1.328)**	**3.417**	**3.367**

Os saldos do imobilizado apresentaram a seguinte movimentação:

					Controladora	
Movimentação	Valor líquido em 2019	Adições	Depreciação	Baixas	Valor líquido em 2020
Máquinas e equipamentos	341	40	(62)	-	319
Móveis e utensílios	1	-	-	-	1
Veículos	184	-	(45)	(17)	122
Total do imobilizado	**526**	**40**	**(107)**	**(17)**	**442**

					Consolidado	
Movimentação	Valor líquido em 2019	Adições	Depreciação	Baixas	Valor líquido em 2020
Imobilizado em serviço						
Máquinas e equipamentos	353	44	(66)	-	331
Móveis e utensílios	1	-	-	-	1
Veículos	184	-	(45)	(17)	122
Terrenos	1	-	-	-	1
Subtotal	539	44	(111)	(17)	455
Imobilizado em curso					
Terrenos	195	-	-	-	195
Desenvolvimento de Projetos	2.633	134	-	-	2.767
Subtotal	2.828	134	-	-	2.962
Total do imobilizado	**3.367**	**178**	**(111)**	**(17)**	**3.417**

12. Intangível

				Consolidado
Composição	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido em 2020	Valor líquido em 2019
Software	4	(1)	3	2
Total do intangível	**4**	**(1)**	**3**	**2**

					Consolidado	
Movimentação	Valor líquido em 2019	Adições	Depreciação	Baixas	Valor líquido em 2020
Software	2	2	(1)	-	3
Total do imobilizado	**2**	**2**	**(1)**	**-**	**3**

13. Tributos

					Controladora	
	Circulante		Não Circulante	
Composição	2020	2019	2020	2019
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	-	-	2.366	2.366
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	-	-	852	852
Programa de integração social - PIS	7	12	-	-
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	34	54	-	-
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN	15	14	-	-
Instituto nacional de seguridade social - INSS	-	4	-	-
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS	18	16	-	-
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	1	-	-	-
Total	**75**	**100**	**3.218**	**3.218**

					Consolidado	
	Circulante		Não Circulante	
Composição	2020	2019	2020	2019
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	198	-	2.366	2.366
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	72	1	852	852
Programa de integração social - PIS	29	17	-	-
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	134	77	-	-
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	647	46	-	-
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN	16	14	-	-
Instituto nacional de seguridade social - INSS	10	10	-	-
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS	22	18	-	-
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	1	-	-	-
Total	**1.129**	**183**	**3.218**	**3.218**

13.1 Impostos diferidos

O saldo não circulante de IRPJ e CSLL refere-se ao diferimento dos tributos apurados sobre os ganhos com a avaliação a valor justo dos imóveis mantidos para locação com o objetivo de obter renda e classificados como propriedade para investimento conforme IAS 40/CPC 28. As diferenças temporárias são apresentadas como segue:

Passivo	2020	2019
Diferenças temporárias		
Imposto de renda	2.366	2.366
Contribuição social	852	852
Total líquido - passivo circulante	**3.218**	**3.218**

A base de cálculo dos tributos diferidos é composta como segue:

	2020		2019	
Passivo	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Valor justo de propriedade para investimento	9.465	3.218	9.465	3.218
Total	**9.465**	**3.218**	**9.465**	**3.218**

Continua>>>

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Data: Quarta-feira, 14 de Abril de 2021 às 22:28:00 Código de Autenticação: a6b29

>>>Continuação

SANTA MARIA PARTICIPAÇÕES S.A.

NIRE: 32300028535 - CNPJ: 07.543.799/0001-01

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Empréstimos e financiamentos

		2020		2019	
Composição	**Taxa**	**Circulante**	**Não circulante**	**Circulante**	**Não circulante**
Moeda nacional					
Banco do Brasil S.A. (a)	2,50% a.a.	6	7	6	14
Banco do Brasil S.A. (b)	2,50% a.a.	14	15	14	30
Total		**20**	**22**	**20**	**44**

(a) Contrato de Abertura de Crédito Fixo com repasse do Banco do Brasil S.A., utilizado na aquisição de 1 (um) guindaste veicular, modelo PHD 12005.
(b) Contrato de Abertura de Crédito Fixo com repasse do Banco do Brasil S.A., utilizado na aquisição de 1 (um) caminhão da Marca Iveco Tector 170E22, ano/mod. 2012/2013.
Em 31 de dezembro de 2020 os saldos das parcelas relativas ao principal dos financiamentos registrados no passivo não circulante da Companhia tinham os seguintes vencimentos:

Composição	**2022**	**2023**	**Total**
Parcelas do não circulante	20	2	22

15. Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
Composição	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Folha de pagamento líquida	60	51	89	59
Previdência privada	7	6	9	6
Provisão para férias (incluindo encargos sociais)	272	222	304	253
Consignações em favor de terceiros	8	7	8	7
Tributos retido na fonte	-	-	7	1
Total	**347**	**286**	**417**	**326**

16. Patrimônio líquido

16.1 Capital social

O capital social da Companhia está representado por ações nominativas e sem valor nominal, assim distribuídas:

	2020		2019	
Espécie/classe	**Quantidade**	**R$ mil**	**Quantidade**	**R$ mil**
Ordinárias	3.620.013	45.839	3.291.120	39.860
Preferenciais	1.829.021	23.161	1.662.847	20.140
Total	**5.449.034**	**69.000**	**4.953.967**	**60.000**
Valor patrimonial por ação (R$)		**19,28**		**17,80**

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais não possuem direito de voto, mas conferem a seus titulares os seguintes direitos: (i) dividendo mínimo de 8% (oito por cento) sobre o valor nominal e nunca inferior ao que for distribuído às ações ordinárias; (ii) prioridade no reembolso do capital, no caso de liquidação da sociedade; e (iii) comparecimento às Assembleias Gerais e participação nas discussões.

16.2 Lucro por ação

O cálculo do lucro por ação em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foi baseado no lucro líquido do exercício e no número de ações ordinárias e preferenciais que compõem o capital social da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

	2020	**2019**
Lucro líquido do exercício	18.307	11.598
Número de ações em poder dos acionistas	5.449	4.954
Lucro por ação (R$)	**3,36**	**2,34**

16.3 Reservas de lucro

As reservas de lucro da Companhia possuem a seguinte composição:

Composição	**2020**	**2019**
Reserva de incentivos fiscais	456	456
Reserva de lucros a realizar (a)	6.247	6.247
Reserva legal (b)	8.752	7.836
Reserva de retenção de lucros (c)	20.602	13.635
Total	**36.057**	**28.174**

(a) Reserva de lucros a realizar: é formada pelos ganhos decorrentes de avaliação a valor justo de propriedade para investimento, líquida dos impostos incidentes (Nota Explicativa nº 13.1);
(b)Reserva legal: constituída com 5% do lucro líquido do exercício deduzido das reservas de incentivo fiscal e lucros a realizar constituídas no período. A reserva legal está limitada a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia constituiu o valor de R$ 916 (R$ 579 em 2019);
(c) Reserva de retenção de lucros: constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias. Em 2020, do lucro líquido do exercício, R$ 9.424 foram destinados para a reserva de retenção de lucros (R$ 5.092 em 2019).

16.4 Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio

Com base no resultado do exercício e no Estatuto Social da Companhia, a Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

Composição	**2020**	**2019**
Lucro líquido do exercício	18.307	11.598
Constituição de reserva legal	(916)	(579)
Reversão dos juros sobre o capital próprio	(2.356)	(2.534)
Base de cálculo dos dividendos	**15.035**	**8.485**
Ações ordinárias (25% sobre a base de cálculo dos dividendos)	3.759	2.121
Ações preferenciais (8% sobre o valor nominal)	1.852	1.611
Total dos dividendos propostos	**5.611**	**3.732**
Reversão dos juros sobre o capital próprio	2.356	2.534
Total dos dividendos propostos e juros sobre o capital próprio	**7.967**	**6.266**

A movimentação e respectivos saldos das contas de dividendos propostos e juros sobre o capital próprio no exercício 2020 é apresentada a seguir:

Movimentação	**Dividendos propostos**	**JCP**	**Saldo**
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**3.731**	**2.154**	**5.885**
(+) Crédito de dividendos complementares	2.268	-	8.153
(+) Crédito de JCP	-	2.356	10.509
(-) IR Fonte s/ crédito de JCP (15%)	-	(353)	10.156
(-) Pagamento de dividendos	(5.999)	-	4.157
(-) Pagamento de JCP	-	(2.154)	2.003
(+) Crédito de dividendos mínimos obrigatórios	5.611	-	7.614
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**5.611**	**2.003**	**7.614**

17. Receita operacional líquida

		R$ mil
Receita operacional líquida	**2020**	**2019**
Receita operacional bruta		
Receita da prestação de serviços	4.821	5.027
Arrendamentos e aluguéis	1.277	1.224
Demais receitas e rendas	6	24
Total da receita operacional bruta	**6.104**	**6.275**
(-) Tributos sobre a receita		
PIS	(101)	(103)
COFINS	(463)	(475)
ISSQN	(217)	(220)
Total dos tributos sobre a receita	**(781)**	**(798)**
Receita operacional líquida	**5.323**	**5.477**

18. Custos e despesas operacionais

Natureza de gastos	**Custos Operacionais**	**Despesas Operacionais**	**2020**	**2019**
Pessoal	3.074	-	3.074	2.864
Materiais	444	-	444	391
Depreciação	123	-	123	120
Seguros	6	-	6	6
Serviços de terceiros	-	320	320	196
Tributos	-	14	14	19
Outros gastos	-	195	195	147
Total	**3.647**	**529**	**4.176**	**3.743**

A composição dos custos de pessoal está demonstrada a seguir:

Composição	**2020**	**2019**
Remuneração	1.448	1.351
Férias	239	192
13º salário	137	124
INSS	483	442
FGTS	143	129
Auxílio alimentação	371	326
Outros	253	300
Total	**3.074**	**2.864**

Continua>>>

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Data: Quarta-feira, 14 de Abril de 2021 às 22:28:00 Código de Autenticação: a6b29bc

>>>Continuação

SANTA MARIA PARTICIPAÇÕES S.A.

NIRE: 32300028535 - CNPJ: 07.543.799/0001-01

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
Composição	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	174	301	528	597
Rendimentos s/operações de mútuo	144	128	144	128
Juros sobre capital próprio	24	-	24	-
Outras receitas financeiras	7	116	9	206
	349	**545**	**705**	**931**
(-) Impostos incidentes sobre as receitas financeiras				
PIS	(2)	(4)	(4)	(7)
COFINS	(15)	(21)	(29)	(36)
	(17)	**(25)**	**(33)**	**(43)**
Despesas financeiras				
Encargos de dívidas	(4)	(2)	(4)	(2)
Outras despesas financeiras	-	-	-	(12)
	(4)	**(2)**	**(4)**	**(14)**
Resultado financeiro	**328**	**518**	**668**	**874**

20. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas definidas pela Administração da Companhia, que não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou qualquer outro ativo de risco.

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros, dentre os quais se destacam os riscos de mercado, de crédito e de liquidez.

(a) Gestão de risco de mercado

• Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras. Dessa forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(b) Gestão de risco de crédito

O risco de crédito se refere à possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes. Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa a Companhia procura mitigar o risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito.

(c) Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade de a Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos e desconcentração de vencimentos.

O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R$ 15.171 (R$ 4.430 em 2019).

21. Estimativa de valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento. O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Para a mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado e de custo amortizado, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis.

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

(i) Nível 1: preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos idênticos aos da Companhia.

(ii) Nível 2: preços cotados com ou sem ajustes para ativos ou passivos similares com informações direta ou indiretamente em mercados ativos, exceto preços cotados incluídos no nível anterior.

(iii) Nível 3: ativos ou passivos com preços não observáveis no mercado.

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros e outros ativos e passivos da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

		Valor contábil		Valor justo	
	Nível	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Ativos financeiros (Circulante / Não circulante)		**15.824**	**5.858**	**15.824**	**5.858**
Custo Amortizado		**653**	**1.428**	**653**	**1.428**
Caixa e depósitos bancários à vista	2	53	78	53	78
Empréstimos a receber	2	600	1.350	600	1.350
Valor justo por meio do resultado		**15.171**	**4.430**	**15.171**	**4.430**
Aplicações financeiras de curto prazo	2	15.171	4.430	15.171	4.430
Passivos financeiros (Circulante / Não circulante)		**48**	**74**	**48**	**74**
Custo amortizado		**48**	**74**	**48**	**74**
Fornecedores	2	6	10	6	10
Empréstimos e financiamentos	2	42	64	42	64

22. Saldo e transações com partes relacionadas

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

			Ativo / (Passivo)		Receita / (Despesa)		
Parte relacionada	**Tipo de transação**	**Ref.**	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**	**Vencimento**
Empresa Luz e Força Santa Maria S.A.	Locação de imóveis	(a)	-	-	1.268	1.214	2024
Empresa Luz e Força Santa Maria S.A.	Prestação de serviços	(b)	-	-	4.707	5.028	2024
Empresa Luz e Força Santa Maria S.A.	Mútuo	(c)	-	-	-	128	2019
Santa Maria Geração e Transmissão de Energia S.A.	Mútuo	(d)	600	1.350	144	-	2021-2022
Total			**600**	**1.350**	**6.119**	**6.370**	

(a) Refere-se a contratos de locação de imóveis, corrigidos anualmente pelo IGP-M, destinados à sede administrativa e ao depósito de materiais da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A., anteriormente submetidos a anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e prorrogados nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 699/2016.

(b) Refere-se ao contrato de prestação de serviços de leitura de medidores, entrega de contas, reavisos, corte e religação, anteriormente submetido à anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e prorrogado nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 699/2016.

(c) Refere-se ao contrato de mútuo pecuniário por meio de conta corrente, na modalidade de crédito rotativo, com encargos financeiros calculados com base na variação da taxa Selic, firmado nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 699/2016, liquidado em 15 de julho de 2019.

(d) Refere-se a contratos de mútuo firmados, com encargos financeiros calculados com base na variação da taxa Selic.

• Remuneração dos Administradores

Os membros da Diretoria da Companhia não são remunerados, conforme estabelecido em AGO/E realizada em 29 de julho de 2020.

DIRETORIA

Arthur Arpini Coutinho
Diretor-Presidente

Angelo Arpini Coutinho
Diretor Vice-Presidente

Angelo André Bosi
Diretor

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Carlos Alberto Lima
Contador - CRC: ES/009263/O-2

Continua>>>

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Data: Quarta-feira, 14 de Abril de 2021 às 22:28:00 Código de Autenticação: a6b29

>>>Continuação

SANTA MARIA PARTICIPAÇÕES S.A.

NIRE: 32300028535 - CNPJ: 07.543.799/0001-01

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e administradores

SANTA MARIA PARTICIPAÇÕES S.A

Colatina, ES.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Santa Maria Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Santa Maria Participações S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individual e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

A Santa Maria Energética S.A., controlada direta da Companhia, encontra-se em fase pré-operacional, aguardando determinadas formalizações por parte do órgão regulador para início das operações. As referidas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade operacional e não incluem nenhum ajuste referente à inviabilidade do projeto ou caso não sejam obtidas as licenças ambientais. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Vitória, ES, 12 de março de 2021.

Wesley Cristian Marques

Contador CRC1ES009545/O-0

Wladimir Firme Zanotti

Contador CRC1ES007326/O-5

BAKER TILLY BRASIL-ES

Auditores Independentes

CRC2ES000289/O-5

Protocolo 661781

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Data: Quarta-feira, 14 de Abril de 2021 às 22:28:00 Código de Autenticação: a6b29bc

SANTA MARIA ENERGÉTICA S.A.

NIRE: 32300026303 - CNPJ: 04.243.003/0001-07

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhoras e senhores acionistas, A Administração da Santa Maria Energética S.A. ("SME" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação as Demonstrações Financeiras dos exercícios de 2020 e 2019, as quais estão de acordo com as práticas contábeis internacionais e também as adotadas no Brasil. Acompanha este documento o Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. Essas Demonstrações Financeiras foram revisadas e aprovadas pela Diretoria em 12 de março de 2021. A Administração.

Balanços patrimoniais - Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 - *(Em milhares de reais)*

Ativo	Nota	2020	2019	Passivo	Nota	2020	2019
Circulante				**Circulante**			
Caixa e equivalentes de caixa	6	8.185	3.920	Fornecedores		1	2
Tributos compensáveis	7	200	166	Obrigações sociais e trabalhistas	11	27	24
Dividendos a receber	8	2.394	2.640	Tributos	12	7	6
Outros ativos circulantes		2	2	Dividendos propostos	13	2.344	2.622
Total do circulante		**10.781**	**6.728**	**Total do circulante**		**2.379**	**2.654**
Não circulante				**Patrimônio líquido**	14		
Investimentos	9	52.993	55.921	Capital social	14.1	19.653	19.653
Imobilizado	10	2.964	2.831	Reservas de lucro	14.2	44.706	43.173
Total do não circulante		**55.957**	**58.752**	**Total do patrimônio líquido**		**64.359**	**62.826**
Total do ativo		**66.738**	**65.480**	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**66.738**	**65.480**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 - *(Em milhares de reais)*

		Reservas de lucro			
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	**19.653**	**3.931**	**35.036**	**–**	**58.620**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	10.490	10.490
Ajustes em controladas	–	–	–	338	338
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:					
Constituição de reserva de retenção de lucros	–	–	8.206	(8.206)	–
Distribuição de dividendos	–	–	(4.000)	(2.622)	(6.622)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**19.653**	**3.931**	**39.242**	**–**	**62.826**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	9.377	9.377
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:					
Constituição de reserva de retenção de lucros	–	–	7.033	(7.033)	–
Distribuição de dividendos	–	–	(5.500)	(2.344)	(7.844)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**19.653**	**3.931**	**40.775**	**–**	**64.359**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados dos exercícios Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 - *(Em milhares de reais)*

	Nota	2020	2019
Despesas operacionais		(308)	(303)
Prejuízo operacional		**(308)**	**(303)**
Resultado financeiro	15	**109**	**271**
Receitas financeiras		109	283
Despesas financeiras		–	(12)
Resultado antes da equivalência patrimonial		**(199)**	**(32)**
Resultado da equivalência patrimonial	9	9.576	10.560
Lucro antes dos impostos		**9.377**	**10.528**
Impostos	16	**–**	**(38)**
Imposto de renda - corrente		–	(24)
Contribuição social - corrente		–	(14)
Lucro líquido do exercício		**9.377**	**10.490**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 - *(Em milhares de reais)*

	Nota	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes dos impostos		9.377	10.528
Ajuste das receitas/ despesas que não afetam o caixa			
Depreciação	10	1	1
Resultado da equivalência patrimonial	9	(9.576)	(10.560)
		(198)	**(31)**
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante			
Tributos compensáveis	7	(34)	267
Outros ativos circulantes		–	(1)
		(34)	**266**
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante			
Fornecedores		(1)	(1)
Obrigações sociais e trabalhistas	11	3	13
Tributos	12	1	1
		3	**13**
Caixa proveniente das atividades operacionais		**(229)**	**248**
Imposto de renda e contribuição social	16	–	(38)
Caixa líquido das atividades operacionais		**(229)**	**210**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao imobilizado	10	(134)	(118)
Baixas ao imobilizado	10	–	–
Caixa líquido das atividades de investimento		**(134)**	**(118)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos		(8.122)	(6.404)
Dividendos recebidos	8	12.750	6.118
Caixa líquido das atividades de financiamento		**4.628**	**(286)**
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa		**4.265**	**(194)**
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		3.920	4.114
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		8.185	3.920
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa		**4.265**	**(194)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional

A Santa Maria Energética S.A. ("SME" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Santa Maria Participações S.A. ("SMP"), sediada no município de Colatina, Estado do Espírito Santo, Brasil.

A área de atuação e principal atividade operacional da Companhia, que atualmente se encontra em fase pré-operacional, é a geração de energia elétrica.

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, que atua por meio do Ministério de Minas e Energia ("MME"). A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

A Companhia foi inicialmente constituída como subsidiária integral da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. ("ELFSM"), que, por meio da Resolução nº 282, de 26 de julho de 2000, detinha autorização da ANEEL para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica, mediante o aproveitamento do potencial hidráulico denominado PCH Cachoeirão, localizado no Rio Manhuaçu, Municípios de Pocrane e Alvarenga, Estado de Minas Gerais. Posteriormente, por meio da Resolução nº 557, de 15 de outubro de 2002, a ANEEL autorizou a transferência da referida autorização para a SME.

Com a edição da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, que em seu art. 8º incluiu o § 5º no art. 4º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, ficou estabelecida a necessidade de segregação das atividades atinentes às pessoas jurídicas concessionárias, permissionárias e autorizadas de distribuição e de geração de energia elétrica. Dessa forma, e em atendimento ao Ofício Circular nº 1.213/2004-SFF/ANEEL, de 20 de julho de 2004, a ELFSM realizou uma operação de cisão parcial transferindo os investimentos na SME para a SMP.

Em 18 de janeiro de 2007 a SME e a Cemig Geração e Transmissão S.A. firmaram

Continua>>>

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Data: Quarta-feira, 14 de Abril de 2021 às 22:28:00 Código de Autenticação: a6b29

>>>Continuação

SANTA MARIA ENERGÉTICA S.A.

NIRE: 32300026303 - CNPJ: 04.243.003/0001-07

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

parceria para constituição da Hidrelétrica Cachoeirão S/A, com o objetivo de viabilizar a execução do empreendimento.
Adicionalmente, por meio da Resolução Autorizativa ANEEL nº 908, de 8 de maio de 2007, a autorização para implantar e explorar a PCH Cachoeirão foi transferida da SME para a Hidrelétrica Cachoeirão S/A.

2. Entidades controladas

			Participaçãoacionária	
Controladas relevantes	**Nota**	**País**	**2020**	**2019**
Hidrelétrica Cachoeirão S/A	9	Brasil	51%	51%

A SME é controladora da Hidrelétrica Cachoeirão S/A, em conjunto com a Cemig Geração e Transmissão S/A, detendo 51% da participação acionária.
Em conformidade com a NBC TG 19 – Negócios em Conjunto, esse investimento é avaliado e reconhecido nas demonstrações financeiras da Companhia pelo método da equivalência patrimonial.

3. Base de preparação

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), as quais abrangem a Lei das Sociedades por Ações, os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").
A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.
A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.
Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.
A Companhia não possui outros resultados abrangentes, razão pela qual não está apresentando a demonstração relativa a esse resultado.
A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 12 de março de 2021.

3.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, quando requerido nas normas. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na Nota Explicativa nº 18.

3.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração faça julgamentos e adote estimativas e premissas, baseadas em fatores objetivos e subjetivos para o registro de certas transações, que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras.
Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas continuamente, com base na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Sumário das principais práticas contábeis

4.1 Principais políticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e aplicações financeiras com liquidez imediata, de curto prazo com liquidez até 90 dias, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um risco insignificante de alteração no seu valor justo. São registrados inicialmente pelo custo das transações originárias, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros contratuais auferidos até a data do balanço.

b) Instrumentos Financeiros

• Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa.
A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.
Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é VJR (Valor Justo por meio do Resultado), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.
A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro.

• Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.
A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram.
No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

• Compensação de saldos ("*offsetting*")

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

• Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge* ("*hedge accounting*")

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

c) Redução ao valor recuperável (impairment)

Ao final de cada exercício a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. O valor recuperável do ativo é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor líquido de venda. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não foi constatada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

d) Investimentos

São avaliados pelo método da equivalência patrimonial os investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, nos quais a Administração tenha influência significativa.

e) Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).
A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, calculada pelo método linear e que representa uma base razoável de vida útil dos respectivos bens.

f) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes e diferidos são calculados com base no regime do lucro real, às alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.
A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

• Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor

Continua>>>

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Data: Quarta-feira, 14 de Abril de 2021 às 22:28:00 Código de Autenticação: a6b29bc

>>>Continuação

SANTA MARIA ENERGÉTICA S.A.

NIRE: 32300026303 - CNPJ: 04.243.003/0001-07

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

• Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do imposto de renda e da contribuição social correntes. As bases utilizadas para o cálculo dos impostos diferidos são revisadas a cada exercício e ajustadas quando aplicável.

g) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

h) Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)

Os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos / encargos incorridos até a data do balanço.

i) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados.

As receitas financeiras compreendem, basicamente, as receitas de juros auferidos em aplicações financeiras.

As demais receitas reconhecidas no resultado são decorrentes da avaliação de investimentos pelo método da equivalência patrimonial.

4.2 Principais mudanças nas políticas contábeis

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2020 estão evidenciadas a seguir:

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
CPC 15 - Combinação de Negócios	Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como uma aquisição de ativos.	01/01/2020
CPC 48 - Instrumentos Financeiros; CPC 40 - Instrumentos Financeiros – Evidenciação; e CPC 38 - Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração	Inclusão de exceções temporárias aos requerimentos atuais da contabilidade de hedge para neutralizar os efeitos das incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	01/01/2020
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis e CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros	Altera a definição de "material", estabelecendo que uma informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários das demonstrações contábeis.	01/01/2020
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da covid-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.	01/01/2020

4.3 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas ou alteradas, mas ainda não vigentes, se aplicável aos negócios da Companhia, serão adotadas assim que entrarem em vigor.

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa.	01/01/2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Permite o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo	01/01/2022

5. Eventos significativos no exercício

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) caracterizou a propagação da covid-19, como pandemia. No Brasil, assim como em outros países, foram anunciadas medidas de estímulo à economia, ao crédito e à garantia de estabilidade do setor elétrico nacional.

Considerando que a Companhia se encontra em fase pré-operacional e que sua receita advém sobretudo da participação em outra sociedade (Nota Explicativa nº 9), não foram apurados, para o exercício de 2020, impactos significativos em suas demonstrações contábeis decorrentes da pandemia.

6. Caixa e equivalentes de caixa

Composição	2020	2019
Caixa e depósitos bancários à vista	76	13
Aplicações financeiras de curto prazo	8.109	3.907
Total	**8.185**	**3.920**

7. Tributos compensáveis

Os valores registrados se referem, em sua maioria, ao montante de imposto de renda retido na fonte em função das aplicações financeiras mantidas pela Companhia e não compensados:

Composição	2020	2019
Exercício 2016 (a)	–	11
Exercício 2017 (b)	68	68
Exercício 2018 (c)	68	68
Exercício 2019 (d)	19	19
Exercício 2020	45	–
Total	**200**	**166**

(a) Valor objeto de pedido de restituição nos termos do PER/DCOMP nº 36660.63215.020318.1.6.02-0004, transmitido em 02 de março de 2018 à Secretaria da Receita Federal do Brasil. A restituição do crédito ocorreu em 20 de abril de 2020 no montante de R$ 14, sendo R$ 3 referente a atualização pela taxa Selic.

(b) Valor objeto de pedido de restituição nos termos do PER/DCOMP nº 09796.27901.151018.1.2.02-3390, transmitido em 15 de outubro de 2018 à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

(c) Valor objeto de pedido de restituição nos termos do PER/DCOMP nº 32611.93632.250719.1.2.02-7564, transmitido em 25 de julho de 2019 à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

(d) Valor objeto de pedido de restituição nos termos do PER/DCOMP nº 19424.60884.220121.1.2.02-5313, transmitido em 22 de janeiro de 2021 à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

8. Dividendos a receber

Refere-se ao reconhecimento do direito aos dividendos mínimos obrigatórios registrados na controlada em conjunto Hidrelétrica Cachoeirão S/A:

Composição	2020	2019
Resultado líquido do exercício	18.776	20.707
Constituição de reserva legal (a)	–	–
Base de cálculo dos dividendos	18.776	20.707
Dividendos propostos (25%)	4.694	5.177
Participação (51%)	**2.394**	**2.640**

Considerando que o limite de 20% do capital social da Companhia investida foi atingido, nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, não foi constituída reserva legal em 2020 e 2019.

A movimentação dos dividendos recebidos da Hidrelétrica Cachoeirão S.A. no período estão demostrados a seguir:

Movimentação	Dividendos propostos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**2.560**	**2.560**
(+) Crédito de dividendos complementares	3.558	6.118
(-) Recebimento de dividendos	(6.118)	–
(+) Crédito de dividendos propostos	2.640	2.640
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**2.640**	**2.640**
(+) Crédito de dividendos complementares	10.110	12.750
(-) Recebimento de dividendos	(12.750)	–
(+) Crédito de dividendos propostos	2.394	2.394
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**2.394**	**2.394**

9. Investimentos

O montante registrado na rubrica investimentos refere-se aos valores integralizados na Hidrelétrica Cachoeirão S/A, conforme demonstrado a seguir:

Composição	2020	2019
Patrimônio líquido	103.908	109.649
Resultado líquido do exercício	18.776	20.707
Participação (51%)	52.993	55.921
Equivalência Patrimonial	**9.576**	**10.560**

A Hidrelétrica Cachoeirão S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída na modalidade de SPE – Sociedade de Propósito Específico, formada pelas empresas Santa Maria Energética S.A. e pela Cemig Geração e Transmissão S/A.

Fundada em 18 de janeiro de 2007, a Hidrelétrica Cachoeirão S.A. atua no ramo de geração de energia elétrica, tendo sido autorizada a implantar e explorar o empreendimento denominado PCH Cachoeirão, na condição de produtor independente de energia elétrica, por meio da Resolução Autorizativa nº 908, expedida em 8 de maio de 2007 pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, pelo prazo de 30 (trinta) anos.

Continua>>>

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Data: Quarta-feira, 14 de Abril de 2021 às 22:28:00 Código de Autenticação: a6b29

>>>Continuação

SANTA MARIA ENERGÉTICA S.A.

NIRE: 32300026303 - CNPJ: 04.243.003/0001-07

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A PCH Cachoeirão possui capacidade instalada de 27 MW, contando com três unidades geradoras, tendo recebido as seguintes autorizações para operação comercial:

• Unidade 01, Despacho ANEEL nº 4.830, de 30 de dezembro de 2008;
• Unidade 02, Despacho ANEEL nº 559, de 11 de fevereiro de 2009; e
• Unidade 03, Despacho ANEEL nº 714, de 27 de fevereiro de 2009.

10. Imobilizado

Composição	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido em 2020	Valor líquido em 2019
Imobilizado em Serviço				
Terrenos	1	–	1	1
Máquinas e Equipamentos	3	(2)	1	2
Subtotal	4	(2)	2	3
Imobilizado em curso				
Terrenos	195	–	195	195
Desenvolvimento de Projetos (a)	2.767	–	2.767	2.633
Subtotal	2.962	–	2.962	2.828
Total do Imobilizado	**2.966**	**(2)**	**2.964**	**2.831**

(a) Refere-se, essencialmente, a estudos e projetos decorrentes da cessão de direitos dos projetos básicos desenvolvidos pela Empresa Luz e Força Santa Maria S/A, identificados como PCH Cachoeira do Inferno e PCH Vila Verde (não integralizados na forma de investimentos).

Os saldos do imobilizado apresentaram a seguinte movimentação:

Composição	Valor líquido em 2019	Adições	Depreciação	Valor líquido em 2020
Imobilizado em serviço				
Terrenos	1	–	–	1
Máquinas e Equipamentos	2	–	(1)	1
Subtotal	3	–	(1)	2
Imobilizado em curso				
Terrenos	195	–	–	195
Desenvolvimento de Projetos	2.633	134	–	2.767
Subtotal	2.828	134	–	2.962
Total do imobilizado	**2.831**	**134**	**(1)**	**2.964**

11. Obrigações sociais e trabalhistas

	Circulante	
Composição	**2020**	**2019**
Folha de pagamento líquida	7	4
Provisão para férias (incluindo encargos sociais)	19	20
Previdência privada	1	–
Total	**27**	**24**

12. Tributos

	Circulante	
Composição	**2020**	**2019**
Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL	–	1
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS	–	1
Instituto nacional de seguridade social – INSS	5	3
Fundo de garantia por tempo de serviço – FGTS	2	1
Total	**7**	**6**

13. Dividendos propostos

Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme a Lei das Sociedades por Ações, observando as disposições do Estatuto Social da Companhia. Com base no resultado do exercício, foram propostos os seguintes dividendos:

	Circulante	
Composição	**2020**	**2019**
Lucro líquido do exercício	9.377	10.490
Constituição de reserva legal (a)	–	–
Base de cálculo dos dividendos	**9.377**	**10.490**
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	**2.344**	**2.622**

(a) Considerando que o limite de 20% do capital social da Companhia foi atingido, nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, não foi constituída reserva legal em 2020 e 2019.

14. Patrimônio líquido

14.1 Capital Social

O capital social da Companhia está representado por ações nominativas, sem valor nominal, assim distribuídas:

	2020		2019	
Espécie/Classe	**Quantidade**	**R$ mil**	**Quantidade**	**R$ mil**
Ordinárias	19.653.159	19.653	19.653.159	19.653
Valor patrimonial por ação (R$)		3,27		3,20

14.2 Reservas de lucro

Do lucro líquido do exercício, a Administração da Companhia destinou o montante de R$ 7.033 (R$ 8.206 em 2019) para constituição de reserva de retenção de lucros, para a execução de planos de investimentos, no pressuposto de aprovação em Assembleia Geral.

15. Resultado financeiro

Composição	2020	2019
Receitas financeiras	**114**	**297**
Rendimentos de aplicações financeiras	112	207
Variações monetárias	2	90
(-) Impostos incidentes sobre as receitas financeiras	**(5)**	**(14)**
PIS	(1)	(2)
COFINS	(4)	(12)
Despesas financeiras	**–**	**(12)**
Multas e Acréscimos Moratórios	–	(12)
Resultado financeiro	**109**	**271**

16. Imposto de renda e contribuição social

A composição do imposto de renda e contribuição social, apurados com base no lucro real, é apresentada como segue:

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
Composição	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Lucro antes do IRPJ e CSLL	9.377	10.528	9.377	10.528
(+) Adições	315	193	315	193
(-) Exclusões	(9.705)	(10.560)	(9.705)	(10.560)
Base de cálculo do IRPJ e CSLL	**(13)**	**161**	**(13)**	**161**
Alíquotas do IRPJ e CSLL	25%	25%	9%	9%
Despesa de IRPJ e CSLL	**–**	**(24)**	**–**	**(14)**
Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL	**0,00%**	**0,23%**	**0,00%**	**0,13%**

17. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas definidas pela Administração da Companhia, que não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou qualquer outro ativo de risco.

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros, dentre os quais se destacam os riscos de mercado, de crédito e de liquidez.

(a) Gestão de risco de mercado

• Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores que impactem os rendimentos das aplicações financeiras.

Dessa forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(b) Gestão de risco de crédito

O risco de crédito se refere à possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes. Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, a Companhia procura mitigar o risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito.

(c) Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade de a Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos e desconcentração de vencimentos.

O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R$ 8.109 (R$ 3.907 em 2019).

18. Estimativa de valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento. O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Para a mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado e de custo amortizado, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis.

Continua>>>

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Data: Quarta-feira, 14 de Abril de 2021 às 22:28:00 Código de Autenticação: a6b29bc

>>>Continuação

SANTA MARIA ENERGÉTICA S.A.

NIRE: 32300026303 - CNPJ: 04.243.003/0001-07

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:
(i) Nível 1: preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos idênticos aos da Companhia.
(ii) Nível 2: preços cotados com ou sem ajustes para ativos ou passivos similares com informações direta ou indiretamente em mercados ativos, exceto preços cotados incluídos no nível anterior.
(iii) Nível 3: ativos ou passivos com preços não observáveis no mercado.
O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros e outros ativos e passivos da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	Nível	Valor contábil 2020	Valor contábil 2019	Valor justo 2020	Valor justo 2019
Ativos financeiros (Circulante / Não circulante)		**8.185**	**3.920**	**8.185**	**3.920**
Custo Amortizado					
Caixa e depósitos bancários à vista	2	76	13	76	13
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras de curto prazo	2	8.109	3.907	8.109	3.907
Passivos financeiros (Circulante / Não circulante)		**1**	**2**	**1**	**2**
Custo amortizado					
Fornecedores	2	1	2	1	2

DIRETORIA

Arthur Arpini Coutinho - Diretor-Presidente | **Angelo Arpini Coutinho -** Diretor | **Angelo André Bosi -** Diretor

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Carlos Alberto Lima
Contador - CRC: ES/009263/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e administradores
SANTA MARIA ENERGÉTICA S.A.
Colatina, ES.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santa Maria Energética S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santa Maria Energética S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 1, que indica que a Companhia se encontra em fase pré-operacional, aguardando determinadas formalizações por parte do órgão regulador para início das operações. As referidas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade operacional, portanto, não incluem nenhum ajuste referente à inviabilidade do projeto em curso ou caso não sejam obtidas as licenças ambientais necessárias à operação. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Vitória, ES, 12 de março de 2021.
Wesley Cristian Marques
Contador CRC1ES009545/O-0
Wladimir Firme Zanotti
Contador CRC1ES007326/O-5
BAKER TILLY BRASIL-ES
Auditores Independentes
CRC2ES000289/O-5

Protocolo 661787

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Data: Quarta-feira, 14 de Abril de 2021 às 22:28:00 Código de Autenticação: a6b29

CAMPO PARTICIPAÇÕES IMOBILIÁRIAS S/A

CNPJ nº 09.537.073/0001-91 - NIRE nº 32300030149

Balanço Patrimonial em 31/12/2020 e 31/12/2019

	Notas	EM REAIS 31/12/2020	EM REAIS 31/12/2019
Ativo		**1.014.333.150,97**	**849.935.628,64**
Circulante		**160.286.848,90**	**71.302.545,62**
Caixa e equivalente de caixa	4	1.173.617,74	181.914,61
Adiantamento a Fornecedores	5	29.491.935,60	100.029,90
Dividendos a Receber	6	71.497.731,25	9.977.036,80
Impostos a Recuperar	7	20.278,33	20.278,33
Estoques de Imóveis para Venda	8	58.103.285,98	61.023.285,98
Não Circulante		**854.046.302,07**	**778.633.083,02**
Controladas e Coligadas	9	760.697,73	893.122,73
Investimentos	10	654.388.023,88	584.918.778,11
Imobilizado	11	198.717.580,46	192.641.182,18
Intangíveis	12	180.000,00	180.000,00
Passivo e Patrimônio Líquido		**1.014.333.150,97**	**849.935.628,64**
Circulante		**65.292.523,76**	**26.347.284,87**
Fornecedores	13	90.926,52	91.347,22
Adiantamentos de Clientes	14	25.182,00	295.000,00
Obrigações Sociais	15	108.945,89	51.914,80
Obrigações Fiscais	16	316.066,47	201.834,63
Obrigações Diversas		3.434,70	3.434,70
Dividendos propostos	17	64.747.968,18	25.703.753,52
Não Circulante		**4.456.800,00**	**4.356.995,23**
Controlas e Coligadas	18	4.456.800,00	4.356.995,23
Patrimônio Líquido		**944.583.827,21**	**819.231.348,54**
Capital social	19.1	346.203.852,00	346.203.852,00
Reservas de lucros	19.2	548.401.542,97	423.049.064,30
Ajustes de avaliação patrimonial	19.3	49.978.432,24	49.978.432,24

Demonstração do Resultado em 31/12/2020 e 31/12/2019

	Notas	EM REAIS 31/12/2020	EM REAIS 31/12/2019
Receita Líquida	20	**7.324.331,20**	**5.141.507,02**
(-) Custo dos Serviços Prestados		-	-
(=) Lucro Bruto		**7.324.331,20**	**5.141.507,02**
(-) Despesas Administrativas		(5.336.544,91)	(3.185.000,76)
(-) Despesas Tributárias		(935.262.90)	(404.338,40)
(+) Outras Receitas		164.218.810,70	66.205.819,28
(-) Outras Despesas		(9.671,26)	(2.905.028,89)
(+) Outras receitas, Outras Despesas e Resultado		3.641,24	(17.638,63)
De Operações Descontinuadas			
(=) Resultado Operacional Líquido		**165.265.304,07**	**64.835.319,62**
(-) Participação nos Lucros		(32.378,97)	-
(=) Resultado das Operações Antes do IRPJ e CSLL		**165.232.925,10**	**64.835.319,62**
(-) Contribuição Social	21	(225.743,78)	(159.841,89)
(-) Imposto de Renda	21	(610.487,99)	(420.005,26)
(=) Lucro Líquido do Exercício		**164.396.693,33**	**64.255.472,47**
Lucro por ação	22	**0,47**	**0,19**

Demonstração do Fluxo de Caixa de 31/12/2020 e 31/12/2019

	EM REAIS 31/12/2020	EM REAIS 31/12/2019
1 - Fluxo de caixa das atividades operacionais	**69.283.298,62**	**66.326.590,19**
Resultado líquido do exercício	164.396.693,33	64.255.472,47
Depreciação	877.732,53	7.062.061,85
Equivalência Patrimonial	(69.420.245,77)	2.904.109,37
Variação nos Ativos	(26.471.905,70)	(2.977.456,34)
Adiantamento a Fornecedores	(29.391.905,70)	(57.456,34)
Impostos a Recuperar	-	-
Estoques de Imoveis para Venda	-	(2.920.000,00)
Variação nos Passivos	**(98.975,77)**	**(4.917.597,16)**
Fornecedores	(420,70)	(5.327.927,74)
Adiantamentos de Clientes	(269.818,00)	295.000,00
Obrigações sociais	57.031,09	24.306,12
Obrigações fiscais	114.231,84	96.598,12
Obrigações Diversas	-	(5.573,66)
2 - Fluxo de caixa das atividades de investimento	**(76.423.376,58)**	**(49.895.836,47)**
Investimento	(69.469.245,77)	-
Aquisição de Imobilizado	(6.954.130,81)	(49.895.836,47)
3 - Fluxo de caixa das atividades de financiamento	**8.131.781,09**	**(16.417.400,63)**
Controlas e Coligadas	232.229,77	58.433,91
Dividendos a Receber	(61.520.694,45)	(4.579.029,30)
Dividendos Proposto	39.044.214,66	9.554.864,06
Patrimônio Líquido	30.376.031,11	(21.451.669,30)
Variação Líquida em caixa e equivalente de caixa	**991.703,13**	**13.353,09**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	181.914,61	168.561,52
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	1.173.617,74	181.914,61

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31/12/2020 e 31/12/2019

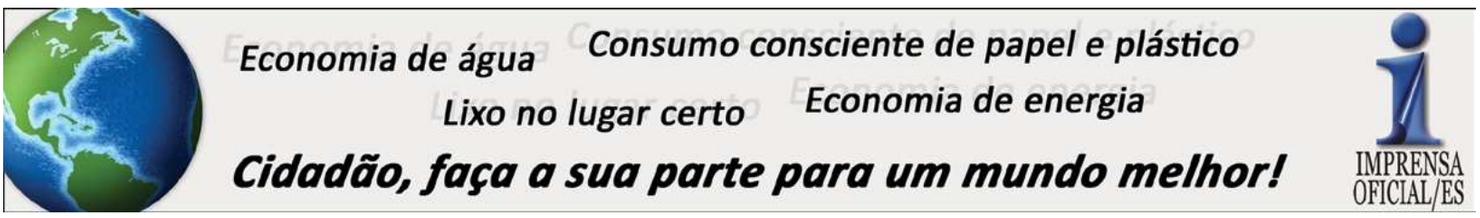
Descrição	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados e/ou Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31/12/2018	**346.203.852,00**	**374.054.266,54**	**49.978.432,24**	**-**	**770.236.550,78**
Aumento de capital					-
Dividendos não distribuídos					-
Lucro Líquido do Exercício				64.255.472,47	64.255.472,47
Reserva Legal		3.212.773,62		(3.212.773,62)	-
Dividendos Propostos				(15.260.674,71)	(15.260.674,71)
Lucro a Disp da Assembleia		45.782.024,14		(45.782.024,14)	-
Saldo em 31/12/2019	**346.203.852,00**	**423.049.064,30**	**49.978.432,24**	**-**	**819.231.348,54**
Aumento de capital					-
Dividendos não distribuídos					-
Lucro Líquido do Exercício				164.396.693,33	
Reserva Legal		8.219.834,67		(8.219.834,67)	8.219.834,67
Dividendos Propostos				(39.044.214,66)	(38.674.950,33)
Lucro a Disp da Assembleia		117.132.644,00		(117.132.644,00)	-
Saldo em 31/12/2020	**346.203.852,00**	**547.216.010,10**	**49.978.432,24**	**-**	**944.583.827,21**

Serra - ES, 31 de dezembro de 2020.

Ronaldo Roque Campo
Diretor Presidente
Danielly Colodeti Campo
Diretora Administrativa

Giselly Colodeti Campo
Diretora Financeira
Felipe Ferreira Lemos
Contador CRC-ES 018244/O-6

Protocolo 661802



RDG AÇOS DO BRASIL S/A

CNPJ nº 27.487.693/0001-45 - NIRE nº 32300030211

Balanço Patrimonial de 31/12/2020 e 31/12/2019

	Notas	EM REAIS 31/12/2020	EM REAIS 31/12/2019
ATIVO		**740.389.426,30**	**642.838.272,63**
CIRCULANTE		**179.379.043,59**	**141.166.254,02**
Disponibilidades	**4**	**43.992.715,38**	**15.133.676,68**
Créditos		**60.142.241,21**	**63.892.729,02**
Adiantamento a Fornecedores	**5**	1.605.968,63	20.696.994,30
Adiantamento a Empregados	**6**	128.507,45	110.076,83
Duplicatas a Receber	**7**	28.755.679,64	28.108.147,76
Impostos a Recuperar	**8**	9.806.138,38	13.288.883,25
Dividendos a Receber	**9**	19.802.596,74	1.665.401,68
Outros Créditos	**10**	43.350,37	23.225,20
Estoques	**11**	**75.225.170,16**	**62.077.121,98**
Despesas do Exercício Seguinte	**12**	**18.916,84**	**62.726,34**
NÃO-CIRCULANTE		**561.010.382,71**	**501.672.018,61**
Realizável a Longo Prazo		**38.711.577,28**	**34.524.803,41**
Controlas e Coligadas	**13**	99,30	677,00
Impostos a Recuperar	**8**	2.161,10	
Depósitos Judiciais	**14**	38.709.316,88	34.524.126,41
Investimentos	**15**	**520.918.627,75**	**465.698.379,73**
Imobilizado	**16**	**1.346.642,06**	**1.642.074,48**
Intangível	**17**	**33.535,62**	**(193.239,01)**
PASSIVO		**740.389.426,30**	**642.838.272,63**
CIRCULANTE		**122.813.246,32**	**98.434.024,17**
Obrigações		**122.813.246,32**	**98.434.024,17**
Obrigações Sociais	**19**	2.615.557,73	2.381.099,43
Fornecedores	**18**	40.555.814,77	25.166.468,05
Adiantamentos de Clientes	**20**	2.477.853,74	40.325.293,89
Obrigações Fiscais	**21**	4.163.368,65	1.369.551,45
Dividendos a Pagar	**22**	71.481.403,04	27.698.758,45
Outras Obrigações	**23**	1.519.248,39	1.492.852,90
NÃO-CIRCULANTE		**18.898.575,74**	**14.692.412,19**
Obrigações a Longo Prazo		**18.898.575,74**	**14.692.412,19**
Depósitos Judiciais	**24**	18.897.040,26	14.692.412,19
Controladas e Coligadas	**25**	1.535,48	-
PATRIMONIO LÍQUIDO		**598.677.604,24**	**529.711.836,27**
CAPITAL SOCIAL	**26.1**	**218.545.229,26**	**218.545.229,26**
RESERVAS		**373.850.527,10**	**304.884.759,13**
Reservas de Lucros	**26.2**	**373.850.527,10**	**304.884.759,13**
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	**26.3**	**6.281.847,88**	**6.281.847,88**

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

Demonstração do Resultado de 31/12/2020 e 31/12/2019

	Notas	EM REAIS 31/12/2020	EM REAIS 31/12/2019
RECEITA LÍQUIDA	**27**	**477.034.897,09**	**418.086.158,43**
Custo dos Bens e Serviços Vendidos	**28**	(373.461.800,09)	(373.591.752,07)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		**103.573.097,00**	**44.494.406,36**
Outras Receitas Operacionais	**29**	109.822.095,48	47.257.999,65
Despesas Operacionais	**30**	(44.918.747,29)	(40.515.324,67)
Outras Despesas Operacionais	**31**	(860.186,51)	(793.050,23)
Resultado de Operações Descontinuadas	**32**	2.921,16	(344,78)
Participações nos Lucros	**33**	(590.130,41)	(437.267,17)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO ANTES DO IRPJ E DA CSLL		**167.029.049,43**	**50.006.419,16**
Provisão para CSLL e IRPJ	**34**	(20.582.833,97)	(1.491.963,39)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		**146.446.215,46**	**48.514.455,77**
Lucro ou Prejuízo por Ação	**35**	**76,26**	**0,22**

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

Demonstração do Fluxo de Caixa de 31/12/2020 e 31/12/2019

	EM REAIS 31/12/2020	EM REAIS 31/12/2019
1 - Fluxo de caixa das atividades operacionais	**81.158.804,17**	**48.105.975,90**
Resultado do Exercício	146.446.215,46	48.514.455,77
(-) Depreciação	320.023,07	700.777,63
Equivalência Patrimonial	(55.004.732,61)	(30.956.490,71)
Provisão de Credores Duvidosos	(908.228,60)	
Variação no Ativo	**5.504.321,22**	**1.643.994,43**
Adiantamento a Fornecedores	19.091.025,67	(14.393.887,18)
Adiantamento a Empregados	(18.430,62)	44.228,98
Duplicatas a Receber	260.696,72	(1.744.912,08)
Impostos a Recuperar	3.480.583,77	7.328.026,38
Outros Créditos	(20.125,17)	(8.363,16)
Estoque	(13.148.048,18)	13.529.300,23
Prêmios de Seguros a Apropriar	43.809,50	(41.913,01)
Depósitos Judiciais	(4.185.190,47)	(3.068.485,73)
Variação no Passivo	**(15.198.794,37)**	**28.203.238,78**
Obrigações Sociais	234.458,30	(47.871,30)
Fornecedores	15.389.346,72	(8.155.718,49)
Adiantamentos de Clientes	(37.847.440,15)	32.408.744,08
Obrigações Fiscais	2.793.817,20	821.219,30
Outras Obrigações	26.395,49	8.811,82
Depósitos Judiciais	4.204.628,07	3.168.053,37
2 - Fluxo de caixa das atividades de investimento	**(55.471.613,30)**	**(35.163.366,68)**
Investimentos	(55.220.248,02)	(34.894.511,17)
Imobilizado	(237.865,28)	(236.365,81)
Intangível	(13.500,00)	(32.489,70)
3 - Fluxo de caixa das atividades de financiamento	**3.171.847,83**	**(29.636.237,34)**
Controlas e Coligadas	2.113,18	(702.051,68)
Dividendos a Receber	(18.137.195,06)	(1.665.401,68)
Dividendos a Pagar	43.782.644,59	(9.102.148,42)
Patrimônio Líquido	(22.475.714,88)	(18.166.635,56)
Variação Líquida em caixa e equivalente de caixa	**28.859.038,70**	**(16.693.628,12)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	15.133.676,68	31.827.304,80
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	43.992.715,38	15.133.676,68

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 31/12/2020 e 31/12/2019

Descrição	Capital Social	Reservas	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Outras Contas do Patrimônio Líquido	Total
Saldo em 31/12/2018	**218.545.229,26**	**305.493.429,63**	**6.281.847,88**	**-**	**530.320.506,77**
Reserva Legal	-	2.425.722,79	-	(2.425.722,79)	-
Dividendos Propostos	-	-	-	(17.721.721,64)	(17.721.721,64)
Resultado do Exercício	-	-	-	48.514.455,77	48.514.455,77
Saldo em 31/12/2019	**218.545.229,26**	**304.884.759,13**	**6.281.847,88**	**0,00**	**529.711.836,27**
Reserva Legal	-	7.322.310,77	-	(7.322.310,77)	-
Reserva Incentivo Fiscal	-	20.280.542,31	-	(20.280.542,31)	-
Dividendos Propostos	-	-	-	(59.421.681,19)	(59.421.681,19)
Resultado do Exercício	**-**	**-**	**-**	146.446.215,46	146.446.215,46
Ajuste de Exercicios Anteriores	**-**	**-**	**-**	(337.044,67)	(337.044,67)
Lucro a Disposição da Assembleia	**-**	**41.362.914,89**	**-**	(59.084.636,52)	(17.721.721,63)
Saldo em 31/12/2020	**218.545.229,26**	**373.850.527,10**	**6.281.847,88**	**(0,00)**	**598.677.604,24**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Serra – ES, 31 de dezembro de 2020.

Ronaldo Roque Campo
Diretor Presidente

Danielly Colodeti Campo
Diretora Administrativa-Financeira

Felipe Ferreira Lemos
Contador CRC-ES 018244/O

Protocolo 661803

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Data: Quarta-feira, 14 de Abril de 2021 às 22:28:00 Código de Autenticação: a6b29

BRACOM IMOBILIÁRIA S.A.
CNPJ: 13.902.367/0001-42
NIRE: 32300033024

RELATÓRIO DA DIRETORIA Srs. Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Srs. Acionistas as demonstrações contábeis e notas explicativas relativas aos exercícios findos em 31/12/20 e 2019. A Diretoria coloca-se à disposição dos Prezados Acionistas para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31/12/2020 E 2019 (Em R$)

	2020	2019		2020	2019
ATIVO	**1.510.362**	**1.935.072**	**PASSIVO**	**1.510.362**	**1.935.072**
Circulante	**1.344.098**	**1.730.939**	**Circulante**	**1.950**	**257.795**
Caixa e equivalentes de caixa	143.349	146.539	Fornecedores de veículos e peças	-	5.655
Clientes	212.885	287.151	Obrigações trabalhistas	1.679	18.504
Créditos terceiros	782.495	1.053.239	Tributos a recolher	271	194.478
Estoques	204.201	244.010	Outras obrigações	-	39.158
Impostos a recuperar	1.168	-	**Patrimônio Líquido**	**1.508.412**	**1.677.277**
Não Circulante	**166.264**	**204.133**	Capital social	1.500.000	1.500.000
Realizável a Longo prazo			Reserva legal	8.412	152.073
Depósitos judiciais	**9.513**	**9.513**	Lucros a disposição da Assembleia	-	481
Imobilizado	156.751	194.620	Lucros acumulados	-	24.723

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31/12/2020 e 2019 (Em R$)

Descrição	Capital Social	Reserva Legal	Reservas Estatutária	Lucros a Disposição da Assembleia	Result. Líq. do Exercício	Lucros Acumul. Exerc. Anteriores	Total
Saldo em 31.03.2018	**1.500.000**	**86.258**	**-**	**-**	**-**	**24.723**	**1.610.981**
Resultado do exercício	-	-	-	-	1.316.296	-	1.316.296
Reserva legal	-	65.815	-	-	(65.815)	-	-
Lucros a disposição da assembleia	-	-	-	481	(481)	-	-
Distribuição aos acionistas	-	-	-	-	(1.250.000)	-	(1.250.000)
Saldo em 31.12.2019	**1.500.000**	**152.073**	**-**	**481**	**-**	**24.723**	**1.677.277**
Reversão de reserva estatutária	-	-	481	(481)		-	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	(168.865)	-	(168.865)
Reversão reserva estatutária	-	-	(481)	-	481	--	-
Reversão de reserva legal	-	(143.661)	-	-	143.661		-
Lucros acumulados	-	-	-	-	24.723	(24.723)	-
Saldo em 31.12.2020	**1.500.000**	**8.412**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.508.412**

Demonstração de Resultado em 31/12/20 e 2019 (Em R$)

	2020	2019
Receita operacional líquida	**24.659**	**4.022.133**
Custos das vendas e serviços prestados	(39.808)	(2.797.948)
Lucro bruto	**(15.149)**	**1.224.185**
Despesas com vendas	(23.790)	(631.557)
Despesas administrativas	(187.484)	(519.851)
Depreciações e amortizações	(7.951)	(28.620)
Despesas vendas de imobilizados	(29.918)	(98.943)
Receitas vendas de imobilizados	34.000	334.000
Outras receitas operacionais, líquidas	14.579	1.489.360
Lucro operacional antes dos result. financeiros	**(215.713)**	**1.768.574**
Receitas financeiras	53.458	39.659
Despesas financeiras	(6.610)	(46.578)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	**46.848**	**(6.919)**
Lucro antes do IR e da C.S.	**(168.865)**	**1.761.655**
(-) C.S.	-	(126.474)
(-) IR	-	(318.885)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**(168.865)**	**1.316.296**
Atribuível a: Acionista controlador	(90.026)	701.748
Participação dos não controladores	(78.839)	614.548
	(168.865)	**1.316.296**

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31/12/20 e 2019 (Em R$)

	2020	2019
1. Das atividades operacionais	**(37.190)**	**877.419**
A - Provenientes das operações:		
Lucro líquido acumulado do exercício	(168.865)	1.316.296
Depreciação/amortização	7.951	28.620
Result.(positivo)negativo vendas invest/imob/intang.	(4.082)	(235.057)
(=) lucro líquido ajustado	**(164.996)**	**1.109.859**
B - Acrésc./decrésc. nos ativos e passivos:	**127.806**	**(232.440)**
Pelo (aum.) dim. do contas a receber	74.266	248.085
Pelo (aum.) dim. de outros créditos	269.576	(306.166)
Pelo (aum.) dim. da conta de estoques	39.809	1.080.594
Pelo (aum.) dim. da conta de despesas antecipadas	-	1.032
Pelo (aum.) dim. dos depósitos judiciais	-	(7.010)
Pelo aum. (dim.) da conta de fornecedores	(5.655)	(108.034)
Pelo aum. (dim.) do contas a pagar	(250.190)	117.998
Pelo aum. (dim.) da conta de financ. fábrica	-	(1.258.939)
2 - Das atividades de investimentos	**34.000**	**294.977**
Pela aquisição de imobilizado	-	(39.023)
Pelo recebto. na venda de invest./imob./intang.	34.000	334.000
3 - Das atividades de financiamentos		**- (1.250.000)**
Pagamento de lucros aos sócios	-	(1.250.000)
4 - Aum./red. líq. de caixa e equiv. caixa	**(3.190)**	**(77.604)**
5 - Demonstração do aum./redução de caixa e equivalentes de caixa		
I. Caixa e equiv. de caixa: Início do período	146.539	224.143
II. Caixa e equiv. de caixa: Final do período	143.349	146.539
Aum./red. de caixa e equiv. de caixa	**(3.190)**	**(77.604)**

Notas explicativas às DF's em 31/12/20 e 2019 (Em R$): 1. Contexto Operacional: A **Bracom Imobiliária S/A**., ("**BRACOM" ou" Cia.".),** anteriormente denominada **Bracom Caminhões S/A,** inscrita no CNPJ 13.902.367/0001-42 com sede na cidade de Cachoeiro do Itapemirim – ES, é controlada pela **J. L. Braz Participações S/A. 2. Apresentação das DF's:** A emissão dessas DF's foi autorizada pela Diretoria em 26/02/21. **2.1.** Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e a legislação em vigor. **2.2.** Base de mensuração: As DF's foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. **2.3.** Moeda funcional e moeda de apresentação: As DF's são apresentadas em Real, moeda funcional da Cia. **2.4.** Uso de estimativas e julgamentos: Em conformidade com as normas contábeis vigentes, a administração da Cia. é requerida a fazer julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores apresentados em ativos, passivos, receitas e despesas. **3. Principais Políticas Contábeis:** As políticas contábeis, abaixo detalhadas, estão sendo aplicadas de maneira linear em todos os exercícios apresentados nessas DF's. **a)** Apuração do resultado: Foi adotado o regime de competência dos exercícios para elaboração das DF's e apuração dos resultados. **a.1)** Reconhecimento da receita: As receitas auferidas representam os ingressos brutos recebidos ou a receber pela venda das mercadorias e serviços, das intermediações e mediações de negócios e se dão da seguinte forma: **b)** Caixa e equivalentes de caixa: São inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo posteriormente avaliados pelo custo amortizado com base na taxa de juros efetiva da operação. Os riscos de mercado envolvendo essas aplicações são insignificantes. **c)** Estoques: Os estoques de peças, acessórios, combustíveis e lubrificantes são avaliados pelo custo médio de aquisição, não excedendo o valor de mercado. Os de veículos são avaliados ao custo histórico de aquisição, identificado por unidade, acrescidos dos impostos não recuperáveis. **d)** Imobilizado: O ativo imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável (*impairment*), se houver. A depreciação de bens do imobilizado é calculada pelo método linear que leva em consideração a vida útil-econômica dos bens. O valor residual e a vida útil econômica estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento de cada exercício. **e)** Demais passivos circulantes: Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes são registrados a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. **f)** Receitas financeiras e despesas financeiras: São reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva. **Eloy José Mendonça Braz -** Diretor - CPF/MF 862.412.816-15; **José Braz Neto -** Diretor - CPF/MF 032.043.266-16; **Diego Cassani Leal -** Contador - CRC/ES nº: 018643/O - CPF/MF 058.498.527-43.

"As demonstrações contábeis foram auditadas pela Baker Tilly Brasil/MG–auditores independentes CRC/MG 005455/O-1"

Protocolo 661814

COMERCIAL DE VEICULOS CAPIXABA S.A.

CNPJ: 30.570.022/0001-58

NIRE: 32300033041

RELATÓRIO DA DIRETORIA: Srs. Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Srs. Acionistas as demonstrações contábeis e notas explicativas relativas aos exercícios findos em 31/12/20 e 2019. A Diretoria coloca-se à disposição dos Prezados Acionistas para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Balanço Patrimonial em 31/12/20 e 2019 (Em R$)

	2020	2019
ATIVO	**92.079.366**	**105.711.778**
Circulante	37.959.506	50.166.052
Caixa e equivalentes de caixa	1.995.301	2.522.862
Aplicações em fundos de montadora	13.959.582	15.123.570
Clientes	3.766.457	6.455.520
Créditos fábrica e terceiros	3.918.342	3.039.802
Estoques	13.887.803	22.963.674
Impostos a recuperar	424.066	17.680
Despesas antecipadas	7.955	42.944
Não Circulante	54.119.860	55.545.726
Realizável a LP	792.169	580.584
Depósitos judiciais	684.206	485.977
Outros valores	107.963	94.607
Investimentos	12.600	12.600
Imobilizado	52.293.613	53.598.472
Ativo de Direito de Uso	1.021.478	1.354.070
PASSIVO	**92.079.366**	**105.711.778**
Circulante	22.852.105	40.354.736
Fornecedores de veículos e peças	10.783.882	24.549.166
Fornecedores de consumo	1.300.861	2.699.290
Empréstimos e financiamentos	2.771.204	5.659.525
Arrendamentos a pagar	445.354	414.501
Obrigações trabalhistas	2.296.711	2.188.215
Tributos a recolher	858.325	684.886
Adiantamentos de clientes	3.713.876	3.551.707
Dividendos a pagar	336.610	140.000
Outras obrigações	345.282	467.446
Não Circulante	12.812.843	14.556.862
Empréstimos e financiamentos	17.216	1.704.389
Arrendamentos a pagar	696.457	1.012.250
Outras obrigações	12.099.170	11.840.223
Patrimônio Líquido	56.414.418	50.800.180
Capital social	14.096.000	14.096.000
Reservas de capital	3.063	3.063
Ajustes de avaliações patrimoniais	13.247.288	21.300.624
Reserva estatutária	1.816.824	-
Reserva legal	1.059.181	711.811
Lucro a disposição da assembleia	5.243.421	1.816.824
Lucros acumulados	20.948.641	12.871.858

Demonstração do Resultado Abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro (Em R$)

	2020	2019
Lucro Líquido do Exercício	6.947.401	3.375.604
Result. Abrang.: Var. do valor líq.do invest.	-	315.825
Total do Resultado Abrangente do Exercício	**6.947.401**	**3.691.429**

Demonstração dos Fluxo de Caixa em 31/12/20 e 2019 (Em R$)

	2020	2019
1. Das atividades operacionais	**4.986.007**	**5.998.250**
A - provenientes das operações:	**8.435.440**	**4.884.747**
Lucro líquido acumulado do exercício	6.947.401	3.375.604
Depreciação/amortização	1.559.297	1.518.177
Amortização de direito de uso	405.106	420.338
Resultado positivo vendas invest/imob/intang	(476.364)	(429.372)
B-Acrésc./decrésc. nos ativos e passivos:	**(3.449.433)**	**1.113.503**
Pelo (aum.) dim. do contas a receber	2.689.063	(1.585.318)
Pelo (aum.) dim. da conta de aplicações em fundos de montadora	1.163.988	(789.168)
Pelo (aum.) dim. de outros créditos	(1.284.926)	(2.116.827)
Pelo (aum.) dim. da conta de estoques	9.075.871	9.201.193
Pelo (aum.) dim. da conta de desp. antecip.	34.989	6.483
Pelo (aum.) dim. do realizável a LP	(211.585)	183.202
Pelo aum. (dim.) da conta de fornecedores	(1.398.429)	719.555
Pelo aum. (dim.) da conta de financ.fábrica	(13.765.284)	(5.544.792)
Pelo aum. (dim.) do contas a pagar	280.279	556.043
P/aum.(dim.) outros valores/passivo não circ.	(33.399)	483.132
2 - Das atividades de investimentos	**221.926**	**(2.185.368)**
Pela aquisição de imobilizado	(1.366.674)	(3.688.758)
Pelo receb. na venda de invest/imobil/intang	1.588.600	1.503.390
3 - Das atividades de financiamentos	**(5.735.494)**	**(2.188.101)**
Aum. (redução) de empréstimo e financiamento - passivo circulante	(2.888.321)	3.224.518
Aum. (redução) de empréstimo e financiamento - passivo não circulante	(1.687.173)	(4.072.619)
Pagamento de lucros aos sócios	(1.160.000)	(1.340.000)
4 - Aum./Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(527.561)**	**1.624.781**
5 - Demonstração do aum./Redução de caixa e equivalentes de caixa		
I. Caixa e equiv. de caixa: Início do período	2.522.862	898.081
II. Caixa e equiv. de caixa: Final do período	1.995.301	2.522.862
Aum./Red. de caixa e equiv. de caixa	**(527.561)**	**1.624.781**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31/12/20 e 2019 (Em R$)

Descrição	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucro a disposição Assembleia	Resultado Líquido do Exercício	Lucros Acumul. Exerc. Anteriores	Total
Saldo em 31.12.2018	**14.096.000**	**3.063**	**543.031**	**-**	**21.059.050**	**-**	**-**	**12.774.160**	**48.475.304**
Realiz. ajustes de aval. patrimonial	-	-	-	-	(97.698)	-	-	97.698	-
Amortização imposto diferido	-	-	-	-	23.447	-	-	-	23.447
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	3.691.429	-	3.691.429
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	315.825	-	(315.825)	-	-
Reserva legal	-	-	168.780	-	-	-	(168.780)	-	-
Distribuições aos acionistas	-	-	-	-	-	-	(1.390.000)	-	(1.390.000)
Lucro a disposição da assembleia	-	-	-	-	-	1.816.824	(1.816.824)	-	-
Saldo em 31.12.2019	**14.096.000**	**3.063**	**711.811**	**-**	**21.300.624**	**1.816.824**	**-**	**12.871.858**	**50.800.180**
Realiz. ajustes de aval. patrimonial	-	-	-	-	(97.697)	-	-	97.697	-
Amortização imposto diferido	-	-	-	-	23.447	-	-	-	23.447
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	6.947.401	-	6.947.401
Reversão ajustes de aval. patrimonial	-	-	-	-	(7.979.086)	-	-	7.979.086	-
Reserva estatuária	-	-	-	1.816.824	-	(1.816.824)	-	-	-
Reserva legal	-	-	347.370	-	-	-	(347.370)	-	-
Distribuições aos acionistas	-	-	-	-	-	-	(1.356.610)	-	(1.356.610)
Lucro a disposição da assembleia	-	-	-	-	-	5.243.421	(5.243.421)	-	-
Saldo em 31.12.2020	**14.096.000**	**3.063**	**1.059.181**	**1.816.824**	**13.247.288**	**5.243.421**	**-**	**20.948.641**	**56.414.418**

Demonstração de Resultado em 31/12/20 e 2019 (Em R$)

	2020	2019
Receita Operacional Líquida	230.193.343	230.838.753
Custos das vendas e serviços prestados	(196.306.788)	(199.875.776)
Lucro Bruto	**33.886.555**	**30.962.977**
Despesas com vendas	(16.514.647)	(17.704.340)
Despesas administrativas	(5.695.986)	(6.988.474)
Depreciações e amortizações	(1.559.297)	(1.518.177)
Amortizações direitos de usos	(405.106)	(420.338)
Despesas vendas de imobilizados	(1.112.236)	(1.074.018)
Receitas vendas de imobilizados	1.588.600	1.503.390
Outras receitas operacionais, líquidas	630.807	1.992.310
Lucro operac. antes dos result.financeiros	10.818.690	6.753.330
Receitas financeiras	377.369	578.110
Despesas financeiras	(2.204.935)	(3.090.180)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(1.827.566)	(2.512.070)
Lucro antes do IR e da C.S.	**8.991.124**	**4.241.260**
(-) C.S.	(557.171)	(239.639)
(-) IR	(1.486.552)	(626.017)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**6.947.401**	**3.375.604**
Atribuível a: Acionista controlador	3.267.252	1.587.493
Participação dos não controladores	3.680.149	1.788.111
	6.947.401	**3.375.604**

Notas Explicativas às DF's em 31/12/20 e 2019 (Em R$): 1. Contexto Operacional: A **Comercial de Veículos Capixaba S/A**, inscrita no CNPJ 30.570.022/0001-58 com sede na cidade de Serra – ES é concessionária da Chevrolet do Brasil S/A**.** A Cia. é controlada pela **J. L. Braz Participações S/A.. 1.1** COVID-19 (Coronavirus): O surto do no novo coronavírus (COVID 19) foi considerado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) uma pandemia em 11/03/20 com impactos relevantes na economia e, consequentemente, nas regiões em que a Cia. opera. Os eventuais efeitos produzidos pelas ações governamentais para conter sua disseminação impactaram, principalmente, no segundo trimestre de 2020, os negócios da Cia. Sua Administração, atenta a esta situação tomou uma série de medidas, tais como: revisão do quadro funcional, renegociação com fornecedores, montadoras, bem como, avaliação e a adesão de medidas governamentais, aplicáveis ao seu negócio, para reforçar o nível de liquidez da Cia., principalmente em relação as áreas trabalhistas e tributárias. Nesse sentido, a Administração da Cia. esclarece que, diante das medidas adotadas pelas autoridades púbicas e os impactos na atividade econômica global decorrentes dessa pandemia, não ocasionaram efeitos relevantes em suas DF's e impactos que pudessem comprometer a continuidade dos seus negócios e/ou as estimativas contábeis mais significativas. A Cia. segue monitorando de forma diligente toda e qualquer informação a respeito do tema para que decisões tempestivas possam ser tomadas para minimizar seus reflexos. **2. Apresentação das DF's:** A emissão dessas DF's foi autorizada pela Diretoria em 17/02/21. **2.1.** Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e a legislação em vigor. **2.2.** Base de mensuração: As DF's foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. **2.3.** Moeda funcional e moeda de apresentação: As DF's são apresentadas em Real, moeda funcional da Cia. **2.4.** Uso de estimativas e julgamentos: Em conformidade com as normas contábeis vigentes, a administração da Cia. é requerida a fazer julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores apresentados em ativos, passivos, receitas e despesas. **3. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis, abaixo detalhadas, estão sendo aplicadas de maneira linear em todos os exercícios apresentados nessas DF's. **a)** Apuração do resultado: Foi adotado o regime de competência dos exercícios para elaboração das DF's e apuração dos resultados. **a.1)** Reconhecimento da receita: As receitas auferidas representam os ingressos brutos recebidos ou a receber pela venda das mercadorias e serviços, das intermediações e mediações de negócios e se dão da seguinte forma: **a.i.)** Venda de mercadorias e das prestações de serviços: Quando o valor das vendas e os custos são mensuráveis de forma confiável, seja provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a Cia. e, os riscos e benefícios foram integralmente transferidos ao

(...) Continuação (...) COMERCIAL DE VEICULOS CAPIXABA S.A. CNPJ: 30.570.022/0001-58 NIRE: 32300033041

comprador. **a.ii.)** Vendas de serviços financeiros: Os valores de vendas de serviços financeiros referem-se às receitas de bonificações, comissões de intermediações e mediações de negócios, reconhecidas pelo regime de competência, relativos aos incentivos financeiros promovidos pela fábrica, com a qual a Cia. possui concessão, bem como de instituições financeiras e demais empresas. **b)** Caixa e equivalentes de caixa: São inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo posteriormente avaliados pelo custo amortizado com base na taxa de juros efetiva da operação. Os riscos de mercado envolvendo essas aplicações são insignificantes. **c)** Aplicações em fundos de montadora: São recursos disponíveis utilizados para investimentos em direitos creditórios, sendo os recursos não utilizados para tal finalidade aplicados a critério do administrador/gestor do FIDC GM. Esse fundo é aplicável à concessionária da montadora General Motors.

Descrição	2020	2019
FIDC - Fundo de Investim. creditórios: **Total**	**13.959.582**	**15.123.570**

Os recursos em Fundos de Montadora, no ano de 2019, estavam demonstrados no grupo de investimentos, conforme abaixo:

31/12/19	Impacto das reclassificações		
Ativo	**Original**	**Ajustes**	**Reclassificação**
Circulante			
Aplicações financeiras em fundos de montadora	-	15.123.570	15.123.570
Não circul.: Investimentos	15.136.170	(15.123.570)	12.600

d) Estoques: Os estoques de peças, acessórios, combustíveis e lubrificantes são avaliados pelo custo médio de aquisição, não excedendo o valor de mercado. Os de veículos são avaliados ao custo histórico de aquisição, identificado por unidade, acrescidos dos impostos não recuperáveis. **e)** Investimentos: São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos, quando aplicável, da estimativa de perda por desvalorização. **f)** Imobilizado: O ativo imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável (*impairment*), se houver. A depreciação de bens do imobilizado é calculada pelo método linear que leva em consideração a vida útil-econômica dos bens. O valor residual e a vida útil econômica estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento de cada exercício. **g)** Demais passivos circulantes e não circulantes: São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. **h)** Fornecedores: Os saldos a pagar a fornecedores são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço patrimonial. Veículos fábrica/Peças fábrica e empréstimos estão atualizados pela variação monetária e juros incorridos até a data do encerramento do exercício. Os custos de transação incorridos registrados são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no resultado utilizando o método de taxa de juros efetiva. **i)** Arrendamento mercantil – CPC 06 (R2): A Empresa avalia no início de cada contrato a existência de operações que transmitam o direito de controlar o uso de um ativo em um intervalo temporal em troca de contraprestações, classificando-as como "arrendamento". A Empresa atua como "arrendatária" nos contratos vigentes, aplicando uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. Os contratos contabilizados envolvem duas principais contas: i) ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos bens pelo intervalo temporal apurado; ii) passivos de arrendamento que é utilizado para reconhecer a dívida e registrar os pagamentos dos arrendamentos. **j)** IR e C.S.: A Cia. é optante pelo Lucro Real como regime de tributação, calculando a apuração mensal por balanço de suspensão/redução em conformidade à legislação em vigor. **k)** Receitas financeiras e desp. financeiras: Reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva. **Roberto Guimaraes de Faria -** Diretor - CPF/MF 172.496.007-53; **João Adolfo Rodrigues Duvanel -** Diretor - CPF/MF 166.784.436-91; **Diego Cassani Leal -** Contador - CRC/ES nº: 018643/O - CPF/MF 058.498.527-43. "As demonstrações contábeis foram auditadas pela Baker Tilly Brasil/MG–auditores independentes CRC/MG 005455/O-1"

Protocolo 661815

RECREIO VITORIA VEICULOS S.A.

CNPJ : 01.973.495/0001-06
NIRE: 32300033059

RELATÓRIO DA DIRETORIA: Srs. Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Srs. Acionistas as demonstrações contábeis e notas explicativas relativas aos exercícios findos em 31/12/20 e 2019. A Diretoria coloca-se à disposição dos Prezados Acionistas para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Balanços Patrimoniais em 31/12/2020 e 2019 (Em R$)

	2020	2019
Ativo	**56.809.041**	**62.639.675**
Circulante	**17.233.588**	**22.002.064**
Caixa e equivalentes de caixa	1.648.593	753.444
Clientes	2.262.936	3.180.302
Créditos fábrica e terceiros	3.230.088	1.962.438
Estoques	9.784.827	15.524.172
Impostos a recuperar	300.773	59.723
Despesas antecipadas	6.371	521.985
Não Circulante	**39.575.453**	**40.637.611**
Realizável a LP: Depósitos judiciais	**548.033**	**485.305**
Investimentos	2.223.564	2.223.564
Imobilizado	36.803.856	37.928.742
PASSIVO	**56.809.041**	**62.639.675**
Circulante	**13.383.753**	**18.052.020**
Fornecedores de veículos e peças	6.607.349	10.788.962
Fornecedores de consumo	781.910	671.614
Empréstimos e financiamentos	2.036.690	2.345.861
Obrigações trabalhistas	1.471.694	1.380.923
Tributos a recolher	1.055.051	825.114
Adiantamentos de clientes	1.335.272	1.713.009
Dividendos a pagar	80.000	111.620
Outras obrigações	15.787	214.917
Não Circulante	**57.072**	**2.181.758**
Empréstimos e financiamentos	-	2.181.758
Outras obrigações	57.072	-
Patrimônio Líquido	**43.368.216**	**42.405.897**
Capital social	6.600.000	6.600.000
Reserva legal	809.056	714.280
Lucros a disposição da assembleia	867.543	-
Lucros acumulados	35.091.617	35.091.617

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31/12/20 e 2019 (Em R$)

	2020	2019
1. Das Atividades Operacionais	**3.494.794**	**(3.597.464)**
A - provenientes das operações:		
Lucro líquido acumulado do exercício	1.895.519	1.835.961
Depreciação/amortização	836.583	3.305.885
Result. positivo vendas invest/imob/intang.	(567.801)	(5.306.841)
(=) Lucro líquido ajustado	**2.164.301**	**(164.995)**
B - Acrésc./decrésc. ativos e passivos:	**1.330.493**	**(3.432.469)**
Pelo (aum.) dim. do contas a receber	917.366	290.410
Pelo (aum.) dim. de outros créditos	(1.508.700)	64.924
Pelo (aum.) dim. da conta de estoques	5.739.345	3.194.750
P/(aum.) dim. da conta de desp. antecipadas	515.614	(453.905)
Pelo (aum.) dim. do realizável a LP	(62.728)	239.273
Pelo aum. (dim.) da conta de fornecedores	110.296	(75.772)
Pelo aum. (dim.) do financiamento fabrica	(4.181.613)	(4.532.205)
Pelo aum. (dim.) do contas a pagar	(256.159)	(1.835.869)
Pelo aum. (dim.) de outros valores - passivo não circulante	57.072	(324.075)
2 - Das atividades de investimentos	**856.104**	**5.294.633**
Pela aquisição de imobilizado	(761.296)	(1.928.587)
P/receb. na venda de invest./imobil./intang.	1.617.400	7.223.220
3 - Das atividades de financiamentos	**(3.455.749)**	**(1.506.667)**
Aum. (dim.) emprést. e financ. - passivo circ.	(309.171)	366.834
Aum.(dim.) emprést./financ.-passivo não circ.	(2.181.758)	759.536
Pagamento de lucros aos sócios	(964.820)	(2.633.037)
4- Aum./red. líq. caixa e equiv. de caixa	**895.149**	**190.502**
5 - Demonstração do aum./redução de caixa e equivalentes de caixa		
I. Caixa e equiv. de caixa: Início do período	753.444	562.942
II. Caixa e equiv. de caixa: Final do período	1.648.593	753.444
Aum./red. de caixa e equiv. de caixa	**895.149**	**190.502**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31/12/20 e 2019 (Em R$)

Descrição	Capital Social	Reserva Legal	Lucros a Disposição da Assembleia	Result. Líquido do Exercício	Lucros Acumulados Exerc. Anteriores	Total
Saldo em 31.12.18	**6.600.000**	**622.482**	**-**	**-**	**36.002.111**	**43.224.593**
Result. líq. do exercício	-	-	-	1.835.961	-	1.835.961
Reserva legal	-	91.798	-	(91.798)	-	-
Distribuições aos acionistas	-	-	-	(1.744.163)	(910.494)	(2.654.657)
Saldo em 31.12.19	**6.600.000**	**714.280**	**-**	**-**	**35.091.617**	**42.405.897**
Resultado líquido do exercício	-	-	-	1.895.519	-	1.895.519
Reserva legal	-	94.776	-	(94.776)	-	-
Distribuições aos acionistas	-	-	-	(933.200)	-	(933.200)
Resultado do exercício a disposição Assembleia	-	-	867.543	(867.543)	-	-
Saldo em 31.12.20	**6.600.000**	**809.056**	**867.543**	**-**	**35.091.617**	**43.368.216**

Demonstração de Resultado em 31/12/20 e 2019 (Em R$)

	2020	2019
Receita operacional líquida	**156.989.532**	**189.862.404**
Custos das vendas e serviços prestados	(140.223.046)	(170.744.970)
Lucro bruto	16.766.486	19.117.434
Despesas com vendas	(10.614.424)	(15.545.329)
Despesas administrativas	(4.307.867)	(5.433.827)
Depreciações e amortizações	(836.583)	(3.305.885)
Despesas vendas de imobilizados	(1.049.599)	(1.916.379)
Receitas vendas de imobilizados	1.617.400	7.223.220
Outras receitas operacionais líquidas	291.587	1.066.380
Lucro operac. antes dos result. financeiros	1.867.000	1.205.614
Receitas financeiras	1.738.857	2.949.871
Despesas financeiras	(1.136.307)	(1.864.837)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	602.550	1.085.034
Lucro antes do IR e C.S.	**2.469.550**	**2.290.648**
(-) C.S.	(160.494)	(127.456)
(-) IR	(413.537)	(327.231)
Resultado líquido do exercício	**1.895.519**	**1.835.961**
Atribuível a: Acionista controlador	899.831	871.558
Participação dos não controladores	995.688	964.403
	1.895.519	**1.835.961**

Notas Explicativas às DF's em 31/12/20 e 2019 (Em R$): 1. Contexto operacional: A **Recreio Vitória Veículos S/A**., ("VITORIAWAGEN" ou" Cia."), inscrita no CNPJ 01.973.495/0001-06 com sede na cidade do Serra – ES é concessionária da Volkswagen do Brasil S/A. A Cia. é controlada pela J. L. Braz Participações S/A.. **1.1.** COVID-19 (Coronavirus): O surto do no novo coronavírus (COVID 19) foi considerado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) uma pandemia em 11/03/20 com impactos relevantes na economia e, consequentemente, nas regiões em que a Cia. opera. Os eventuais efeitos produzidos pelas ações governamentais para conter sua disseminação impactaram, principalmente, no segundo trimestre de 2020, os negócios da Cia. Sua Administração, atenta a esta situação tomou uma série de medidas, tais como: revisão do quadro funcional, renegociação com fornecedores, montadoras, bem como, avaliação e a adesão de medidas governamentais, aplicáveis ao seu negócio, para reforçar o nível de liquidez da Cia., principalmente em relação as áreas trabalhistas e tributárias. Nesse sentido, a Administração da Cia. esclarece que, diante das medidas adotadas pelas autoridades púbicas e os impactos na atividade econômica global decorrentes dessa pandemia, não ocasionaram efeitos relevantes em suas DF's e impactos que pudessem comprometer a continuidade dos seus negócios e/ou as estimativas contábeis mais significativas. A Cia. segue monitorando de forma diligente toda e qualquer informação a respeito do tema para que decisões tempestivas possam ser tomadas para minimizar seus reflexos. **2. Apresentação das DF's:** A emissão dessas DF's foi autorizada pela Diretoria em 19/02/21. **2.1.** Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e a legislação em vigor. **2.2.** Base de mensuração: As DF's foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. **2.3.** Moeda funcional e moeda de apresentação: As DF's são apresentadas em Real, moeda funcional d Cia. **2.4.** Uso de estimativas e julgamentos: Em conformidade com as normas contábeis vigentes, a administração da Cia. é requerida a fazer julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores apresentados em ativos, passivos, receitas e despesas. **3. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis, abaixo detalhadas, estão sendo aplicadas de maneira linear em todos os exercícios apresentados nessas DF's. **a)** Apuração do resultado: Foi adotado o regime de competência dos exercícios para elaboração das DF's e apuração dos resultados. **a.1)** Reconhecimento da receita: As receitas auferidas representam os ingressos brutos recebidos ou a receber pela venda das mercadorias e serviços, das intermediações e mediações de negócios e se dão da seguinte forma: **a.i.)** Venda de mercadorias e das prestações de serviços: Quando o valor das vendas e os custos são mensuráveis de forma confiável, seja provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a Cia. e, os riscos e benefícios foram integralmente transferidos ao comprador. **a.ii.)** Vendas de serviços financeiros: Os valores de vendas de serviços financeiros referem-se às receitas de bonificações, comissões de intermediações e mediações de negócios, reconhecidas pelo regime de competência, relativos aos incentivos financeiros promovidos pela fábrica, com a qual a Cia. possui concessão, bem como de instituições financeiras e demais empresas. **b)** Caixa e equivalentes de caixa: São inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo posteriormente avaliados pelo custo amortizado com base na taxa de juros efetiva da operação. Os riscos de mercado envolvendo essas aplicações são insignificantes. **c)** Estoques: Os estoques de peças, acessórios, combustíveis e lubrificantes são avaliados pelo custo médio de aquisição, não excedendo o valor de mercado. Os de veículos são avaliados ao custo histórico de aquisição, identificado por unidade, acrescidos dos impostos não recuperáveis. **d)** Investimentos: Os investimentos da Cia. são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos, quando aplicável, da estimativa de perda por desvalorização. **e)** Imobilizado: O ativo imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável (*impairment*), se houver. A depreciação de bens do imobilizado é calculada pelo método linear que leva em consideração a vida útil-econômica dos bens. O valor residual e a vida útil econômica estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento de cada exercício. **f)** Demais passivos circulantes e não circulantes: São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. **g)** Fornecedores: Os saldos a pagar a fornecedores são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço patrimonial. Veículos fábrica/Peças fábrica e empréstimos estão atualizados pela variação monetária e juros incorridos até a data do encerramento do exercício. Os custos de transação incorridos registrados são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no resultado utilizando o método de taxa de juros efetiva. **h)** IR e C.S.: A Cia. é optante pelo Lucro Real como regime de tributação, calculando a apuração mensal por

(...) Continuação (...) RECREIO VITORIA VEICULOS S.A. CNPJ : 01.973.495/0001-06 - NIRE: 32300033059

balanço de suspensão/redução em conformidade à legislação em vigor. **i)** - CPF/MF 172.496.007-53; **Celso Duarte da Silveira -** Diretor - CPF/MF 808.892.397-20; **Diego Cassani Leal -** Contador - CRC/ES nº: 018643/O Receitas financeiras e despesas financeiras: São reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva. **Roberto Guimaraes de Faria -** Diretor - CPF/MF sob o nº: 058.498.527-43.

"As demonstrações contábeis foram auditadas pela Baker Tilly Brasil/MG–auditores independentes CRC/MG 005455/O-1".

Protocolo 661823

TAI MOTORS VEÍCULOS S/A

CNPJ: 09.272.047/0001-89

NIRE: 32300033903

RELATÓRIO DA DIRETORIA: Srs. Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Srs. Acionistas as demonstrações contábeis e notas explicativas relativas aos exercícios findos em 31/12/20 e 2019. A Diretoria coloca-se à disposição dos Prezados Acionistas para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Balanço Patrimonial em 31/12/20 e 2019 (Em R$)

	31/12/20	31/12/19
ATIVO	**41.807.708**	**50.470.568**
Circulante	**28.682.526**	**37.756.134**
Caixa e equivalentes de caixa	602.656	405.821
Aplicações em fundos de montadora	4.993.448	7.973.465
Clientes	2.112.205	4.489.312
Créditos fábrica e terceiros	4.966.179	4.137.161
Estoques	15.968.058	20.717.730
Impostos a recuperar	19.782	6.953
Despesas antecipadas	20.198	25.692
Não circulante	**13.125.182**	**12.714.434**
Realizável a LP: Depósitos judiciais	**198.712**	**86.485**
Imobilizado	11.646.637	11.141.104
Ativo de direito de uso	1.279.833	1.486.845
PASSIVO	**41.807.708**	**50.470.568**
Circulante	**23.339.239**	**36.968.571**
Fornecedores de veículos e peças	13.492.849	21.492.588
Fornecedores de consumo	507.640	2.948.349
Empréstimos e financiamentos	4.022.950	7.419.713
Arrendamentos a pagar	922.358	857.306
Obrigações trabalhistas	1.323.555	1.061.493
Tributos a recolher	630.995	282.485
Adiantamentos de clientes	1.999.782	2.325.748
Dividendos a pagar	262.475	140.000
Outras obrigações	176.635	440.889
Não circulante	**5.446.603**	**4.863.538**
Empréstimos e financiamentos	4.915.237	4.222.039
Arrendamentos a pagar	483.060	641.499
Outras obrigações	48.306	-
Patrimônio líquido	**13.021.866**	**8.638.459**
Capital social	4.365.231	4.365.231
Reservas de capital	6.678	6.678
Reserva legal	791.978	512.684
Lucro a disposição da assembleia	4.104.113	-
Lucros acumulados	3.753.866	3.753.866

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31/12/20 e 2019 (Em R$)

	31/12/20	31/12/19
1. Das atividades operacionais	**4.759.593**	**4.024.455**
A - provenientes das operações:		
Lucro líquido acumulado do exercício	5.585.882	1.966.032
Depreciação/amortização	723.966	611.022
Amortização de direito de uso	758.918	857.236
Result. positivo vendas invest/imob/intang.	(450.306)	(399.363)
(=) Lucro líquido ajustado	**6.618.460**	**3.034.927**
B - Acrésc.decrésc. nos ativos e passivos:	**(1.858.867)**	**989.528**
Pelo (aum.) diminuição do contas a receber	2.377.107	(2.098.482)
Pelo (aum.) diminuição da conta de aplicações em fundos de montadora	2.980.017	-
Pelo (aumento) diminuição de outros créditos	(841.847)	(490.011)
Pelo (aum.) dimin. da conta de estoques	4.749.672	740.623
Pelo (aum.) dim. da conta desp. antecipadas	5.494	234.597
Pelo (aumento) diminuição do realiz. a LP	(112.227)	(1.055.223)
Pelo aum. (dim.) da conta de fornecedores	(2.440.709)	1.474.366
Pelo aum.(dim.) da conta financto. fábrica	(7.999.739)	(546.327)
Pelo aumento (diminuição) do contas a pagar	85.404	2.088.486
Pelo aum.(dim.) de outros valores - passivo não circulante	(662.039)	641.499
2 - Das atividades de investimentos	**(779.193)**	**(6.220.539)**
Pela aquisição de imobilizado	(2.355.401)	(7.614.546)
P/ receb. na venda de invest./imobil./intang.	1.576.208	1.394.007
3 - Das atividades de financiamentos	**(3.783.565)**	**2.362.210**
Aumento (redução) de empréstimo e financiamento - passivo circulante	(3.396.763)	2.897.283
Aumento (redução) de empréstimo e financiamento - passivo não circulante	693.198	1.474.927
Pagamento de lucros aos sócios	(1.080.000)	(2.010.000)
4 - Aumento/redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	**196.835**	**166.126**
5 - Demonstração do aumento/redução de caixa e equivalentes de caixa	**196.835**	**166.126**
I. Caixa e equiv. de caixa: Início do período	405.821	239.695
II. Caixa e equiv. de caixa: Final do período	602.656	405.821

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31/12/20 e 2019 (Em R$)

Descrição	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas Legal	Reservas Estatutária	Lucros a Disposição da Assembleia	Result. Líq. do Exercício	Lucros Acum. Exerc. Anteriores	Total
Saldo em 30.09.2018	**3.865.231**	**6.678**	**414.382**	**21.660**	**-**	**-**	**4.414.476**	**8.722.427**
Aumento do capital social	500.000	-	-	-	-		(500.000)	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.966.032	-	1.966.032
Reserva legal	-	-	98.302	-	-	(98.302)	-	-
Distribuições aos acionistas	-	-	-	(21.660)	-	(1.867.730)	(160.610)	(2.050.000)
Saldo em 31.12.2019	**4.365.231**	**6.678**	**512.684**	**-**	**-**	**-**	**3.753.866**	**8.638.459**
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	5.585.882	-	5.585.882
Reserva legal	-	-	279.294	-	-	(279.294)	-	-
Lucros a disp. da assembleia	-	-	-	-	4.104.113	(4.104.113)	-	-
Distribuições aos acionistas	-	-	-	-	-	(1.202.475)	-	(1.202.475)
Saldo em 31.12.2020	**4.365.231**	**6.678**	**791.978**	**-**	**4.104.113**	**-**	**3.753.866**	**13.021.866**

Demonstração de Resultado em 31/12/20 e 2019 (Em R$)

	31/12/20	31/12/19
Receita Operacional Líquida	**218.724.873**	**194.283.158**
Custos das vendas e serviços prestados	(195.104.884)	(174.425.216)
Lucro Bruto	**23.619.989**	**19.857.942**
Despesas com vendas	(10.429.364)	(11.296.309)
Despesas administrativas	(2.568.397)	(2.949.561)
Depreciações e amortizações	(723.966)	(611.022)
Amortizações direitos de usos	(758.918)	(857.236)
Despesas vendas de imobilizados	(1.125.902)	(994.644)
Receitas vendas de imobilizados	1.576.208	1.394.007
Outras receitas operacionais, líquidas	176.480	146.995
Lucro operac. antes dos result. financeiros	9.766.130	4.690.172
Receitas financeiras	413.838	746.732
Despesas financeiras	(1.770.996)	(2.513.726)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(1.357.158)	(1.766.994)
Lucro antes do IR e da C.S.	**8.408.972**	**2.923.178**
(-) C.S.	(767.089)	(264.362)
(-) IR	(2.056.001)	(692.784)
Resultado Líquido do Exercício	**5.585.882**	**1.966.032**
Atribuível a: Acionista controlador	2.681.229	943.697
Participação dos não controladores	2.904.653	1.022.335
	5.585.882	**1.966.032**

Notas explicativas às DF's em 31/12/20 e 2019 (Em R$): 1. Contexto operacional: A **Tai Motors Veículos S/A**., ("TAI Motors" ou" Cia."., inscrita no CNPJ 09.272.047/0001-89 com sede na cidade do Vitoria – ES é concessionária da Hyundai do Brasil S/A. A Cia. é controlada pela **J. L. Braz Participações S/A**. **1.1 COVID-19 (Coronavirus):** O surto do no novo coronavírus (COVID 19) foi considerado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) uma pandemia em 11/03/20 com impactos relevantes na economia e, consequentemente, nas regiões em que a Cia. opera. Os eventuais efeitos produzidos pelas ações governamentais para conter sua disseminação impactaram, principalmente, no segundo trimestre de 2020, os negócios da Cia. Sua Administração, atenta a esta situação tomou uma série de medidas, tais como: revisão do quadro funcional, renegociação com fornecedores, montadoras, bem como, avaliação e a adesão de medidas governamentais, aplicáveis ao seu negócio, para reforçar o nível de liquidez da Cia., principalmente em relação as áreas trabalhistas e tributárias. Nesse sentido, a Administração da Cia. esclarece que, diante das medidas adotadas pelas autoridades púbicas e os impactos na atividade econômica global decorrentes dessa pandemia, não ocasionaram efeitos relevantes em suas DF's e impactos que pudessem comprometer a continuidade dos seus negócios e/ou as estimativas contábeis mais significativas. A Cia. segue monitorando de forma diligente toda e qualquer informação a respeito do tema para que decisões tempestivas possam ser tomadas para minimizar seus reflexos. **2. Apresentação das DF's:** A emissão dessas DF's foi autorizada pela Diretoria em 22/02/21. **2.1.** Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e a legislação em vigor. **2.2.** Base de mensuração: As DF's foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. **2.3.** Moeda funcional e moeda de apresentação: As DF's são apresentadas em Real, moeda funcional da Cia. **2.4.** Uso de estimativas e julgamentos: Em conformidade com as normas contábeis vigentes, a administração da Cia. é requerida a fazer julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores apresentados em ativos, passivos, receitas e despesas. **3. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis, abaixo detalhadas, estão sendo aplicadas de maneira linear em todos os exercícios apresentados nessas DF's. **a)** Apuração do resultado: Foi adotado o regime de competência dos exercícios para elaboração das DF's e apuração dos resultados. **a.1)** Reconhecimento da receita: As receitas auferidas representam os ingressos brutos recebidos ou a receber pela venda das mercadorias e serviços, das intermediações e mediações de negócios e se dão da seguinte forma: **a.i.)** Venda de mercadorias e das prestações de serviços: Quando o valor das vendas e os custos são mensuráveis de forma confiável, seja provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a Cia. e, os riscos e benefícios foram integralmente transferidos ao comprador. **a.ii.)** Vendas de serviços financeiros: Os valores de vendas de serviços financeiros referem-se às receitas de bonificações, comissões de intermediações e mediações de negócios, reconhecidas pelo regime de competência, relativos aos incentivos financeiros promovidos pela fábrica, com a qual a Cia. possui concessão, bem como de instituições financeiras e demais empresas. **b)** Caixa e equivalentes de caixa: Os itens de caixa e equivalentes de caixa são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo posteriormente avaliados pelo custo amortizado com base na taxa de juros efetiva da operação. Os riscos de mercado envolvendo essas aplicações são insignificantes. **c)** Aplicações em fundos de montadora: São recursos disponíveis utilizados para investimentos em direitos creditórios, sendo os recursos não utilizados para tal finalidade aplicados a critério do administrador/gestor do Fundo Santander FGH. Esse fundo é aplicável à concessionária da montadora –Hyundai

Descrição	2020	2019
Fundo Santander FGH - **Total**	**4.993.448**	**7.973.465**

Os recursos em Fundos de Montadora, no ano de 2019, estavam demonstrados no grupo de investimentos, conforme abaixo:

31/12/19	Impacto das reclassificações		
Ativo	**Original**	**Ajustes**	**Reclassificação**
Circulante: Aplic. financ.em fundos de montadora	-	7.973.465	7.973.465
Não circul.: Outros valores	7.973.465	(7.973.465)	-

d) Estoques: Os estoques de peças, acessórios, combustíveis e lubrificantes são avaliados pelo custo médio de aquisição, não excedendo o valor

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Data: Quarta-feira, 14 de Abril de 2021 às 22:28:00 Código de Autenticação: a6b29

(...) Continuação (...) TAI MOTORS VEÍCULOS S/A - CNPJ: 09.272.047/0001-89 - NIRE: 32300033903

de mercado. Os de veículos são avaliados ao custo histórico de aquisição, identificado por unidade, acrescidos dos impostos não recuperáveis. **e)** Imobilizado: O ativo imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável (*impairment*), se houver. A depreciação de bens do imobilizado é calculada pelo método linear que leva em consideração a vida útil-econômica dos bens. O valor residual e a vida útil econômica estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento de cada exercício. **f)** Demais passivos circulantes e não circulantes: Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. **g)** Fornecedores: Os saldos a pagar a fornecedores são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço patrimonial. Veículos fábrica/Peças fábrica e empréstimos estão atualizados pela variação monetária e juros incorridos até a data do encerramento do exercício. Os custos de transação incorridos registrados são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no resultado utilizando o método de taxa de juros efetiva. **h)** Arrendamento mercantil – CPC 06 (R2): A Empresa avalia no início de cada contrato a existência de operações que transmitam o direito de controlar o uso de um ativo em um intervalo temporal em troca de contraprestações, classificando-as como "arrendamento". A Empresa atua como "arrendatária" nos contratos vigentes, aplicando uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. Os contratos contabilizados envolvem duas principais contas: i) ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos bens pelo intervalo temporal apurado; ii) passivos de arrendamento que é utilizado para reconhecer a dívida e registrar os pagamentos dos arrendamentos. **i)** IR e C.S.: A Cia. é optante pelo Lucro Real como regime de tributação, calculando a apuração mensal por balanço de suspensão/redução em conformidade à legislação em vigor. **j)** Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas e despesas financeiras são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva. **k)** Outros passivos financeiros: Outros passivos financeiros, incluindo empréstimos, são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação. **Paulo Henrique Lichti Daltin -** Diretor - CPF/MF 181.577.708-74; **Luiz Fabiano Gonçalves de Faria -** Diretor - CPF/MF 027.159.486-11; **Diego Cassani Leal -** Contador - CRC/ES nº: 018643/O - CPF/MF 058.498.527-43.

"As demonstrações contábeis foram auditadas pela Baker Tilly Brasil/MG–auditores independentes CRC/MG 005455/O-1".

Protocolo 661824

Entidades Federais

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espírito Santo

PORTARIA CAU/ES Nº 127.

O Presidente do CAU/ES RESOLVE:

Art. 1º Solicitar habilitação de "Chave J" do gerenciador financeiro do Banco do Brasil para a analista de finanças do CAU/ES Hemelly Tomassi de Oliveira, em substituição a Gerente Administrativa-Financeira Wiviane Lombardi Broco, que se encontra em período de licença médica, do período de 15/04/2021 a 15/05/2021.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Vitória/ES, 14 de abril de 2021.

ELIOMAR VENANCIO DE SOUZA FILHO

Presidente do CAU/ES.

Protocolo 661881

Conselho Regional de Farmácia

PORTARIA Nº 019/2021

Ementa: Nomeia candidata aprovada no concurso público do edital 001/2019 - CRF/ES para o cargo de Técnico Nível Superior - Contabilidade

O Presidente do **CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - CRF/ES**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei 3820/60 e,

CONSIDERANDO a prescrição do comando normativo do artigo 37, II da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO o que dispõe o artigo 31 "XXII" do Regimento Interno do Conselho Regional de Farmácia do Estado do Espírito Santo consubstanciado pela Resolução 659/18 do Conselho Federal de Farmácia;

Considerando o resultado final do Concurso Público Edital 001/2019,

RESOLVE:

Art. 1.º - Nomear a candidata aprovada no concurso público para assumir o cargo de Técnico Nível Superior - Contabilidade, com carga horária de 40 (Quarenta) horas semanais e remuneração de R$ 3.232,52 (Três Mil, Duzentos e Trinta e Dois Reais e Cinquenta e Dois Centavos), atendidas as garantias do acordo coletivo firmado com o SINDICOES, conforme abaixo relacionado:

NOME CPF

Pryscilla Soares Silva Aires 059.160.817-07

Art. 2.º - Os recursos necessários ao pagamento das despesas inerentes a esta nomeação correrão à conta do orçamento do CRF/ES, elementos de despesas 6.2.2.1.1.01.01.01.001 - Vencimentos e salários.

Art. 3.º - A presente Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Vitória (ES), 07 de abril de 2021.

Dr. LUIZ CARLOS CAVALCANTI
PRESIDENTE DO CRF-ES

Protocolo 661977

Conselho Regional de Serviço Social

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

A Presidente do **Conselho Regional de Serviço Social 17ª Região - CRESS/ES**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, notifica pelo presente edital, os Assistentes Sociais abaixo relacionados, dispostos por nome seguido do número de registro no CRESS/ES, para que entrem em contato conosco através do email cobranca@cress-es.org.br, no prazo de 15 (quinze) dias, para tratar de assunto relevante de seu interesse, uma vez que se encontram em lugar incerto e não sabido: Deise de Fatima Simmer - 2945, Eliane de Jesus Sousa - 3580, Fabiola Pereira Gegenheimer - 2249, Giany Silva Oliveira - 3644, Izaura Amaral Silva Sartorio - 6245, Maria Helena Rosa da Silva, 5951, Normanda Carvalho Gomes - 3434, Pedro Henrique Dias Franco Emerick - 4357, Simone Soares dos Santos - 6308, Wenia Ferreira - 2049.

Vitória/ES, 12 de abril de 2021.

Sabrina Moraes Nascimento
Presidenta do CRESS/ES

Protocolo 661901

Dúvidas ou reclamações?

Acesse: **www.procon.es.gov.br ou ligue para 151**

DIÁRIO OFICIAL

CADERNO DOS MUNICÍPIOS CAPIXABAS

www.dio.es.gov.br | Vitória (ES), quinta-feira, 15 de Abril de 2021 | Edição N°25.468

CADERNO DOS MUNICIPIOS CAPIXABAS

ATOS MUNICIPAIS

Prefeituras

Conceição do Castelo

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2021
Prorrogação de prazos referentes ao Edital de Chamada Pública nº 02/2020 (Lei Aldir Blanc).

O Município de Conceição do Castelo, por meio da Secretaria Municipal de Administração, Cultura e Turismo, torna público, para conhecimento dos interessados, o Edital de Chamada Pública nº 01/2021, destinado a prorrogação dos prazos referentes ao Edital de Chamada Pública nº 02/2020, nos termos da Lei nº 14.017/2020 - Lei Emergencial Aldir Blanc, seguindo o comunicado oficial emitido pela Secretaria de Estado de Cultura (SECULT-ES), conforme segue:

1. EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2020: "Seleção de Propostas de Agentes Culturais ou Coletivos que Contribuem para a Produção, Geração ou Disponibilização de Produtos ou Serviços Artísticos ou Culturais, para a Difusão, Para o Fomento e Para o Desenvolvimento Cultural de Conceição do Castelo, nos Termos do Art. 2º, Inc. III, Da Lei Nº 14.017/2020 - Lei Emergencial Aldir Blanc."

1.1. Prestação de contas do Beneficiado para a Secretaria de Administração, Cultura e Turismo do município de Conceição do Castelo: até o dia 16/04/2021 (sexta-feira).

Conceição do Castelo/ES, 14 de abril de 2021.

CHRISTIANO SPADETTO
Prefeito de Conceição do Castelo, ES

Protocolo 661827

Divino de São Lourenço

Extrato de Contrato nº 01/2021.
Pregão Eletronico nº 001/2021.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE DIVINO DE SÃO LOURENÇO-ES CNPJ: 15.920.415/0001-50
Contratada: AUTO POSTO SÃO LOURENÇO LTDA CNPJ: 10.985.327/0001-13
Objeto: Aquisição de combustível e lubrificantes para para atender a frota de veículos da Secretaria Municipal de Assistencia Social no ano de 2021.
Valor: **R$ 99.678,32**(Noventa e nove mil,
seiscentos e setenta e oito reais e trinta e dois
centavos)
Vigência:do dia 14 de Abril de 2021 até 31 de Abril de 2021.
Divino de São Lourenço - ES, 14 de Abril de 2021.

Eleardo Aparicio Costa Brasil
Prefeito Municipal
Jeruza Nery Miranda
Secretaria Municipal de Assistência Social

Protocolo 661879

Ibiraçu

Resumo do Contrato Nº. 033/2021

Contratante: Município de Ibiraçu.
Contratada: **SD SERVIÇOS DE ASSESSORIA EIRELI,** CNPJ nº 09.464.021/0001-32. Proc. Nº 799/2021. PP nº 007/21. Objeto: Contratação de empresa para o prestação de serviços de solução de impressão/reprografia com disponibilização dos equipamentos e assistência técnica, com fornecimento de PAPEL e Insumos, para atender as secretarias municipais e subdivisões. Valor Global estimado: R$ 407.880,00. Vigência: 12 meses.

Ibiraçu, 14 de abril de 2021.

DIEGO KRENTZ
Prefeito Municipal

Protocolo 661858

Iúna

PORTARIA Nº 225/2021
APLICAÇÃO DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA

O Prefeito Municipal de Iúna, no uso de suas atribuições legais, resolve tornar pública a decisão de arquivamento dos autos, ante a ausência de comprovação dos fatos narrados no processo administrativo disciplinar de nº 3353/2017, instaurado através da Portaria nº 392, datada de 30 de novembro de 2020. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, extinguindo-se o procedimento administrativo nº 3353/2017.

Romário Batista Vieira
Prefeito Municipal de Iúna

Protocolo 661943

PORTARIA Nº 226/2021
APLICAÇÃO DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA

O Prefeito Municipal de Iúna, no uso de suas atribuições legais, resolve tornar pública a decisão de arquivamento dos autos, ante a ausência de comprovação dos fatos narrados no processo administrativo disciplinar de nº 0785/2019, instaurado através da Portaria nº 067, datada de 21 de maio de 2019. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, extinguindo-se o procedimento administrativo nº 0785/2019.

Romário Batista Vieira
Prefeito Municipal de Iúna

Protocolo 661945

EXTRATO

Contrato nº 36/2021
Contratante: Prefeitura Municipal de Iúna
Processo Nº 3146/2020
Chamada Pública nº 01/2021
Contratado: Fernando Aguiar Fontainha Correa da Silva
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e empreendedor familiar rural destinados às Escolas e Creches do Município incluídas no Pnae
Valor: R$19.998,87
Vigência: A partir da publicação até 31/12/2021.
ID: 2021.037E0700001.09.0003.

Romário Batista Vieira
Prefeito

Protocolo 661933

EXTRATO DE CONTRATO
Contrato Nº 51/2021
Permitente: Município de Iúna/ES
Processo Nº: 0820/2021
Permissionário: Carlos Rodrigues de Souza
Objeto: Permissão para exploração dos serviços de táxi no âmbito do Município de Iúna.

Romário Batista Vieira
Prefeito

Protocolo 661951

SUSPENSÃO

Fica suspenso o Item 03 - Lote 01 - Praça Digital (zona urbana), Processo 0380/2020, Contrato Nº 161/2020, até 03 de agosto de 2021. Partes: Mun. Iúna X Penha de Souza Jamariqueli Comércios e Serviços de Telecomunicação Ltda.

ROMARIO BATISTA VIEIRA
PREFEITO

Protocolo 662028

RESUMO DE ADITIVO

Nº 01 - Ata de Registro de Preços nº 128/2020. Partes: Mun. Iúna X DSP Confecções Eireli. Objeto: registro de preços para eventual aquisição de camisas para eventos e uniformes para o SCFV. Valor aditivado: R$13.544,30. ID: 2020.037E0700001.02.0029.

ROMARIO BATISTA VIEIRA
PREFEITO
DURVAL D. S. JUNIOR
SECRETÁRIO DE SAÚDE

Protocolo 662032

Nova Venécia

Contrato nº 012/2021 - DISPENSA Nº 006/2021, PROCESSO N° 539547/2020- CÓDIGO CIDADES TCE/ES Nº 2021.052E0700001.09.0006
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA VENÉCIA-ES.
CONTRATADA: CAPTAR CONSULTORIA PÚBLICA LTDA.
CNPJ: 24.498.573/0001-55.
OBJETO: contratação de empresa especializada para realização curso de capacitação em atendimento de excelência para os profissionais do Setor da área de atendimento ao cidadão/contribuinte, com abrangência de 10 (dez) servidores efetivos municipais, por meio do projeto PMAT - Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos, aprovado pelo BNDES para a Prefeitura Municipal de Nova Venécia/ES.
Prazo de Vigência: até o dia 30 de março de 2022.
Valor Total: R$ 9.900,00 (nove mil e novecentos reais).
Data Assinatura: 30/03/2021.

Protocolo 661793

Contrato nº 013/2021 - DISPENSA Nº 008/2021, PROCESSO N° 546575/2021- CÓDIGO CIDADES TCE/ES Nº 2021.052E0700001.09.0008
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA VENÉCIA-ES.
CONTRATADA: CIAP PROJETO LTDA
CNPJ: 08.266.798/0001-20
OBJETO: contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos profissionais para elaboração de novo Código Tributário, mediante comunicação entre sua equipe de trabalho e/ou responsável técnico e a Prefeitura, podendo ser solicitado comparecimento da empresa in loco, em dias a serem previamente definidos e agendados entre as partes, visando a adequação com a realidade do

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Data: Quarta-feira, 14 de Abril de 2021 às 22:28:00 Código de Autenticação: a6b29bc

Município de Nova Venécia/ES.
Prazo de Vigência: até o dia 09 de abril de 2022.
Valor Total: R$ 17.590,00 (dezessete mil quinhentos e noventa reais).
Data Assinatura: 09/04/2021.
Protocolo 661795

Contrato nº 014/2021 - DISPENSA Nº 007/2021, PROCESSO N° 541709/2021- CÓDIGO CIDADES TCE/ES Nº 2021.052E0700001.09.0007
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA VENÉCIA-ES.
CONTRATADA: EC2G ASSESSORIA E CONSULTORIA PÚBLICA LTDA.
CNPJ: 28.841.769/0001-51.
OBJETO: contratação de empresa especializada para prestar consultoria técnica para elaboração de estudos técnicos (realização de Avaliação Atuarial) visando diagnosticar a situação real dos Inativos e Pensionistas do município de Nova Venécia/ES, referente ao exercício de 2020.
Prazo de Vigência: até o dia 13 de abril de 2022.
Valor Total: R$ 4.000,00(quatro mil reais).
Data Assinatura: 13/04/2021.
Protocolo 661796

ERRATA DO CONTRATO Nº 10/2021-PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2020, PROCESSO ORIGINÁRIO N° 0337/2020-PROCESSO Nº 546349/2021 - ADESÃO 002/2021.
CÓDIGO CIDADES TCE/ES Nº 2021.052E0700001.16.0002
Do extrato publicado no DIO caderno dos Municípios, página nº 03, dia 31 de março de 2021 - quarta-feira, protocolo 658515, referente ao contrato nº 10/2021.
Onde se lê: CONTRATO 011/2021 CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE NOVA VENÉCIA-ES., POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
CONTRATADA: STREET CAR CENTRO AUTOMOTIVO EIRELI.
CNPJ: 23.435.072/0001-67.
OBJETO: Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos automotores (diesel) do CONTRATANTE, com fornecimento de peças e mão de obra.
Prazo de Vigência: até o dia 26 de março de 2022.
Valor Total estimado para fornecimento de peças: R$ 238.500,00(duzentos e trinta e oito mil e quinhentos reais).
Valor Total estimado para mão de obra: R$ 96.825,00 (noventa e seis mil, oitocentos e vinte e cinco reais)
Data Assinatura: 26/03/2021.

Leia-se: CONTRATO 010/2021
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA VENÉCIA-ES.
CONTRATADA: STREET CAR CENTRO AUTOMOTIVO EIRELI.
CNPJ: 23.435.072/0001-67.
OBJETO: Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos automotores (diesel) do CONTRATANTE, com fornecimento de peças e mão de obra.
Prazo de Vigência: até o dia 01 de abril de 2022.
Valor Total estimado para fornecimento de peças: R$ 213.500,00(duzentos e treze mil e quinhentos reais).
Valor Total estimado para mão de obra: R$ 86.454,80 (oitenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e oitenta centavos).
Data Assinatura: 01/04/2021.
Protocolo 661786

Pinheiros

EDITAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA DE INTERESSE ESPECÍFICO
O Prefeito Municipal de Pinheiros/ES, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER ao espólio de Geraldo Alves Ferreira que ainda consta no setor responsável como proprietária do lote 01 da quadra 04 do bairro Vila Nova e FAZ SABER ao espólio de João Souza dos Santos que ainda consta no setor responsável como proprietário do lote 11 da quadra 04 do bairro Vila Nova, não sendo encontrado os filhos para apresentação de notificação, que o requerente Renã Walace Crema, brasileiro, agricultor, portador do RG nº 502338 SSP-ES, confrontando-se com a referida Rua Pio Fávaro, a sua direita com a Rua Projetada, a sua esquerda com Valmir Oliveira Queiroz, Nailson Pinheiros Vitorino, Espólio de Geraldo Alves Ferreira, Renato Alves Queiroz e José Ferreira do Nascimento e nos fundos com espólio de João Souza dos Santos, tramita perante ao município procedimentos de regularização fundiária de interesse específico, procedimento nº 92/2.020, que tem por objetivo regularizar o núcleo urbana informal consolidado no local denominado de Vila Nova - Quadra 04, sendo que o perímetro abrangido pela regularização é a seguinte: Lote 12 com área de 1930,63m² com perímetro de 198,66m² medindo de frente 41,65m, fundo 57,32m, lado direito 38,75m e lado esquerdo 40,01m (mapa em anexo). Estando em termos, expediu-se o presente edital para notificação do supramencionado, advertindo-se que não apresentada a discordância perante o Município de Pinheiros/ES, localizado no Av. Agenor Luis Heringer, centro, nº 231 - CEP: 29980-000, em 30 (trinta) dias subsequentes ao decurso do prazo do edital publicado, poderá implicar em concordância e a perda de eventual direito que o notificado titularize sobre o imóvel objeto da Reurb. Será o presente edital, por extrato, afixado nos átrios da Prefeitura, e publicado uma vez na imprensa oficial e outra no jornal de circulação local. Eu, Arnóbio Pinheiro, Prefeito Municipal, o conferi e assino.
Pinheiros, 14 Abril de 2021.

ARNÓBIO PINHEIRO SILVA
Prefeito Municipal
Protocolo 661805

Santa Teresa

PORTARIA/CGAB/Nº 138/2021

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E NOMEIA A COMISSÃO ENCARREGADA DA APURAÇÃO DOS FATOS CONTIDOS NO PROCESSO Nº 4.358/2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA TERESA, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no artigo 174 da Lei Municipal nº 1.800/2007 - Estatuto dos Servidores Municipais de Santa Teresa-ES;

RESOLVE:

Art. 1.º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, que terá por finalidade apurar possíveis irregularidades contidas no Processo nº 4.358/2021, praticados pela Servidora P.G.T.

Art. 2.º Designar os Servidores Cristiane Souza da Cruz Oliveira, Iraci Pasquina Carlini, Franciane Ribeiro Malavasi como Titulares e Odair Antônio Scalzer, como suplente, sob a presidência da primeira, para constituir a comissão encarregada da apuração das irregularidades, de acordo com o Artigo 1º desta Portaria.

Art. 3.º Estabelecer o prazo de 60 (sessenta) dias contados do recebimento do Processo pela Comissão, para apresentação do Relatório, com possibilidade de prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias assim o exigirem.

Art. 4.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Teresa, Estado do Espírito Santo, em 14 de abril de 2021.

KLEBER MEDICI DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL
Protocolo 661905

São Mateus

COMUNICADO DE REABERTURA
PREGÃO ELETRÔNICO N° 017/2021
A Prefeitura Municipal de São Mateus, por determinação do Secretário Municipal de Ciência e Tecnologia, comunica a REABERTURA do PREGÃO ELETRÔNICO 017/2021, cujo objeto é "SRP PARA A PARA EVENTUAL AQUISIÇAO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA TIPO: COMPUTADORES, NOTEBOOK, NOBREAKS, ROTEADOR, SWITCH 24 PORTAS, FRAGMENTADORA E ACESSORIOS PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS/ES". Tendo em vista as alterações promovidas no edital, na especificação dos itens 03 e 11, o pregão está com novo ID no Licitações-e, a saber 867.231. Assim, prorroga-se a Abertura das propostas para às 08h45 do dia 28/04/2021 e início da sessão de disputa para às 09h00 do dia 28/04/2021.
O edital revisado encontra-se disponível no site da PMSM e nos documentos do Licitações-E.
ID CidadES Contratações: 2021.067E0600016.02.0001
São Mateus - ES, 14/04/2021.
Renata Zanete
Pregoeira
Protocolo 661993

Venda Nova do Imigrante

EXTRATO DO TERMO ADITIVO

Nº 000005/2021 AO CONTRATO Nº 000103/2018
Conforme Art. 61 da Lei 8.666/93 c/ccom o Art. 92, caput e § Ùnico da Lei Orgânica Municipal.
Altera a CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1. O presente **Termo Aditivo** tem por objeto a prorrogação dos prazos de vigência e execução do Contrato nº 000103/2018 pelo prazo de 12 (doze) meses, conforme autorização prevista na sua Cláusula Sexta, a contar do dia **12 de março de 2021 até o dia 12 de março de 2022. Protocolo GED nº 1740/2021.**
Venda Nova do Imigrante, 10 de março de 2021
JOAO PAULO SCHETTINO MINETI
Prefeito Municipal
Protocolo 661868

EXTRATO DO TERMO ADITIVO
Nº 000008/2021 AO CONTRATO Nº 000068/2016
Conforme Art. 61 da Lei 8.666/93 c/ccom o Art. 92, caput e § Ùnico da Lei Orgânica Municipal.
ALTERA-SE A CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente **Termo Aditivo** tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência por 12 (doze) meses conforme autorização prevista na sua Cláusula Sexta do contrato de origem, a contar do dia **28 de março de 2021 até o dia 28 de março de 2022. Protocolo GED nº 2378/2021.**

Venda Nova do Imigrante, 26 de março de 2021
JOAO PAULO SCHETTINO MINETI
Prefeito Municipal
Protocolo 661870

Vila Velha

RESUMO DO CONTRATO N° 010/2021. PROCESSO Nº. 26.354/2020. Das partes: PMVV X MEGA SOLUÇÕES CIENTÍFICAS E LOCAÇÃO EIRELI. **Do objeto:**

contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva, com substituição de peças originais, na cabine de segurança biológica, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Vila Velha. **Do valor Global:** R$ 19.580,00 (dezenove mil, quinhentos e oitenta reais). **Do Prazo:** 12 (doze) meses, a partir da publicação. **SEMSA/PMVV**

Protocolo 662006

Câmaras

Castelo

AVISO DE REVOGAÇÃO DE NOMEAÇÃO:

A Câmara Municipal de Castelo, Estado do Espírito Santo, torna público que, em razão de pedido de renúncia ao direito de tomar posse em cargo efetivo, o que importa em desistência da vaga, revogou por meio de ato administrativo baixado e publicado nesta data o Ato Administrativo nº 52, de 26/03/2021, que nomeou Paula Furieri Guzzo, aprovada no concurso público edital nº 01/2018, para ocupar o cargo efetivo de Procurador Legislativo do quadro permanente da Câmara, ficando assim sem qualquer efeito a referida nomeação.

O ato de revogação consta na íntegra no endereço eletrônico http://cmcastelo.es.gov.br/website/site/NormasEmDestaque.aspx.

Tiago de Souza
Presidente da Câmara

Protocolo 661995

Ibatiba

RESUMO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 006/2018 QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE IBATIBA-ES E TELEFÔNICA BRASIL S/A.
CNPJ 02.558.157/0001-62
OBJETO: Contratação de empresa especializada em telecomunicações para a prestação de serviços comum e continuado de telefonia na modalidade SMP (Serviço Móvel Pessoal), para comunicação de voz e dados, originadas em terminais móveis com tecnologia digital, com as características de serviço pós pago, para prestação de serviço nas áreas com cobertura da prestadora, inclusive nos locais em que possui acordo de "roaming"e outros serviços definidos no regulamento do SMP, regulamentado pela ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações), conforme especificações constantes no Pregão Presencial nº 02/2018.
PROCESSO: 452322021
Valor Total Estimado: R$ R$ 6.596,31 (Seis mil e quinhentos e noventa e seis reais e trinta e um centavos)

VIGÊNCIA: 17/04/2021 A 17/07/2021

IBATIBA, 14 DE ABRIL DE 2021
FERNANDO VIEIRA DE SOUZA
PRESIDENTE DA CÂMARA
MUNICIPAL DE IBATIBA-ES

Protocolo 661884

Entidades Municipais

Fundo Municipal de Saúde de Nova Venécia

ERRATA DO CONTRATO Nº 10/2021/saúde-PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2020, PROCESSO ORIGINÁRIO Nº 0337/2020- PROCESSO Nº 546349/2021 - ADESÃO 002/2021.
CÓDIGO CIDADES TCE/ES Nº 2021.052E0700001.16.0002
Do extrato publicado no DIO caderno dos Municípios, página nº 03, dia 31 de março de 2021 - quarta-feira, protocolo 658514, referente ao contrato nº 10/2021.
Onde se lê: contrato 011/2021, Prazo de Vigência: até o dia 26 de março de 2022.
Valor Total estimado para fornecimento de peças: R$ 238.500,00(duzentos e trinta e oito mil e quinhentos reais).
Valor Total estimado para mão de obra: R$ 96.825,00 (noventa e seis mil, oitocentos e vinte e cinco reais)
Data Assinatura: 26/03/2021.

Leia-se: contrato 010/2021, Prazo de Vigência: até o dia 01 de abril de 2022.
Valor Total estimado para fornecimento de peças: R$ 26.000,00(vinte e seis mil reais).
Valor Total estimado para mão de obra: R$ 9.370,20 (nove mil, trezentos e setenta reais e vinte centavos
Data Assinatura: 01/04/2021.

Protocolo 661770

DIÁRIO OFICIAL

CADERNO DOS MUNICÍPIOS CAPIXABAS

www.dio.es.gov.br | Vitória (ES), quinta-feira, 15 de Abril de 2021 | Edição N°25.468

CADERNO DOS MUNICIPIOS CAPIXABAS

LICITAÇÕES

Prefeituras

Alegre

- **AVISO DE RESULTADO** -
Pregão Eletrônico (RP)
Nº 008/2021

O Município de Alegre/ES, através de seu Pregoeiro, torna público resultado da licitação em referência, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE GAS DE COZINHA E BOTIJÃO DE GÁS PARA ATENDER AS SECRETARIAS EXECUTIVAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRE/ES, foi devidamente **HOMOLOGADO** pelo Prefeito, em atendimento a Lei Nº 8.666/93.

Empresa vencedora:
VINICIUS DA ROCHA FONSECA-ME
- CNPJ Nº 04.480.639/0001-72.
Totalizando um valor global de R$ 99.173,00 (noventa e nove mil, cento e setenta e três reais).

Alegre/ES, 14/04/2021
Gustavo Silva Gusmão
Pregoeiro Oficial do Município
Portaria nº 4.267/21
Protocolo 661946

Barra de São Francisco

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Presencial
000016/2021

1. Síntese do objeto: **Registro de Preços visando a futura e eventual contratação de empresa (s) para fornecimento de materiais de limpeza, higiene pessoal e descartáveis para atender as necessidades das Escolas e CMEI's da Rede Municipal de Ensino e Secretaria Municipal de Educação de Barra de São Francisco, ES, conforme Termo de Referência e Anexo I do Edital.**
2. Tipo de licitação: **Pregão Presencial 000016/2021 - MENOR PREÇO POR ITEM.**
3. Audiência para recebimento, abertura dos envelopes e julgamento da documentação e das propostas: às **09:00** horas do dia **29 de abril de 2021**.
4. Local para a audiência, informações e obtenção do Edital e seus anexos: Comissão Permanente de Licitação, sito na Alameda Santa Terezinha, nº 100, Bairro Centro, na cidade de Barra de São Francisco - Estado do Espírito Santo, ou através do site www.pmbsf.es.gov.br.

Barra de São Francisco, 14 de abril de 2021.
Roberto Ribeiro Martins
Pregoeiro Oficial
Protocolo 661790

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico
000009/2021

1. Síntese do objeto: **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios, materiais de limpeza e higiene pessoal, para atender a demanda de diversos setores desta municipalidade, incluindo Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculo da Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme Termo de Referência e Anexo I do Edital.**
2. Tipo de licitação: **Pregão Eletrônico 000009/2021 - MENOR PREÇO POR ITEM.**
3. Audiência para recebimento, abertura dos envelopes e julgamento da documentação e das propostas: às **09:00** horas do dia **03 de maio de 2021**.
4. Locais para informações e obtenção do Edital e seus anexos: Portal de Compras da BLL (Bolsa de Bolsa de Licitações do Brasil - BLL www.bll.org.br.; sitio oficial da Prefeitura Municipal de Barra de São Francisco, ES - www.pmbsf.es.gov.br; sala da Comissão Permanente de Licitação, sito na Alameda Santa Terezinha, nº 100, Bairro Centro, na cidade de Barra de São Francisco - Estado do Espírito Santo.

Barra de São Francisco, 14 de abril de 2021.
Roberto Ribeiro Martins
Pregoeiro Oficial
Protocolo 661988

Cachoeiro de Itapemirim

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim/ES, através da Equipe de Pregão, torna pública a realização de certame licitatório, conforme segue: **Pregão Eletrônico nº 011/2021 - ID 867185.** Objeto**: Aquisição de Copos Descartáveis 200ml - Registro de Preços.** Acolhimento das propostas a partir de: 16/04/2021 às 17h45min. Abertura de propostas: 03/05/2021 às 12h30min. Início da sessão de disputa: 03/05/2021 às 13h. Edital disponível nos sites www.licitacoes-e.com.br e www.cachoeiro.es.gov.br/licitacao.

Cachoeiro de Itapemirim/ES, 14/04/2021.
RENATA LOPES DOS SANTOS ZAGOTTO
Pregoeira Oficial
Protocolo 661902

Cariacica

AVISO DE SUSPENSÃO
CONCORRÊNCIA Nº 002/2021
Proc. nº 1.658/2021
Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de manutenção do Sistema de Iluminação Pública (SIP), de forma contínua, nos logradouros do Munícipio de Cariacica/ES
O Município de Cariacica, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público a suspensão da licitação em epígrafe, tendo em vista a necessidade de adequações. Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone (27) 3354-5814.
I D . T C E - E S : 2021.017E0600015.01.0001.
Cariacica-ES, 14/04/2021.
Eliza Coelho de Oliveira Valvassori
Presidente da CPL
Protocolo 661984

Conceição da Barra

AVISO DE ALTERAÇÃO NA DATA DE REABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL 12/2021 - SRP

Objeto: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de reprografia, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, tudo conforme Termo de Referência e anexo II. A data de reabertura da licitação será no dia 27 de abril de 2021 às 09:00 horas. Mais informações através do site www.conceicaodabarra.es.gov.br/transparencia/licitacao ou (27)98884-7593.
Conceição da Barra, 14 de abril de 2021.
REINALDO BASILEU GUARESCHI
Pregoeiro
Protocolo 661916

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL 04/2021 - SRP

Objeto: contratação de empresa especializada para fornecimento de itens para distribuição gratuita, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social, tudo conforme Termo de Referência e anexo II. A abertura da licitação será no dia 22 de abril de 2021 às 09:00 horas. Mais informações através do site www.conceicaodabarra.es.gov.br/transparencia/licitacao ou (27)98884-7593.
Conceição da Barra, 14 de abril de 2021.
REINALDO BASILEU GUARESCHI
Pregoeiro
Protocolo 662031

Conceição do Castelo

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico (SRP) nº 00001/2021

O Município de Conceição do Castelo, ES, por meio do Prefeito Municipal, **TORNA PÚBLICO** a quem possa interessar, que realizará licitação Pregão Eletrônico (SRP) nº 00001/2021, UASG 985633, Código de Identificação Cidades - 2021.021E0500001.02.0001, que objetiva a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL NOSSA SENHORA DA PENHA PERTENCENTE AO MUNICIPIO DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES. Tipo Menor Preço Por item. Abertura das propostas e Recebimento dos lances: **a partir das 09h00min do dia 29 de abril de 2021**. Informações através do E-mail: pmcc.licita@gmail.com ou Tel. (28) 3547-1356, Edital na íntegra: www.conceicaodocastelo.es.gov.br - licitações, ou através do site: www.comprasgovernamentais.gov.br.

Conceição do Castelo, ES, 14 de abril de 2021.
CHRISTIANO SPADETTO
Prefeito Municipal
Protocolo 661810

Domingos Martins

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
AVISO DE NOVO HORÁRIO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Domingos Martins torna público que foi

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Data: Quarta-feira, 14 de Abril de 2021 às 22:28:00 Código de Autenticação: a6b29bc

alterado o horário da sessão de abertura do processo licitatório especificado a seguir:

TOMADA DE PREÇOS Nº 015/2021

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de obra de reforma do telhado e instalações elétricas na quadra de esportes da EMEF Fazenda Osvaldo Retz, localizada em Alto Tijuco Preto, Distrito de Ponto Alto, neste Município de Domingos Martins - ES, com fornecimento de materiais, ferramentas e mão de obra, conforme planilha e cronograma físico-financeiro.
Novo Horário de Abertura: 03 de maio de 2021 - **14:00 horas**
INFORMAÇÕES E CÓPIA DO EDITAL: Comissão Permanente de Licitação - Rua Bernardino Monteiro, 22, Centro, Domingos Martins - ES; Tel.(27) 3268-3214, no horário de 08:00 às 12:00 e de 13:00 às 16:00 horas, site: www.domingosmartins.es.gov.br, e-mail: licitacao@domingosmartins.es.gov.br.

Domingos Martins - ES, 14 de abril de 2021.

Thamiris Mayer Lampier Sant'Anna
Presidente da CPL
Protocolo 661909

Ecoporanga

REAVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO 0007/2021

O Município de Ecoporanga/ES, por meio do seu Pregoeiro, torna público a todos os interessados a realização de licitação por meio do sistema eletrônico. O Edital estará disponível no sistema da BLL Compras, site: bllcompras.com, para a licitação abaixo:
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0007/2021:
Registro de preços para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza e conservação.
INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: às 08h00min do dia 15/04/2021.
DATA E HORÁRIO ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: as 08h00min do dia 28/04/2021.
Processo: 143/2021 e 273/2021
ID: 2021.025E0700001.02.0008
Lucas Antunes de Sá
Pregoeiro
Protocolo 661890

Fundão

REPUBLICAÇÃO DE AVISO DE CHAMADA PÚBLICA 002/2021

Processo administrativo nº 1996/2021
O Município de Fundão - ES, por meio da Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar no dia 03/05/2021, às 13:00 horas, nas dependências da CPL, situada à rua Stefano Broseghini - nº 133 - Bairro Centro - Fundão - ES, **Chamada Pública nº 002/2021**, objetivando a cessão de parte de um galpão localizado no Bairro Campestre, Rua dos Imigrantes, s/nº, sede do Município para destinação exclusiva de atividade industrial. Os interessados encontrarão o Edital no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Fundão/ES (www.fundao.es.gov.br), podendo ainda solicitar, por via digital, através do e-mail da CPL (cpl@fundao.es.gov.br) ou *in loco* junto à Comissão Permanente de Licitação, trazendo CD, para copiar o edital, na Rua Stefano Broseghini - nº 133 - Bairro Centro - Fundão - ES.
Data de protocolo dos Envelopes: Até às 17:00 hs do dia 30/04/2021 no protocolo Geral da PMF.
Abertura da Proposta: 03/05/2021, às 13:00 horas, nas dependências da CPL
Maiores informações poderão ser solicitadas por meio da Comissão Permanente de Licitação, de segunda a sexta-feira no horário de 12:00 às 17:00 horas pelo telefone (27) 3267-2008.
Fundão /ES, 14 de abril de 2021.

TERCIANY CRIS BERTOLINI SIQUEIRA
Presidente Substituta da CPL.
Protocolo 661863

Ibatiba

O Município de Ibatiba-ES, torna público para ciência dos interessados que tendo em vista a **retificação do Edital** do Processo Licitatório nº 013/2021 - Pregão Presencial nº 013/2021, Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na locação de veículos de grande porte e máquinas pesadas, rolo compactador, carreta basculante, motoniveladora, pá carregadeira, retroescavadeira, caminhão truck, caminhão toco, caminhão pipa e escavadeira hidráulica, por hora trabalhada, incluindo operadores para as máquinas e motoristas para os caminhões, para transporte de carga pesada e para utilização na execução de obras de pavimentação, conservação de estradas, recuperação de estradas vicinais com aplicação de Revsol, além de outras demandas das Secretarias Municipais", **fica redesignada a data de abertura do certame para 29/04/2021 - Horário: 09:00hs**, a ser realizado no **Auditório da Escola Eunice Pereira da Silveira, à Rua Manoel da Silveira, s/n - Bairro Novo Horizonte - Ibatiba-ES**. O Edital retificado poderá ser retirado diretamente no Setor de Licitações, no horário das 08h00min às 11h30min e de 12h30min às 17h00min, na Rua Salomão Fadlalah, 255, Centro, Ibatiba-ES ou solicitado através do e-mail: setordelicitacaoibatiba@gmail.com ou ainda no Site Oficial do Município: www.ibatiba.es.gov.br . Informações: Tel.: (28) 3543 - 1411 ou (28) 3543-1654, com Nilceia Horsth Ferreira Santos - Presidente da CPL.
Protocolo 661806

ERRATA

Na publicação do dia 13 de Abril de 2021, protocolo nº 661218, **onde se lê:**

Em favor da Empresa GT PROJETOS & CONSULTORIA, GOVERNANÇA LTDA - CNPJ: 30.789.454/0001-54.

Leia-se:

Em favor do Senhor GERALDO FLORINDO DE FREITAS - CPF: 069.007.247-36.
Protocolo 661782

Ibitirama

AVISO DE RESULTADO DE DISPUTA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2021

O Pregoeiro e Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Ibitirama - ES, constituída pelo Decreto nº 058/2021, torna público para conhecimento dos interessados, o resultado de disputa do **PREGÃO ELETRÔNICO 006/2021.**
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para possível fornecimento de Gêneros Alimentícios, para preparo de Merenda Escolar da Rede Municipal de Ensino, referente ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, CEMEI's, APAE, em atendimento a Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Ibitirama.
Declarada Vencedora: "Premium Comércio e Serviços Ltda - EPP", "S. J. Degasperi Ltda" e "Pontal Distribuidora Eireli".
Valor: R$ 1.261.558,00.
Ibitirama - ES, 14 de abril de 2021.
JOSIMAR XAVIER DA COSTA
Pregoeiro
Protocolo 661836

Irupi

AVISO DO
PREGÃO PRESENCIAL
SRP Nº 013/2021

O Município de Irupi/ES, atendendo à solicitação da Secretaria Municipal de Administração, torna público a realização do Pregão Presencial para o Registro de Preços visando a futura contratação de empresa especializada na prestação de serviços de publicações diversas da Prefeitura Municipal de Irupi/ES em jornal de circulação semanal e diário na Região do Caparaó, em atendimento à Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, conforme especificações e quantidades estimadas;
Abertura: 29/04/2021
Horário: 13:00 horas
Local: sede da Prefeitura, situada à Rua Jalmas Gomes de Freitas, 151, Irupi - ES, Informações no endereço acima ou no e-mail cpl.irupi@gmail.com e pelo site www.irupi.es.gov.br
Liliana Lopes Romualdo da Costa
Pregoeira Interina
Protocolo 661926

João Neiva

RESULTADO DE JULGAMENTO - CHAMADA PUBLICA Nº 001/2021

O MUNICÍPIO DE JOÃO NEIVA, através da Comissão designada para realização da chamada pública n.º 001/2021, constituída pela Portaria n.º 12.004 de 29/01/2021, TORNA PÚBLICO o resultado de julgamento dos produtos apresentadas pelos Agricultores Individuais, conforme abaixo:
1) Agricultora **Marcilene Jacinto Santana Rosa**: abóbora madura (500 kg), banana da terra (800 kg), banana nanica (1.500 kg), banana prata (1.500 kg) e mandioca (600 kg) no valor total de R$ 12.788,00; 2) Agricultora **Cleusa Benedita Machado Tintori**: fubá de milho (600 Kg), limão branco (200 Kg), chuchu (500 Kg), repolho (500 Kg), colorau (400 pct), cenoura (500 Kg), inhame (500 Kg), beterraba (150 Kg) no valor total de R$ 14.692,00; 3) Agricultor **Laurindo Antonio Pasolini**: palmito (500 Kg), biscoito doce tipo polvilho com coco (120 Kg), biscoito doce sabor leite condensado (120 Kg), biscoito doce sabor maracujá (120 Kg), biscoito doce sabor champagne (86 Kg) no valor total de R$ 19.998,00; 4) **Cooperativa CAF Colatina**: abacaxi (1.000 un.), abobrinha italiana (350 Kg), alface (1.000 pés), acelga (400 un.), agrião (300 maços), batata doce (350 Kg), biscoito doce sabor champagne (34 Kg), brócolis (200 maços), cebolinha verde (1.000 maços), coentro (800 maços), salsa (1.000 maços), ovos de galinha (1.200 dúzias), feijão carioca (1.200 Kg), feijão preto (300 Kg), hortelã fresca (100 maços), laranja lima (1.000 Kg), mamão papaya (1.000 Kg), pimentão verde (230 Kg), mexerica ponkan (800 Kg), polpa de frutas no sabor maracujá (200 Kg), polpa de frutas no sabor graviola (200 Kg), polpa de frutas no sabor goiaba (250 Kg), polpa de frutas no sabor abacaxi (250 Kg), polpa de frutas no sabor acerola (250 Kg), vagem (200 Kg), pepino (300 Kg), goiaba (1.000 Kg), melancia (1.500 Kg), taioba (200 maços), tomate (800 Kg), couve-flor (200 un.), quiabo (200 Kg), rabanete (150 Kg) no valor total de R$ 76.071,10. Os produtos alho in natura, couve

manteiga, farinha de mandioca, iogurte sabor morango, queijo minas frescal e suco de uva foram declarados DESERTOS.
João Neiva-ES, 14 de abril de 2021.
PAULO SÉRGIO DE NARDI
Prefeito Municipal

DIEYNA DAL PIERO FRAGA
Presidente da Comissão
Portaria nº 12.004 de 29/01/2021
Protocolo 661900

Laranja da Terra

PREGÃO PRESENCIAL N° 006/2021 - FMSLT
EXCLUSIVO PARA ME E EPP
O Fundo Municipal de Saúde de Laranja da Terra, Estado do Espírito Santo, através do Pregoeiro Oficial, torna público que será realizado no dia **28 de Abril de 2021, às 08:00 horas**, abertura do **Pregão Presencial n° 006/2021**, visando a aquisição de material de expediente (PAPEL A4), para atender diversos Setores Administrativos do Fundo Municipal de Saúde. O edital está à disposição dos interessados nos dias úteis de 07 às 13 horas na Sala do Pregoeiro, na Avenida Luiz Obermüller Filho, n° 85, Centro, Laranja da Terra - ES, e no site www.laranjadaterra.es.gov.br. Contatos: (27) 3736-1356 / 3736-1007, e-mail licitacao@laranjadaterra.es.gov.br.
Laranja da Terra/ES, 14/04/2021.
PAULO CESAR PALACIO
Pregoeiro Oficial
Protocolo 661853

PREGÃO PRESENCIAL N° 002/2021 - FMASLT
EXCLUSIVO PARA ME E EPP
O Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Laranja da Terra, através de seu Pregoeiro Oficial, torna público que será realizado no dia **28 de Abril de 2021 às 09:00 horas**, abertura do **Pregão Presencial n° 002/2021**, visando a aquisição de material de expediente diversos, para atender aos Programas do Fundo Municipal de Assistência Social. O Edital está à disposição dos interessados nos dias úteis de 07 às 13 horas na Sala do Pregoeiro, na Avenida Luiz Obermüller Filho, n° 85, Centro, Laranja da Terra - ES e no site www.laranjadaterra.es.gov.br. Contatos:(027) 3736-1356, e-mail licitacao@laranjadaterra.es.gov.br.
Laranja da Terra/ES, 14/04/2021.
PAULO CESAR PALACIO
Pregoeiro Oficial
Protocolo 661854

Linhares

AVISO DO RESULTADO DO JULGAMENTO REFERENTE A TOMADA DE PREÇOS Nº 014/2020
O Município de Linhares, Estado do Espírito Santo, através da Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria Nº 042/2021, de 11/02/2021, torna público para conhecimento dos interessados o resultado da TOMADA DE PREÇOS Nº 014/2020, conforme abaixo:
Empresa Vencedora: SALVADOR ENGENHARIA LTDA
A Comissão Permanente de Licitação informa ainda, que abre-se o prazo legal para interposição de recursos. Cód. CidadES Contratações: 2020.042E0600024.01.0010
Linhares-ES, 14 de abril de 2021.
Kátia Cilene dos Santos Félix
Presidente da CPL
Protocolo 661888

AVISO DO RESULTADO DO JULGAMENTO REFERENTE A HABILITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2021
O Município de Linhares, Estado do Espírito Santo, através da Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria Nº 042/2021, de 11/02/2021, torna público para conhecimento dos interessados o resultado de Habilitação da TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2021.
EMPRESAS HABILITADAS: BETA ENGENHARIA E PROJETOS LTDA EPP e RIZ ENGENHARIA EIRELI. Os autos encontram-se com vistas franqueadas. A Comissão Permanente de Licitação informa ainda, que abre-se o prazo legal para interposição de recursos. Cód. CidadES Contratações: 2021.042E0600024.01.0001.
Linhares-ES, 14 de abril de 2021.
Kátia Cilene dos Santos Félix
Presidente da CPL
Protocolo 661912

Marechal Floriano

AVISO DE ANULAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2021

O Prefeito de Marechal Floriano, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no disposto no artigo 49 da Lei nº 8.666/93 e na Súmula 473 do STF, **ANULA** o Processo Licitatório - PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2021, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM ASSESSORIA ORÇAMENTÁRIA, CONTÁBIL, FINANCEIRA E PATRIMONIAL, COM VISITAS TÉCNICAS *IN-LOCO,* PARA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL FLORIANO. Os autos processuais encontram-se a disposição dos interessados junto a Prefeitura Municipal de Marechal Floriano: Rua Davide Canal, nº 57, Centro, Marechal Floriano/ES, no horário de 12 às 17 horas.

Marechal Floriano-ES, 13 de abril de 2021.

JOÃO CARLOS LORENZONI
Prefeito
Protocolo 661825

Muqui

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2021
O Município de Muqui-ES, torna público que às 08:30h do dia 28/04/2021 na sede da Prefeitura realizará licitação visando aquisição de batedeira de cereais. O edital se encontra disponível no portal da transparência, podendo também ser obtido na sede da Prefeitura, à Rua Satyro França, 95, Muqui - ES, ou e-mail licitacao@muqui.es.gov e informações pelo tel 28-3554-1456.
Muqui-ES, 14 de abril de 2021.
Miguel Montozo Neto
Pregoeiro
Protocolo 662009

Pinheiros

NOTA EXPLICATIVA
A Prefeitura Municipal de Pinheiros - ES, torna público que por motivo de inexecução injustificada de contrato foi aberto o processo adiministrativo 071/2021, para rescisão unilateral do contrato 058/2020, firmado com a empresa DIGITAL MONTAGEM MANUTENÇÃO INDUSTRIAL E SERVIÇOS EIRELI. De modo que o termo de rescisão contratual foi elaborado no dia 05/02/2021, contudo, houve erro material na data do termo de rescisão, haja vista que enquanto corria o processo para rescisão do contrato 058/2020, o contratado fez alguns serviços na obra a qual apresentou sua medição no dia 11/02/2021. Diante do quadro apresentado com o poder de autotutela revoga-se a data da rescisão do contrato de 05/02/2021 para a data de 01/03/2021.
Pinheiros, 12 Abril de 2021.
ARNÓBIO PINHEIRO SILVA
Prefeito Municipal
Protocolo 661768

Pedro Canário

COMUNICADO REFERENTE AOS PREGÕES ELETRÔNICOS Nº 007/2021 E 007/2021-FMS
O Pregoeiro do Município de Pedro Canário-ES, torna público para conhecimento dos interessados, que tendo em vista o feriado Federal de Tiradentes (21/04/2021), fica adiada a abertura dos PREGÕES ELETRÔNICOS Nº 007/2021 e 007/2021-FMS para o dia 22/04/2021 Às 09:00.
O comunicado encontra-se disponível no site www.pedrocanario.es.gov.br.
Pedro Canário/ES, 14 de abril de 2021.
PREGOEIRO OFICIAL PMPC
Protocolo 661952

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA
Pregão Eletrônico N° 005/2021
O Fundo Municipal de Saúde de Pedro Canário, através do Pregoeiro, no uso das suas atribuições legais, torna público que o **Pregão Eletrônico N° 005/2021 foi declarado DESERTA,** pela ausência absoluta de participantes.

Pedro Canário/ES, 14 de abril de 2021
PREGOEIRO OFICIAL
Protocolo 661936

São Mateus

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ARP Nº 012/2021
Lote 01 - Lanche: valor total R$ 1.021.940,00; **Lote 02 - Hortifruti:** valor total R$ 639.987,00; **Lote 08 - Cereais II (Produtos Básicos):** valor total R$ 160.000,00
Empresa: S. J. DEGASPERI LTDA (CNPJ: 36.064.100/0001-29)
Valor global dos Lotes: R$ 1.821.927,00

ARP Nº 013/2021
Lote 03 - Carne Bovina: valor total R$ 287.680,00; **Lote 04 - Carne Avina**: valor total R$ 264.000,00; **Lote 05 - Carne Suína**: valor total R$ 317.975,00
Empresa: SERGIO BRAULIO RIBEIRO (CNPJ: 07.301.845/0001-66)
Valor global do Item: R$ 869.655,00

ARP Nº 014/2021
Lote 06 - Peixe: valor total R$ 376.600,00
Empresa: CASTELAN MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS EIRELI (CNPJ: 08.849.621/0001-56)
Valor global dos Itens: R$ 376.600,00

OBJETO COMUM A TODAS AS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS
Órgão/Entidade: SEC. MUN. EDUCAÇÃO / PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS-ES
Processo licitatório Nº: 019.902/2020
Edital: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2021
Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS NO PREPARO DA MERENDA ESCOLAR.
Vigência: 10 meses (14/04/2021 a 13/02/2022)
A íntegra da Ata de Registro de Preços, com a discriminação dos valores unitários, está disponível para consulta no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de São Mateus/ES.
ID CIDADES CONTRATAÇÕES: 2021.067E0600007.02.0001

São Mateus - ES, 14/04/2021.

JOSÉ ADILSON VIEIRA DE JESUS
Secretário Municipal de Educação
Protocolo 662004

Vargem Alta

PREGÃO DE REABERTURA PRESENCIAL Nº 011/2021

O Município de Vargem Alta/ES, por intermédio de sua Pregoeira, torna público a **reabertura** do processo licitatório tendo em vista que, por ocasião da abertura, não acudiram interessados sendo a mesma declarada Deserta.
DATA DA ABERTURA: 28/04/2021 às 13:00h.
OBJETO - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE TRANSMISSORES E RETRANSMISSORES DE TV ABERTA. O Edital poderá ser retirado no site www.vargemalta.es.gov.br. Demais informações pelo telefone (28) 99942-6643, em 14/04/2021.
ID Cidades: 2021.071E0700001.01.0014

Sâmela N. Gomes
Pregoeira
Protocolo 661832

Venda Nova do Imigrante

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL
Nº 000019/2021 (SRP)

A Prefeitura Municipal de Venda Nova do Imigrante - ES, através da Pregoeira, em cumprimento à Lei 8.666/93, 10.520/02, LC nº 123/06, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial tipo menor preço por lote.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MARMITEX E REFEIÇÃO PARA DIVERSAS SECRETARIAS. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA EMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADAS.
ABERTURA: 29/04/2021, às 12:30 horas.
Informações: Prefeitura Municipal de Venda Nova do Imigrante - Av. Evandi Américo Comarela, 385 - VNI - ES. Tel (28) 3546-1188 R: 251, de segunda à sexta-feira, no horário de 12:00 às 18:00 horas, ou pelo site www.vendanova.es.gov.br.

Alexandra de Oliveira Vinco
Pregoeira Oficial
Protocolo 661852

RESUMO ATA
000023/2021
Referente ao pregão Eletrônico nº 00002/2021 Contratante: Prefeitura Municipal de Venda Nova do Imigrante - ES.
CONTRATADA: DURVAL EMERSON E. DE SOUSA -COMERCIAL
VALOR: R$ 35.640,00
VIGÊNCIA: 30/03/2021 A 30/03/2022

RESUMO ATA
000024/2021
Referente ao pregão Eletrônico nº 00002/2021 Contratante: Prefeitura Municipal de Venda Nova do Imigrante - ES.
CONTRATADA: FOX BRASIL COMERCIO DE MATERIAL HOSPITALAR EIRELI
VALOR: R$ 35.640,00
VIGÊNCIA: 30/03/2021 A 30/03/2022

RESUMO ATA
000025/2021
Referente ao pregão Eletrônico nº 00002/2021 Contratante: Prefeitura Municipal de Venda Nova do Imigrante - ES.
CONTRATADA: FVP COELHO ME
VALOR: R$ 18.080,00
VIGÊNCIA: 30/03/2021 A 30/03/2022

RESUMO ATA
000026/2021
Referente ao pregão Eletrônico nº 00002/2021 Contratante: Prefeitura Municipal de Venda Nova do Imigrante - ES.
CONTRATADA: GENES COMERCIAL LTDA ME
VALOR: R$ 146.085,00
VIGÊNCIA: 30/03/2021 A 30/03/2022

RESUMO ATA
000027/2021
Referente ao pregão Eletrônico nº 00002/2021 Contratante: Prefeitura Municipal de Venda Nova do Imigrante - ES.
CONTRATADA: J.B COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI EPP
VALOR: R$ 14.841,50
VIGÊNCIA: 30/03/2021 A 30/03/2022

RESUMO ATA
000028/2021
Referente ao pregão Eletrônico nº 00002/2021 Contratante: Prefeitura Municipal de Venda Nova do Imigrante - ES.
CONTRATADA: JCP COMERCIAL DESKART LTDA
VALOR: R$ 12.696,00
VIGÊNCIA: 30/03/2021 A 30/03/2022

RESUMO ATA
000029/2021
Referente ao pregão Eletrônico nº 00002/2021 Contratante: Prefeitura Municipal de Venda Nova do Imigrante - ES.
CONTRATADA: JM INDUSTRIA DE CONFECCOES E BRINDES EIRELI
VALOR: R$ 4.299,00
VIGÊNCIA: 30/03/2021 A 30/03/2022

JOAO PAULO SCHETTINO MINETI
Prefeito Municipal
Protocolo 661864

RESUMO ATA
000016/2021
Referente ao pregão Eletrônico nº 00003/2021 Contratante: Prefeitura Municipal de Venda Nova do Imigrante - ES.
CONTRATADA: DESTAQUE COMERCIAL DE PRODUTOS EM GERAL EIRELI
VALOR: R$ 122.861,00
VIGÊNCIA: 11/03/2021 A 11/03/2022

RESUMO ATA
000015/2021
Referente ao pregão Eletrônico nº 00003/2021 Contratante: Prefeitura Municipal de Venda Nova do Imigrante - ES.
CONTRATADA: FORTCOM COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTFA ME
VALOR: R$ 118.678,00
VIGÊNCIA: 11/03/2021 A 11/03/2022

RESUMO ATA
000018/2021
Referente ao pregão Eletrônico nº 00003/2021 Contratante: Prefeitura Municipal de Venda Nova do Imigrante - ES.
CONTRATADA: NUTRIBEM SUPERMERCADO LTDA
VALOR: R$ 365.121,79
VIGÊNCIA: 11/03/2021 A 11/03/2022

RESUMO ATA
000017/2021
Referente ao pregão Eletrônico nº 00003/2021 Contratante: Prefeitura Municipal de Venda Nova do Imigrante - ES.
CONTRATADA: M.G DE OLIVEIRA MILHORATO ME
VALOR: R$ 29.906,99
VIGÊNCIA: 11/03/2021 A 11/03/2022

JOAO PAULO SCHETTINO MINETI
Prefeito Municipal
Protocolo 661866

Vila Pavão

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N° 008/2021
PROCESSO Nº 000263/2021
OBJETO: Contratação de empresa especializada em fornecimento de bloquetes e meio fio para calçamento e reparos em calçamento das ruas da Sede e dos Distritos do município
LICITAÇÃO COM ITENS EXCLUSIVOS PARA MICROEMPRESAS - ME EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - EPP.
ABERTURA: 30/04/2021, às 09h00min.
Informações complementares e cópia do Edital poderão ser obtidas no setor de licitações na Rua Trav. Pavão, 80, 2° Andar, Centro, no horário de 08h00min às 11h00min em dias úteis, pelo tel. (27) 3753-1022 e/ou através do site oficial do município www.vilapavao.es.gov.br.

Vila Pavão/ES, 14/04/2021.

Roberto Selia
Pregoeiro Oficial
Protocolo 661771

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2021
PROCESSO Nº 000513/2020
OBJETO: Aquisição de material permanente para o C.R.A.S - Centro de Referência de Assistência Social e Secretaria Municipal de Saúde.
LICITAÇÃO EXCLUSIVA ÀS MICROEMPRESAS - ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - EPP E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS - MEI.
ABERTURA: 29/04/2021, às 08h00min.
Informações complementares e cópia do Edital poderão ser obtidas no setor de licitações na Rua Trav. Pavão, 80, 2° Andar, Centro, no horário de 08h00min às 11h00min em dias úteis, pelo tel. (27) 3753-1022 e/ou através dos sites:
PMVP: www.vilapavao.es.gov.br.
BLL: Endereço Eletrônico de Disputa:http://lanceeletronico.cloudapp.net Endereço Eletrônico de Cadastro no Sistema: http://bll.org.br/cadastro/.

Vila Pavão/ES, 14/04/2021.

Roberto Selia
Pregoeiro Oficial
Protocolo 661848

Entidades Municipais

Fundo Municipal de Saúde de João Neiva

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010 e 011/2021
CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE JOÃO NEIVA/ES, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
OBJETO: Registrar preços para futura e eventual aquisição de equipamentos permanentes e materiais para equipar a Sala de Vacina do Município de João Neiva.
PREGÃO ELETRÔNICO: 005/2021
DETENTORA DA ATA: QUICKBUM E COMMERCE EIRELI
ITEM: 01 no VALOR TOTAL: R$ 14.699,99 (quatorze mil, seiscentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos).
DETENTORA DA ATA: GO VENDAS ELETRÔNICAS EIRELI
ITEM: 02 no VALOR TOTAL: R$ 3.660,00 (três mil, seiscentos e sessenta reais).
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a partir de sua assinatura, sendo vedada sua prorrogação.
João Neiva/ES, 14 de abril de 2021.
Dirceu Antônio Gripa
Paulo Sérgio De Nardi
Gestor do Fundo Municipal de Saúde Prefeito Municipal
Protocolo 661937

Fundo Municipal de Saúde de Vila Valério

RATIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 019/2021 - PROCESSO Nº 0.671/2021
TERMO DE RATIFICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 019/2021 PROCESSO Nº 0.671/2021

OBJETO: Aquisição de aparelhos de Eletrocardiograma para as unidades que atendem pacientes com suspeita ou positivo para o COVID-19.

O Município de Vila Valério/ES, através do Fundo Municipal de Saúde de Vila Valério/ES, tendo por Gestora a Sra. **CAZUZA ZORZANELLI ROSSINI ROBERTI,** torna público que, em virtude de haver concordado com as justificativas e o Parecer da Assessoria Jurídica do município, resolve **RATIFICAR** o ato de Dispensa de Licitação, fulcrada no incison IV, do artigo 24 da Lei 8.666/93, e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 da Lei Federal nº 8.666/93.
Considerando a necessidade de contratação dos serviços acima especificados;
Considerando a justificativa apresentada e a emissão de parecer jurídico pelo ilustre assessora jurídica municipal, onde a mesma expressa ser favorável a contratação da referida instituição, através da dispensa de licitação;
Considerando ainda, que concordamos e entendemos necessário e legal a contratação da instituição indicada para prestação dos serviços indicados, **RATIFICO** os termos da presente Dispensa de Licitação nº 019/2021, para que produza todos os efeitos legais, inclusive possibilite a celebração do contrato administrativo com **S2 SAUDE LTDA**, fornecedor escolhido e justificado.
Por fim determino a publicação desse ato de ratificação, com a consequente publicação do seu extrato na imprensa oficial para que produza todos os efeitos previstos em lei.
FORNECEDOR: S2 SAUDE LTDA.
CNPJ sob o n.º 16.740.031/0001-19
VALOR ESTIMADO: R$ 33.680,00 (Trinta e Três Mil Seiscentos e Oitenta Reais).

Vila Valério - ES, em 14 de abril de 2021.
CAZUZA ZORZANELLI ROSSINI ROBERTI
Gestora Municipal de Saúde do Município de Vila Valério/ES
Protocolo 661889

Fundo Municipal de Educação de Vila Valério

RATIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2021 - PROCESSO Nº 0.507/2021
TERMO DE RATIFICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2021 PROCESSO Nº 0.507/2021

OBJETO: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços e instalação de caixa d'agua e cobertura na escola EMEF Araribóia.
O Município de Vila Valério/ES, através do Fundo Municipal de Educação de Vila Valério/ES, tendo por Gestora a Sra. **DULCINEA ZORZANELLI BRUMATI,** torna público que, em virtude de haver concordado com as justificativas e o Parecer da Assessoria Jurídica do município, resolve **RATIFICAR** o ato de Dispensa de Licitação, fulcrada no inciso II, do artigo 24 da Lei 8.666/93, e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 da Lei Federal nº 8.666/93.
Considerando a necessidade de contratação dos serviços acima especificados;
Considerando a justificativa apresentada e a emissão de parecer jurídico pelo ilustre assessora jurídica municipal, onde a mesma expressa ser favorável a contratação da referida instituição, através da dispensa de licitação;
Considerando ainda, que concordamos e entendemos necessário e legal a contratação da instituição indicada para prestação dos serviços indicados, **RATIFICO** os termos da presente Dispensa de Licitação nº 010/2021, para que produza todos os efeitos legais, inclusive possibilite a celebração do contrato administrativo com o **CONSTRUTORA KERNER EIRELI - ME**, fornecedor escolhido e justificado.
Por fim determino a publicação desse ato de ratificação, com a consequente publicação do seu extrato na imprensa oficial para que produza todos os efeitos previstos em lei.
FORNECEDOR: CONSTRUTOTA KERNER EIRELI - ME
CNPJ sob o n.º 25.107.584/0001-20
VALOR ESTIMADO: R$ 13.502,03 (Treze Mil Quinhentos e Dois Reais e Três Centavos).

Vila Valério - ES, em 14 de abril de 2021.
DULCINEA ZORZANELLI BRUMATI
Gestora Municipal de Educação do Município de Vila Valério/ES
Protocolo 661876

RATIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2021 - PROCESSO Nº 0.508/2021
TERMO DE RATIFICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2021 PROCESSO Nº 0.508/2021

OBJETO: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços emergenciais para atender as necessidades da Secretaria para a realização de raparos na EMEIEF Welton Altoé Caliman.
O Município de Vila Valério/ES, através do Fundo Municipal de Educação de Vila Valério/ES, tendo por Gestora a Sra. **DULCINEA ZORZANELLI BRUMATI,** torna público que, em virtude de haver concordado com as justificativas e o Parecer da Assessoria Jurídica do município, resolve **RATIFICAR** o ato de Dispensa de Licitação, fulcrada no inciso II, do artigo 24 da Lei 8.666/93, e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 da Lei Federal nº 8.666/93.
Considerando a necessidade de contratação dos serviços acima especificados;
Considerando a justificativa apresentada e a emissão de parecer jurídico pelo ilustre assessora jurídica municipal, onde a mesma expressa ser favorável a contratação da referida instituição, através da dispensa de licitação;
Considerando ainda, que concordamos e entendemos necessário e legal a contratação da instituição indicada para prestação dos serviços indicados, **RATIFICO** os termos da presente Dispensa de Licitação nº 009/2021, para que produza todos os efeitos legais, inclusive possibilite a celebração do contrato administrativo com o **CONSTRUTORA KERNER EIRELI - ME**, fornecedor escolhido e justificado.
Por fim determino a publicação desse ato de ratificação, com a consequente publicação do seu extrato na imprensa oficial para que produza todos os efeitos previstos em lei.
FORNECEDOR: CONSTRUTOTA KERNER EIRELI - ME
CNPJ sob o n.º 25.107.584/0001-20
VALOR ESTIMADO: R$ 8.355,81 (Oito Mil Trezentos e Cinquenta e Cinco Reais e Oitenta e Um centavos).

Vila Valério - ES, em 14 de abril de 2021.
DULCINEA ZORZANELLI BRUMATI
Gestora Municipal de Educação do Município de Vila Valério/ES
Protocolo 661878

Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Iconha

AVISO DE LICITAÇÃO - Pregão Presencial nº 05/2021 - Menor Preço por Item

O SAAE de ICONHA, autarquia municipal situada à Rua Francisco Anholete, nº 47, Centro, Iconha - ES, por intermédio de sua PREGOEIRA nomeada pela Portaria nº 14 de 2021, torna público que realizará licitação, na modalidade Pregão Presencial, com o seguinte objeto: contratação de empresa para fornecimento e instalação de portões, fechamentos e proteção para as instalações de tratamento e captação de agua e esgoto do SAAE de Iconha, conforme especificações técnicas e diretrizes contidas no Anexo I do Edital. Os envelopes serão recebidos no endereço acima até às 12:45 horas do dia 28/04/2021. **A sessão de pregão se realizará ao dia 28/24/2021 às 13:00 horas, no mesmo endereço.**
Para obtenção do Edital e Anexos: Requerimento à CPL pelo e-mail administrativo@saaeiconha.com.br, Para solução de eventuais dúvidas, contatar o SAAE no telefone (28) 3537-1356 ou no mesmo endereço de *e-mail* acima.
FÁTIMA SARTÓRI MISSÁGIA
Pregoeira

Protocolo 661869

DIÁRIO OFICIAL

DO MUNICÍPIO DA SERRA

www.dio.es.gov.br | Serra (ES), quinta-feira, 15 de Abril de 2021 | www.serra.es.gov.br

Edição N°72

ATOS MUNICIPAIS

Atos Municipais

Decretos

DECRETO Nº 1.203, DE 09 DE ABRIL DE 2021
Designar servidores para compor a JIF - Junta de Impugnação Fiscal de acordo com a Lei Municipal nº 4853 de 06 de julho de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DA SERRA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, usando das atribuições legais, e considerando o estabelecido na Lei Municipal nº 4.853 de 06 de julho de 2018;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os servidores abaixo relacionados para compor a Junta de Impugnação Fiscal da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - SEDUR:

I - Presidente: Ana Lucia de Farias Pinheiro;
Suplente: Luiz Brwbayker Alves Macedo;
II - Membro: Wellington Costa Freitas
Suplente: Sebastião Carlos Bueno de Resende;
III - Membro: João Antonio Ramos dos Santos;
Suplente: Fabrício Borges Pereira;
IV - Membro: Mara Rubia da Rocha Oliveira Pinheiro;
Suplente: Jeferson Miranda Pimentel;
V - Secretária Executiva: Grazielly Suelly Prado rangel;
Suplente: Rafael Guimarães.

Art. 2º Este Decreto entrará vigor na data de sua publicação.

Palácio Municipal em Serra, aos 09 de abril de 2021.

ANTÔNIO SERGIO ALVES VIDIGAL
Prefeito Municipal

Protocolo 661958

DECRETO Nº 1.206, DE 09 DE ABRIL DE 2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE SERRA, **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, usando das atribuições legais, que lhe são conferidas pelo disposto no inciso V do artigo 72 da Lei Orgânica do Município de Serra e, considerando o disposto nos artigos 13 e 14, II, § 2º da Lei nº 2.360/2001,

DECRETA:

Artigo 1º - Retifica o Art. 1º do decreto nº1.201, de 08 de abril de 2021:
Onde se lê: [...]
DIEMES FERREIRA XAVIER
HIRAN ROSSMAN MAFRA
RICARDO FOLINO OLIVEIRA

Leia-se: [...]
DIEMES VIEIRA XAVIER
HIRAN ROSSMAM MAFRA
RICARDO POLIGNO OLIVEIRA

Artigo 2º- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Municipal em Serra, 09 de abril de 2021.

ANTÔNIO SERGIO ALVES VIDIGAL
Prefeito Municipal

Protocolo 661959

DECRETO Nº 1.215, DE 14 DE ABRIL DE 2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE SERRA, **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, usando das atribuições legais, que lhe são conferidas pelo disposto no inciso V do artigo 72 da Lei Orgânica do Município de Serra e, considerando o disposto nos artigos 13 e 14, II, § 2º da Lei nº 2.360/2001,

DECRETA:
Art. 1º Cessa os efeitos do Decreto nº 1.200, de 08 de abril de 2021, que designou o servidor **ALESSANDRO DAROS VIEIRA**, para responder interinamente pelo cargo de SECRETARIO DE DEFESA SOCIAL, da Secretaria Municipal de Defesa Social - SEDES.
Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Municipal em Serra, 14 de abril de 2021.

ANTÔNIO SERGIO ALVES VIDIGAL
Prefeito Municipal

Protocolo 661963

Portaria

PORTARIA Nº 50, DE 09 DE ABRIL DE 2021

O PREFEITO MUNICIPAL DA SERRA, Estado do Espírito Santo, usando das atribuições legais, que lhe são conferidas pelo disposto no inciso V do artigo 72 da Lei Orgânica do Município e, considerando o inteiro teor do processo administrativo nº 3238/2021 e Apenso nº 10252/2021,

R E S O L V E :

Art. 1º Concede licença ao servidor **ROGERIO DA SILVA RESENDE**, Médico Clínico Geral, matrícula 10831, para o desempenho do mandato eletivo de Vice-Prefeito do município de Colatina/ES, referente à legislatura de 2021/2024, pelo período de 01/01/2021 a 31/12/2024, com base no artigo 38, inciso II da Constituição Federal, c/c com artigo 93, inciso VIII e artigo 114, inciso II da Lei nº 2360/2001 e art. 36 da Lei Orgânica Municipal.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio Municipal em Serra, aos 09 de abril de 2021.

ANTÔNIO SERGIO ALVES VIDIGAL
Prefeito Municipal

DAYSE MARIA OSLEGHER LEMOS
Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos

Protocolo 661804

PORTARIA Nº 49, DE 09 DE ABRIL DE 2021

O PREFEITO MUNICIPAL DA SERRA, Estado do Espírito Santo, usando das atribuições legais, que lhe são conferidas pelo disposto no inciso V do artigo 72 da Lei Orgânica do Município e, considerando o inteiro teor do processo administrativo nº 270/2021,

R E S O L V E :

Art. 1º Cessar, **a partir de 04/01/2021**, os efeitos da Portaria nº 100, de 8 de abril de 2019, que concedeu licença sem vencimento à servidora **LINDINALVA FERNANDES RAMOS**, matrícula nº 34562, ocupante do cargo de Professor MaPB - Língua Portuguesa, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEDU.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio Municipal em Serra, aos 09 de abril de 2021.

ANTÔNIO SERGIO ALVES VIDIGAL
Prefeito Municipal

DAYSE MARIA OSLEGHER LEMOS
Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos

Protocolo 661807

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Data: Quarta-feira, 14 de Abril de 2021 às 22:28:00 Código de Autenticação: a6b29bcd

Instrução de Serviço

SECRETARIA DE SAÚDE
Extrato do 1° Termo Aditivo do Contrato n° 086/2020

Resumo de Termo Aditivo em atendimento ao artigo 61, parágrafo único da Lei Federal nº 8.666/93.
Aditivo nº: 1°.
Contrato original nº: **86/2020** - Processo n° **11192/2021**
Objeto do contrato original: Contratação de Empresa Especializada em prestação de serviços de Gerenciamento do abastecimento de combustíveis dos veículos por meio da operação e implantação de sistema informatizado e integrado com a utilização de cartão de pagamento magnético ou micro processado e disponibilização de rede credenciada de postos de combustíveis, compreendendo a distribuição de: Álcool (etanol), gasolina comum, diesel comum e diesel S10 para frota de veículos automotores da Prefeitura Municipal da Serra;
Contratada: PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA;
Objeto: Prorrogação da vigência;
Valor: R$ 565.538,40(Quinhentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e trinta e oito reais e quarenta centavos);
Dotação orçamentária: 10.122.0530.2.004
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00
Fonte de Recursos: 1.211.0000
Prazo de vigência: de 13/04/2021 a 12/04/2022.
Nº da Nota de Empenho: (825/2021).
Data da assinatura do termo: 09/04/2021
Justificativa: Justifica-se em virtude da necessidade de fornecimento de combustível, com vistas ao abastecimento da frota de veículos automotores da Secretaria Municipal de Saúde, sendo imprescindível para a execução da política de saúde do município;
Pareceres Jurídico (PROGER) fls. 61/65 dos autos.
Fiscal do Contrato: Leni Maria Cezário
Gestor: Elizandro Ventura Sarmento Nicolau da Silva

Serra (ES), 14 de abril de 2021

SHEILA CRISTINA DE SOUZA CRUZ
Secretária Municipal de Saúde

Protocolo 661845

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATO NÚMERO: 249/2020. 2º TERMO ADITIVO.
CONTRATADO: ZAMBELINE ENGENHARIA LTDA.-EPP.
OBJETO: EXECUÇÃO DA OBRA DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO DA RUA UBERLÂNDIA NO BAIRRO NOVA CARAPINA I.
OBJETIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO 249/2020 POR MAIS 60 (SESSENTA) DIAS.

SERRA (ES), 13 DE ABRIL DE 2021

HALPHER LUIGGI MÔNICO ROSA
Secretário Municipal de Obras

Protocolo 661966

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATO NÚMERO: 250/2019. 2º TERMO ADITIVO.
CONTRATADO: BERTOLI CONSTRUÇÕES LTDA.
OBJETO: EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO FNDE (FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL) - TIPO II - EM BAIRRO DE FÁTIMA.
OBJETIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 250/2019 POR MAIS 200 (DUZENTOS) DIAS E DO PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA POR MAIS 150 (CENTO E CINQUENTA) DIAS.

SERRA (ES), 05 DE ABRIL DE 2021

ALESSANDRO BERMUDES GOMES
Secretário Municipal de Educação

Protocolo 661968

CONVÊNIO Nº 106/2021
PROCESSO Nº 4407/2021

CONVÊNIO DE PERMUTA DE SERVIDORES QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DA SERRA E O MUNICÍPIO DE ARACRUZ.

O MUNICÍPIO DA SERRA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Maestro Antônio Cícero, nº 111, Centro - Serra/ES, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 27.174.093/0001-27, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. **ANTÔNIO SERGIO ALVES VIDIGAL,** brasileiro, casado e residente neste Estado, e o **MUNICÍPIO DE ARACRUZ**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Morobá, nº 20, Bairro: Morobá, Aracruz/ ES - CEP: 29.192-733, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 27.142.702/0001-66 neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. **LUIZ CARLOS COUTINHO,** resolvem celebrar o presente convênio de permuta de servidores, mediante as cláusulas e condições a seguir expostas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
Destina-se o presente convênio à permuta entre **RAQUEL GUIMARÃES CASTIGLIONE GORZA** servidora efetiva da **MUNICÍPIO DA SERRA**, matrícula 26037, ocupante do cargo Professora MaPA - Séries Iniciais, e **NOEME NASCIMENTO MARTINS**, servidora efetiva do **MUNICÍPIO DE ARACRUZ**, ocupante do cargo de Professora MaPB - Assessoramento Pedagógico, matrícula 27426, com ônus para cada município de origem.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES
Os Municípios Convenentes ficarão responsáveis pelo pagamento dos salários e encargos de seus respectivos servidores.

Os servidores supracitados poderão ser lotados em postos de trabalho, conforme necessidades dos Municípios Convenentes, desde que haja compatibilidade de horário e observada a legislação vigente.

Os Convenentes informarão a freqüência e lotação dos servidores permutados, bem como quaisquer outros fatores relevantes relativos à vida funcional dos servidores.

Os Convenentes informarão expressamente aos seus servidores que deverão retornar aos seus Municípios de origem, após a vigência do presente Convênio, sob pena de poder ser caracterizado abandono de cargo, na forma da lei.

Cada município é responsável por imediatamente proceder à comunicação em caso de desligamento do servidor permutado ao respectivo Convenente, com a devida formalização do ato de retorno do servidor ao órgão de origem.

As irregularidades e faltas disciplinares porventura cometidas pelos servidores permutados serão apuradas pelo Cessionário mediante abertura de processo administrativo correspondente, garantindo o contraditório e a ampla defesa, cuja conclusão deverá ser remetida ao cedente, para conhecimento e tomada de decisão, inclusive abertura de processo disciplinar, conforme o caso, com a necessária comunicação ao Cessionário.

O Cessionário, por esta e na melhor forma de direito, assume inteira responsabilidade por quaisquer danos porventura causados a terceiro pelo servidor permutado, durante o horário de trabalho e vigência da permuta, na forma da lei.

Fica vedada qualquer alteração das condições de trabalho que possa caracterizar desvio de função ou de carga horário de trabalho dos servidores permutados, durante o período em que os mesmos estiverem à disposição, sendo de inteira responsabilidade do órgão em que o servidor estiver em exercício.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA
O presente convênio vigorará a **contar da data da publicação, até 31 de dezembro de 2024,** podendo ser prorrogado mediante termo aditivo, na forma da lei.

Qualquer dos Municípios Convenentes poderão rescindir o presente Convênio, ante a manifestação expressa, com antecedência de 60 (sessenta) dias.

No caso de retorno de um dos servidores permutados ao seu Município de origem ou de vacância do respectivo cargo de demissão, transferência, aposentadoria, posse em outro cargo público inacumulável ou por falecimento, os Municípios Convenentes providenciarão a imediata rescisão do presente Convênio, implicando no retorno imediato da outro servidor permutado ao seu respectivo município de origem.

CLÁUSULA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO
Fica assegurado o livre acesso dos servidores das Secretarias Municipais vinculadas de ambos os Municípios e da Controladoria Geral do Município da Serra, a qualquer tempo, a todos os atos e fatos relacionados direta e indiretamente com o ajuste pactuado, quando no desempenho das atividades de acompanhamento e controle.

CLÁUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO
O Município de Serra providenciará a publicação deste convênio, em Extrato no Diário Oficial dos Municípios, no prazo de vinte dias após sua assinatura, responsabilizando-se pelas despesas.

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Data: Quarta-feira, 14 de Abril de 2021 às 22:28:00 Código de Autenticação: a6b29bcd

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO
As partes, em comum acordo, elegem o foro do Juízo da Serra, Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, por estarem justos e avençados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes convenentes, a fim de que se produzam seus efeitos legais.

Serra/ES, 31 de março de 2021.

ANTÔNIO SERGIO ALVES VIDIGAL
Prefeito do Município da Serra

LUIZ CARLOS COUTINHO
Prefeito de Aracruz

Protocolo 662050

Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos - SEAD

Instrução de Serviço

CONVÊNIO Nº 103/2021
PROCESSO Nº 4706/2021

CONVÊNIO DE PERMUTA DE SERVIDORES QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DA SERRA E O MUNICÍPIO DE ARACRUZ.

O MUNICÍPIO DA SERRA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Maestro Antônio Cícero, nº 111, Centro - Serra/ ES, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 27.174.093/0001-27, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. **ANTÔNIO SERGIO ALVES VIDIGAL,** brasileiro, casado e residente neste Estado, e o **MUNICÍPIO DE ARACRUZ**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Morobá, nº 20, Bairro: Morobá, Aracruz/ ES - CEP: 29.192-733, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 27.142.702/0001-66 neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. **LUIZ CARLOS COUTINHO,** resolvem celebrar o presente convênio de permuta de servidores, mediante as cláusulas e condições a seguir expostas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
Destina-se o presente convênio à permuta entre **JOSÉ JÂNES TONON**, servidor efetivo do **MUNICÍPIO DA SERRA**, matrícula 15731, ocupante do cargo Professora MaPB - Matemática, e **CARLOS ALBERTO QUINTANILHA FERREIRA** , servidor efetivo do **MUNICÍPIO DE ARACRUZ**, ocupante do cargo de Professora MaPB - Matemática, matrícula 6222, com ônus para cada município de origem.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES
Os Municípios Convenentes ficarão responsáveis pelo pagamento dos salários e encargos de seus respectivos servidores.

Os servidores supracitadas poderão ser lotados em postos de trabalho, conforme necessidades dos Municípios Convenentes, desde que haja compatibilidade de horário e observada a legislação vigente.

Os Convenentes informarão a freqüência e lotação dos servidores permutados, bem como quaisquer outros fatores relevantes relativos à vida funcional dos servidores.

Os Convenentes informarão expressamente aos seus servidores que deverão retornar aos seus Municípios de origem, após a vigência do presente Convênio, sob pena de poder ser caracterizado abandono de cargo, na forma da lei.

Cada município é responsável por imediatamente proceder à comunicação em caso de desligamento do servidor permutado ao respectivo Convenente, com a devida formalização do ato de retorno do servidor ao órgão de origem.

As irregularidades e faltas disciplinares porventura cometidas pelos servidores permutados serão apuradas pelo Cessionário mediante abertura de processo administrativo correspondente, garantindo o contraditório e a ampla defesa, cuja conclusão deverá ser remetida ao cedente, para conhecimento e tomada de decisão, inclusive abertura de processo disciplinar, conforme o caso, com a necessária comunicação ao Cessionário.

O Cessionário, por esta e na melhor forma de direito, assume inteira responsabilidade por quaisquer danos porventura causados a terceiro pelo servidor permutado, durante o horário de trabalho e vigência da permuta, na forma da lei.

Fica vedada qualquer alteração das condições de trabalho que possa caracterizar desvio de função ou de carga horário de trabalho dos servidores permutados, durante o período em que os mesmos estiverem à disposição, sendo de inteira responsabilidade do órgão em que o servidor estiver em exercício.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente convênio vigorará a **contar da data da publicação**, até **31/12/2024,** podendo ser prorrogado mediante termo aditivo, na forma da lei.

Qualquer dos Municípios Convenentes poderão rescindir o presente Convênio, ante a manifestação expressa, com antecedência de 60 (sessenta) dias.

No caso de retorno de um dos servidores permutados ao seu Município de origem ou de vacância do respectivo cargo de demissão, transferência, aposentadoria, posse em outro cargo público inacumulável ou por falecimento, os Municípios Convenentes providenciarão a imediata rescisão do presente Convênio, implicando no retorno imediato da outro servidor permutado ao seu respectivo município de origem.

CLÁUSULA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO

Fica assegurado o livre acesso dos servidores das Secretarias Municipais vinculadas de ambos os Municípios e da Controladoria Geral do Município da Serra, a qualquer tempo, a todos os atos e fatos relacionados direta e indiretamente com o ajuste pactuado, quando no desempenho das atividades de acompanhamento e controle.

CLÁUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO
O Município de Serra providenciará a publicação deste convênio, em Extrato no Diário Oficial do Município da Serra, no prazo de vinte dias após sua assinatura, responsabilizando-se pelas despesas.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO
As partes, em comum acordo, elegem o foro do Juízo da Serra, Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, por estarem justos e avençados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes convenentes, a fim de que se produzam seus efeitos legais.

Serra/ES, 29 de março de 2021.

ANTÔNIO SERGIO ALVES VIDIGAL
Prefeito do Município da Serra

LUIZ CARLOS COUTINHO
Prefeito de Aracruz

Protocolo 662048

DIÁRIO OFICIAL

DO MUNICÍPIO DA SERRA

www.dio.es.gov.br | Serra (ES), quinta-feira, 15 de Abril de 2021 | www.serra.es.gov.br

Edição N°72

LICITAÇÕES

Licitações

Prefeitura Municipal da Serra

Aviso de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO
CHAMADA PÚBLICA Nº 044/2021

O MUNICIPIO DA SERRA, através da CPL/SEAD, torna Público que realizará às 13 horas do dia 06 de maio de 2021, na Secretaria de Administração e Recursos Humanos, Departamento de Adm. de Materiais- DAM, 1º andar, Rua Maestro Antônio Cícero, n.º 111 Centro -Serra/ES, CHAMADA PÚBLICA sob nº 044/2021, de acordo com a Lei 11947/09, Resolução FNDE 38/2009 do Ministério da Educação e Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, e subsidiariamente à Lei n.º 8.666/93 e alterações, a CHAMADA PÚBLICA objetivando AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, ORIUNDOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, conforme Processo nº 11045/2021 SEDU. A documentação necessária e propostas deverão ser entregues nos termos do Edital, na data, horário e endereço acima mencionados. O presente Edital poderá ser obtido no site: www.serra.es.gov/transparencia, link licitações.

Serra/ES, 14 de abril de 2021.
Presidente da Comissão Permanente de Licitação/SEAD

Protocolo 661851

AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA - PMS, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde- SESA, torna público a realização da licitação, na modalidade: "PREGÃO ELETRONICO", do tipo: MENOR PREÇO. O edital estará disponível no site http://licitações-e.com.br

Pregão Eletrônico nº 10/2021
Processo nº 220/2021
Licitação nº 867092
ID (TCEES): 2021.069E0500001.01.0006
Objeto: Aquisição de Medicamentos
Abertura da sessão: 30/04/2021 ás 09:00
Pregoeiro: Liliane Carla de Almeida Souza de Santana

Serra, 14 de Abril de 2021.
Equipe de Pregão -SESA/PMS

Protocolo 661897

Dispensa de Licitação

Prefeitura Municipal de Serra
Secretaria Municipal de Turismo, Cultura Esporte e Lazer
DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO 56529/2019

Ratifico o procedimento acima adotado, para contratação direta, por Dispensa de licitação, com a MARIA ANA CELETINO MASSARIOL, CPF Nº 826.927.347-34, pelo valor mensal de R$ 4.000,00 (quarto mil reais), nos termos do artigo 24, inciso X, da Lei Federal 8.666/93.

Serra - ES,13 de abril de 2021.
Thiago Menezes Carreiro
Secretário Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer

Protocolo 661758